

ADILSON MIRANDA MENDES

Origem e Composição das Fortunas na  
Sociedade Tradicional Paranaense  
Palmas - 1859 - 1903

Dissertação de Mestrado em História do  
Brasil, na Universidade Federal do Paraná.  
Opção: História Econômica.

CURITIBA  
1989

*"O problema da história não se situa entre o pintor e o quadro, nem sequer - audácia que teria sido considerada excessiva - entre o quadro e a paisagem, mas antes da própria paisagem, no coração da vida. A história apresenta-se-nos, tal como a própria vida, como um espetáculo fugaz, móvel, formado pela trama de problemas intrinsecamente misturados e que pode revestir sucessivamente, uma multiplicidade de aspectos diversos e contraditórios. Esta vida complexa, como abordá-la e fragmentá-la a fim de apreender alguma coisa?"*

**Fernand Braudel**

minha esposa Zenilda, meus filhos  
Fernanda, Julio Cesar e Senhorinha  
Alessandra, que, nos momentos di-  
fíceis com muito amor me animaram  
a persistir.

minha mãe, Senhorinha (in memorium)  
ao meu pai, Pedro (in memorium) e,  
aos demais familiares pelo apoio  
recebido.

## AGRADECIMENTOS

A

Cecília Maria Westphalen, pela dedicação e compreensão com que realizou o trabalho de orientação desta pesquisa.

Aos

Professores:

Altiva Pilatti Balhana

Ana Maria de Oliveira Burmester

Carlos Roberto Antunes dos Santos

Iara Simile de Macedo

Jayme Antonio Cardoso

Maria Tereza Amorin

Oksana Borusensko

Odah Regina Guimarães Costa

Sérgio Odilon Nadalin

Zélia Milléo Pavão e

demais professores do Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná.

Pela Assessoria Técnica de:

Prof. Jayme Antonio Cardoso

- tratamento gráfico dos dados



Profª Míriam Cristina Alves

- revisão da Bibliografia

Profª Inêz Erilea Serpa Rampazzo

- revisão da redação

Des. Rivail G. dos Santos

- desenho dos mapas e gráficos

Aos meus colegas:

Colodel, Joanna, Ana Lúcia, Maria Elisa, Galdino e José Adalberto, com quem dividi minhas preocupações no decorrer do curso.

Às

professoras Eloyna Ribas Rodrigues e Zenaide Ana Vivan, e, a acadêmica Izani de Fátima que participaram da coleta de dados em algumas etapas da pesquisa.

Em Palmas, de modo especial a:

D. Agostinho José Sartori

Dr. Pedro Ribas Mendes

Prof. João Paulo Rocha Filho

Pe. Osvaldo Ogliari

Mario Lustosa Pinto

Francisco Weidlich

Dr. José Maria de Araújo Perpétuo

Ao

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - **CNPq**
- Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - **CAPE**
- Centro Pastoral Educacional e Assistencial "Dom Carlos"  
**CPEA**

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas

**FAFI**

E aos demais colegas, e a todos que ajudaram de alguma forma na realização deste trabalho, meu reconhecimento e homenagem.

## S U M Á R I O

LISTA DE MAPAS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE GRÁFICOS	xi
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE ANEXOS	xvi
INTRODUÇÃO	01
1 - COLOCAÇÃO DO ASSUNTO, PROBLEMÁTICA E HIPÓTESES	04
2 - METODOLOGIA, ARQUIVOS E FONTES	25
3 - CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PALMAS	51
3.1 - Ocupação do território paranaense	52
3.2 - Definição geopolítica do município de Palmas.	56
3.3 - Descobrimento, conquista e ocupação da região dos Campos de Palmas.	90
3.4 - Ocupação territorial do quadro urbano e rocio da Vila de Palmas, e estruturação da "nova sociedade".	104
3.5 - Origem da população de Palmas, segunda metade do século XIX ao início do século XX.	125

4 -	CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DE PALMAS	146
4.1 -	Características da estrutura fundiária dos Campos de Palmas, segunda metade do século XIX.	147
4.2 -	As fazendas de criar em Palmas; 1862-64.	177
4.3 -	As vias de comunicação, o comércio e a situação dos fazendeiros da Palmas na segunda metade do século XIX e início do século XX.	186
5 -	OS INVENTARIADOS, O LEGADO, E A COMPOSIÇÃO DAS FORTUNAS EM PALMAS; 1859 - 1903.	202
5.1 -	Caracterização dos inventariados.	203
5.2 -	O patrimônio dos inventários em Palmas 1859-1903.	211
5.3 -	Composição das fortunas em Palmas.	225
5.4 -	Análise quantitativa das fortunas em Palmas	241
5.5 -	Os testamentos.	261
	CONCLUSÃO	269
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	272
	ANEXOS	286

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 1 - Posição atual do Município de Palmas no Paraná e no Brasil.
- Mapa 2 - Limites atuais do Município de Palmas.
- Mapa 3 - Província do Paraná - 1853.
- Mapa 4 - O Município de Palmas em 1877.
- Mapa 5 - O Município de Palmas em 1892.
- Mapa 6 - "Questão de Palmas".
- Mapa 7 - Território contestado por Santa Catarina.
- Mapa 8 - Questão de limites entre Paraná e Santa Catarina
- Mapa 9 - O Município de Palmas em 1916.
- Mapa 10- O Município de Palmas em 1946.
- Mapa 11- O Município de Palmas em 1954.
- Mapa 12- O Município de Palmas em 1961.
- Mapa 13- O Município de Palmas em 1977.
- Mapa 14- Itinerário de Cabeza de Vaca.
- Mapa 15- Caminhos das Tropas - séculos XVIII e XIX.
- Mapa 16- Situação de Palmas no final do século XIX.
- Mapa 17- Mapeamento parcial das fazendas nos Campos de Palmas - 1916.
- Mapa 18- Planta da posse denominada Norte - sita no Município de Palmas.
- Mapa 19- Palmas: Procedência da população por Estado e Município de nascimento - 1850 - 1903.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Matriz do Fichário-imagem.
- Figura 2 - Folha do Fichário-imagem.
- Figura 3 - Folha do Fichário-imagem, pintada e dobrada.

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Fichário-Imagem na sua montagem original.
- Gráfico 2 - Requerentes das Cartas de data e foro - Palmas (1874-94) - números absolutos.
- Gráfico 3 - Requerentes das Cartas de data - Palmas (1879 - 94 ) - origem étnica. Números absolutos.
- Gráfico 4 - Requerentes das Cartas de foro - Palmas (1879-94) - origem étnica . Números absolutos.
- Gráfico 5 - Procedência da população de Palmas por Província e Estado de nascimento (1850-1903). Números absolutos e relativos.
- Gráfico 6 - Procedência da população de Palmas por Província e Estado de nascimento (1850-1903) - números relativos.
- Gráfico 7 - Distribuição anual dos inventários pós-morten (1859-1903) - números absolutos e sexo.
- Gráfico 8 - Frequência do preço dos escravos. Palmas (1859-88) - valores e números absolutos.
- Gráfico 9 - Classificação das fortunas por décadas (1859-1903).

- Gráfico 10 - Classificação das fortunas por faixa de riqueza (1859-1903).
- Gráfico 11 - Composição dos bens de raiz (1859-1903).
- Gráfico 12 - Composição do ativo escravos (1859-88).
- Gráfico 13 - Composição dos animais (1859-1903).
- Gráfico 14 - Composição dos bens móveis (1859-1903).
- Gráfico 15 - Composição do Ativo (1859-1903).
- Gráfico 16 - Composição do passivo (1859-1903).
- Gráfico 17 - Composição e classificação das fortunas por faixa de riqueza e por quinquênio. Palmas (1860-1903).



## LISTA DE QUADROS

- Quadro nº 1 - Censo geral da população da Comarca de Palmas em 1890 - nacionalidade.
- Quadro nº 2 - Censo geral da população da Comarca de Palmas em 1890 - habitantes nascidos na República Argentina.
- Quadro nº 3 - População de Palmas (1854-1900) - números absolutos.
- Quadro nº 4 - Origem étnica da população requerente das cartas de data e foro à Câmara Municipal de Palmas (1879-94) - números absolutos.
- Quadro nº 5 - Número de declarantes e localização das propriedades (1855-57).
- Quadro nº 6 - Áreas declaradas (1855-57).
- Quadro nº 7 - Número de propriedades, características e distâncias da Vila de Guarapuava, na segunda metade do século XIX.
- Quadro nº 8 - Número de propriedades em relação à área e características (1855-57).
- Quadro nº 9 - Número de propriedades por proprietários (1855-57).
- Quadro nº 10 - Total de declarantes alfabetizados e analfabetos (1855-57).

- Quadro nº 11 - Proprietários rurais residentes fora do imóvel declarado (1855-57).
- Quadro nº 12 - Criação de gado vacum em Palmas  
(1862-64) - número de fazendas
- Quadro nº 13 - Criação de gado cavalar em Palmas  
(1862-64) - número de fazendas.
- Quadro nº 14 - Criação de gado muar em Palmas  
(1862-64) - número de cabeças.
- Quadro nº 15 - Criação de gado suíno em Palmas  
(1862-64) - número de fazendas.
- Quadro nº 16 - Criação de gado em Palmas  
(1862-64) - número de cabeças.
- Quadro nº 17 - Província do Paraná - Criação de gado  
(1862-64) - número de cabeças.
- Quadro nº 18 - Receita da Câmara Municipal sobre Exportação de gado e erva mate. Palmas  
(1879-85).
- Quadro nº 19 - Procedência da população de Palmas por Província e Estado de nascimento  
(1850-1903) - números absolutos e relativos.
- Quadro nº 20 - Procedência da população de Palmas por Província e Estado de nascimento  
(1850-1903) - números relativos.
- Quadro nº 21 - Procedência da população de Palmas por município de nascimento (1850-1903)  
números absolutos.
- Quadro nº 22 - Distribuição anual dos inventários pós-morten (1859-1903) - números absolutos e sexo.

- Quadro nº 23 - Nome das fazendas e números de inventariados residentes (1859-1903).
- Quadro nº 24 - Qualificação dos inventariados . Palmas (1859-1903).
- Quadro nº 25 - Frequência do preço dos escravos. Palmas (1859-88).
- Quadro nº 26 - Composição e classificação das fortunas por faixa de riqueza e quinquênio (1860-64) - números relativos.
- Quadro nº 27 - Idem (1865-69) - números relativos.
- Quadro nº 28 - Idem (1870-74) - números relativos.
- Quadro nº 29 - Idem (1875-79) - números relativos.
- Quadro nº 30 - Idem (1880-84) - números relativos.
- Quadro nº 31 - Idem (1885-89) - números relativos.
- Quadro nº 32 - Idem (1890-94) - números relativos.
- Quadro nº 33 - Idem (1895-99) - números relativos.
- Quadro nº 34 - Idem (1900-03) - números relativos.

## LISTA DE ANEXOS

- Anexo I - Relação dos Autos Cíveis de Inventário dos bens de Palmas, 1859 - 1903.
- Anexo II - Folha modelo de abertura de Auto Civil de Inventário dos bens, século XIX.
- Anexo III - Fichas modelo utilizadas no levantamento dos dados nos Autos Cíveis de Inventário dos bens.
- Anexo IV - Fichas completas do Auto Civil de Inventário dos bens de José Temistocles realizado no ano de 1868.
- Anexo V - Fichas completas do Auto Civil de Inventário dos bens de Pedro de Toledo realizado no ano de 1899.
- Anexo VI - Fichas modelo utilizadas no levantamento dos dados nas certidões de casamento e sepultamento.
- Anexo VII - Legislação Federal, Estadual e Provincial.
- Anexo VIII - Estatuto e Ata das sociedades organizadas para ocupar e povoar os Campos de Palmas em 1839.
- Anexo IX - Códigos de Postura Municipal acerca das Cartas de data e foro da Vila de Palmas, em 1879 e 1883.

- Anexo X - Modelo das declarações de posse de terras do "registro do vigário" de Palmas, 1855-57.
- Anexo XI - Translado do registro de terras da fazenda do "Norte" de propriedade do Alferes Joaquim Manoel d'Oliveira Ribas.
- Anexo XII - Fichas completas do Auto Civil de Inventário dos bens de Dona Maria Ferreira.
- Anexo XIII - Fichas completas do Auto Civil de Inventário dos bens do Alferes Joaquim Manoel.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa constitui-se numa contribuição ao estudo da origem e composição das fortunas no Paraná Tradicional, a partir de um estudo de caso - a região dos Campos de Palmas, 1859 - 1903. Assim, é também, no que concerne ao objetivo de *reconstituir historicamente um quadro tão completo quanto possível da sociedade e da economia paranaense*, (BALHANA, 1970:27), mais uma colaboração.

A região dos Campos de Palmas no século XIX, estava localizada entre os rios Iguaçu e Uruguai, limitando-se ao norte, com o município de Guarapuava, ao sul, com a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a oeste, com a República Argentina, e a leste, com a Província de Santa Catarina.

Para compreender o *desenvolvimento* econômico da região dos Campos de Palmas, na segunda metade do século XIX e início do século XX, é fundamental o conhecimento das bases materiais sobre as quais se estruturam as atividades econômicas e a organização social e política na região. E, também conhecer quais os bens que compunham a fortuna dos indivíduos integrantes dessa sociedade.

A conjuntura de 1859-1903 foi marcada por várias mudanças econômicas, políticas e sociais, que se *refletiram* na sociedade e economia local.

Entre tais mudanças, pode-se citar a expansão indus-

trial européia e norte-americana, a instalação do Império, a emancipação da Província do Paraná, a intensificação dos fluxos imigratórios, a abolição da escravatura que, aos poucos, vai sendo substituída pelo trabalho livre e assalariado, a Lei de terras e a proclamação da República.

É uma pesquisa de história econômica que procurou estudar a origem e composição das fortunas na região dos Campos de Palmas, utilizando, basicamente, fontes primárias inexploradas até o momento.

Os Autos Cíveis de Inventário dos Bens, somados às fontes complementares, permitiram uma visão global da economia e da sociedade da época, dentro de uma abordagem multidisciplinar.

A presença de quadros e gráficos no texto, justifica-se, em função da necessidade de se fazer uma análise quantitativa das informações no sentido de se obter uma medida das relações entre as variáveis componentes da riqueza e dos níveis de riqueza. Para efetuar-se a análise qualitativa das transformações na composição, como também, conhecer sua composição geral e específica, optou-se pelo tratamento gráfico da informação através de fichário-imagem.

A análise qualitativa e quantitativa realizou-se para alcançar os seguintes objetivos.

a) Analisar até que ponto, as atividades econômicas da região dos Campos de Palmas, seguem os moldes daquelas implantada na região dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava.

b) Reconstituir o contexto histórico, geopolítico, social e econômico da região dos Campos de Palmas, na segunda

metade do século XIX e início do século XX.

c) Verificar o movimento e a medida das relações entre os ativos das fortunas e os níveis de riqueza.

d) Caracterizar a composição das fortunas e a transformação no tipo dos bens da riqueza individual dos integrantes da sociedade campeira tradicional de Palmas.

Nos capítulos I e II, procedeu-se a colocação do assunto, do problema e das hipóteses, e, uma abordagem da metodologia empregada, das fontes consultadas, e da literatura que forneceu subsídios à análise.

Nos capítulos III e IV, foi feita uma explanação sobre o contexto histórico, geográfico, econômico, fundiário, geopolítico e demográfico da região de Palmas.

No capítulo V, realiza-se a análise, caracterizando os inventariados, seus patrimônios, a composição das fortunas, o movimento, as transformações e a relação entre os ativos da riqueza, e a relação entre os diversos níveis de riqueza.

Esta pesquisa não teve intenção de esgotar as questões apresentadas, mas retomar ao debate seus aspectos mais relevantes e significativos.



## **CAPITULO I**

### **COLOCAÇÃO DO ASSUNTO, PROBLEMÁTICA E HIPÓTESES**

Foi no ano de 1839, que o território localizado entre os rios Iguaçu e Uruguai, chamado pelos indígenas de Butiatuba e mais tarde Campos de Palmas, foi conquistado e ocupado efetivamente pela frente de expansão da sociedade tradicional paranaense. A iniciativa partiu dos cidadãos guarapuavanos José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes. A conquista, ocupação e povoamento dos Campos de Palmas foi resultado da necessidade de expansão do criatório, articulada pela sociedade guarapuayana que, por sua vez, foi *uma extensão da sociedade campeira tradicional dos Campos Gerais de Curitiba e Castro*. (ABREU, 1985)

Assim, os povoadores que formam a *nova sociedade*, que se implanta e se estrutura nos Campos de Palmas, organizarão suas atividades econômicas com base na criação e comércio do gado bovino, muar, equino, ovino e suíno, sendo os gados bovino e equino os mais significativos na criação regional.

A base concreta na qual se estrutura essa atividade é a grande fazenda que foi possível através da mão-de-obra servil do gentio catequizado e aldeado, da mão-de-obra do escravo negro e do sistema familiar patriarcal, viabilizando a criação extensiva dos animais.

Além desse eixo das atividades econômicas, que fundamentam todo o processo de estruturação dessa sociedade, desenvolver-se-á em paralelo uma lavoura de subsistência para manutenção das grandes propriedades, com seus proprietários, escravos e agregados. Nessas explorações de subsistência também era

empregada a mão-de-obra do negro e a servil do gentio catequizado. A atividade da extração da erva mate, para consumo regional e comércio, também irá se desenvolver na segunda metade do século XIX, mas sempre de forma secundária em relação à atividade do criatório na região dos Campos de Palmas.

O criatório e o comércio do gado bovino e equino, e a invernagem do gado muar oriundo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e de Corrientes, na República Argentina, consistirão a principal atividade que ocupará o tempo e o fazer cotidiano do homem palmense durante toda a segunda metade do século XIX.

Observa-se dessa forma que segue os mesmos moldes da sociedade campeira tradicional paranaense.

Portanto, nesse sentido, tornou-se indispensável retomar vários elementos de ordem teórica para refletir sobre a problemática proposta pelo objeto de estudo acerca da composição e distribuição da fortuna em Palmas, na segunda metade do século XIX.

Os elementos da sociedade tradicional paranaense, que conquistam, ocupam, povoam e desenvolvem uma *nova sociedade* nos Campos de Palmas, trazem consigo uma cultura, um modo de vida, uma mentalidade com hábitos, costumes e conhecimentos adquiridos e apreendidos na atividade do criatório tradicional paranaense. Essa mentalidade será transmitida às gerações seguintes que vão estruturar a sociedade dos Campos de Palmas do ponto de vista econômico-social.

Essas sociedades tradicionais são definidas por Brasil Pinheiro Machado, com base em Max Weber, como sendo:

*sociedades tradicionais pré-capitalistas onde o conjunto dos bens econômicos são administrados para fins de consumo e não de acumulação. Recebia o nome de fazenda. Max Weber define assim: chama-se fazenda o emprego e obtenção contínua de bens, com o fim de abastecimento próprio ou para conseguir outros bens também para sua utilização própria. (MACHADO, 1981:105).*

Todavia, essa sociedade fundada na fazenda, na segunda metade do século XIX, passa a sofrer influências e reflexos das mudanças em curso no Brasil e no Paraná.

Constata-se na historiografia brasileira que é nessa conjuntura que ocorrem importantes transformações na sociedade e na economia brasileiras, tais como:

*Em 1850 proibia-se a importação de negros africanos, em 1851 decretava-se a Lei das Terras, em 1861 é constituída a primeira linha ferroviária em São Paulo, a Santos-Jundiaí, completada em 1868. Em 1870 tivemos o fim da Guerra do Paraguai, e pela lei de 28 de setembro 1871, libertava-se o ventre das escravas, isto é, daí em diante seus filhos seriam livres, em 1855, tivemos a Lei dos Sexagenários, em 1888 a Abolição da Escravatura e em 1889 a Proclamação da República. (MELLO 1985:82)*

Em 1853, o Paraná consegue sua emancipação político-administrativa da Província de São Paulo. A 19 de dezembro é instalada pelo presidente Zacarias de Gões e Vasconcelos a Província do Paraná. Curitiba, em 26 de julho de 1854, era confirmada como capital da Província.

Esses acontecimentos gerais a nível de Brasil e Paraná se refletem e exigem modificações no sistema jurídico, econômico e social no qual se assentam as bases da estrutura

social brasileira, paranaense e palmense.

Assim sendo, o que se pretende é captar e verificar as transformações que ocorreram, ou não, na estrutura econômico-social palmense. Para alcançar tal propósito, usar-se-á como instrumento de análise o estudo da composição e distribuição dos bens componentes da riqueza nessa sociedade tradicional no decorrer da segunda metade do século XIX:

Portanto, os seguintes problemas constituem as diretrizes norteadoras deste trabalho:

1 - Até que ponto, na segunda metade do século XIX, a sociedade que se instala nos Campos de Palmas estrutura suas atividades econômicas seguindo o modelo da sociedade dos Campos Gerais e de Guarapuava, desenvolvendo o criatório de gado para ser comercializado em Guarapuava, Palmeira, Castro, Ponta Grossa, Curitiba e Sorocaba, e, em paralelo, uma agricultura de subsistência e a exploração da erva mate?

2 - Em que medida se relacionam os diversos ativos componentes da riqueza e, quando ocorrem transformações nas formas dos bens da riqueza individual que caracterizem tendência de abandono às formas tradicionais de bens e a incorporação de formas modernas eminentemente capitalistas que denotem mudanças incipientes ou significativas na composição da riqueza, no modo de pensar e na forma de agir no econômico dos fazendeiros da sociedade tradicional palmense?

3 - Como se comportaram as pessoas mais abastadas em relação aos testamentos? Qual parcela da riqueza foi mais valorizada pelos testadores, e como foi feita a distribuição dos bens aos legatários? Quais os costumes morais-religiosos da época passíveis de observação nos testamentos de reflexos na

vida econômica?

Para analisar esses problemas foram formuladas as seguintes hipóteses explicativas, que deverão ser criticadas e comparadas no decorrer do estudo.

a) Na segunda metade do século XIX, a conjuntura econômica paranaense não possibilitou à sociedade palmense que diversificasse sua economia para além do criatório extensivo, invernagem e extração da erva mate;

b) A elite econômica e política da sociedade tradicional de Palmas, detentora dos mecanismos legais de articulação político-econômica, não tomou iniciativas no sentido de carrear para a região mão-de-obra livre do imigrante, organizando projetos de colonização, porque se teria desenvolvido na sociedade campeira palmense, no século XIX, preconceito negativo em relação às atividades da agricultura;

c) A sociedade tradicional local e regional só manteve em função da sua especialização regional, contatos comerciais com regiões do criatório nas Províncias do Paraná, Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande do Sul, São Paulo e Corrientes, na República Argentina, portanto, não aprimorou os níveis técnicos e os costumes ligados ao desenvolvimento das atividades agrícolas, para além dos limites do cultivo de subsistência, devendo principalmente as dificuldades frente às péssimas vias de comunicação e transporte;

d) A população que se dirige a Palmas, na segunda metade do século XIX, é oriunda principalmente das regiões tradicionais do criatório no Brasil Meridional e da Província de São Paulo, sendo que, os paranaenses comunham a maioria;

e) Foi pequeno o número de imigrantes estrangeiros que

se dirigem e se estabelecem em Palmas, em relação ao número de brasileiros, porque a região dos Campos de Palmas, não constituiu na segunda metade do século XIX pólo atrativo aos imigrantes que entram no Paraná nesse período;

f) Na composição mais geral das fortunas, a categoria "Bens de raiz" representa, para o período em estudo, a parcela mais valorizada e significativa da riqueza, ao passo que as categorias "semoventes-animais" e "Semoventes-escravos" ocupam respectivamente o segundo e o terceiro lugar como parcelas mais valorizadas, entretanto, as dívidas ativas e passivas serão de significativa importância no conjunto da riqueza;

g) As formas modernas de bens, tais como: ações de bancos e empresas, apólices de seguro e da dívida pública, imóveis urbanos, máquinas diversas, dinheiro, aparecem na composição da riqueza apenas no final do século XIX e início do século XX, ainda de forma incipiente. Persiste para todo o período em estudo, de forma generalizada, os moldes tradicionais de produção econômica, isto é, a sociedade palmense mantém para toda a metade do século XIX e início do século XX a mesma estrutura tradicional. O criatório e o comércio de gado continuarão sendo o eixo gerador de recursos na região, caracterizando-se, assim, como uma sociedade pré-capitalista.

Como o objeto de estudo é, principalmente, o econômico, mas sem abandonar o social, esta análise pretende discernir a cerca da manutenção, ou não, do modo de vida pré-capitalista, e verificar em que medida ocorrem transformações nesse modo de vida, em que momento iniciam, e quais os tipos de bens que aparecem na composição da riqueza caracterizando as mudanças.

O aparecimento de novas categorias de bens, diferentes daquelas tradicionais (imóveis rurais, gado e escravos), evi-

dencia que, mesmo ainda de forma incipiente e lenta, ocorre a penetração da mentalidade capitalista na sociedade tradicional do criatório dos Campos de Palmas. Entender-se-á aqui, como principais características do capitalismo: *a modernidade, a agilidade e a racionalidade.* (WESTPHALEN, apud BRAUDEL)

No Paranã, é na conjuntura da segunda metade do século XIX que se dá, como afirma Brasil Pinheiro Machado,

*a segunda fase de expansão do tropeirismo que alcançou seu apogeu em meados do século XIX. O Rio Grande do Sul, deixou de ser nessa fase a única fonte de animais: utilizando o caminho das Missões rumo ao Alto Uruguai, os tropeiros passaram a comprar mulas vindas de Corrientes. Alguns tropeiros passaram também a investir na criação, nos campos do sul, principalmente onde hoje é Santa Catarina.* (MACHADO, 1963:19)

Parte desses campos, estavam no território primitivo dos Campos de Palmas, no Paranã, mas que passaram pertencer a Santa Catarina, quando concluído o acordo de limites entre o Paranã e Santa Catarina, em 1916.

É ainda nessa época, que

*as estradas de ferro liquidaram o tropeirismo. Não a construção de ferrovias no Paranã, ou a conclusão de ligação entre Rio Grande do Sul e São Paulo, mas o seu desenvolvimento no centro-sul, o que reduziu sensivelmente a demanda de mulas. O número de muares negociados em Sorocaba caiu de cerca de 100.000 em 1860, para menos de 5.000 ao final do século XIX.* (MACHADO, 1963:22)

Essa conjuntura desfavorável, reflete-se negativamente na economia tradicional paranaense e palmense.



Portanto, partindo da concepção de que a História é a ciência do concreto, e trabalha com os homens no seu fazer, (VEYNE, 1982:62) interessa saber o que de concreto fazem e possuem os fazendeiros e outros membros da sociedade de Palmas, na segunda metade do século XIX, e sobre quais bases materiais está estruturada sua vida econômica. Isto porque, é de suma importância compreender o que fazem, como fazem e porque o fazem.

Neste sentido, nortear-se-á, o estudo a

*... partir do pressuposto de que essas sociedades locais, as comunidades históricas, não são sociedades capitalistas e que, portanto na sua reconstrução histórica não se podem usar as categorias da Ciência Econômica que foram forjadas para a análise do sistema capitalista ... São sociedades que mantêm por muito tempo uma atitude tradicionalista. ... Como premissa para ordenar o trabalho de pesquisa empírica e reconstrução de um sistema econômico concreto de uma sociedade concreta, o primeiro passo poderia ser a investigação do que era constituída a 'riqueza' dessa sociedade. Não a concepção que ela tinha de riqueza, mas os itens que a compunham, os bens que a formavam. Deve-se entender por riqueza como o pensamento tradicional a entende tradicionalmente, isto é, um conjunto de bens materiais que sejam economicamente significativos, e sobre o qual a vida material se apóia, numa sociedade concreta. (MACHADO, 1981:105)*

Assim sendo, procurar-se-á trabalhar os componentes da riqueza de forma agregada e não isoladamente.

Consiste, pois, em

*estudar nos grupos as suas estruturas próprias; e os grupos 'vistos por dentro'. Os grupos vivem numa estrutura que os formou; são formados por uma estrutura econômica específica. Propõe-se partir do 'particu-*

*lar', das estruturas internas (que revelariam as estruturas gerais que as definem e são por elas definidas). (CARDOSO, 1981: 11)*

Serão estudados os tipos de bens, sua composição geral e particular, procurando reconstituir historicamente a estrutura econômica da sociedade tradicional dos Campos de Palmas que, na segunda metade do século XIX, se assemelha com as das demais regiões do criatório paranaense.

Assim, é também para Zélia Maria Cardoso de Mello, que afirma:

*... a mudança nas formas de riqueza manifesta, em primeiro lugar, alterações na estrutura da organização econômica da sociedade. Investigar as transformações significa produzir informes adicionais que permitem compreender o modo como se deu a passagem da economia tradicional à capitalista no final do século XIX... (MELLO, 1985:26)*

Para responder às questões levantadas e desenvolver a investigação científica, utilizar-se-ão as informações contidas em processos de inventário dos bens e testamentos.

O trabalho pioneiro de José de Alcântara Machado (ALCÂNTARA MACHADO, 1930) demonstra a importância das informações e as possibilidades de serem utilizadas pelo estudioso para reconstituição da vida social e econômica. Mas,

*não os atuais, pobres em informes, de pouca valia para o estudioso do futuro que os explorar, que limitam-se a distribuição dos haveres. Têm a aridez e a frieza de um balanço. O estilo obedece ao figurino horrível dos formulários. Mas os antigos, em cada peça possuída não é somente arrolada mas descrita minuciosamente, seja ela de*

*pequeno ou grande valor. Assim completos e minundenciosos os inventários constituem depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas da sociedade colonial.* (MELLO, 1985:27)

José de Alcântara Machado estuda a composição da riqueza em São Paulo, com base na publicação do Arquivo do Estado de São Paulo dos inventários processados de 1578 a 1700 pelo primeiro cartório de órfãos da capital. No estudo dos componentes da riqueza verifica que

*o quinhão maior não é representado pela propriedade imobiliária. Nos inventários quinhentistas a anomalia aparece bem acentuada. Tome-se como padrão o arrolamento dos bens de Gracia Rodrigues, mulher de Pero Leme. Monta a 70\$560 tudo quanto se apura. Contribuem para esse total com três mil e seiscentos os produtos agrários e a criação; com sete mil e duzentos a casa da vila e da roça; com vinte e dois mil réis os dois escravos; com vinte e sete mil e seiscentos, uma pouca roupa, mobília e ferramenta. Ao passo que se dá o valor de cinco mil réis as casa da vila, um colchão velho é estimado em mil e duzentos, e em cinco mil réis se avalia uma 'saia do reino de Londres'. (ALCANTARA MACHADO, 1930:11)*

Essa situação ainda persiste, haja vista, por volta de 1621, o inventário de Catarina de Pontes evidenciar o mesmo equilíbrio.

*... proprietária de considerável sítio e fazenda no Ipiranga. O sítio, onde se incluem as casas de dois lanços, muitas roças, parreiras, limeiras, laranjeiras, pacoveiras, canaviais e restingas de mantimentos, grande cópia de utensílios agrícolas, cinquenta cabeças de gado vacum, quarenta e tantos suínos e três cavalcaduras, tudo isso vai alvidrado em 134\$440. Em pou*

*co menos, em 107\$000, se avaliam a roupa de cama e mesa e roupa de fato de vestir. Confrontem-se estas duas verbas do ativo: por 25\$000, um saio e saia de melcochado preto, o saio com dois colchetes de prata dourados, macho e fêmea; por 20\$00, as casas da vila, com três laços de taipa de pilão, com repartimentos de tapia de mão com seu quintal. (ALCÂNTARA MACHADO- 1930: 21-2)*

Em 1650, os imóveis passaram a constituir a parcela mais alta da riqueza privada nos inventários estudados em São Paulo por José de Alcântara Machado, à exemplo:

*No do Capitão Valentim de Barros... os bens descritos se acham as casas da roça, de taipa de mão, cobertas de telhas, com suas portas e chave mourisca, e as portas com suas dobradiças. Acham-se também umas cortinas de tafetã azul com seu sobreceço, guarnecidas com suas franjas de retroz vermelho e amarelo. Quanto vale o palacete da fazenda? Setenta mil réis. E as cortinas da cama de leito? Pouco menos da metade: trinta e dois. (Id., Ibid.:23)*

Apesar da terra representar valor de pequena monta nos inventários, na realidade, a propriedade da terra vale muito mais do que as avaliações demonstram, isso porque como lembra Oliveira Vianna,

*do latifúndio é que parte a determinação dos valores sociais; nela é que se traçam as esferas de influência;... os que não possuem sesmarias ou não conseguem adquirir terras se acham como que deslocados no meio da sociedade que vivem. O lucro não é o único incentivo as explorações agrícolas. O que se procura antes de tudo é a situação social que decorre da posse de um latifúndio, as regalias que dele provêm, a força, o prestígio, a respeitabilidade. (Id., Ibid.:26)*

Alice Piffer Canabrava (1972:95-123) analisa os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, em meados do século XVIII, momento de profunda fase de decadência. O objetivo de seu trabalho consistia em conhecer os níveis de riqueza, atribuindo dimensões quantitativas ao fenômeno da decadência, para estabelecer os elementos de comparação com os níveis de riqueza gerados, mais tarde, pela produção açucareira e cafeeira.

Os dados empíricos procedem dos censos realizados no governo de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, conforme consta das ordens transmitidas em 30 de julho de 1765 aos capitães-mores de 10 vilas da capitania. (Id., Ibid.:95).

Os dados analisados abrangeram 9.897 famílias, que representavam uma população de 43.576 pessoas, habitantes em 20 localidades. Nessa população inventariada, é impressionante o número de pessoas que nada possuem. Compreende 5.352 famílias 54,07%, que representam 21.758 pessoas, ou seja 49,93% da população. (Id., Ibid.:102).

A situação do mercado interno e sua pequena demanda por produtos agrícolas estrangulava a expansão da lavoura de subsistência estagnando a produção. Tal situação é mencionada pelo Morgado de Mateus, quando escrevia que o produtor rural apenas colhe cada um para seu sustento próprio, muito pouco sobeja para vender ao público, ... ninguém trata de aproveitar os efeitos do país, por cuja causa se acha o povo reduzido à mais lastimosa pobreza. (Id., Ibid.:116).

Todavia, será o comércio do gado vindo do sul, a posição estratégica da vila de São Paulo, a proximidade com o litoral através de Santos, aliado ao negócio das manufaturas e dos escravos, que constituem os investimentos lucrativos que

constituem os investimentos lucrativos que permitiram acumulação de capital. Tal como escreve Morgado de Mateus em 1766.

*...exceto alguns filhos do Reino que traficam em pequeno negócio de panos, e sedas, e outras miudezas, pela maior parte fazendas estrangeiras; aqueles tropeiros que negociam em animais de Curitiba e Viã<sup>o</sup> mão; alguns paulistas que têm uma limitada lavras em que faiscam algum ouro, tudo o mais vive miseravelmente. (Id. Ibid. 119).*

Portanto estando o setor primário estagnado, particamente inexistindo o setor secundário, será o setor terciário, que apesar de numericamente menor, irá concentrar a maior parcela da riqueza da Capitania de São Paulo. Sendo o setor comercial mais importante, o comércio de longa distância da rota sul-norte é que irá fundamentar as primeiras fortunas paulistas.

Zélia Maria Cardoso de Mello (1985), estuda as transformações da riqueza em São Paulo na segunda metade do século XIX. Sua atenção consistiu no estudo das mudanças das formas de riqueza social, para o período de 1845-95, momento em que se dá a superação do escravismo e o surgimento da economia da exportação capitalista.

Foram sobretudo estes três trabalhos que abriram perspectivas de análise, traçando as diretrizes teórico-metodológicas para se proceder o estudo da composição e distribuição da fortuna na sociedade tradicional paranaense: Palmas, um estudo de caso (1859-1903).

É importante frisar que os três estudos citados anteriormente utilizaram como fonte de pesquisa, os processos de inventário dos bens, além, é claro, de outras fontes conver-

gentes e complementares, a exemplo de Alice Piffer Canabrava que utiliza os recenseamentos de caráter militar feitos em São Paulo no século XVIII.

Sendo assim, as possibilidades e a riqueza de informações dos inventários como fonte, permite inseri-los;

*dentro da perspectiva metodológica da História Nova, no dizer de Jacques Le Goff 'é uma tentativa de história total', os inventários se constituem numa fonte rica e completa. As informações neles contidas nos possibilitam uma visão globalizante e diversificada da economia e da sociedade de uma região, cidade, ou vila. O homem simples, o homem comum, o remediado e o abastado surgem à nossa frente, uma vez que os inventários representam todo o esforço de uma vida de trabalho. (BARBOSA, 1980: 15).*

Nesse sentido, Adeline DAUMARD(1973), em seu estudo da população de cinco cidades em França no século XIX(Paris, Toulouse, Lille, Lyon e Bordeaux), demonstra várias maneiras de utilização da documentação ao revelar suas possibilidades e dificuldades, utilizando-se também de várias fontes complementares. Analisando a legislação em relação à renda, consegue discernir acerca do pensamento da classe dominante quanto à família, propriedade, comércio, riqueza, pobreza e solidariedade social.

A tese central de sua obra, consiste no estudo das profissões e o seu condicionamento social. Busca saber como as profissões colocavam o indivíduo frente à sociedade, o segmento social em que estava localizado, a influência da moeda corrente e da propriedade de bens de raiz e de capital nessa categorização. Os inventários constituem a fonte básica de infor-

mação e análise, fornecendo dados para conhecer o enriquecimento da população e a concentração das fortunas.

Portanto, os inventários são muito importantes para o estudo das mudanças econômicas e sociais, em determinada época, uma vez que fornecem ao historiador os elementos necessários para acompanhar toda a mudança no modo de viver, pensar e agir de uma sociedade. Isso é possível por se tratar de uma documentação seriada. Permitem verificar até que ponto, e, em que medida, o capital se desloca dos bens de raiz para os bens móveis e, vice-versa, permitindo extrapolar a posição da mentalidade tradicional frente às novas formas de riqueza e a penetração do capitalismo no meio rural campeiro.

Sobre os aspectos formais dos inventários, Zélia Maria Cardoso de Mello coloca o seguinte:

*Em linhas gerais, as primeiras informações constantes dos processos de inventário são pessoais, a saber, naturalidade e filiação, estado civil, relação de herdeiros. Em alguns casos dá-se notícia genérica dos bens possuídos; depois a descrição minuciosa de cada bem - quantidade, características e preço - agrupados conforme pertencem às categorias estabelecidas na época: móveis, animais, semoventes (escravos), raiz (imóveis), moeda etc. Após as declarações finais, referentes às dívidas ativas (a receber), dívidas passivas (a pagar), dinheiro encontrado, vontade dos herdeiros, colações e outras, procede-se ao auto de partilha ou orçamento: apresenta-se o valor total de cada grupo de bens e a soma dos mesmos resulta no Monte-Mor, a partir do qual se fazem as deduções pertinentes a fim de se obter o monte-mor partível, objeto de partilha entre os herdeiros. (MELLO, 1985:26).*

Em se tratando deste trabalho, considerar-se-á que cada inventário corresponde a um proprietário de ativos cuja riqueza total é a soma de todos os bens inventariados, isto é,



a riqueza total consiste no monte-mor do inventário.

Todavia, outros esclarecimentos são necessários acerca dos inventários, sobre suas possibilidades e limitações como fonte.

O estudo da riqueza, entendida aqui como o fazem Alice Piffer Canabrava e Zélia Maria Cardoso de Mello, como a totalidade dos bens possuídos pela família, tais como objetos, móveis, metais, jóias, utensílios e implementos, escravos, animais, propriedades rurais e urbanas, títulos, ações, apólices, dinheiros e outras; *reflete a formação e acumulação de capital no curso da vida de um homem e muitas vezes a acumulação de vidas pretéritas.* (Id., *Ibid*:27) Estudá-la, consiste adentrar às estruturas, conhecendo as pessoas na sua intimidade, o que possuíam, como viviam e as diferenciações sociais.

*Os bens móveis permitem precisar a diferença social no interior da sociedade, quais indivíduos possuem os mais ricos, e confortáveis. Os bens imóveis mais permanentes, indicam as possibilidades de rendimento; aliados no local onde se situam, além de permitir a localização espacial da riqueza dos indivíduos, nos informam se suas receitas provêm da exploração agrícola - no caso de propriedades predominantemente rurais, se de aluguéis - quando urbanas - ou as duas coisas. (MELLO, 1985:28-9).*

A propriedade de valores mobiliários reflete a tendência dos indivíduos à inovação econômica, além de constituir indicador de maior ou menor diversificação da economia. Quando no tempo são seguidos todos os elementos componentes da riqueza dos indivíduos, consegue-se uma aproximação dos mecanismos de acumulação de capital e das transformações internas da sociedade da qual provêm, permitindo perceber as tendências inova-

doras e as permanências tradicionais. Neste sentido,

*as condições sócio-econômicas se refletem de alguma maneira na riqueza dos indivíduos, assim como as transformações em curso. O modo como se compõe o 'portfólio' dos indivíduos encontra-se em íntima conexão com a sociedade: a propriedade de terras, casas, móveis, animais, enfim variados tipos de bens, e sua participação na riqueza total devem refletir não só as características da sociedade, mas alguns de seus movimentos. (Id. Ibid.:30)*

Quanto as limitações dos inventários como fonte para o estudo da estrutura econômica, eles podem dar conta *imperfeitamente, é verdade, de outros aspectos, como por exemplo, da rentabilidade das atividades e do movimento mais geral da economia, para a qual necessitamos de notícias complementares. (Id., Ibid.:30)*

No entanto, é possível por meio dos inventários, perceber como sociedade se manifesta em relação às inovações, incorporando as formas modernas de riqueza à fortuna individual, assim, caracterizando as tendências gerais da economia da sociedade em questão.

Ainda com relação às limitações, Zélia Maria Cardoso de Mello alerta o pesquisador que utiliza os inventários como fonte para a seguinte questão:

*...os defeitos próprios das declarações, os sucessores poderiam ser tentados a omitir alguns bens ou sub-avaliar outros, a fim de pagar menos impostos. Sem discutir se ao homem do século XIX se colocava a questão da resistência à tributação, contornamos esta eventualidade ao considerar que, se há fraude, esta possui caráter sistemático, e por isso a temos como uma constan-*

*te a influenciar todos da mesma maneira.  
(MELLO, 1985:29-30).*

Outra questão que se coloca, é relativa, aos valores a  
presentados, a saber:

*Em primeiro lugar, uma vez que os avaliadores atribuíam valores aos bens, poderia haver diferença entre os diversos avaliadores ou ainda, entre os preços efetivos de mercado e os preços de avaliação, sendo impossível medir tal variância, se houvesse. Por outro lado trabalhar-se-á com valores nominais, expressão monetária dos bens possuídos e, portanto, suscetíveis de embutir efeitos inflacionários e deflacionários. (Id., Ibid.:29-30)*

Assim sendo, em função do objetivo deste trabalho e como solução para esses problemas adotar-se-á trabalhar com a participação relativa de cada categoria de bens no total do monte-mor do inventário, e raras vezes os valores nominais se rão comparados entre si, mas sim, a participação relativa de cada categoria de bens no total da riqueza.

## NOTAS DE REFERÊNCIA

1. ABREU, Alcioly T.G. de. A Posse e o uso da terra; modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1981 (Dissertação de Mestrado).
2. ALCÂNTARA MACHADO, José de. Vida e Morte do Bandeirante. Revista dos Tribunais, 1930.
3. BARBOSA, Rita Maria Cardoso. Inventário; fonte para o estudo econômico-social da cidade de São Paulo; 1850. In: SEMANA DA HISTÓRIA; 2, Franca. Memória...; Franca, UNESP. 1980..
4. BRAUDEL, Fernand. Civilisation Matérielle; Économie et capitalisme. (Palestra proferida pela Professora Dra. Cecília Maria Westphalen sobre a obra, em Curitiba, no Departamento de História da UFPr., em 19 de nov. 1986).
5. CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia em decadência; os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 26 (4):95-123, out./dez. 1972.
6. CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. História; Questões & Debates, Curitiba, 2(2):5-13, jun. 1981.
7. DAUMARD, Adeline. Les Fortunes Françaises au XIXe. siècle; enquête sur la repartition et la composition des capitaux privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse d'après l'enregistrement des déclarations de succession. Paris, Mouton, Civilisations et Sociétés, 1973.

8. MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional; uma nota prévia. História; Questões & Debates, Curitiba, 2(2):103-8, dez. 1981.
9. \_\_\_\_\_. Contribuições ao estudo da história agrária do Paraná. Curitiba, UFPr., (3) jun. 1963.
10. MELLO, Zélia Maria C. de. Metamorfoses da riqueza; 1845-1895. São Paulo, Hucitec, 1985.
11. VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília, UnB, 1982.

## **CAPÍTULO II**

### **METODOLOGIA, ARQUIVOS E FONTES**

Sobre a questão do método em história, vários debates foram levados a efeito, por diversas correntes historiográficas. Nessas discussões, a interdisciplinaridade foi a força geradora da renovação metodológica da história. A renovação está representada pela escola de **Annales** com a proposta da história serial que abriu o debate entre os historiadores e os demais cientistas sociais.

Ocorreu que, das abordagens biográficas e político-institucionais passou-se ao enfoque sócio-econômico. Surgiu o interesse pela história dos grupos sociais e pelos movimentos sociais.

Uma das renovações que tomou conta dos estudos econômicos, foi o quantitativismo. O quantitativismo encontra-se na história dos economistas influenciados por Kusnetz, Colin Clark e François Perroux, em cujas abordagens porém, se limitam ao econômico, aplicando ao passado a teoria do presente.

Outra corrente do quantitativismo é representada pela "New Economic History", que consiste também numa história feita por economistas, que partem de uma suposição histórica, para testar suas teorias.

Porém, seria

*a história quantitativa feita pelos historiadores de Annales, que se distingue pela preocupação com o social, com o contexto histórico e em utilizar a técnica da quantificação, sem esquecer o qualitativo. (MOTIM; 1987:06).*

uma História que coloca problemas, formula hipóteses e busca novas fontes, que daria o equilíbrio justo da nova História.

Nesse sentido, Fernand Braudel coloca o trabalho histórico na perspectiva da multiplicidade do tempo histórico, ampliando a dimensão temporal de análise para os historiadores que, tradicionalmente, estavam acostumados e preocupados com o indivíduo e os acontecimentos. Essa história factual, apressada e jornalística, é denominada por Braudel, de curta duração. Sendo que o estudo das conjunturas corresponderia à média duração, e o estudo das estruturas à longa duração.

No presente trabalho, o método histórico é a diretriz básica do estudo. Os procedimentos da heurística, hermenêutica e da crítica serão observados. Embora este estudo seja um trabalho de história econômica, caracteriza-se pela sua multidisciplinaridade, e por não estar desvinculado da história social, da geografia e da estatística.

A aplicação do método histórico no estudo da composição e distribuição da riqueza em Palmas, segunda metade do século XIX, é fundamental para abordar os assuntos dentro de sua perspectiva histórica.

Pretendeu-se uma abordagem qualitativa e quantitativa das fontes, diretas e indiretas, manuscritas ou impressas, porque além da quantificação dos dados de modo a permitir a comprovação de algumas hipóteses, forneceram dados indispensáveis para o estudo da História e de outras ciências.

A análise baseia-se em dados fornecidos pela bibliografia selecionada e em outros documentos, como os Autos Cíveis de Inventário dos Bens Anexo I e II e Testamentos, Atas



dos trabalhos da Câmara Municipal de Palmas, Relatórios de Balanços de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Palmas, Livros de Assentos de Casamentos e Óbitos e Livros de Relatórios e Correspondência da Câmara Municipal de Palmas. Optou-se principalmente pelos Autos Cíveis de Inventário dos Bens, porque eles permitiram construir séries temporais homogêneas e comparáveis.

Concorda-se com Caio Prado Junior, quando diz que a

*...quantificação, isto é, a medição e expressão numérica das situações e circunstâncias de que se compõe a história, tem um papel considerável na elaboração do conhecimento historiográfico. Mas isso sempre em conjunção íntima e inseparável daquelas circunstâncias históricas de que a quantificação fornece a medida. E isso para o fim específico, sempre, de contribuir para o relacionamento de tais circunstâncias, ou seja, das "qualidades", que as configuram e definem. O que representa a operação central e essencial de todo trabalho científico.*  
(PRADO JUNIOR; 1975:09-19)

Portanto, neste estudo a análise qualitativa e quantitativa foram realizadas com a mesma ponderação, procurando-se não descuidar do contexto histórico em que se inserem os dados.

Como saber quais as categorias dos bens que representavam a maior parcela da riqueza? Quais as relações que guardavam entre si? Qual o movimento das categorias e dos tipos de bens na sociedade tradicional de Palmas para a segunda metade do século XIX? Quando aparecem novos tipos de bens? Quais são?

Para explicar tais questões, tornou-se necessário de-

finir como serão entendidos e trabalhados os conceitos de sociedade tradicional e riqueza, no decorrer deste trabalho.

Em que consiste, uma sociedade tradicional? Segundo

W.W.Rostow,

*economicamente, trata-se de uma sociedade de produção limitada, ... é instável dependente dos caprichos meteorológicos, porque a agricultura empírica ocupa nelas um lugar dominante, a indústria é débil e subordinada; nesta sociedade uma pequeníssima parte do produto social é investida produtivamente...*

Assim também,

*Socialmente, é uma sociedade muito hierarquizada, de 'débil mobilidade vertical', derivando sobretudo a autoridade da propriedade da terra e mantendo-se a organização ligada a formas primitivas (alargadas) da família; politicamente, os poderes centrais impõe-se com dificuldade aos poderes locais. Psicológicamente, o aspecto dominante é a ausência de mentalidade científica. ... (VILLAR; 1982: 142).*

Esses traços gerais da sociedade tradicional apresentados por W.W.Rostow, mesmo que de forma simplificada, permitem algumas aproximações com o tipo de sociedade em estudo.

A sociedade tradicional campeira palmense é, economicamente, uma sociedade de produção limitada que, em função das limitações do mercado interno e das péssimas vias de comunicação, encontra sérias dificuldades para diversificar sua estrutura produtiva para além do criatório, da agricultura de subsistência e do extrativismo vegetal. Possui uma indústria débil, cujo produto final destina-se apenas ao consumo regio-

nal campeiro, portanto, não cria laços comerciais com centros urbanos mais populosos, ampliando sua capacidade de expansão. Assim sendo, os excedentes de capital são carreados para a importação de bens de consumo, situação que caracteriza os pequenos investimentos feitos em atividades produtivas. Socialmente, é uma sociedade muito hierarquizada, senhor-escravo, depois, patrão-agregado, praticamente sem mobilidade vertical, onde a autoridade política tem origem na propriedade da terra, nos acordos familiares, nas relações de compadrio, e nos laços de dependência criados no sertanejo pelo coronelismo "paternalista". Psicologicamente, inexiste a mentalidade científica, predominando a mentalidade religiosa e as crenças supersticiosas.

Portanto, entender-se-á neste estudo, por sociedade tradicional aquela organização que apresenta pouca diversificação nas atividades econômicas e com raros investimentos em atividades produtivas, sendo socialmente muito hierarquizada; onde a autoridade política deriva da propriedade da terra e, psicologicamente estão mais presentes a mentalidade religiosa e as crenças em superstições, do que a mentalidade científica.

O conceito de riqueza, aqui empregado, refere-se ao conjunto de bens materiais possuídos por uma ou várias famílias, tais como: objetos diversos, móveis, metais, jóias, utensílios; implementos, escravos, animais, propriedades rurais e urbanas, ações, apólices, dinheiro, ativos e outros bens.

Definidos os conceitos, seguem-se as explicações referentes a metodologia adotada na organização dos dados co-

letados a partir dos autos civis de inventário dos bens.

Após o levantamento de dados, para a conjuntura de 1859 a 1903, foram feitos cortes temporais de 5 anos, sendo estabelecidos os seguintes quinquênios: 1860-64, 1865-69, 1870-74, 1875-79, 1880-84, 1885-89, 1890-94, 1895-99; e o quatriênio de 1900-03. Em seguida, as fortunas foram classificadas para cada quinquênio, em 4 faixas de riqueza, sendo que, a soma do monte-mor de todos os inventários realizados no ano, consistira a chamada "riqueza do ano".

A primeira faixa de riqueza engloba, para cada quinquênio, os inventários inseridos na classificação que vai de 0 a 24% da riqueza do ano; a segunda faixa, engloba os inventários que participam de 25 a 49% da riqueza do ano; a terceira faixa de riqueza, concerne aos inventários que participam de 50 a 74% da riqueza do ano; e a quarta faixa, se refere aos inventários que participam de 75 a 100% da riqueza do ano. Todavia, também será construída uma faixa para análise de cada categoria de riqueza declarada em relação ao conjunto dos proprietários.

A construção e classificação das fortunas em faixas de riqueza foi necessária para tornar possível a percepção de como se deu o movimento geral e a composição das categorias de riqueza nos inventários, permitindo comparar, numa perspectiva temporal, as diversas faixas de riqueza, isto é, verificar o movimento do capital nos diversos ativos dos bens individuais e a tendência geral da economia da sociedade de Palmas, na segunda metade do século XIX. Esses procedimentos foram importantes para a análise quantitativa dos informes.

A análise qualitativa da composição e das categorias

de riqueza na sociedade tradicional campeira de Palmas foi feita, principalmente, a partir do tratamento gráfico dos dados, através da técnica do fichário-imagem. A orientação no sentido da elaboração do fichário-imagem foi feita pelo professor Jayme Antonio Cardoso na disciplina de Seminário II. Neste trabalho, foi utilizado esse recurso porque viabiliza a manipulação de diferentes variáveis de tal forma que se pode perceber as correlações que, em outro tipo de tratamento dos dados, não seriam perceptíveis.

Consiste na utilização dos princípios da percepção visual sensível às variações de manchas do tom branco ao preto, nas duas dimensões do plano, obedecendo às regras da Semiologia Gráfica. A Neográfica é uma metodologia criada por Jacques Bertin (BERTIN, 1967) a partir da sistematização da linguagem visual, que também vem sendo desenvolvida no Brasil. (CARDOSO, Cursos; CARDOSO, 1984; CARDOSO 1986; ARAÚJO, reunião). Vários pesquisadores da Universidade Federal do Paraná utilizaram esta metodologia com excelentes resultados. (SANTOS; 1976; ARAÚJO, 1982; MOTIM; 1987). O trabalho de Jacques Bertin, publicado originalmente em língua francesa, foi traduzido para o português e publicado pela Editora da Universidade Federal do Paraná, em 1986 (BERTIN, 1986).

A elaboração do fichário-imagem obedeceu à composição de um cabeçalho, com as variáveis dispostas nas colunas. Em cada linha constituída por uma ficha, esta representado um inventário. O fichário-imagem foi construído da seguinte maneira:

- a) Foi elaborada a matriz ou o cabeçalho (Figura 1);
- b) Foram preparadas e multiplicadas as fichas (Figura 2);
- c) Foram transcritas as informações dos formulários de

coleta de dados para as fichas - cada uma correspondendo a um inventário - através da pintura do espaço destinado para cada variável (Figura 3);

d) Completando o fichário, obteve-se graficamente, o conjunto de todos os inventários (Gráfico 1).

Considerando que se está diante de componentes de ordem diferencial, é possível a permuta entre as diversas fichas obedecendo o princípio da diagonalização, que permite aproximar os semelhantes e afastar os diferentes, seguindo várias manipulações das fichas, até que se chegue a uma situação satisfatória.

No tratamento dos dados, após efetuadas as diversas manipulações do fichário, cada conjunto obtido foi registrado em fotografia.

A matriz foi construída para viabilizar a análise específica da composição da riqueza, isto é, as formas dos bens nas categorias de riqueza nos inventários, e suas correlações. As categorias gerais foram subdivididas nas formas específicas dos bens, por exemplo, para os bens de raiz: terras de cultivo, terras mistas, campos, matas, capoeiras, benfeitorias, casas rurais, casas urbanas, terrenos urbanos e chácaras. Os semoventes escravos até 1888, foram classificados em função do número possuído pelo proprietário, de 1 a 5, 6 a 10 e de 11 a 15, isso para os escravos de ambos os sexos. Os semoventes animais foram classificados segundo a espécie: bovinos, equinos, muares, ovinos e suínos.

Os bens móveis foram classificados da seguinte forma: mobiliário, vestuário, prataria, bijuteria, instrumentos de cozinha, ouro, ações, apólices, armas e outros (canoas, bal-

Fig. 1 - Matriz do Fichário-Imagem

COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA DE PALMAS - 1859-1903

BENS DE RAIZ	NÚMERO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO	
T. CULTIVO	SEXO f	SEXO m
T. MISTAS	5	10
CAMPOS	6	11
MATAS	11	15
CAPOEIRAS	1	5
BENFEITORIAS	6	10
C. RURAIS	11	15
C. URBANAS		
TERRENO URBANO		
CHÁCARA		
ANIMAIS		
BOVINOS		
EQUINOS		
MUARES		
OVINOS		
SUINOS		
BENS MÓVEIS		
MOBILIÁRIO		
VESTUÁRIO		
PRATARIA		
BIJUTEIRIA		
INST. DE COZINHA		
MERCADORIAS		
COLHEITAS		
INST. TRABALHO		
DINHEIRO		
OURO		
AÇÕES		
APÓLICES		
ARMAS		
OUTRAS		
ATIVO		
L.V. ASSENTOS		
GRÉD. DE CAPITAL		
COMERCIAL		
PASSIVO		
DESP. FUNERAL		
P/UM DOCUMENTO		
COMERCIAL		
EMP. DE CAPITAL		
ESMOLAS		
DÉCADAS		
1850		
1860		
1870		
1880		
1890		
1900		
FAIXA DE RIQUEZA		
0		
25		
50		
75		
100		

Fig. 2 - Folha do Fichário-Imagem

Fig. 3 - Folha do Fichário-Imagem, pintada e dobrada

Fig.2

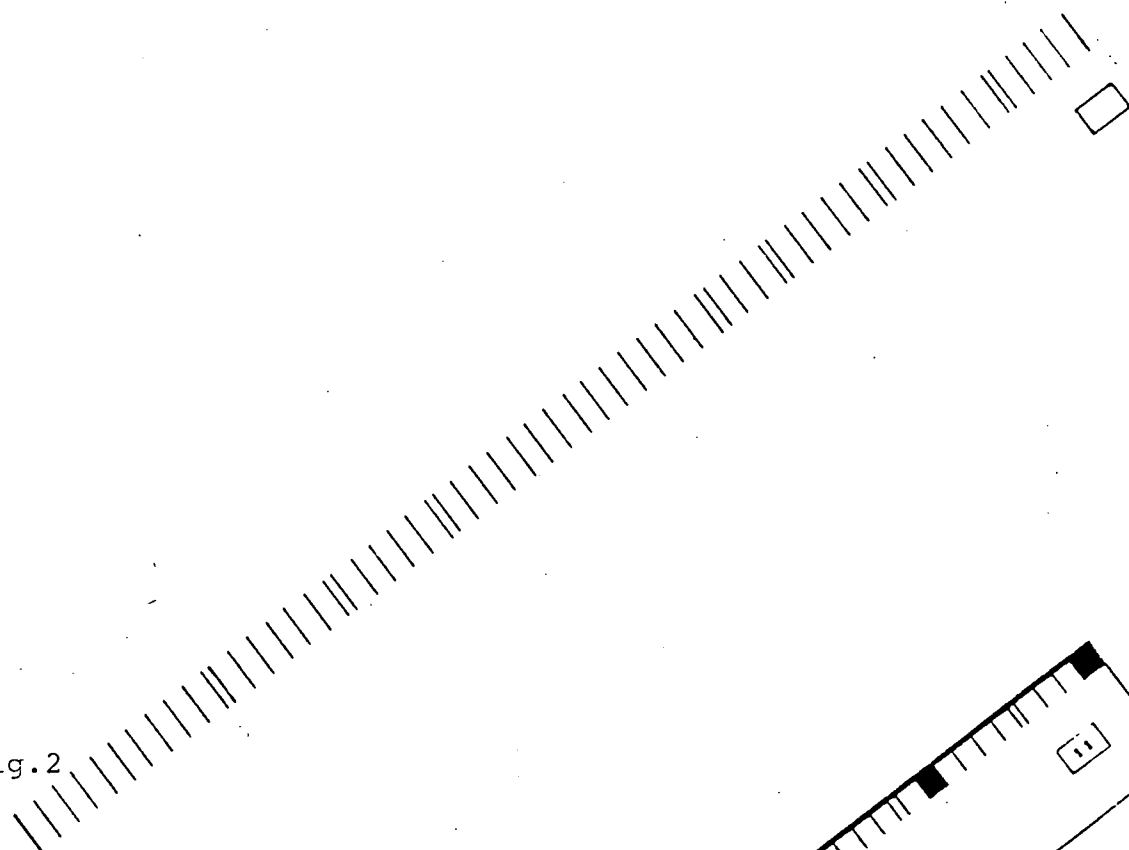
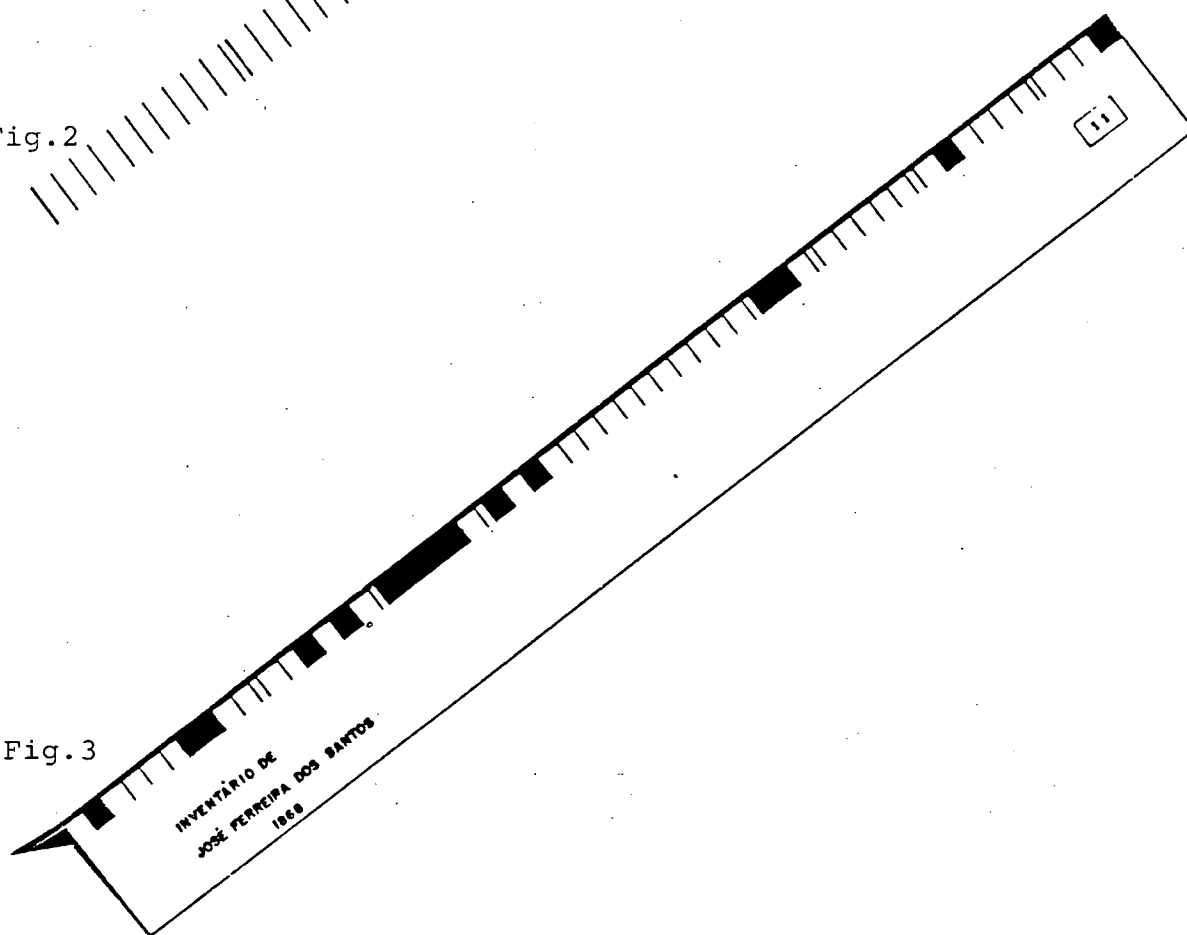


Fig.3







sas, arados e engenhos - de madeira, erva mate e de cana de açúcar).

As fichas utilizadas na coleta dos dados nos inventários, foram elaboradas pelos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, com a colaboração da professora Adeline Daumard da Université de Paris I (Sorbonne-Pantheon).

O conjunto de fichas, Anexo III, é composto de duas folhas principais: uma, com os dados pessoais e familiares do inventariado/a, e, outra, com a síntese dos bens inventariados e seus respectivos valores. Também, seguem ao conjunto de fichas 6 anexos com títulos específicos.

Na folha 1, foram transcritas as informações gerais sobre o arquivo, título do documento, número do maço ou processo e a data de início do inventário. Acerca do inventariado inclui o nome, sexo, estado civil, idade, data de falecimento, local, residência, nome da/o cônjuge e nome do/a inventariante. Traz ainda o número de filhos vivos ou falecidos, se deixou ou não testamento. Sobre os herdeiros, a condição de parentesco, descendente, ascendente ou colateral. Relaciona o nome, sexo, idade, estado civil, cônjuge e relação com o inventariado. Ainda nessa folha destina-se um espaço, à margem direita, para anotação de informações complementares.

A folha 2 consiste num resumo mais detalhado das informações sobre as categorias de bens encontrados e declarados nos inventários pós-mortem. No lado direito superior, destina-se um espaço para o nome do inventariado. Em seguida, consta a primeira categoria de riqueza, os bens de raiz, e suas formas específicas: terras de cultivo, erval, terras mistas, caí-

va, campo, mata, benfeitorias, casa e outros; sendo que para cada uma dessas formas dos bens de raiz constam informações sobre sua quantidade, localização (urbano-rural), valor, origem (aquisição ou herança) e o espaço para as somas totais. Para os bens semoventes escravos, consta o seguinte: quantidade, sexo, idade, valor e os totais; para os bens semoventes animais: a espécie, bovino, equino, muar, ovino e suíno, suas quantidades e valores. Para os bens móveis informa o tipo, a quantidade e o valor, do mobiliário, do vestuário, da prataria, das bijuterias, dos artigos de cozinha, das mercadorias, das colheitas, dos instrumentos de trabalho e de outros, sempre constando um espaço para os totais.

No lado direito inferior é destinado espaço para as dívidas (ativas ou passiva) e os valores mobiliários.

Para as dívidas ativas, sua origem comercial, diversa ou familiar e seus respectivos valores. Para as dívidas passivas, sua origem e seus valores. E ainda a soma dos valores mobiliários. No final, consta um quadro com o valor total dos bens inventariados e espaço para informações complementares.

O anexo 1 do corpo de fichas traz no cabeçalho - espaço para o nome do inventariado e as informações sobre os bens de raiz, discriminando suas propriedades imóveis: tipo, localização, extensão, valor, origem e informações complementares.

O anexo 2 trata dos dados sobre os escravos: nome, cor, sexo, idade, estado civil, profissão, valor, data de aquisição, e informações complementares.

O anexo 3 trata dos bens semoventes-animais: espécie, quantidade, valor unitário, valor total e informações complementares.

O anexo 4 traz a relação dos bens móveis: tipo, quantidade, valor unitário, valor total, origem e informações complementares.

O anexo 5 trata das dívidas ativas, sua natureza, o valor, nome do devedor e as informações complementares.

O anexo 6 trata das dívidas passivas, sua natureza, o valor, nome do credor e as informações complementares.

A composição do conjunto de fichas utilizadas no levantamento de dados nos inventários e descritas anteriormente, podem ser visualizadas no anexo III, IV e V.

Depois de transcritos os dados dos inventários para as fichas e anexos, obteve-se uma visão geral e específica dos tipos dos bens materiais que compunham concretamente as bases materiais da economia e sociedade da região de Palmas. Também foi possível perceber a distribuição e as relações entre as diversas categorias de riqueza.

Foram consultados todos os processos arquivados no Cartório do Cível e Comércio de Palmas, para o período de 1859 a 1903, totalizando 1.125 processos. Entretanto, entre eles, nem todos se constituíam de inventários. Dos 215 processos de inventário dos bens localizados para o período em estudo, todos foram utilizados na elaboração do fichário-imagem, das tabelas e dos gráficos.

Todavia, diversas fontes foram levantadas e pesquisadas em vários arquivos, bibliotecas, museus, institutos e departamentos estaduais e federais. Algumas manuscritas, outras impressas. Todas foram de suma importância para realização deste estudo.

As fontes primárias manuscritas de arquivo, utilizadas

na elaboração da dissertação, foram as localizadas nos Arquivos Notariais, no Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, na Cúria Diocesana de Palmas, na Prefeitura Municipal de Palmas e na Câmara Municipal de Palmas; descritas em seguida.

No Cartório do Cível e Comércio de Palmas foram arrolados os Autos Cíveis de Inventário dos Bens e os Testamentos, para o período de 1859 à 1903.

No Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, vários documentos foram arrolados sob o título, Terras, Ofícios, Escravos, Circulares, para toda a segunda metade do século XIX.

Na Cúria Diocesana de Palmas, foram arrolados e levantados os Livros de Assentos, de Casamentos e de Óbitos para o período de 1843 à 1903.

Na Prefeitura Municipal de Palmas foram arrolados e levantados dados nas seguintes fontes: Livro de Registro de Marcas e Fazendeiros (1887-1938). Livro nº 1 de Receitas e Despesas do Município (1897-1903), Livro s/n de Cartas e data e foro (1880-95) e Livro nº 1 de Cartas de data e foro (1898-1916).

Na Câmara Municipal de Palmas foram arrolados e pesquisados os, Livro s/n de Atas dos Trabalhos da Câmara Municipal (1879-85), e o Livro s/n de Atas dos Trabalhos da Câmara Municipal de Palmas (1885-95).

As fontes primárias e secundárias impressas de bibliotecas foram pesquisadas nos locais e entidades públicas e privadas listadas a seguir:

- 1 - Biblioteca Pública do Paranã.
- 2 - Biblioteca Central da Universidade Federal do Para-

nã.

- 3 - Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- 4 - Biblioteca do Curso de Pós-Graduação em História, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.
- 5 - Biblioteca do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.
- 6 - Biblioteca Paranista "Julio Moreira".
- 7 - Secção de Documentação Paranaense na Biblioteca Pública do Paraná.
- 8 - Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.
- 9 - Biblioteca do Museu Paranaense.
- 10 - Biblioteca do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.
- 11 - Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - Pr.
- 12 - Biblioteca das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas.
- 13 - Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.
- 14 - Biblioteca Municipal de Palmas.
- 15 - Entrevista feita com o Sr. José Ferreira dos Santos, e análise de um manuscrito de sua autoria intitulado "História de Palmas".

O Arquivo do Cartório do Cível e Comércio de Palmas, está situado à rua Barão do Rio Branco, ocupando uma sala do prédio onde funciona o Fórum da cidade. A documentação arqui-

vada em caixas de papelão acha-se relativamente organizada, porém em acelerado processo de decomposição devido à falta de cuidados necessários que a deixa sujeita à,

*... influência altamente negativa dos seus mais variados inimigos: o tempo, o ataque de dezenas de papirógrafos, a maléfica influência da luz, do calor, do frio, da aeração, e da umidade, mal dosados, e de muitos outros agentes deletérios dentre os quais se destaca aquele que é - sem dúvida - um dos seus maiores algozes: S.Excia. o ser humano... (ARQUIVO, 1986).*

Inicialmente, no Cartório do Cível e Comércio de Palmas foram consultados os Livro-Índice 1, 2 e 3 que apresentavam as seguintes informações referentes aos processos arquivados: número de ordem, requerente, natureza da ação e nome das partes. A natureza da ação era de ordem diversa, a saber: carta precatória, inventário, inventário negativo, ação executiva, protestos judicial, pedido de alvará, arrolamento dos bens, executivo fiscal, divisão judicial, ação de reintegração de posse, e outras.

O livro nº 1, foi organizado pelo escrivão Natalício de Souza em janeiro de 1934, abrangendo o período de 1859 a 1959. Esse livro índice foi objeto de minuciosa análise, por nele estar inserido o período em estudo, 1859-1903.

A documentação, arquivada em caixas e dispostas em prateleiras de madeira, está classificada apenas pelo ano de entrada do processo. Todavia, como documentos de outra natureza estavam arquivados junto com os inventários, procedeu-se em primeiro lugar a seleção, caixa por caixa, separando os inventários dos demais documentos para em seguida se dar iní-

cio à coleta sistemática dos dados no corpo das fichas mencionadas e especialmente elaboradas para essa finalidade.

Foram coletados dados em 215 autos civis de inventário dos bens e em 18 de testamentos. Os processos de inventário, assim como os testamentos, estavam distribuídos em caixas de número variável, não obedecendo a nenhuma ordenação sistemática. Em algumas caixas-arquivo constavam 4 ou 5 inventários, em outras 1 ou 3.

Essa documentação em Palmas, foi utilizada de forma exaustiva pela primeira vez, para viabilizar o desenvolvimento proposto pelo objeto de estudo desta pesquisa.

Os 18 testamentos, arrolados e levantados através de cópia fiel em fichas, foram abertos no período de 1868 a 1903, e estão listados a seguir:

	ANOS	NOMES	MONTE-MOR
1	- 1868	- Joaquim Nunes Fogaça.....	6:149\$000
2	- 1875	- Joaquim de Oliveira Fortes...	503\$000
3	- 1876	- Manoel José Teixeira.....	7:620\$000
4	- 1879	- Ignácio Fernandes de Siqueira.....	14:226\$340
5	- 1884	- Frco. Marçal e Maria Leonarda.....	340\$340
6	- 1886	- Rufina Maurícia de Sá.....	87:904\$000
7	- 1887	- Antonio Rodrigues Fernandes.	465\$000
8	- 1892	- Izabel Leopoldina de Jesus..	2:561\$000
9	- 1892	- Alexandrina Mendes de Lara..	1:891\$500
10	- 1893	- David José de Moura.....	12:300\$000
11	- 1893	- Josepha Mendes de Almeida...	5:252\$000
12	- 1898	- Antonio Manoel dos Santos...	15:724\$290



13 - 1899	- Anna Euphrasia de O. Marcondes...	109.804\$000
14 - 1900	- Maria do Pilar Guimarães.....	6:877\$512
15 - 1901	- Antonio Caetano de Oliveira.....	394\$000
16 - 1902	- José Pinheiro de Oliveira.....	6:636\$000
17 - 1902	- Vicente Ferreira Bello .....	5:453\$000
18 - 1903	- João Carneiro Marcondes.....	11:107\$620

A leitura e análise dos testamentos, permitiu observar e compreender os comportamentos da época acerca dos costumes econômicos, sociais e morais-religiosos da sociedade campeira de Palmas. Os testamentos deixam transparecer elementos importantes para a compreensão do modo de vida, os valores, os costumes, a forma de "gestão econômica dos bens", a mentalidade dessa sociedade.

*Os testamentos afiguram-se-nos como uma das mais novas e ricas fontes que podem conduzir ao conhecimento total, à percepção da estrutura mental das sociedades. Os sentimentos estão na base das relações humanas e o sentimento diante da morte pode se tornar uma valiosa revelação do comportamento humano. (ALMEIDA, 1903:133).*

Do ponto de vista legislativo, os inventários e os testamentos eram regulamentados pelas Ordenações Filipinas (ALMEIDA; 1870) até o Código Civil Brasileira, de 1916.

Segundo Márcia Elisa de Campos Graf, há basicamente dois tipos de testamentos: os ordinários e os extraordinários ou especiais. São reconhecidos como testamentos ordinários: o público ou aberto, o cerrado ou místico e o particular ou privado. São considerados testamentos extraordinários ou esp-

*ciais: o testamento marítimo, o testamento militar e o testamento nuncupativo.*" (DAUMARD, 1984:190-92)

O testamento aberto ou público é aquele em que as disposições do testador são conhecidas publicamente. O testamento cerrado ou místico deve ser lido e assinado pelo oficial e pelas testemunhas e pelo testador, para que só então, o tabelião cerre o testamento após incluir o instrumento de aprovação considerando-o como bom, firme e valioso. O testamento nuncupativo é o testamento feito verbalmente. Segundo Clóvis Bevilaqua, *os primeiros testamentos foram feitos dessa forma, mas após ser firmado o princípio da revogabilidade caiu em desuso. Foi abolido pelo Código Civil o testamento nuncupativo ordinário, ficando dele apenas uma reminiscência na exceção estabelecida em favor dos militares em combate.* (DAUMARD, 1984:193).

Dos 18 testamentos que foram arrolados e analisados, 8 são do tipo aberto ou público, 8 do tipo cerrado ou místico e 2 do tipo nuncupativo.

No Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, no Palácio da Coluna situado à rua Bispo Dom Carlos, 819, foram pesquisados e arrolados os informes contidos nos Livros de Assentos de casamentos e Óbitos.

Os referidos livros estão arquivados na secretaria da Cúria Diocesana e dispostos em prateleiras-armário, sendo que os mesmos apresentam bom estado de conservação e legibilidade.

Os informes contidos no Livro nº 1, de Assento de Óbitos, que engloba o período de 1853 a 1905, foram levantados em ficha modelo criada por Luis Henry e readaptada para a situação brasileira, pelos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. O propósito de levantar os

dados nesses livros consitiu na necessidade de conhecer a idade dos inventariados ao falecerem, uma vez que raros inventários trazem essa informação. Mesmo assim, os assentos de ôbitos, em muitos casos, também não traziam a idade do falecido.

A ficha utilizada no levantamento contém as seguintes anotações: nome da paróquia, número do livro, página do assento e localidade; data do registro, pároco, data do ôbito, data do nascimento, idade, sexo, profissão, causa-mortis, naturalidade, nome da mãe e naturalidade, nome do/a cônjuge e naturalidade. A ficha dispõe ainda de espaço para anotação da cor, condição social e etnia. Anexo VI.

O livro pesquisado foi aberto em 15 de fevereiro de 1853 pelo vigário da Vara de Castro, Damásio José Correia, e contém 96 folhas, sendo utilizadas 92 e 4 deixadas em branco. Foram utilizadas no levantamento dos assentos de ôbitos 641 fichas que correspondem ao número de ôbitos ocorridos no período de 1853 a 1905, que foram devidamente comunicados ao pároco.

O levantamento e coleta de dados nos assentos de ôbitos prendeu-se a dois objetivos. Primeiro, verificar a idade dos inventariados e calcular a idade média dos mesmos ao morrerem. Segundo, verificar o número de ôbitos anuais de indivíduos maiores de 25 anos, e comparar com o número de inventários realizados, anualmente, em Palmas. Isso porque, por força de lei, todo indivíduo com ou mais de 25 anos, casado ou solteiro, devia ter os seus bens inventariados, assim como os menores de 25 anos casados.

## SEPULTAMENTO

491 N.º PARÓQUIA Sr. Bom Jesus dos Campos de Palmas

LIVRO: 1

FLS: 74

LOCALIDADE Palmas

Data do Registro 03-05-1894		Paroco Achilles Saporiti			Cor/Con Social / Etia Observações
Data do Óbito 03-05-1894	Data do Nascimento 1854	Idade 40	Sexo M	Profissão Fazendeiro	
Causa Mortis Assassinado pelas forças legais nas margens do rio Chopim		Naturalidade Guarapuava	Residência Palmas		B/Faz./Mil/Port.
Falecido Capitão João de Tal					
Pai não constava		Naturalidade			
Mãe não constava		Naturalidade			
Cônjuge Maximiliana de Tal		Naturalidade			
Vivo (s) de:		Naturalidade			

Nos Livros de Assento de Casamentos na paróquia de Palmas, foram levantados dados referentes ao local de nascimento do noivo e da noiva, por Província ou Estado, Freguesia ou Município, para o período de 1850 a 1903. Esse levantamento foi efetuado sem a utilização de ficha especial, e teve por finalidade conhecer a procedência das pessoas que vieram e casaram em Palmas na segunda metade do século XIX.

Nos Arquivos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Palmas, foram pesquisados e fotocopiados para estudo posterior os seguintes documentos: Livro s/n de Atas dos Trabalhos da Câmara Municipal de Palmas para o período de 1879 a 1885. Esse livro contém 137 folhas utilizadas, seu termo de abertura data de 13 de abril de 1879 e é assinado pelo Presidente interino da Câmara Municipal de Guarapuava, Manoel Joaquim de Oliveira, não apresenta termo de encerramento e está em acele

rado processo de decomposição sendo de péssima legibilidade. Livro s/n de Atas dos Trabalhos da Câmara Municipal de Vila de Palmas, para o período de 1885 a 1895, não apresenta termo de abertura e encerramento, começa na página 6, todas rubricadas por Frederico Teixeira Baptista e termina na página 243. Também está em péssimo estado de conservação e de legibilidade. Livro s/n de Relatórios e Correspondência da Câmara Municipal da Vila de Palmas, para o período de 1882 a 1894, apresenta 141 folhas, começa na página 22 e apenas 87 folhas foram utilizadas. Apresenta razoável estado de conservação e legibilidade. Além desses documentos alocados no arquivo da Prefeitura Municipal de Palmas, também foram consultados: Livro de Registro de Marcas e Fazendeiros (1887-1938), Livro nº 1 de Receitas e Despesas (1897-1903), e os Livros de Requerimentos de Cartas de data e foro referentes aos períodos (1880-95) e (1898-1916).

A pesquisa nesses diversos livros foi importante para conhecer as condições gerais do município, o código de postura municipal, as correspondências com a presidência da Província, a expansão do núcleo urbano, as receitas sobre as importações e exportações, as condições gerais da economia, e outros informes que permitam compreender a conjuntura econômico-social da região onde estão inseridos os inventariados e os testadores.

## NOTAS DE REFERÊNCIA

1. ALMEIDA, Cândido Mendes. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. 14. ed. Rio de Janeiro, Instituto Philomathico, 1870.
2. ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Subsídios para uma história da mentalidade; a piedade no século XIX. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA, 2, São Paulo, Anais...; São Paulo, 1983.
3. ARAÚJO, Sílvia M.P. de Eles: a cooperativa; um estudo sobre ideologia da participação. Curitiba, Projeto, 1982.
4. ARAÚJO, Sílvia M.P. de & CARDOSO, Jayme A. O gráfico como instrumento de pesquisa; o fichário image. In: REUNIÃO ANUAL DA S.B.P.C., 38.
5. ARQUIVO Público do Paraná. O que fazer com os documentos antigos da família? Curitiba, O arquivo, 1986. (Planfeto).
6. BERTIN, Jacques. A neográfica e o tratamento gráfico da informação. Trad. de Cecília Maria Westphalen. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1986.
7. \_\_\_\_\_. Sémiologie graphique. Paris, Gauthiers Villard Mouton, 1967.

8. CARDOSO, Jayme Antonio. Construção de gráficos e linguagem visual. História; Questões & Debates, Curitiba, 5(8):37-58, jun. 1984.
9. \_\_\_\_\_. Semiologia gráfica. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1985. (Curso de Seminário II).
10. CARDOSO, Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília M. Atlas histórico do Paraná. Curitiba, Graf. Projeto, 1986.
11. DAUMARD, Adeline et alii. História social do Brasil; teoria e metodologia. Curitiba, Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.
12. MOTIM, Benilde Maria Lenzi. Estrutura fundiária do Paraná tradicional; Castro, 1850-1900. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1987. (Dissertação de Mestrado).
13. PRADO JUNIOR, Caio. História quantitativa e método de historiografia. Debate & Crítica. São Paulo, (66): 9-19, jul. 1975.
14. SANTOS, Carlos R.A. dos. L'Economie et la société esclavagistes au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887. Paris, Université de Paris x Nanterre, 1976. (Thèse doctoret de 3 ème cycle).
15. VILLAR, Pierre. Desenvolvimento econômico e análise histórica. Lisboa, Presença, 1982.

### **CAPÍTULO III**

#### **CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PALMAS**



### 3.1 Ocupação do território paranaense

No Paraná, do movimento de expansão paulista em meados do século XVII, nasceu, em Paranaguá, um núcleo de população , que ai se organizou, tendo como base de suas atividades econômicas a lavra de ouro dos rios. (MACHADO, 1963:6). Em seguida al- gum tempo depois, atraída pela mesma motivação, parte da popu- lação de Paranaguá se desloca até o planalto, onde logo depois se constitui numa sociedade politicamente organizada, ao redor da vila que afinal se criou, de Curitiba. (Id.Ibid.:7)

Passado algum tempo, Curitiba se transformou, no século XVIII, num pólo de expansão populacional que continua também no século XIX. Essa expansão populacional originária de Curiti- ba se fez pelas regiões dos campos naturais..."(Id.Ibid.:7). Portanto, será em torno de Curitiba, como pólo dominante e difusor, que se irá estruturar a sociedade regional tradicional paranaense.

A comunidade curitibana ocupou os campos de Curitiba; incorporou as fazendas mais an- tigas paulistas, dos Campos Gerais; atra- vessou os matos da Serra da Esperança, ocu- pando os Campos de Guarapuava; dai, atra- vessando as matas do Iguaçu, ocupando os Campos de Palmas; marchando mais para o sul, entrou nos Campos de São João, de on- de retrocedeu por, encontrar a expansão em sentido contrário dos fazendeiros do pla- nalto catarinense. De Palmas ocupou o Cam- po-Erê, de onde, em procura de um caminho em direção às Missões, região produtora, a- travessou o passo do Goio- n, sobre o rio

*Uruguai, chegando até Santo Angelo, com a primeira ocupação dos Campos do Nonoai (Id.Ibid.:7)*

Será em torno desses caminhos e de outros secundários, que irão se desenvolver os povoados que, mais tarde, como cidades, constituir-se-ão pontos de convergência para a sociabilidade das famílias fazendeiras: Castro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa nos Campos Gerais; Guarapuava, nos Campos de Guarapuava; Palmas, nos Câmpos de Palmas; e algumas cidades no Rio Grande do Sul, tais como: Passo Fundo, Cruz Alta e Palmeira das Missões. (BOLETIM, 1963:7)

Entre essas cidades e fazendas desenvolveu-se um sistema de vias de comunicação, que eram percorridos a pé, a cavalo, ou em lombo de muar. Desses caminhos, dois tiveram importância como estradas das tropas.

*Um deles, o mais antigo, vinha desde Vião ligado por outros caminhos à campanha rio grandense e Platina, e subia pela região serrana de Vacarias, atravessando o planalto catarinense por Lages e Curitiba nos e, depois de vencer com dificuldades as matas ao sul do Rio Negro, se esparava pelos campos Gerais, passando pelo Campo Tenente, pela Lapa, donde ia atingir o rio Iguaçu a 14 léguas de Curitiba. ... (Id., Ibid.;7).*

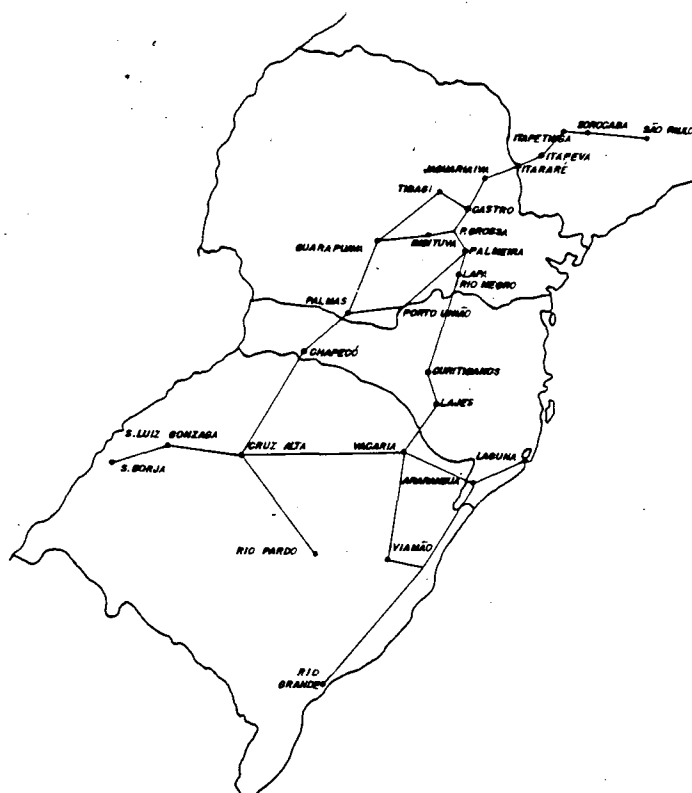
Daí em diante, esse caminho seguia para Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Itararé, Itapeva, Itapetininga e Sorocaba, depois São Paulo, onde se entrosava com outros caminhos para o Rio de Janeiro e as Minas Gerais.

*...outro, aberto pelos próprios paranaenses, vinha da região missioneira do Rio*

*Grande, ligada a Corrientes, na Argentina, atravessava o atual planalto catariense em Chapecô, cortava o Campo-Êre, atingia Palmas, donde seguia para o norte, atravessando o rio Iguaçu, seguindo pelo rio Jordão, chegava a Guarapuava, daí, seguindo por Imbituva, alcançava Ponta Grossa, de onde se entrosava com a primeira estrada, a do Viamão. (Id.Ibid.:7).*

No mapa 15 poder-se-á observar o eixo principal dessas duas estradas das tropas e concluir acerca de sua importância no contexto da integração nacional e regional, da região sul do Brasil, à economia de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

MAPA 15 - CAMINHOS DE TROPAS  
SÉCULO XVIII E XIX



FONTE: MACHADO, BRASIL PINHEIRO - *Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná*

### 3.2 Definição geopolítica do Município de Palmas

O que se pretende nesta etapa do trabalho é verificar como se processaram os sucessivos desmembramentos do território primitivo de Palmas, desde a criação da freguesia até o momento em que o município adquire a sua atual configuração geográfica. Serão enfatizados Atos, Decretos e Leis que oficializaram tais desmembramentos, assim como as questões territoriais em que esteve envolvido, dos meados do século XIX até a atualidade. Anexo VII.

Observa-se no mapa 1, a posição do Município de Palmas inserido no Estado do Paraná, e no território brasileiro.

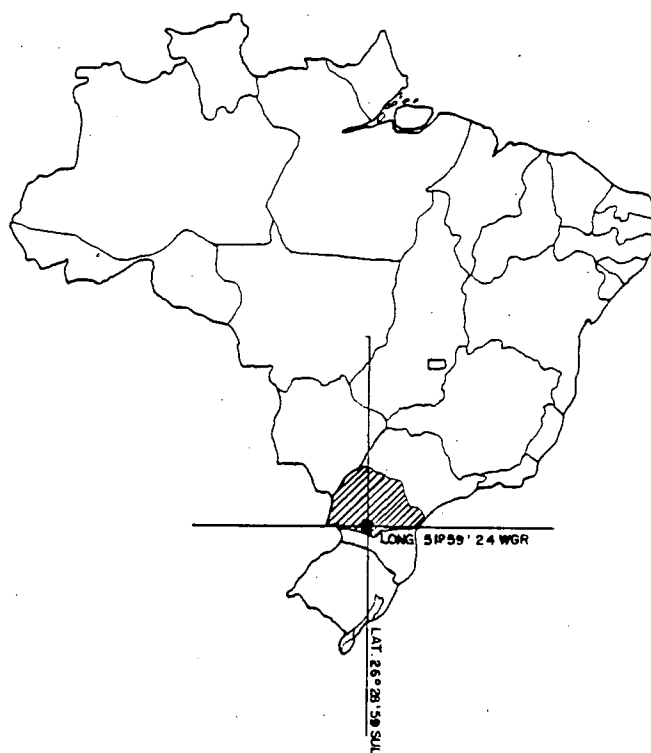
Atualmente, Palmas pertence à Microregião Homogênea do Médio Iguaçu (MRH-291) (FUNDAÇÃO IBGE, 1983), junto com os municípios de Manguaçu, Bituruna, Cruz Machado, União da Vitória, Paulo Frontin, Clevelândia, General Carneiro, Porto Vitória e Paula Freitas. Situada na MRH-291 (Id. Ibid.), a uma altitude de 1.160 metros, na latitude de 26° 28' 59" Sul e longitude de 51° 59' 24" W.Gr., Palmas apresenta clima temperado. Possui uma área de 3.245,152 Km<sup>2</sup>, com uma população estimada de 30.876 habitantes, dos quais 16.732 habitam o meio urbano, e 14.144 o meio rural (SECRETARIA; 1980).

Seus limites atuais são: ao norte, município de Pinhão; a leste, os municípios de Bituruna e General Carneiro; a oeste, os municípios de Manguaçu e Clevelândia; e, ao sul, o

Estado de Santa Catarina. Mapa 2.

O território primitivo de Palmas sofreu diversos desmembramentos dando origem a vários municípios, sendo inclusive, objeto de litígio territorial entre o Brasil e Argentina na chamada "Questão de Palmas", e disputa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, na "Questão do Contestado".

MAPA 1-POSIÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE  
PALMAS NO ESTADO DO PARANÁ E BRASIL



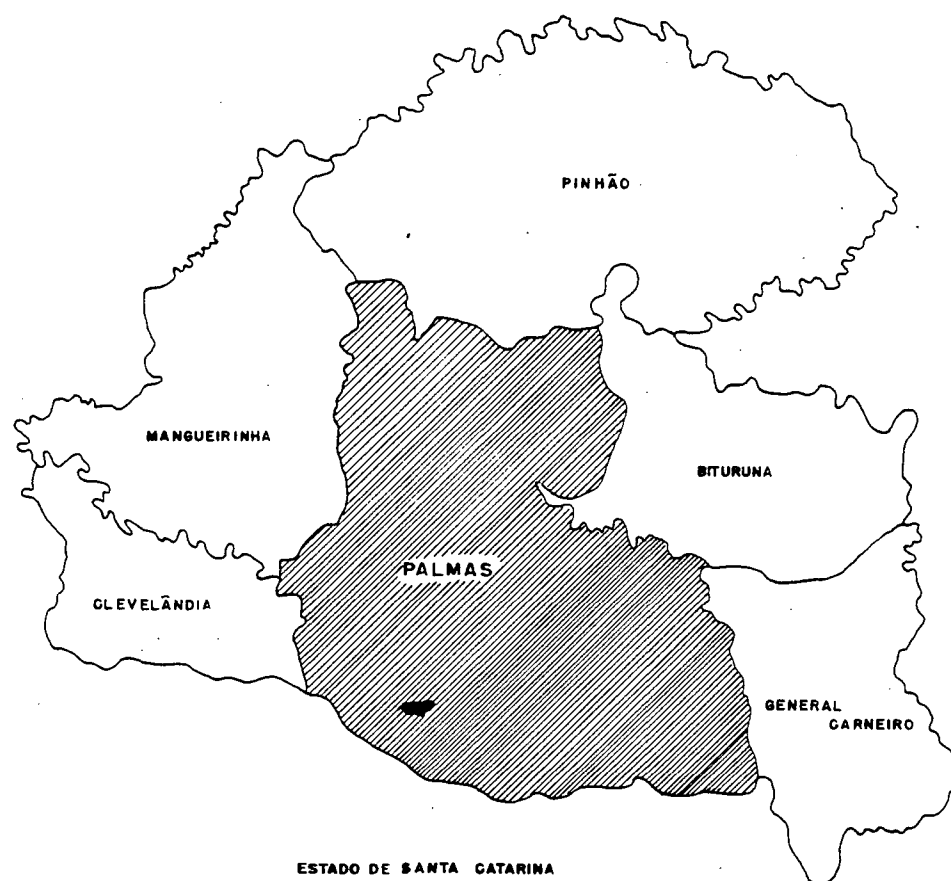
LEGENDA	
MUN. PALMAS	■
EST. PARANÁ	▨
DIST. FEDERAL	□

ESCALA: 1:60.000.000

ORG. ADILSON M. MENDES

DESENHO:

RIVAIL G. DOS SANTOS

**MAPA 2-LIMITES ATUAIS DO MUNICÍPIO DE PALMAS**

FONTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO PARANÁ



Parte de seu território, também esteve incluído no Território Federal do Iguaçu.

Sua área inicial, de aproximadamente 40.000 Km<sup>2</sup>, compreendia todo o território localizado entre os rios Iguaçu e Uruguai, chamado na época de Goio-En, desde o rio Canoas, a leste, até a República Argentina a oeste.

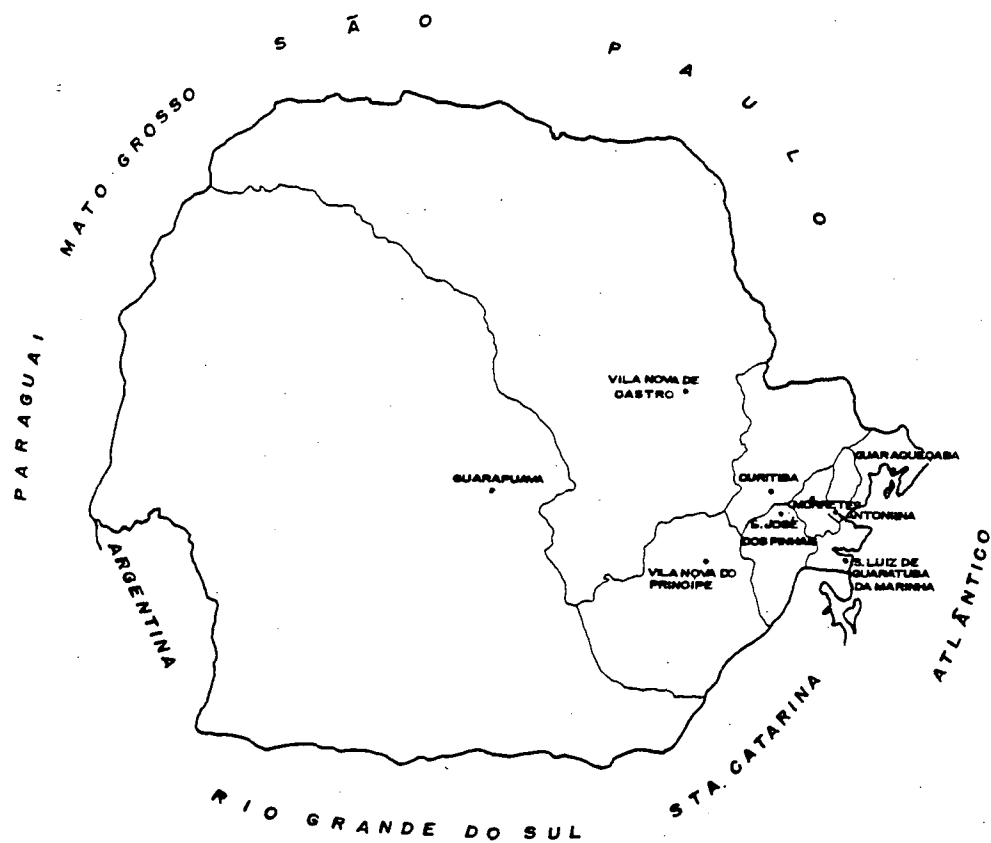
Inicialmente a região denominada Campos de Palmas pertencia ao território de Guarapuava, tal como demonstra o mapa 3 da Província do Paraná em 1853.

Em 28 de fevereiro de 1855, através da Lei nº 22, da Assembléia Legislativa Provincial, sancionada pelo Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcelos (LEIS, 1855-7-8), foi criada a freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas, no município de Guarapuava, no território que fora ocupado e povoado a partir de 1839.

A referida lei, elevava a Capela Curada do Senhor Bom Jesus de Palmas à categoria de freguesia. Deliberando ainda sobre a área da povoação e do rocio, sobre o plano da nova povoação e dos edifícios públicos, tais como: a igreja matriz, a casa do vigário, o cemitério, a cadeia, o quartel da força policial, o aldeamento dos indígenas e pousada dos viajantes.

Em virtude dessa lei, apesar de ainda continuar sob a jurisdição da Câmara Municipal de Guarapuava, é que o território de Palmas passa a ter configuração, com os limites, ao norte, o município de Guarapuava; ao sul, a Província de São Pedro do Rio grande do Sul; a leste, com a Província de Santa Catarina e do Paraná; e a oeste, com a República Argentina. Manteria os mesmos limites quando foi elevado à categoria de vila, em 1877. O mapa 4, demonstra a posição e a extensão do Município de Palmas na Província do Paraná, em 1877.

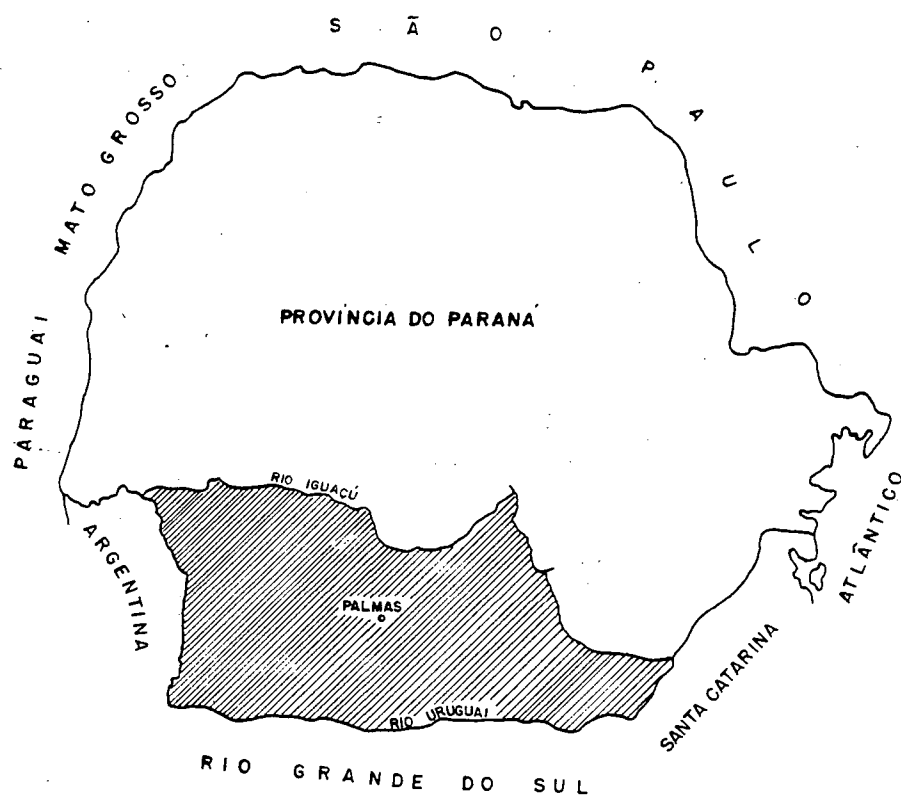
# MAPA 3 - PROVÍNCIA DO PARANÁ - 1853



## FONTE:

LESCHAUD, Marcos. MAPA DO ESTADO DO PARANÁ. 1:20.000. ITC, Pr.  
Caixa 2, nº 27. 1896.

MAPA 4 - O MUNICÍPIO DE PALMAS EM 1877



ESCALA: 1:5.300.000

ORG. ADILSON M. MENDES

DESENHO:

RIVAIL G. DOS SANTOS

LEGENDA

MUN. PALMAS



Assim, de 1855 até abril de 1877, Palmas será oficialmente freguesia de Guarapuava, sendo as diretrizes políticas, fiscais e econômicas orientadas pelo governo da Província e pela Câmara Municipal de Guarapuava. Em 13 de abril de 1877, o governo provincial resolve através da Lei nº484, (LEIS, 1875:15-6), desmembrar a freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas, definitivamente, do território de Guarapuava. Em termos gerais, a Lei nº 484, delibera sobre elevação da freguesia de Palmas à categoria de Vila, dispondo que o município de Palmas terá a mesma circunscrição da freguesia. Portanto, os limites do município de Palmas podem ser observados no mapa na página anterior e eram os seguintes: ao norte, o município de Guarapuava; ao sul, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; a oeste, a República Argentina; e a leste, a Província de Santa Catarina e os municípios paranaenses de Rio Negro e Palmeira.

É partindo desse território inicial do município de Palmas, com aproximadamente 40.000Km<sup>2</sup>, que começam os sucessivos desmembramentos, que vão dar origem a novos municípios.

Através da Lei nº 789 (DEPARTAMENTO, 1884:113-5), de 16 de outubro de 1884, é criada no distrito de Palmas de Baixo, a freguesia denominada Nossa Senhora da Luz da Boa Vista, com sede no povoado de Boa Vista.

O primeiro desmembramento do município de Palmas dar-se-á quando, o Congresso Legislativo do Estado do Paraná aprovou a Lei nº 28 (COLEÇÃO DE LEIS, 1912:90), de 28 de fevereiro de 1892, elevando a freguesia de Nossa Senhora da Luz de Boa Vista à categoria de Vila, com a denominação de Bela Vista. Seus limites são os seguintes: a leste, os lageados das Lontras e Rondinha e o município de Palmas; ao norte, o rio Chopim, da foz

do lageado Lontras para baixo; a oeste, com a República Argentina; e ao sudoeste com os rios Chapecó e Uruguai.

Como se pode observar no mapa 5, mais de um quarto do território do município de Palmas deu origem ao município de Bela Vista, que adquire, a partir de então, autonomia político-administrativa.

Será também na última década do século XIX, após a criação da freguesia de Boa Vista em 1884 que se dará através do Decreto nº 54, de 27 de março de 1890 (COLEÇÃO DE LEIS; 1912: 82), a elevação da freguesia de União de Vitória à categoria de Vila, desmembrada também do município de Palmas. (FUNDAÇÃO; 1959: 517). Observar o Mapa 5.

Será ainda na segunda metade do século XIX, principalmente nas duas últimas décadas, que irá se agravar a disputa territorial entre o Brasil e a Argentina relativa aos limites entre os dois países. Essa problemática de limites entre os dois países, ficou conhecida no Brasil como sendo a "Questão de Palmas", ou, como foi impropriamente denominada pelos argentinos; "Questão das Missões". (GOYCOCHEA: 49) Esse problema, envolveu parte do atual sudoeste do Paraná e quase todo o oeste de Santa Catarina até o rio Uruguai, fronteira com o Rio Grande do Sul, sendo de 30.621 Km<sup>2</sup> a área reivindicada pela Argentina. Esse território contestado estava inserido no território do município de Palmas.

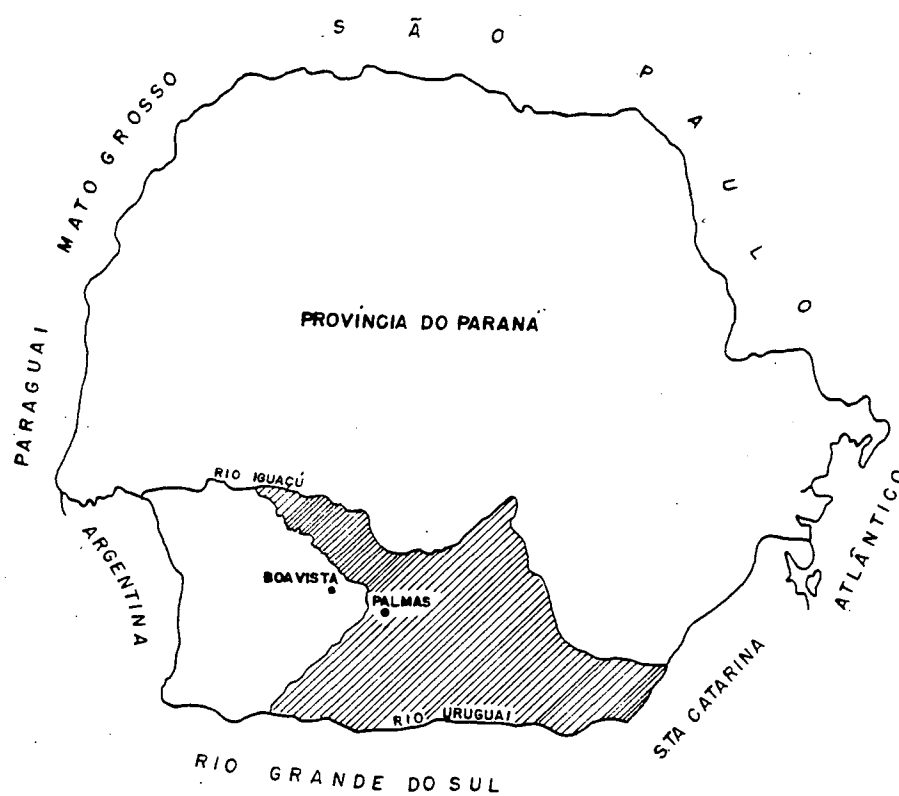
A chave da questão estava nas teses contrárias defendidas pelos brasileiros e argentinos. Para a Argentina, os seus limites com o Brasil eram os rios Chapecó e Chopim; entretanto, o Brasil argumentava que seus limites com a Argentina eram traçados pelos rios Peperi-guaçu e Santo Antonio.

O mapa 6, a seguir, demonstra a área em litígio, os rios designados por ambos os países como limites, e as pretensões da Argentina até 1888 e após 1888.

O impasse surge quanto à denominação dos rios declarados como limites. Até 1888, para a Argentina, os rios Peperiguaçu e Santo Antonio eram os rios Chapecô e Chopim; após 1888, a Argentina muda de parecer e, afirma que o rio Santo Antonio era o rio Jangada também afluente do rio Iguaçu.

Historicamente, *as demarcações e definição dos limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América Meridional, foram estipuladas pelo Tratado de Madri, de 1750 e pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777.* (BARROS, 1980:38). Quando desses tratados, em 1750 e 1777, não foram realizadas as demarcações "in loco" dos limites entre as terras do Brasil e das possessões espanholas, fato que acaba dando margens às usurpações e invasões gerando desentendimento posterior entre os limites do Brasil e da Argentina.

## MAPA 5 - O MUNICÍPIO DE PALMAS EM 1892



ESCALA: 1:5.300.000

ORG. ADILSON M. MENDES

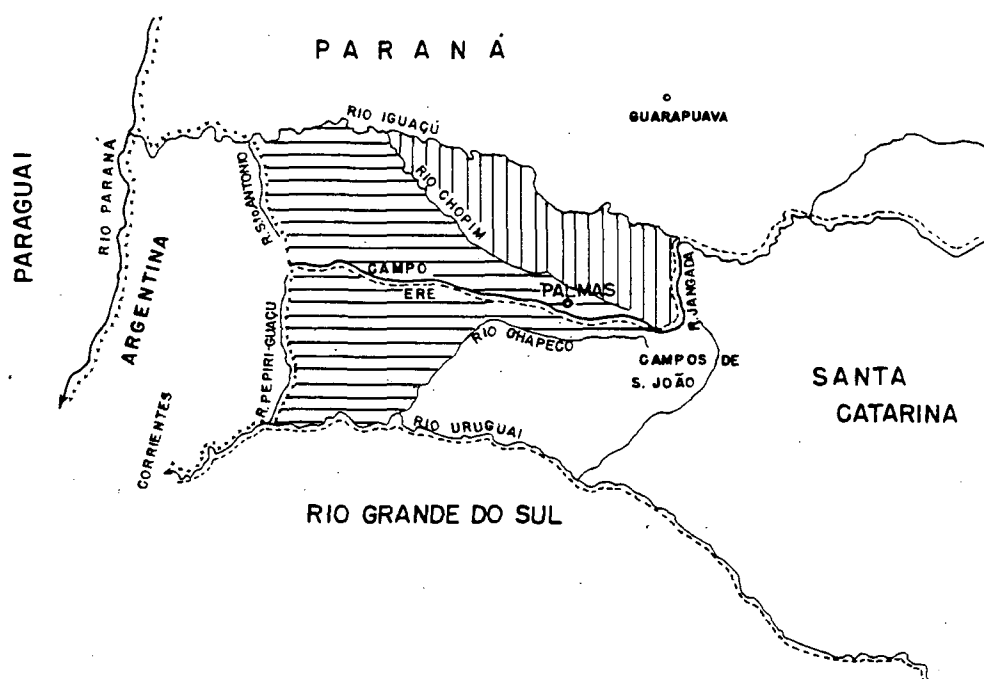
DESENHO:  
RIVAIL G. DOS SANTOS

## LEGENDA

MUN. PALMAS







# MAPA 6 - QUESTÃO DE PALMAS



FONTE:

WACHOWICZ, RUY CHRISTOVAM. o "utis possidetis" brasileiro na questão de Palmas

## LEGENDA

-  TERRITÓRIO PRETENDIDO PELA ARGENTINA ATÉ 1888
-  TERRITÓRIO PRETENDIDO PELA ARGENTINA APÓS 1888
-  ATUAIS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS
-  ATUAIS FRONTEIRAS ESTADUAIS



O Tratado de Santo Ildefonso de 1777, determinava que a fronteira entre as duas potências ibéricas era traçada pelos rios Peperi-guaçu e Santo Antônio. Porém, as comissões demarcadoras nomeadas por Portugal e Espanha, nunca definiram exatamente quais eram os rios que recebiam esses nomes, apesar de constarem nos mapas diplomáticos da época. Entretanto, mesmo tendo a República Argentina proclamado a independência em 1810, e o Brasil, em 1822, até 1857 os dois governos, herdeiros dos antigos tratados ibéricos, não demonstraram maior interesse em definir melhor suas fronteiras. Porém, em 1857 ambos os governos firmam acordo relativo à interpretação de que os rios Peperi-guaçu e Santo Antonio eram de fato os rios que na época dos referidos tratados recebiam a mesma denominação. Apesar de tal decisão, ter sido aprovada e referendada em 26 de setembro de 1858, pelo Senado e Câmara da Argentina, o Poder Executivo deixou passar o prazo para comunicar sua decisão ao governo brasileiro. E novamente o assunto entrou em esquecimento para ambos os países.

Passados alguns anos, dá-se a Guerra do Paraguai (1864-1869) quando o Brasil, Argentina e Uruguai formam a Tríplice Aliança. Durante esse conflito, no período de 1865 até 1869, *o território argentino de Misiones, fronteiriço ao Brasil fora protegido unicamente por uma divisão da guarda nacional brasileira, (Id. Ibid.:196)* como afirma o Barão do Rio Branco. Terminada a Guerra do Paraguai, o Brasil tenta dar início a conversações com a Argentina acerca da definição das fronteiras de interesse de ambos, mas não obteve resultado.

Diante da situação, o Ministério da Guerra do Brasil tomou providência no sentido de efetivar a instalação das co-

lonias militares do Chapecô e do Chopim, que haviam sido criadas pelo Decreto nº2052, de 16 de novembro de 1859. Para acelerar a instalação das colônias diante do clima de insegurança existentes na região, foi determinada a ida de dois destacamentos militares para o Chopim e Chapecô, pela portaria do Ministério da Guerra, de 20 de setembro de 1881.

Diante dessa movimentação, o ministro argentino no Rio de Janeiro, Doutor Luiz Dominguez, tomando conhecimento do fato, e acreditando que as colônias seriam estabelecidas na região oeste daqueles rios, fez verbalmente algumas observações ao ministro dos negócios estrangeiros do Brasil, conselheiro Pereira de Souza. (WACHOWICZ, 1979:196)

Diante da iniciativa do Ministério da Guerra do Brasil e, do ocorrido no Rio de Janeiro, em 1881, a Argentina define com clareza sua interpretação sobre o tratado de 1777: segundo esta, o rio que os brasileiros denominam de Chapecô (afluente do Uruguai), era o Peperi-guaçu e o Chopim (afluente do Iguaçu), era o rio Santo Antonio. (BARROS;1980:62)

Todavia, em 1888, surge nova interpretação da Argentina, alegando que o rio Santo Antonio era o rio Jangada. Tal argumento amplia a área em litígio para leste dos rios em questão.

Nessa conjuntura, em correspondência mantida pelo Presidente da Província do Paraná, João José Pedrosa, com o ministro da guerra, Visconde de Pelotas, verifica-se a preocupação e o receio de que argentinos pudessem estabelecer propriedades em terras brasileiras. (Id.Ibid., 63).

O ofício do Presidente da Província do Paraná, João José Pedrosa, de 24 de novembro de 1880, analisava a conveniên

cia, ou não, de ser enviado algum corpo do exército para estacionar nas proximidades desses novos estabelecimentos militares, afim de por os mesmos a coberto de qualquer agressão dos nossos vizinhos (LIVRO, 1880:35). Acrescentava, também, que em Corrientes, existia manifesto desejo de fazer-se ocupar o território do Campo-erê" (BARROS, 1979:63), como parte do território argentino.

Apesar da ameaça que existia, em 1881, o governo brasileiro resolveu retirar as tropas acampadas no Chapecô e Campo-Erê que receberam ordem de se retirarem para a capital (WACHOWICZ 1985:44-5), deixando a região dos Campos de Palmas desprotegida diante de uma possível invasão militar argentina.

Em ofício de 26 de agosto de 1884, remetido ao Presidente da Província do Paraná, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, pelos vereadores da Câmara municipal de Palmas, fica clara e evidente a preocupação com a possibilidade de invasão dos argentinos à região em litígio.

A Câmara Municipal temendo que o seu silêncio acerca de uma ocorrência, que parece grave possa trazer consequências perigosas; e sabendo que V.Excia. já teve participação pelo Juiz municipal, da excursão que fez aqui no mês próximo passa do um engenheiro da nação Argentina, tomando minuciosos detalhes e colhendo instruções não somente topográficas como do estado de forças, instruções militares, armamentos e número de praças de que pode o município dispor. Com quanto se mostrasse apressado, dando-se como em serviço de experiências naturais, todavia deixou antever-se em seu procedimento um movimento calculado em alcance político. Na eventualidade de que a qualquer emergência pela falta de meios de evolução pronta e defensiva, representa esta câmara à V.Excia. a necessidade de um destacamento de forças que nos possa guarnecer a fronteira aqui próxima, ou

*quando menos acautelar as vidas e os interesses do município. (ARQUIVO:37).*

Diante desse impasse, em 1855, a Argentina e o Brasil criaram uma comissão mista para proceder estudos "in loco" sobre as suas fronteiras entre os rio Iguaçu e Uruguai. Começam os trabalhos em 1887 e o relatório final é apresentado em 1890.

No entanto, em função das novas pretensões da Argentina, apresentadas na petição de 1888, a solução dessa questão de limites, torna-se importante, não só para

*...salvaguardar um patrimônio que fôra sempre brasileiro, mas também de prover à defesa do território nacional, pois, a prevalecer a pretensão Argentina, as terras desta penetrariam como uma cunha no Paraná e Santa Catarina, dificultando se as comunicações com o Rio Grande do Sul. (LOBO, 1952:17)*

Em 1889, o ministro argentino no Rio de Janeiro propõe, por iniciativa particular, ao ministro de negócios estrangeiros do Brasil, a divisão do território contestado. Como o Brasil recusou aceitar a divisão do território reivindicado pela Argentina, foi assinado em 7 de setembro de 1889, na cidade de Buenos Aires, um tratado de arbitramento. Esse tratado, entre o Brasil e a Argentina, estabelecia que após o árbitro escolhido estudar os argumentos apresentados e comprovados pelos dois países, deveria se pronunciar apenas por uma das partes. Assim, a área em disputa pertenceria, após a decisão do árbitro, integralmente apenas a um dos países.

A defesa argentina foi apresentada através dos traba-

lhos realizados pelo ministro Estanislao Zeballos. O Brasil foi representado pelo ministro José Maria da Silva Paranhos Junior, Barão do Rio Branco, cuja defesa em favor do Brasil intitulou-se *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao presidente dos Estados Unidos da América como arbitro, segundo as estipulações do tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina.* (RIO BRANCO, 1894)

Após analisar a defesa de ambas as partes interessadas, em 5 de fevereiro de 1895, o presidente Grover Cleveland pronunciou o seu julgamento em favor do Brasil. Conseqüentemente, a fronteira entre os dois países seria formada pelos rios Perí-guaçu e Santo Antonio, que o Brasil defendia estarem localizados entre os rios Iguaçu e Uruguai.

Os argumentos mais importantes apresentados pelo Barão do Rio Branco, em favor do Brasil e que influíram na decisão favorável aos interesses brasileiros, foram:

O "utis possidetis" do território contestado por parte do Brasil. Pelo censo de 1890, habitavam a região contestada 5.793 habitantes, dos quais 5.763 eram brasileiros e 30 estrangeiros. Entre eles, não era registrado nenhum cidadão argentino. O "utis possidetis" brasileiro, provinha indubitavelmente da expansão da frente pastoril iniciada pelos pioneiros dos Campos de Palmas, que expandiram-se para oeste e leste, i. é, para o Campo-Erê e Campos de São João. Ocuparam para o Brasil uma extensa área de campos onde desenvolveram o criatório. Por outro lado, os correntinos penetraram na região ao sul do contestado, i. é, pelo vale do Uruguai. Seu objetivo era a exploração do mate. Entretanto, os argentinos ali não se estabeleceram definitivamente. Suas penetrações eram predatórias, seus estabelecimentos temporários. Enquanto perdurava a exploração do mate, ali perma-

*neciam. Cessada a atividade, o núcleo populacional era abandonado e deslocado para outro ponto mais favorável. A fixação dos brasileiros era de caráter permanente enquanto o dos argentinos circunstancial. ... (WACHOWICZ, 1979:216-7).*

O Barão do Rio Branco deixa comprovado em sua defesa que os brasileiros já haviam conquistado e ocupado a região a leste do Peperi-guaçu e Santo Antonio desde 1840, haja vista, a existência da Vila e Paróquia de Palmas, o povoado e paróquia de Boa Vista, a povoação de Campo-Erê e outros núcleos populacionais, além de numerosas fazendas espalhadas pela região.

Observar no recenseamento de 1890, quadros nº 1 e nº 2, a seguir intitulado, *Resumo do Recenseamento da População da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, Brasil*, que, dos 5.793 habitantes, apenas 30 eram estrangeiros e não havia entre eles, nenhum cidadão argentino.

Resolvida definitivamente a questão de limites com a República Argentina, outro litígio territorial que até então ficara esquecido pelo governo, entre em cena nos debates políticos. É a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.

Essa questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina já existia antes mesmo da criação da Província do Paraná.

Inicialmente, a questão de limites era objeto de disputa entre a Província de São Paulo e a de Santa Catarina. O argumento básico de Santa Catarina estava fundamentado no Alvará de 1749. Tanto é verdade essa disputa que, em 1766, o governo de São Paulo ordenou ao bandeirante Antonio Correa Pinto que estabelecesse os limites de São Paulo, ao sul. Esses

limites, seriam os rios Canoas, a leste, e o rio Uruguai ao Sul. Seguindo à ordem, Antonio Corrêa Pinto, fundou em 1776, a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages.

Quando o Paraná se torna província, considera e exige que seus limites com Santa Catarina sejam os mesmos da antiga comarca de São Paulo. Isso significa dizer que, o Paraná pretendia que a divisa entre as duas Províncias fossem fixadas pelo rio Saí-guaçu, Serra do Mar, em direção ao rio Marombas, desde sua nascente até o rio Canoas; e deste, até cair no rio Uruguai. Santa Catarina pretendia que, seus limites com o Paraná, fossem traçados pelos rios Negro e Iguaçu.

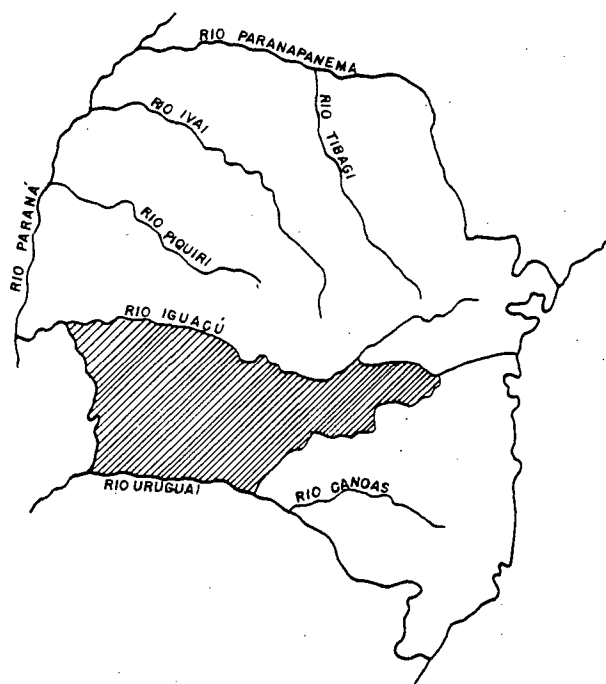
No entanto, apenas em 1881, quando a Argentina passa postular o chamado território das Missões que também era, mais ou menos, a mesma área postulada por Santa Catarina, que o Governo Imperial dá-se conta do litígio existente entre a Província do Paraná e a de Santa Catarina.

A área contestada possuía uma extensão de aproximadamente 48.000 Km<sup>2</sup>, como demonstra o mapa 7, da região contestada.

Nessa questão, a Província de Santa Catarina e depois o Estado, fundamentou suas razões de direito com base na Carta Régia de 1749 (MARTINS, 1911:216). O Paraná, por sua vez, alegava seus direitos às terras contestadas por Santa Catarina, com base no "utis possidetis", demonstrando que a região inteira fora ocupada e povoada pela frente de expansão paranaense.

Acerca da pretensão catarinense e do "utis possidetis" paranaense, escreve em março de 1902, Romário Martins,

# MAPA 7 - TERRITÓRIO CONTESTADO POR STA CATARINA



FONTE: MARTINS, ROMÁRIO. Litígio territorial entre Paraná e Sta Catarina



GENERAL CENSUS OF THE POPULATION OF THE UNITED STATES OF BRAZIL  
ON THE 31ST OF DECEMBER, 1890.

SUMMARY OF THE CENSUS OF THE POPULATION IN THE COMARCA (JUDICIAL DIVISION) OF  
PALMAS, STATE OF PARANÁ, BRAZIL.

Quadro nº 1- Nº 2.

In the territory claimed by the Argentine Republic.	DISTRICTS.	NATIONALITY.											Total.	
		Brazilians.									Foreigners.			
		Born in Brazil.			Born in foreign countries.			Brazilians.						
		Males.	Females.	Total.	Males.	Females.	Total.	Males.	Females.	Total.	Males.	Females.		Total.
Palmas .....	937	745	1,682	31	7	38	968	752	1,720	10	6	16	1,736	
PALMAS DO SUL .....	597	548	1,145	10	.....	10	607	548	1,155	5	.....	5	1,160	
BOA VISTA .....	541	463	1,004	11	3	14	552	466	1,018	1	1	2	1,020	
CAMPO ERÊ .....	163	129	292	3	4	7	166	133	299	.....	1	1	300	
MANGUEIRINHA .....	547	486	1,033	12	.....	12	559	486	1,045	3	.....	3	1,048	
CHOPIM (COL. MILR.) .....	282	217	499	17	10	27	299	227	526	1	2	3	529	
Total .....	3,067	2,588	5,655	84	24	108	3,151	2,612	5,763	20	10	30	5,793	
PASSO DO CARNEIRO .....	395	343	738	5	1	6	400	344	744	2	7	9	753	
XANXERÊ (COL. MILR DO CHAPECÓ) ..	264	231	495	11	5	16	275	236	511	9	2	11	522	
União da Victoria .....	1,330	1,003	2,333	97	22	119	1,427	1,025	2,452	64	17	81	2,533	
Total .....	5,056	4,165	9,221	197	52	249	5,253	4,217	9,470	95	36	131	9,601	

GENERAL CENSUS OF THE POPULATION OF THE UNITED STATES OF BRAZIL  
ON THE 31ST OF DECEMBER, 1890.

COMARCA (JUDICIAL DIVISION) OF PALMAS, STATE OF PARANÁ, BRAZIL.

EXTRACT FROM THE INFORMATION CONTAINED IN SEVERAL TABLES DRAWN UP BY THE BRAZILIAN STATISTICAL DEPARTMENT.

Quadro nº 2 Nº 4.

In the territory claimed by the Argentine Republic.	DISTRICTS.	INHABITANTS BORN IN THE ARGENTINE REPUBLIC																	Inhabitants of Argentine nationality.
		Date of arrival.										Total.		Of these the following are Brazilians.					
		Before 1866		1875	1885	1886	1890	Total.	Women married to Brazilians.	Minors born of Brazilian parents.		Naturalized Brazilians.		Total.					
		Males.	Females.	Males.	Females.	Males.	Females.			Males.	Females.	Males.	Females.	Males.	Females.	Total to be deducted.			
	<b>Palmas</b> .....							0	0	0						0	0	0	0
	PALMAS DO SUL.....			1				1	0	1				1		1	0	1	0
	BOA VISTA.....		1		1			1	2	3	1	1		1		1	2	3	0
	CAMPO ERÊ.....		1			1		1	1	2	1		1		1	1	2	0	0
	MANGUEIRINHA.....	1	1	1				2	0	2			2		2	0	2	0	0
	CHOPIM.....							0	0	0					0	0	0	0	0
	<b>Total</b> .....	1	2	2	0	1	0	5	3	8	2	1	0	4	1	5	3	8	0
	PASSO DO CARNEIRO.....		1			1	5	1	6	7		1	5		1	1	6	7	0
	XANXERÊ.....							0	0	0						0	0	0	0
	<b>Uniao da Victoria</b> .....						1	1	0	1				1		1	0	1	0
	<b>Total</b> .....	1	3	2	0	1	0	7	9	16	2	2	5	5	2	7	9	16	0

Fonte: Brazilian/Argentine Boundary Question. Vol. III,  
The Knickerbocker, New York, 1894

saiba o país inteiro e avalie o povo brasileiro, até onde chega a injustiça da pretensão de Santa Catarina: - em toda a zona que nos é reclamada, desde os rios Negro e Iguaçu ao N.; Uruguai ao S.; Preto e Marombas a S.O, não se encontrava uma pegada de catarinense como fator histórico!

É um repto que atiro a quem quer que adogue a injustiça e desleal pretensão catarinense, e queira levantar a luva. Onde a afirmação da posse ou jurisdição catarinense em todo território que nos contesta? Dirá Santa Catarina: - Temos o valor jurídico dos nossos títulos!

Senhores! Foram os títulos catarinenses que determinaram o laudo de Cleveland na questão das Missões, ou foi a posse paranaense? ... (Id., Ibid.:216)

Portanto, para traz com esses pretensos títulos que só representam a má fé, o embuste e a rabulice! ... Títulos suspeitos à Nação, - pois que, quando o país inteiro se refletia ansioso no território das Missões, prestes a desprender-se da pátria, vos deixaste ficar nos escondos arquivos de Florianópolis e vos negastes a concorrer com a vossa força jurídica para vitória da nacionalidade! ...

Entretanto, a posse paranaense prestigiou o nosso direito, e a ela deve o Brasil a vitória que obteve na questão das Missões! (MARTINS, 1911:234)

Observa-se o mapa 8 que demonstra a evolução histórica da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.

Durante todo o período monárquico a questão sempre esteve em debate, mas nunca foi resolvida. Instalada a República, esta não resolve a questão dos limites, permanecendo o 'status-quo', (BALHANA, 1969:207)

Diante da indiferença do governo imperial, e depois, do governo republicano, ambos os Estados por direito de competência fizeram várias concessões no território em litígio, para companhias estrangeiras se estabelecerem na área e construírem estradas de ferro, instalarem colônias e serrarias. A Compa-



*hía da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e sua subsidiária Lumber, foram particularmente beneficiadas pelo reconhecimento do governo do Estado do Paraná. (Id. Ibid:207)*

Ambos os governos criavam vilas e fundavam municípios na área contestada para afirmar o seu domínio. Grupos armados, favorecidos pelos governos, se constituíram na região *haja vista, as incursões de Demétrio Ramos, em 1905, com 600 homens, e de Aleixo Gonçalves de Lima, em 1909, com 500 homens que invadiram terras do Paraná, na defesa de interesses de Santa Catarina. (Id., Ibid.;207)*

Inúmeros ofícios e telegramas enviados ao Presidente da Província do Paraná e, depois do advento da república, ao governador do Estado, manifestam o pensamento da população de Palmas, Bela Vista, Mangueirinha, Colônia Militar de Chapecó e de Campo-Erê, acerca das pretensões territoriais de Santa Catarina.

O ofício da Intendência Municipal de Palmas, de 24 de agosto de 1891, ao Desembargador Joaquim Ignácio Silveira da Motta, representante do Paraná no Congresso Nacional, permite conhecer a opinião e posição dos palmenses sobre o assunto:

*...em que pedem para por intermédio de V.Excia chegar ao conhecimento do Congresso Nacional, que desejam continuar a pertencer a este Estado do Paraná e não ao de Santa Catarina, de cujos limites estão tratando no mesmo Congresso, os representantes destes Estados. Tendo esta municipalidade grande interesse em pertencer a este Estado, como tem sucedido desde a descoberta dos campos e criação da povoação, sem contestação por parte daquela Província... (ARQUIVO:65).*

O telegrama enviado ao Presidente da Câmara de Deputados, na Capital Federal, em 25 de setembro de 1891, pela Intendência de Palmas; *A Intendência, comércio e povo reunidos, protestam projeto Lauro Muller, limites Santa Catarina Rio Negro e Iguaçu (Id.Ibid.:66)*

O telegrama da Intendência Municipal de Palmas, enviado ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da República e ao Presidente do Senado, em 26 de setembro de 1891;

*...Palmas, vem em seu nome e de seus munícipes, representar contra a pretensão do Estado de Santa Catarina anexar ao seu esta parte do território paranaense. Semelhante pretensão por demais injusta é impertinente e não tem o assentimento dos habitantes de Palmas e povoações circunvizinhas, que preferem e tem ânimo prevenido - como sempre tiveram de ser paranaense e assim é soberana a sua vontade da maioria dos habitantes da zona contestada, esta corporação fiel interprete dos sentimentos deles vem oferecer em nome da lei, da justiça e dos interesses deste município enérgico protesto contra qualquer solução que prejudique o interesse e bem estar de seus munícipes (ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Palmas:66).*

Em ofício de 4 de novembro de 1891, enviado ao Governador do Estado do Paraná, Joaquim Ignácio Silveira da Motta, pela Intendência Municipal de Palmas;

*... fazemos chegar ao Congresso Nacional através de V.Excia sua representação dos habitantes dos povoados da Bela Vista e Mangueirinha deste município os quais significam solene protesto contra o esbulho que pretendem fazer com a representação de Santa Catarina com o infundado projeto Lauro Muller, diante do qual os filhos do Paraná verem com ardor mostrar o amor pátrio impugnando semelhante pretensão. (ARQUIVO:68).*

O ofício de 10 de novembro de 1891, enviado ao governador do Estado do Paraná, pela intendência municipal de Palmas,

*... a representação dos habitantes da colônia militar do Chapecó, do Campo-Erê e do sertão compreendendo os rios Chapecó e Goio-ên deste município, os quais significam solenemente protestos contra os que pretendem fazer representação pelo Estado de Santa Catarina, com o infundado projeto Lauro Muller, diante do qual os filhos do Paraná devem com ardor mostrar o amor impugnando semelhante pretensão.*  
(ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Palmas: 69).

Entretanto, apesar de todo protestos da população que habitava a região contestada por Santa Catarina, em 1904, o Supremo Tribunal dá ganho de causa à Santa Catarina. O Paraná não se convence e interpõe recurso. Em 1909, o Supremo Tribunal Federal dá novamente ganho de causa aos catarinenses, todavia, tal decisão provoca novo recurso do Paraná que acaba, novamente, perdendo a causa para Santa Catarina. Como o Paraná não aceita a decisão, protela a questão até 20 de outubro de 1916, quando é estabelecido o Acordo de Limites Paraná-Santa Catarina. O Paraná "acordou" com Santa Catarina porque, Santa Catarina estava melhor representada nas esferas políticas federais, e, devido as constantes pressões exercidas pelas forças armadas federais na região do Contestado para combater as guerrilhas. Segundo tal acordo, as linhas demarcatórias atravessam os Campos de Palmas, Clevelândia e Campo-Erê, indo até a fronteira com a República Argentina; reduzindo significativa extensão territorial dos municípios de Palmas e Clevelândia. O referido acordo de limites foi oficializado

*a 11 de maio de 1920, no escritório da comissão de limites Paraná-Santa Catarina em Porto União, era assinada a Ata nº XI, referente ao estabelecimento dos limites com Santa Catarina: da cabeceira principal do rio Jangada, ficando assentado que a referida cabeceira desse rio e a dum afluente do braço oriental, formado em um banhado situado na fazenda Capão Doce; e que nesse banhado, onde também nasce um dos formadores do rio Chapecô, fosse colocado um marco de primeira ordem, distante do morro Capão Doce mil e dez metros, com azimuth verdadeiro de cinquenta e três graus e vinte e oito minutos S. O (CLETO DA SILVA, 1976)*

Após firmado o acordo entre os dois estados, da área total em litígio, 48.000 Km<sup>2</sup>, o Paraná ficou com a extensão aproximada de 20.000 Km<sup>2</sup>, e Santa Catarina com mais ou menos, 28.000 Km<sup>2</sup>. De acordo com os novos limites estabelecidos, o Paraná e o município de Palmas, adquirem a seguinte configuração, como expressa o mapa 9.

Solucionadas essas questões territoriais, que se deram exatamente no território de Palmas, o município sujeitou-se a novos desmembramentos de parte do seu território primitivo. O fortalecimento econômico e político de novos grupos regionais, acaba resultando em maior aspiração pelo poder que, aliado aos interesses do Estado em dividir para "melhor administrar" caracterizam os desmembramentos posteriores.

A intenção em dar continuidade à análise histórica dos desmembramentos posteriores a 1916, mesmo já estando fora da conjuntura em estudo (1859-1903), diz respeito ao objetivo de completar a análise do processo histórico-evolutivo territorial do município de Palmas, até o mesmo adquirir a atual configuração.

*É difícil estabelecer, com exatidão, a data em que se deram as penetrações, por civilizados, na região onde se encontra, atualmente, o território municipal da Mangueirinha. ... acredita-se que as primeiras penetrações estejam ligadas ao descobrimento e conquista da região, com Zacarias Dias Côrtes, em 1720, e com Pedro de Siqueira Côrtes, em 1839. (FUNDAÇÃO, 1959:322).*

Em 13 de setembro de 1943, Mangueirinha, através do Decreto-lei federal nº 5812, passou a fazer parte do criado território Federal do Iguaçu, entretanto, a 21 de novembro de 1946, através do Decreto-lei estadual nº533 (Id.Ibid:322), voltou integrar o Paraná, sendo elevada à categoria de município, que foi instalado oficialmente em 30 de novembro de 1946.

Assim, o município de Palmas perde grande parte de seu território na direção noroeste, adquirindo a configuração e extensão expressa no mapa 10.

Continuando o processo de desmembramentos, a 2 de novembro de 1954, a Assembléia Legislativa do Paraná, durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, criou através da Lei nº 253/54, o município de Bituruna, sendo que, na mesma lei, no seu artigo 1º § 28, estavam descritos as divisas do novo município com o município de Palmas, de onde fora desmembrado.

*...Com território desmembrado do de Palmas, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:*

*I - Com o município de Palmas: começa no rio Iguaçu, na foz do rio Criciuma, sobe por este até a foz do lagoado Saltinho por este acima até a sua cabeceira, de onde alcança, em linha reta, a cabeceira do lagoado Escada, por este abaixo até a foz do rio Iratim, e por este sobe até a foz do lagoado Grande, por este acima até a foz*



# MAPA 9 - O MUNICÍPIO DE PALMAS EM 1916



ESCALA: 1:5.300.000

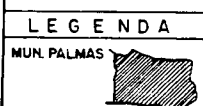
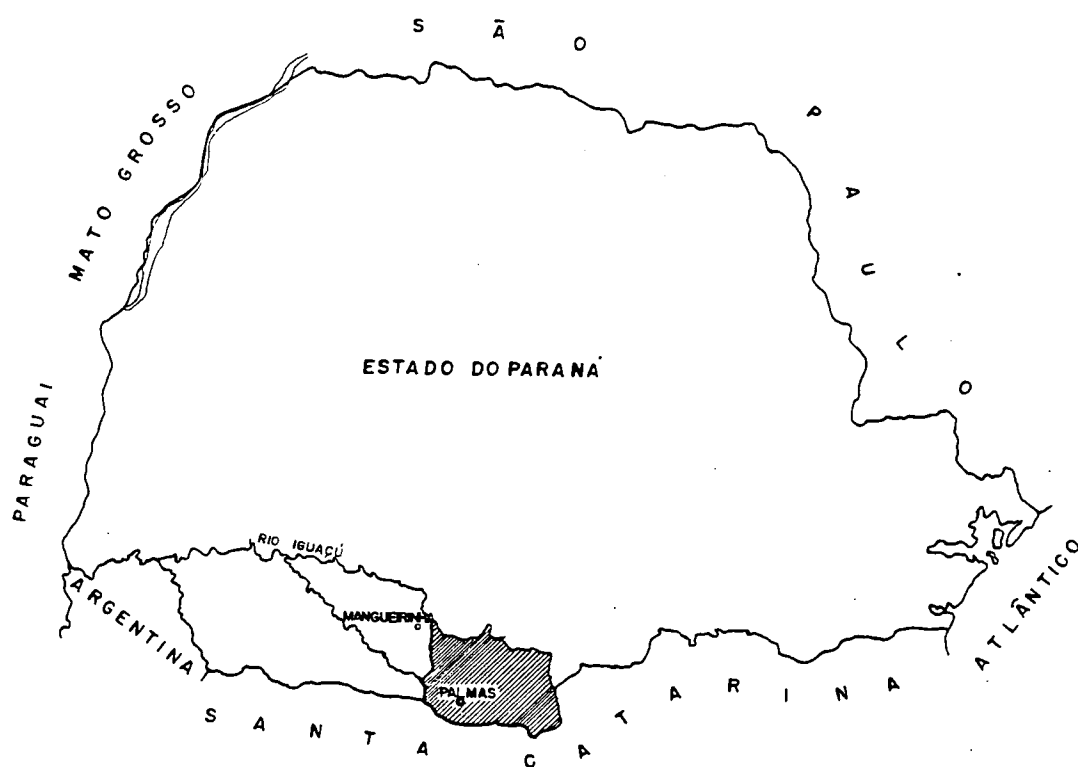
ORG. ADILSON M. MENDES

DESENHO:

RIVAIL G. DOS SANTOS

LEGENDA	
MUN. PALMAS	
LIMITES - PR. SC.	

MAPA 10- O MUNICÍPIO DE PALMAS EM 1946



ESCALA: 1:4.500.000

ORG. ADILSON M. MENDES

DESENHO:

RIVAIL G. DOS SANTOS

*de um afluente na margem direita que à contra vertente das cabeceiras do rio Iratizinho sobe por este afluente até sua cabeceira de onde alcança o espigão divisor, passando pelo Cerro da Abelha até defrontar a cabeceira do rio das Antas, alcança esta e desce pelo rio até sua foz no rio Jan-gada (DIÁRIO, 1954:3).*

O município de Palmas passa apresentar a seguinte configuração territorial, expressa no mapa 11.

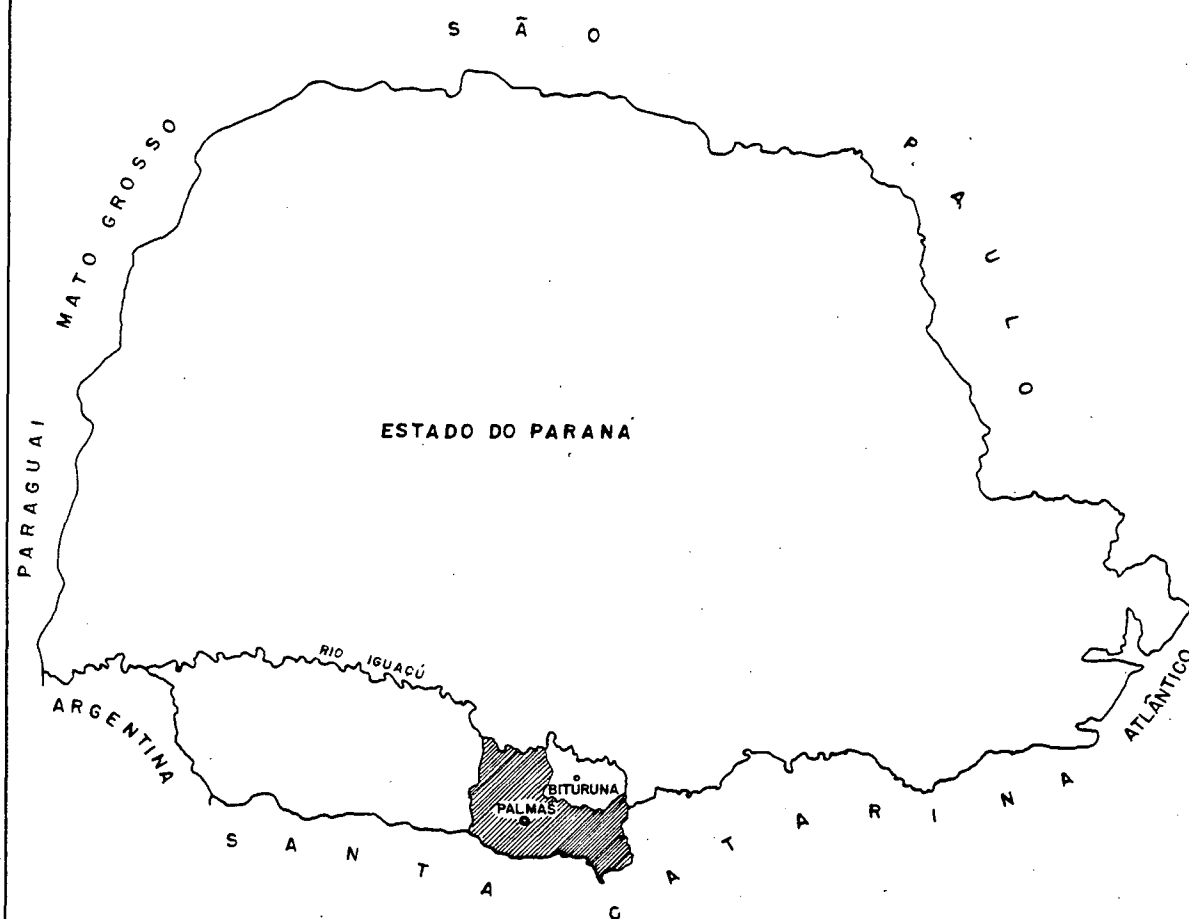
O último desmembramento do território do município de Palmas, dar-se-ia através da Lei nº4338, de 25 de janeiro de 1961, durante o governo de Moysés Lupion, quando foi criado o município de General Carneiro, assumindo o município de Palmas, sua atual configuração geográfica.

A Lei nº4338, delibera, no seu artigo 2º, o seguinte:

*Fica criado o município de General Carneiro, desmembrado do município de Palmas, com sede na localidade de Passo da Galinha. (DIÁRIO, 1961:1). Observar o mapa 12.*

Após essas sucessivas transformações no espaço territorial primitivo de Palmas, só depois do ano de 1961 é que o município adquire sua atual configuração, com aproximadamente 3.245 Km<sup>2</sup>. O município de Palmas atualmente é formado pela sede e os seguintes termos distritais: Coronel Domingos Soares, Ubaldino Taques, Padre Ponciano José de Araújo e Frederico Teixeira Guimarães, conforme demonstra o mapa 13.

MAPA II - O MUNICÍPIO DE PALMAS EM 1954



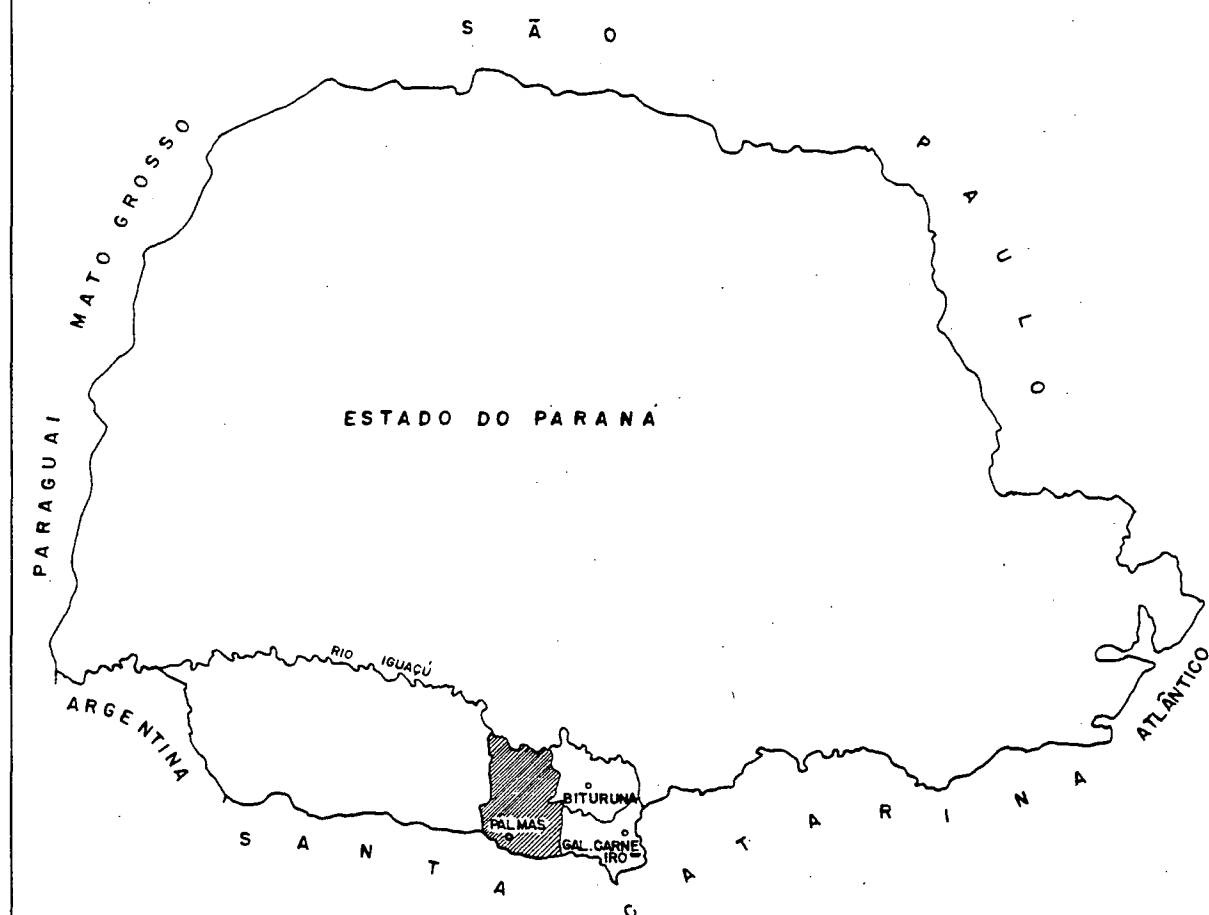
ESCALA: 1:4.500.000

ORG. ADILSON M. MENDES

DESENHO:

RIVAIL G. DOS SANTOS

MAPA 12 - O MUNICÍPIO DE PALMAS EM 1961



LEGENDA	
MUN. PALMAS	

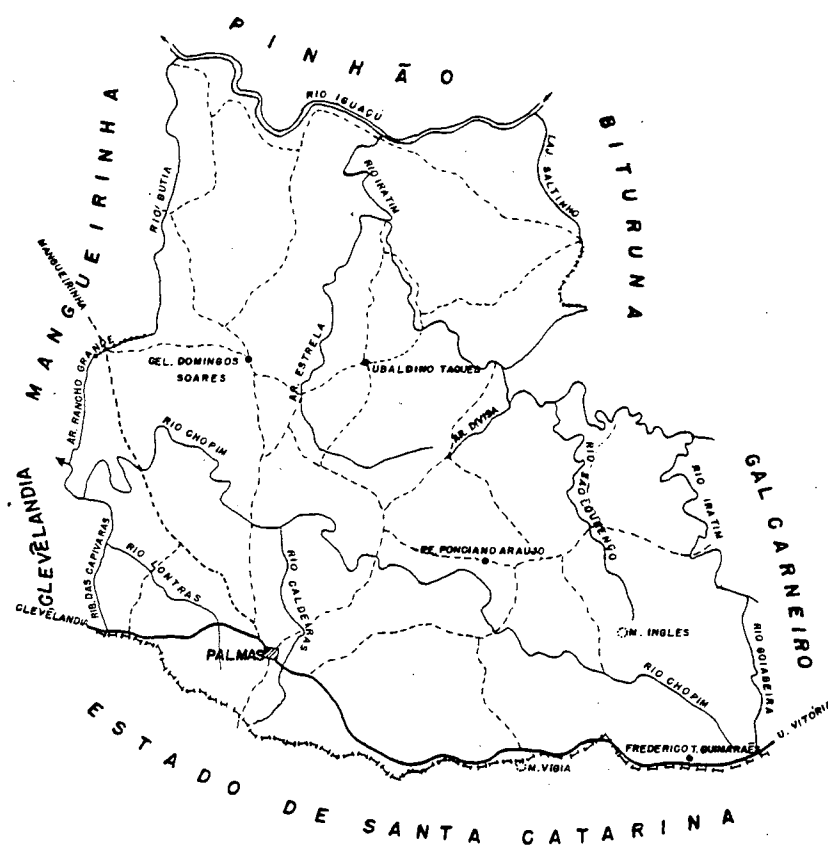
ESCALA: 1:4.500.000

ORG. ADILSON M. MENDES

DESENHO:

RIVAIL G. DOS SANTOS

# MAPA 13 - MUNICÍPIO DE PALMAS 1977



FONTE: MARCONDES, HEVERZITA FORTES. " História da Terra e da Gente de Palmas."

## LEGENDA

ESTRADAS  
RIOS  
MORROS  
SEDE DISTRITOS  
SEDE

### 3.3 - Descobrimento, conquista e ocupação da região dos Campos de Palmas

Caracterizado o espaço geográfico objeto de estudo, e, sua dinâmica territorial, respectivamente, para a segunda metade do século XX, o que se pretende agora, é reconstituir através da historiografia paranaense a ocupação da região dos Campos de Palmas. Essa região já era conhecida pelos bandeirantes paulistas, nos séculos XVII e XVIII, pela denominação de Campos de Butiatuba ou campos do Ibituruna.

A notícia mais antiga acerca da passagem do homem "civilizado" pela região, remonta aos meados do século XVI, segundo o que diz Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca,

*... após desembarcar na ilha de Santa Catarina... Cabeza de Vaca mandou o feitor Pedro Dorantes procurar uma passagem para Ascensiõn ... ao cabo de três meses ... retornou e relatou que atravessaram grandes serras e montanhas e chegaram até onde se chama de Campo ... seguindo por esses caminhos, aos quatorze do mês de janeiro, chegaram a um rio muito largo e caudaloso que se chama Iguagu... próximo a foz do rio Cotegeipe. (VACA, 1987:129-137).*

O mapa 14 apresentado ao árbitro norte-americano na questão de limites entre o Brasil e a Argentina, permite observar os dois itinerários seguidos por Cabeza de Vaca, em 1541-42, (BRASILIAN/ARGENTINE;1884), na versão Argentina e brasileira demonstrando sua passagem pela região que posterior-

mente será denominada Campos de Palmas, na ocasião que ele se dirigia para assumir o governo do Paraguai, no Vice-Reino do Prata.

Todavia, o relato mais completo das expedições que de forma mais efetiva penetraram a região, foi apresentado pelo Barão do Rio Branco na sua defesa perante o árbitro norte-americano na questão de limites entre o Brasil e a Argentina.

*Já em 1636 era nos Campos de Ibiturunas, ou terra dos Biturunas, hoje Campos de Palmas, a leste do Peperi, que os paulistas se concentravam quando iam ao ataque das Missões do Uruguai; que ali junto ao Peperi, tiveram um forte ou acampamento entrincheirado. (RODRIGUES, 1906:634).*

Foi, também, o Barão do Rio Branco quem demonstrou que os paulistas no século XVIII,

*levantaram uma fortaleza nos muros do Campo-Erê, tiveram um forte à margem do Api-teribi, afluente da margem norte do Uruguai cuja foz está acima do Peperi-guaçu, e que dos mesmos Campos Biturunas partiu em 1641, descendo o rio Uruguai em canoas a expedição composta de 400 paulistas e 2700 índios aliados que foi dar combate em Mbororé aos jesuítas que os esperavam com 4.000 homens e os derrotaram. Foram os paulistas que fizeram os espanhóis evacuarem e abandonarem a antiga Província do Guairá (1630-32); desde 1636 e 1638 todo o território limitado a Oeste pelo Paraná e ao sul pelo Uruguai era dominado pelos paulistas. (Id. Ibid.:635).*

Ainda, outra prova da presença dos paulistas na região, é citada por Varnhagem, sobre um antigo roteiro paulista que,





*fala do morro ou serra de Bituruna que vai afocinhar no Uruguai, e no Campo que ali se estende. Varnhagem diz que esse roteiro é prova evidente de que os antigos paulistas conheceram a região modernamente chamada Campo de Palmas, mas essa prova como acaba de ser demonstrada não é a única. Bituruna era com efeito o nome dado no século XVII a região entre o Uruguai e o Iguaçu, e os montes Bituruna do roteiro paulista não podiam ser senão os da linha divisória das águas que correm para aqueles dois rios. Essas elevações do terreno ligam-se a oeste das nascentes do Peperiguaçu, com outras que, começando no Salto Grande do Iguaçu, vão terminar no do Uruguai. (RODRIGUES, 1906:635).*

Assim, após sua presença tendo conquistado os territórios do ocidente do Paraná que entendiam lhes pertencer, e, tendo reduzido demasiadamente o número de indígenas na região passaram os paulistas a se empregar no descobrimento e exploração das minas de ouro no interior do Brasil (Minas Gerais e Goiás), e no extremo oeste do Mato Grosso.

No século XVIII, várias expedições paulistas de exploração e reconhecimento da região foram organizadas seguindo, principalmente, o curso dos rios. Foram preparadas e equipadas sob a ordem do governador da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, e executadas pelo seu ajudante de ordens em Curitiba, Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

Nos relatórios de Afonso Botelho (Id.Ibid., 657-686) aparecem os relatos sobre essas expedições. No entanto, a notícia, de fato, sobre a descoberta dos Campos de Palmas dar-se-á ainda na 1ª metade do século XVIII.

*A descoberta dos Campos de Palmas é levada a efeito, em 1726, por uma bandeira curitibana chefiada por Zacarias Dias Côrtes. Deu origem a um roteiro e a uma no-*

*va expedição comandada pelo capitão-mor Francisco Xavier Pissarro, 1º capitão-mor de Curitiba (LEÃO, 1929:1443).*

A expedição de Zacarias Dias Cortes penetrara os sertões do Paraná com destino às Vacarias, no Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul. Seu objetivo era comprar gado muar e vacuum para o comércio nas minas de ouro descobertas em Cuiabá e Goiás. Era um comércio rentável na época e proporcionava significativos lucros quando vendidos na feira de Sorocaba.

No entanto, apesar de noticiada a descoberta dos Campos de Palmas, na época, inexistiam condições favoráveis para sua conquista e ocupação. As principais dificuldades eram relativas aos riscos de ataques dos índios e de animais, e a enorme distância dos núcleos populacionais civilizados, de maneira que

*em seu regresso do sul, já Zacarias Dias Cortes não se aventurou voltar pelos Campos de Palmas que eram inteiramente povoados de hordas selvagens. Com seu regresso correu célere a notícia da existência desses famosos campos ... As dificuldades do seu povoamento e os riscos da ocupação deles, fizeram que caísse no olvido a sua descoberta. (NEGRÃO, 1937: 295).*

A bandeira comandada por Francisco Xavier Pissarro, que fora organizada após a expedição de Zacarias Dias Cortes, não produziu os efeitos desejados, quanto à descoberta dos campos e das minas de ouro.

Em 1814, efetivada a conquista dos Campos de Guarapuava pela expedição comandada pelo Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal (LEÃO, 1929:1443), desperta-se o interesse em organi-

zar novas expedições em direção sul. Comenta Francisco de Paula Negrão:

*Em 1814, o coronel comandante da força de Guarapuava resolveu tentar abrir um caminho comunicando este lugar com a Província do Rio Grande do Sul, tentativa que fracassou inteiramente (NEGRÃO, 1937:295)*

Somente em 1819, o Major Atanagildo Pinto Martins (NEGRÃO, 1937:295) guiado pelo cacique indígena Yong, consegue, justamente por se desviar da rota seguida por seus antecessores, a fim de evitar encontro com os índios da região, efetivar o redescobrimto dos Campos de Palmas. Pinto Martins transitando pela ponta ocidental dos ditos campos, chegou às Vacarias.

É dessa redescoberta feita pelo Major Atanagildo Pinto Martins que surgem as concepções mais concretas e precisas sobre a região dos Campos de Palmas, como afirma Joaquim José Bandeira:

*Daí data a primeira idéia da existência do Campo de Palmas, idéia que pouco a pouco foi se apagando, tendo os selvagens toda cautela em concorrer para isso, afim de terem ali um asilo seguro, quando algum desvario provocasse contra eles as iras do comandante de Guarapuava (LEÃO, 1929: 1443).*

Joaquim José Pinto Bandeira, fez a seguinte descrição dos Campos de Palmas:

*O Campo de Palmas é de uma configuração irregular; terá vinte léguas na sua maior extensão e dezesseis ou dezoito de largura: jaz ao sul de Guarapuava e o centro*

*dele ficará na latitude de 26º. O seu solo é bastante alto, e daí manam vários rios, que correm em todos os sentidos. Não tem esse campo um grão de areia, como sucede em Guarapuava, sendo necessário aos que dela precisam, procurá-la no rio Iguaçu, ou em baixo da Serra da Esperança. Tem mui bons campos e pastos para criação do gado cavalar, muar, ovino, e melhor para o vacum, por mais de uma vez já se viu o fenômeno de uma bezerra nascida no princípio de um verão, dar cria no fim do ano seguinte! (BANDEIRA, 1899:31)*

Entretanto, após 16 anos do primeiro conhecimento que se tomou de fato dos Campos de Palmas, é que foram eles vistos e percorridos novamente, pelo Major José de Andrade Pereira, no ano de 1836. O ataque que os índios arremeteram ao capitão e tropeiro José de Soutomaior, em 1832, nas Missões de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde dizimaram sua comitiva e o tomaram como prisioneiro, levou o Major José de Andrade Pereira a penetrar nos sertões, na esperança de encontrar José de Soutomaior ainda com vida. Mesmo não conseguindo encontrá-lo, acabou percorrendo os Campos de Palmas.

As informações trazidas por José Andrade Pereira acabam motivando alguns indivíduos, para que um grupo de

*... índios mais domésticos, que se tinham dado de novo a vida errante nos bosques, e com facilidade seduziram alguns inexpertos com promessas de lhes mostrarem ricas minas de ouro, onde deveriam fazer fortuna; seis os acompanharam, mas apenas chegados lá conheceram o erro que tinham cometido e o perigo que estavam expostos. Quando os selvagens decretaram sua morte, pôde um deles de nome Miguel (hoje casado em Guarapuava) escapar com auxílio de um índio seu amigo e conhecido que o conduziu até Guarapuava, tomando diversa vereda para não ser seguido pelos outros; e nesta fugida, quando julgou conveniente tomar a verdadeira direção, teve que passar pelo*

*Campo de Palmas, onde ele se apresenta maior. Assim, foi ele quem melhores informações deu do referido campo. (BANDEIRA, 1899:137).*

Esta foi a última incursão exploradora, mesmo não tendo esse propósito, na região dos Campos de Palmas. Terminada a fase da descoberta, deu-se início a fase da conquista, sendo que vários fatores irão contribuir para seu início, entre eles,

*achando-se então Guarapuava muito opulenta, em riqueza e população, habitada por abastados fazendeiros, negociantes, o campo todo povoado, e coberto por animais de criar, não havendo mais lugar para se estender e menos para o estabelecimento de novas; deliberaram alguns indivíduos para entrarem para o Campo de Palmas, apesar do perigo a que se expunham, de serem vítimas dos selvagens ali residentes, para o que se reuniram em associação, cujo principal cabeça José Ferreira dos Santos dirigiu a expedição (BANDEIRA, 1899:132).*

Tal situação, aliada às informações conhecidas anteriormente, articularam a iniciativa privada no sentido da conquista e povoamento da região.

Organizar as sociedades para empreender a conquista e ocupação dos Campos de Palmas sob a liderança de José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes seguidos por estancieiros guarapuavanos, concerne à expansão territorial um caráter econômico.

Porém, antes de José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes se lançarem em direção aos Campos de Palmas, outra expedição, conforme afirma Artur Martins Franco, deu-se:

*No ano de 1836, parte de Palmeira a primei-*

*ra expedição chefiada pelo padre Ponciano José de Araújo e por José Joaquim de Almeida, distinguido, mais tarde, com o posto de Coronel da Guarda Nacional. De-la recusou fazer parte Pedro de Siqueira Côrtes, por julgar impraticável a entrada 'por cima'. 'Vocês não atravessarão essas serras' - dizia o experimentado bandeirante. E com essa opinião concordava outro não menos ponderado e destemido, amigo que era de Pedro de Siqueira Côrtes - Domingos Inácio de Araújo. E assim aconteceu. A bandeira de padre Ponciano e de José de Almeida, não conseguiu atingir os afamados campos (BANDEIRA, registro).*

Fracassada essa primeira tentativa de conquista e ocupação, em 1836, pelo padre Ponciano José de Araújo e José de Almeida, só três anos mais tarde, é que se teve a organização e marcha das expedições que triunfaram nos propósitos de conquista dos Campos de Palmas.

Cada uma das expedições em direção ao sul, mesmo que fracassadas em seus propósitos, traziam novas informações, até que, em dado momento, elas se completaram satisfatoriamente ,  
e

*formou-se logo o projeto de conquista desses campos, organizando-se em Guarapuava uma sociedade entre os estancieiros para levantar capitais entre eles, afim de custear as despesas da expedição que deveria partir em exploração e conquista dos famigerados campos. Essa sociedade teve definitiva organização em março de 1839 e recebeu a denominação de Sociedade dos Primeiros Povoadores de Palmas... (FRANCO, 1936:312)*

Essa sociedade dos primeiros povoadores de Palmas foi estruturada e consolidada por meio de um Estatuto (NEGRÃO, 1937: 296), composto de 14 artigos e assinado por todos os associados. (ANEXO VIII).

A finalidade dessa sociedade está expressa no artigo 3º do Estatuto.

*Terá esta sociedade por único e importante objeto povoar os Campos de Palmas em massa para a parte oriental abrangendo nele em terreno suficiente para cada sócio estabelecer sua fazenda, servindo-se neste contorno unicamente uma sorte de campos para a servidão comum e nela fundar-se uma povoação. (SECÇÃO DE DOCUMENTOS).*

Eram em número de 25 os participantes da associação.

Em paralelo, às atividades lideradas por José Ferreira dos Santos, Pedro de Siqueira Côrtes também organizava uma expedição para povoar os Campos de Palmas, de cuja iniciativa resultou Ata de entendimento, Anexo VIII, assinada entre os pretendentes ao povoamento dos Campos de Palmas.

Nessa ata ficou também expressos os objetivos da expedição, *nós abaixo assinados pretendentes na povoação dos Campos de Palmas temos a declarar as condições seguintes...* (ESTATUTOS E REGULAMENTOS, ANEXO VIII).

Cabe agora colocar, os procedimentos de José Ferreira dos Santos\* e de Pedro de Siqueira Côrtes no sentido da conquista e ocupação dos Campos de Palmas.

\* Alguns autores denominam José Ferreira dos Santos de Joaquim Ferreira dos Santos, como Romário Martins In: Bandeiras Povoadoras do Paraná. Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes. Curitiba, (4), Fev. 1937. Tomo I.



José Ferreira dos Santos era

*morador em Guarapuava, organizou uma bandeira de exploração e posse dos Campos de Palmas, a essa empresa associando diversos sitiantes e povoadores locais. Bem informado sobre os rumos, atravessou o estreito sertão marginal do Iguagu, por picada mal aberta que achou até o lugar denominado Alagoas, que já era campo que fazia parte do de Palmas. Voltou, então, a Guarapuava, afim de transportar animais para os campos descobertos, o que fez a custo de sacrifícios sem conta, não prevendo, ainda assim, que outras dificuldades aguardavam seu regresso e dos seus companheiros nos campos a esse tempo tão ambicionados, como se vai vêr (ATA da Câmara Municipal de Palmas).*

Por sua vez, Pedro de Siqueira Côrtes, era também

*homem empreendedor, propôs-se fazer parte da expedição precedente chefiada por José Ferreira dos Santos, e, como não fosse admitido, organizou por sua vez uma bandeira e com o mesmo objetivo lançou-se no sertão, abriu uma vereda abaixo do 'passo' descoberto por Ferreira dos Santos, e saiu nos campos de Palmas na sua maior extensão. Queimou-o e retirou-se, seguindo pela picada que os primeiros exploradores abriram, que era em direção mais curta. Encontraram-se, porém, nesse trilho as duas bandeiras, e disputaram os seus direitos (MARTINS, 1937:293).*

Esse encontro das bandeiras, no local denominado Abaracamento, localizado às margens do rio Chopim, gera o conflito quanto ao direito de posse entre os líderes e os componentes das expedições dando margem a uma

*...forte e acalorada discussão que irrompe entre os dois destemidos sertanistas paranaenses, por entender cada qual ter sido*

*o primeiro a fazer 'posse' naqueles campos. A solução teria o seu epílogo pelas armas, se não fosse a prudente intervenção do padre Ponciano José de Araujo, da sociedade de José Ferreira dos Santos que propôs fosse o caso resolvido por arbitramento. (Id. Ibid:293).*

Diante do impasse, foram escolhidos como arbitros, Domingos Inácio de Araújo, por parte de Pedro de Siqueira Côrtes, e José Caetano de Oliveira, por parte de José Ferreira dos Santos. Como os árbitros não aceitaram a incumbência, por fazerem parte das expedições, foram substituídos por dois cidadãos curitibanos, Doutor João da Silva Carrão e Coronel Joaquim José Pinto Bandeira. Como ambos aceitassem a missão de arbitragem da questão, em 4 de abril de 1840 partiram de Curitiba, chegando aos Campos de Palmas em 28 de maio de 1840. Em seguida deram início aos trabalhos, sendo que

*pelo ano de 1840, os novos árbitros Dr. Carrão e Pinto Bandeira, acompanhados de aguerrida comitiva, tendo por guia o índio Condã, partem de Guarapuava para, 'in loco', resolverem a questão, que, após treze meses de estudos e observações era assim solucionada: resolveram os árbitros, de comum acordo, que as terras pertencentes a Pedro de Siqueira Côrtes, ficariam do rio Caldeiras para o poente e as de José Ferreira dos Santos do mesmo rio Caldeiras para o nascente. (SILVA; 1937:288).*

Mesmo durante o período de estudo da região feito pelos árbitros, outros problemas surgem exigindo solução iminente, como aqueles decorrentes das péssimas vias de comunicação. Verificou-se

*em fins de novembro de 1839 que não tinham meios de suprir com o gênero de primeira necessidade - o sal - (sem o qual vêm os fazendeiros os animais definharem e morrerem), visto que a única via de trânsito conhecida era por Guarapuava, via gem demasiado extensa e penosa, ... (SILVÁ, 1937:289)*

Constatada a necessidade de encontrarem um caminho mais curto e seguro que comunicasse os citados campos com Curitiba, foi sugerida uma exploração pelo antigo caminho percorrido pelo padre Ponciano José de Araujo até Palmeira.

Assim, é que se deu a ocupação econômica dos Campos de Palmas. Todavia, não era apenas o expandir das fazendas e do criatório por meio da ocupação de novas áreas de campos, o propósito básico dos estancieiros guarapuavanos, mas também, defender seus interesses enquanto paranaenses, na posse dos referidos campos.

Eram eles conhecedores de que o governo da Província de São Paulo havia criado pela Lei de 16 de março de 1837 da Assembléia Provincial, uma Companhia de Municipais Permanentes. (NEGRÃO, 1937:135), com objetivo de realizar a ocupação dos Campos de Palmas. Essa Companhia de Municipais Permanentes fora criada pelo governo da Província de São Paulo, para atender objetivos geo-políticos, em função das pretensões argentinas na região, e, para auxiliar a ocupação da região por brasileiros.

Assim, entende-se que a

*...pressa pois, dos grupos liderados por José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Côrtes, para chegar aos Campos de Palmas, é menos fruto de uma rivalidade entre si, do que o desejo de impedir que os paulistas protegidos pelo governo provincial se apo-*

*derassem das riquezas que aqueles campos representavam para o futuro. O controle pois, desses campos deveria ficar entre os que já habitavam Guarapuava e não cair em mãos de paulistas desconhecidos. (SAM-PAIO, 1981:26)*

Esse receio dos guarapuavanos caracterizava o sentimento emancipacionista dos paranaenses que, na época, já estavam reivindicando sua separação política de São Paulo. Tal sentimento, sem dúvida, acelerou o processo de ocupação dos Campos de Palmas.

No entanto, a expansão não para nos Campos de Palmas, pois, enquanto os árbitros, João da Silva Carrão e Joaquim José Pinto Bandeira, estudavam a questão para que foram chamados, outros campos e faxinais são descobertos.

*...várias explorações tiveram lugar pelas imediações, e por informações dos índios por ali se descobriram mais outros campos e faxinais a que eles deram o nome de Campo-Erê. ...os quais sendo queimados duas ou três vezes, tornam-se campos limpos, e servem para o estabelecimento de fazendas de criar, ... e demoram ao sudoeste de Palmas, na distância de sete léguas. (BANDEIRA, 1899:136).*

Assim, em 1840, estavam estabelecidas nos Campos de Palmas trinta e sete fazendas, que em 1850 já tinham aproximadamente 36.000 cabeças de gado de ventre. A região do Campo-Erê contava com cinco fazendas. (BANDEIRA, 1851:439)

Uma vez instalados os fazendeiros na região de Palmas, deu-se o desenvolvimento da atividade do criatório, e a estruturação econômico-social da "nova sociedade".

### 3.4 Ocupação territorial do núcleo urbano e rocio da Vila de Palmas e estruturação da nova sociedade.

Depois de instaladas as fazendas nos Campos de Palmas e tomadas as providências no sentido da abertura do caminho em direção ao Rio Grande do Sul, através do passo Goio-ên, caminho que, no percurso Guarapuava-rio Uruguai, ficou conhecido como Estrada das Missões, começam transitar os tropeiros que conduziam gado muar e bovino das Missões gaúchas para a feira de Sorocaba, na Província de São Paulo.

O povoado de Palmas, que se iniciou no ano de 1840 e que, pela Lei nº22 de fevereiro de 1855, passou à freguesia com o nome de Senhor Bom Jesus da Coluna de Palmas, sofreu uma série de problemas relativos à sua localização, que trariam entraves ao seu desenvolvimento urbano.

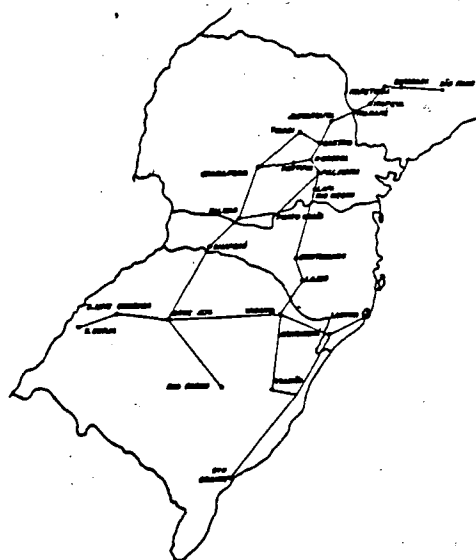
Os problemas começam quando, *...para encurtar o trajeto em direção a Guarapuava, a estrada das Missões teve que desviar a localidade de Palmas cerca de 37 quilômetros na direção do poente, ficando a nova povoação fora do trajeto.* (WACHOWICZ, 1985:53)

Observando o mapa 15 e 16, pode-se constatar a mudança do trajeto da estrada, e a situação de Palmas no final do século XIX, em relação à rota da estrada das Missões.

O trajeto, passando por Palmas, aumentava o percurso dos tropeiros, em mais de "70 quilômetros" (Id. Ibid.:53). Surgem protestos no sentido de transferir a povoação de Palmas para um lugar mais favorável.

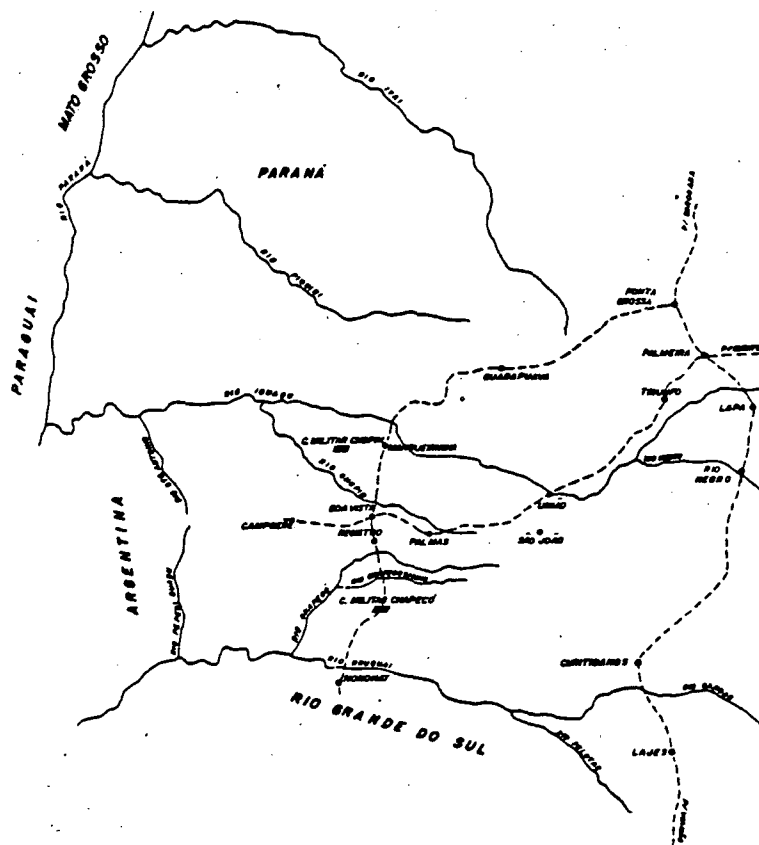
Começou, então, a disputa entre os fazendeiros dos Campos de Palmas, os tropeiros e negociantes. Os tropeiros queriam deslocar a sede da povoação para um ponto mais próximo da estrada das Missões, os comerciantes concordavam com esse propósito, haja vista, a importância dos tropeiros que transitavam pela estrada das Missões, para o desenvolvimento incipiente do comércio da região.

**MAPA 15 - CAMINHOS DE TROPAS  
SÉCULO XVIII E XIX**



FONTE: MACHADO, BRASIL PINHEIRO - Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná

**MAPA 16 - SITUAÇÃO DE PALMAS NO FINAL DO SÉC. XIX**



FONTE: MACHADO, BRASIL PINHEIRO - Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná

LEGENDA	
	CAMINHOS DE TROPAS
	LOCALIDADES
	COLÔNIAS MILITARES

Como os fazendeiros não concordaram com a mudança da sede do povoado, a povoação de Palmas teria o seu desenvolvimento urbano retardado, em função, principalmente, da insegurança gerada pelas autoridades provinciais e pelas constantes leis, que não saíram do papel, deslocando a sede da povoação de um lugar para outro.

A Lei nº 22 de 28 de fevereiro de 1855 que determinava o deslocamento da povoação para local mais próximo e apropriado, situado à margem da estrada das Missões, foi a primeira a ser desobedecida. Sua aprovação impediu que os fazendeiros comessem edificar suas casas na praça da vila em torno da capela, para se *reunirem em sociedade, mormente para empregar os meios de educar seus filhos afim de um dia se tornarem úteis ao País e a si.* (OFÍCIOS; 1858)

Mesmo com a aprovação da Lei nº 22, de 28 de fevereiro de 1855, a transferência da povoação para outra localização não ocorreu. O primeiro reflexo da aprovação dessa lei, foi inibir a edificação no povoado de Palmas, pois, caso efetivada a mudança de local da sede do povoado, para outra localização, seriam perdidos os capitais aplicados nas construções.

Nesse contexto de insegurança e descontentamento, irão surgir várias indicações sobre o local para onde deveria ser transferida e localizada a sede do núcleo urbano de Palmas;

*a Câmara Municipal de Guarapuava sugeriu uma planície localizada ao pé do registro do Chapecô, na estrada que ia para a fazenda de João Carneiro, no local denominado 'Imboque do Sertão'; no campo do Chopim, local onde se supunha que partiria a futura estrada de Corrientes; no Chapecô, porque, estimularia o comércio*



*com a província vizinha do Rio Grande do Sul e aproveitaria a possível navegabilidade do rio Uruguai; no campo das Congonhas, também denominado Campo do Padre Camargo, sugerido pelo engenheiro Emílio Gemgembre; em 1859, ... os campos do cidadão João Carneiro Marcondes, onde funcionava o registro. ...o rio Chapecô de veria ser o centro do rocio, com três léguas para cada margem, sendo que a matriz ficaria na margem direita. (OFÍCIOS, 1860).*

No entanto, com o passar do tempo e, diante de tanta indefinição acerca do local para instalação da nova sede, em 1861, pela Lei nº55, (PARANÁ, 1861) a sede da povoação de Palmas foi transferida para a margem do rio Chapecô e, em 1866, para a margem do rio Chopim. Como essas leis não foram aplicadas, *o desânimo e o abatimento começou a tomar conta da população do vilarejo. (WACHOWICZ, 1985:53)* As casas ainda cobertas com material precário que não impedia o seu apodrecimento rápido, a igreja construída de madeira e os fazendeiros não aplicando em construções no povoado. A situação era tão grave que o vigário de Palmas informava em 1858 que, se o governo da província não terminasse com as 'contemplações' para com Palmas, a freguesia haveria de se despovoar e ficaria apenas com os estancieiros. (OFÍCIOS, 1858)

Decorrente da desobediência e do não cumprimento da Lei nº66, de 20 de maio de 1861, em 1865, os moradores pediram novamente a mudança de localização da sede do povoado de Palmas, pois, desde 1857, *a população aborrecida com a situação começou abandonar a povoação de Palmas dando preferência para às Missões do Rio Grande do Sul. (OFÍCIOS, 1857)* Percebe-se portanto, a preocupação dos moradores de Palmas com a evasão populacional que vinha ocorrendo, solicitando provi-

dências. Entretanto, como os presidentes da Província não eram paranaenses e não conheciam os problemas regionais, um deles,, ao receber um apelo da população de Palmas para que resolvesse tão delicado assunto, após no seu despacho apenas uma pergunta: *o que houve a respeito?* (OFÍCIOS, v.18)

Assim, diante da indefinição do governo provincial que, até 1870, não tomara nenhuma decisão concreta para resolver o problema, informava um relatório da Câmara Municipal de Guarapuava:

*Parte dos povos daquele lugar, cansados de esperar execução da lei, por meio de uma contribuição compraram uma parte de matos e campos no Chopim, no lugar denominado Boa Vista, onde marcaram o lugar para uma povoação junto a estrada das Missões, no qual já existem alguns moradores, cuja localidade, com quanto a Câmara julgou melhor do que a antiga capela curada, não deve contudo ser preferível do Chapecó, pois que no seu entender, pelas muitas proporções que oferece esta localidade é onde no entender da Câmara deve ser colocada a nova freguesia... (OFÍCIOS, 1870)*

Portanto, assim nasce o povoado de Boa Vista, futura cidade de Clevelândia e, o nascente núcleo urbano de Palmas fica isolado da rota e do comércio da estrada das Missões e sofreria 20 anos de atraso no seu processo de desenvolvimento e urbanização.

Como a maioria dos fazendeiros de Palmas vendiam seus animais em Guarapuava ou nos Campos Gerais e os preços obtidos, não remuneravam satisfatoriamente as despesas de produção, a partir de então, a situação se torna mais favorável para os comerciantes de Guarapuava em detrimento dos fazendeiros de Palmas, criando sérios entraves ao seu desenvolvimento.

Todavia, mesmo diante do problema de localização da

sede do núcleo urbano de Palmas e de outras dificuldades, ocorre aumento no contingente populacional de Palmas, na segunda metade do século XIX.

### QUADRO Nº 3

#### POPULAÇÃO DE PALMAS (1854-1900)

Nºs absolutos					
1854	1858	1866	1882	1890	1900
734	777	2.901	5.000	7.068	9.003

Fonte: Recenseamentos de 1854, 1858, 1866, 1882\*, 1890 e 1900.

In \_\_\_\_\_. RIESEMBERG; Alvir. A Instalação humana no Vale do Iguaçu. 1973. p.115.

\* Dados aproximados apresentados pela Câmara Municipal de Palmas, em resposta a circular do presidente da Província, Carlos A. Carvalho, em 05 de outubro de 1882.

Para Wachowicz (WACHOWICZ, 1985:60), a partir de meados da década de 1870, a sociedade palmense já dava sinais de alguma organização, a tendência agora seria o seu fortalecimento, embora lento; dando-se a expansão na ocupação dos Campos de Palmas e do seu principal núcleo urbano.

Em Ata da Sessão de 11 de maio de 1880, da Câmara Municipal de Palmas constata-se medidas de caráter organizacional do núcleo urbano

*foi deliberado a mandar escrever e denominar as ruas desta vila pelo seguinte modo: a que sobe o lageado pelo lado direito e passa pela praça da matriz em direção a casa que foi de José Joaquim Ramalho denominar-se-á de hoje em diante RUA DO COMÉRCIO. A que sobe do lageado pelo lado esquerdo passando pela mesma praça em direção a casa nova de José Antonio Alexandre Vieira fica denominada RUA DAS TROPAS; e a que futuramente se criar em linha paralela à esquerda fica denominada RUA DA CACHOEIRA; a que passa pelos fundos das casas de Antonio Ferreira Maciel e Alípio José do Nascimento e Souza fica denominada RUA DO NASCIMENTO, a que atravessa por traz da Matriz, RUA DA MATRIZ a que atravessa pelas casas que foi de José Joaquim Ramalho e a de José Maria Larrok, RUA DA BOA VISTA, a que futuramente atravessar desta em linha paralela RUA NOVA. (ARQUIVO, 1879-85).*

Outra característica de organização, observa-se, na Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Palmas, de 18 de junho de 1889, onde foi apresentado memorial do agrimensor Rodolpho Wolff, acerca da medição e demarcação do quadro urbano da Vila de Palmas:

*este quadro urbano representa um quadrado do qual cada banda tem mil metros de comprimento. Os cantos formam angulos retos e são marcados com marcos lavrados de imbuia significados com as letras Q.U. os lados do quadrado correm 60 de S.O. à N.E. e 840 de S.E. à N.O. e tem por centro a matriz desta vila assim que dista 500 metros aos quatro lados das divisas do quadro urbano. Vila de Palmas, 1 de Abril de 1889. Agrimensor Rodolpho Wolff. ... (ARQUIVO, 1885-95).*

Sobre o quadro urbano e o rocio da Vila de Palmas, no ofício da Intendência Municipal de Palmas de 04 de novembro de 1891, remetido ao diretor geral de estatística no Rio de Janeiro, José Thomaz da Cunha Vasconcelos, observa-se o se-

guinte:

*... o quadro urbano está em um quadro retangular marcado de um quilômetro de cada face abrangendo uma área de 1.000.000 de metros quadrados ou 100 hectares, o terreno do rocio ainda não foi medido exatamente calcula-se porém em 2.800 hectares inclusive o quadro urbano, prestando-se em sua totalidade para pastagem animais, e cultura de diversas espécies. (ARQUIVO, 1882-95)*

Apesar destas medidas caracterizarem certo grau de preocupação em organizar o núcleo urbano e o rocio, sabe-se que, na sociedade campeira tradicional paranaense a parte urbana foi relegada, favorecendo o domínio rural onde as famílias patriarcais fixavam residência. Assim, Palmas, não foge à regra, e teve dificuldades de crescimento e, historicamente a parte urbana atuou como um anexo do campo.

Seguindo a mesma tradição da sociedade campeira dos Campos Gerais, em Palmas, a maioria dos fazendeiros mantinham residência nas próprias fazendas, deslocando-se para as cidades apenas em ocasiões de festas religiosas, casamentos e comemorações cívicas de relevância, ou quando precisavam adquirir alguma mercadoria não produzida na fazenda.

Essa oligarquia campeira, os "únicos capitalistas" na região nunca se interessaram em investir na colonização de terras que não fossem campos de criatório (WACHOWICZ, 1985:62-3)

*em toda região de criatório no Paraná, ou seja, nos Campos Gerais, Guarapuava, Palmas etc; desenvolveu-se desde o século XVIII o preconceito contra a agricultura. Era sempre mais fácil e de maior 'status' social tocar uma tropa de muares e/ou bo-*

*vinos, ou trabalhar como peão de fazenda do que aguentar o cabo de uma enxada ou a barra de um arado. (RELATÓRIO; 1860).*

Contudo, a questão é mais ampla e complexa do que a apresentada na abordagem anterior. Existe um aspecto de caráter econômico e outro de caráter cultural que não podem deixar de ser mencionados. Primeiro, os fazendeiros não investiram na colonização de terras de matas, porque a atividade rentável na época era o criatório nos campos, atividade que absorvia a mão-de-obra disponível. Em paralelo, a lavoura de subsistência só produzia o necessário para atender à demanda da própria fazenda. As possibilidades de comercialização para um excedente agrícola no mercado interno eram muito limitadas e as vias de comunicação péssimas, inibindo qualquer investimento na expansão da produção das lavouras. O lento desenvolvimento dos núcleos urbanos na região não criou as necessárias condições de mercado para tornar comercialmente rentável a intensificação da atividade agrícola.

É nesse sentido, acerca das condições de mercado e produtividade da economia de subsistência que Celso Furtado coloca o seguinte:

*Tem-se repetido comumente no Brasil que a causa dessa agricultura rudimentar está no 'caboclo', quando o caboclo é simplesmente uma criação da economia de subsistência. Mesmo que dispusesse de técnicas agrícolas muito mais avançadas, o homem da economia de subsistência teria que abandoná-las, pois o produto de seu trabalho não teria valor econômico (FURTADO, 1980:121)*

Do ponto de vista cultural, Sebastião Paranã, observa

e comenta:

*Os habitantes de Palmas são leais e morigerados, porém pouco propensos aos empreendimentos conducentes a prosperidade e opulência. É esse o caráter geral da população do Estado: trabalham negligentemente para suprir as necessidades cotidianas, contentando-se em legar, como herança a seus filhos, a casa onde nasceram e o terreno fértil que os alimentou. Em nossa opinião, para o município de Palmas, atingir ao grau de prosperidade que lhe está reservado, necessita apenas de dois elementos: vias de comunicação fáceis e econômicas e braços para as lidas rurais (PARANÁ, 1899:667-8)*

Em função das condições de mercado pouco favoráveis e dessa concepção de vida, as atividades econômicas desenvolvidas e ligadas principalmente ao criatório e a subsistência, acarretarão com o tempo, problemas relativos ao abastecimento de produtos agrícolas e de materiais de construção que irão fazer com que o custo da vida em Palmas se torne muito caro.

*O feijão e o milho, gêneros de absoluta necessidade, começavam atingir, no início do século XX, preços excessivamente elevados. O cargueiro de feijão, no início da década já havia ultrapassado 40\$000 rs e ameaçava chegar aos 50\$000 rs. ... os materiais de construção, ... quem encomendava tábuas para construir, tinha que esperar meses e até mesmo anos, para receber a encomenda (JORNAL...:22mar.).*

Um morador daqui disse-nos estar aguardando, com o terreno devidamente aparelhado, a madeira há três anos encomendada para fazer a sua casa (Id.Ibid.) Os materiais básicos para construção de casas, tais como: a telha, o cal, a areia vêm de União da Vitória, i.e., 24 léguas de distância. (Id.Ibid.).

Por causa dessas circunstâncias desfavoráveis e de outras já mencionadas, nem Palmas, nem Clevelândia conseguiram incrementar maior dinamismo ao seu desenvolvimento urbano, permanecendo ambas, praticamente estagnadas.

*Os fazendeiros, quando interpelados pelo atraso em que se encontrava Palmas, sobretudo pela situação da agricultura, respondiam que os campos de Palmas carecem de fertilidade e o caboclo não se presta à lida da agricultura (JORNAL....:25 abr.).*

Entretanto, apesar dos fazendeiros responsabilizarem o caboclo sertanejo pela situação de estagnação na indústria a situação era a mesma, ... e o criatório dos fazendeiros não estava em melhor situação. (Id. Ibid.).

Já no século XX, uma análise feita em 1913 da pecuária palmense concluiu o seguinte:

*Os campos de Palmas não tinham gado que prestasse, pela lastimável incúria dos criadores, chegando afirmar que os campos de Palmas estavam povoados de 'cadáveres ambulantes', os criadores limitavam-se a 'ensalar' o gado de vez em quando, esperando que do resto se encarregasse a natureza. Sem procurar melhorar a raça, criar um tipo, qualquer que seja, que não este que aí vemos - mescla de tudo, espécimes em degenerescência (JORNAL....:21mar).*

Para uma conjuntura de 16 anos, de 1879 a 1894, deu-se apenas uma iniciativa de parte da Intendência Municipal no sentido de atrair para Palmas, colonos de origem alemã.

Em sessão da Intendência Municipal de Palmas, em 8 de abril de 1890, é sugerido pelo vogal Manoel Luis de Souza,



*que se faça uma colônia de alemães, hoje brasileiros, ou estrangeiros no rocio desta vila sendo para quarenta casais, não pagando foro no prazo de seis anos e dessa data pagarão foro até perfazer quatorze anos findos os quais seja testado título de propriedade obrigando-se a intendência a dar medidos os lotes num lugar apropriado e unidos, ficando o presidente da intendência autorizado a nomear uma comissão de dois homens de acordo com dois estrangeiros dos quais representarão seus compatriotas escolhendo o lugar para a colônia, sendo as despesas de medição a custa da municipalidade, os que quiserem ser colonos apresentarão seus requerimentos ao presidente da intendência... (ARQUIVO, 1882-94:57).*

Passados quatro meses, em 21 de agosto de 1890, é apresentado a Intendência Municipal de Palmas o relatório sobre o resultado do exame das terras próprias para colonização no rocio da Vila de Palmas, dado pelos membros da comissão e apresentado pelo agrimensor Rodolpho Wollff:

*...não existe neste rocio, lugar suficiente de um complexo junto de 240 alqueires de terra cultivável a fim de estabelecer uma colônia estrangeira de 40 lotes... esta projetada colônia deve ter 3 ou 4 núcleos nos diferentes lugares, conforme a terra própria para a agricultura.  
... temos tido já um exemplo instrutivo neste Estado na ocasião do projeto de mau êxito, na colonização do russos-alemães, em que foram ignorados os meios da subsistência nos primeiros anos das famílias coloniais... resume o meu conselho neste sentido que é melhor colonizar em diferentes lugares... (Id. Ibid.:58)*

Essa mesma comissão resolve designar um terreno, sito no rocio da Vila de Palmas.

*Seguindo pela estrada da linha pela margem direita até a divisa com os terrenos da Fazenda do Cruzeiro, e seguindo a mesma divisa a encontrar também a divisa do rocio com os terrenos dos Srs. Araújo, e dali procurar o lageado da Vila e por ele acima até frontear a casa de Benedito de Tal e no mesmo rumo até encontrar a referida estrada, e depois deste ocupado a Intendência resolverá como convier ( ARQUIVO, 1882-94:57)*

A indicação dessa área fôra assinada em 25 de agosto de 1890, por Olimpio Rodrigues de C. Lima e Manoel Luis de Souza, ambos membros da comissão nomeada para esse fim.

Tal indicação provoca o protesto de Galdino Ferreira Ferrez e de Tobias Bueno de Andrade, alegando que já possuíam a medição da referida área. A Intendência responde que a representação de ambos é fictícia, tendo em vista, não existir na intendência documento comprobatório, e que se os mesmos o possuissem deveriam apresentá-lo. Afirma também a Intendência que

*...os mesmos são indivíduos a maior parte deles moradores de longe e poucos daqui, e os que habitam o rocio são indolentes nem um quintal fazem para plantar hortaliças o que incomoda eles é a intendência ter dado uma parte do rocio para servir uma colônia de alemães (40 famílias), a intendência afirma cuidar dos interesses do município, essa é a nossa resposta. Vila de Palmas, 24 de outubro de 1890. Assinado: José J. Balhs Manoel Luiz de Souza, Gaspar Pacheco dos Santos (Id. Ibid: 57).*

Essa reação e o estado das coisas no rocio da Vila de Palmas, denotam uma certa antipatia e preconceito contra a instalação de uma colônia nas terras do rocio, pois, até en-

tão essas terras eram usadas principalmente para a pastagem de animais.

Portanto, no sentido de verificar a instalação ou não de imigrantes de origem alemã no rocio da Vila de Palmas, optar-se-á pela análise do comportamento dos números relativos à dinâmica de ocupação do quadro urbano e do rocio da Vila de Palmas, para o período de 1879 à 1894, através dos requerimentos deferidos de cartas de data e cartas de foro inseridos nas Atas dos trabalhos da Intendência Municipal de Palmas.

O quadro nº 4 foi construído levando em consideração os informes contidos nas Atas da Intendência Municipal de Palmas, desde a instalação da Vila em 1879, até o ano de 1894. Foram computados os requerimentos das cartas de data e foro, separadamente, para podem ser comparados entre si, e também comparar os números referentes a origem étnica dos requerentes.

QUADRO Nº 4

ORIGEM ÉTNICA DA POPULAÇÃO REQUERENTE DAS CARTAS DE DATA E FORO  
À CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS (1879-1894) - Números Absolutos

ANOS	Cartas de Data	Origem Étnica			Cartas de Foro	Origem Étnica			Total geral
		Brasileira-Alemã-Italiana				Brasileira-Alemã-Italiana			
1879	01	0	1	0	00	0	0	0	01
1880	15	11	3	1	09	7	1	1	24
1881	20	12	2	0	07	7	0	0	27
1882	24	22	0	2	06	5	1	0	30
1883	10	8	1	1	05	5	0	0	15
1884	15	10	4	1	07	7	0	0	22
1885	05	5	0	0	10	9	1	0	15
1886	29	15	12	2	16	11	5	0	45
1887	21	18	3	0	08	8	0	0	29
1888	40	23	16	1	26	18	5	3	66
1889	11	10	1	0	13	12	1	0	24
1890	07	6	1	0	30	19	11	0	37
1891	16	13	3	0	32	24	6	2	48
1892	18	14	4	0	24	22	2	0	42
1893	00	0	0	0	00	0	0	0	00
1894	16	15	1	0	00	0	0	0	16
TOTAL	248	188	52	8	193	154	33	6	441

Fonte: Atas da Câmara Municipal de Palmas 1879-94. Arquivo da Prefeitura Municipal de Palmas.

Observando o quadro nº 17, constata-se que do total geral dos requerimentos de cartas de data e foro, no período de 1879 a 1894, 77,55% (342) dos requerentes são brasileiros e apenas 22,45% (99), são imigrantes estrangeiros.

O maior número de requerimentos deu-se nos seguintes anos: 1888 = 66, 1891 = 48, 1886 = 45 e 1892 = 42, de ambas as modalidades de requerimento, cartas de data e cartas de foro.

Do total dos requerimentos de cartas de data e foro 441 ao todo, 56,24% (248) são cartas de data no quadro urbano e, 43,76% (193) são cartas de foro no rocio da vila.

Do total de requerentes das Cartas de data, 248 ao todo, 75,80% (188) são brasileiros, 20,79% (52) são de imigrantes alemães e 3,23% (8) de imigrantes italianos.

No período 1879-94, o maior número de requerimentos de cartas de foro, concentrou-se nos anos de 1890, 91 e 92. No ano de 1890, dos 30 requerimentos de cartas de foro no rocio d a Vila de Palmas, 63,33% (19) são de brasileiros e 37,67% (11) de imigrantes alemães. Em 1891, dos 32 requerimentos, destes, 6 de alemães e 2 de italianos. Em 1892, dos 24 requerimentos, 91,67% (22) são de brasileiros e 8,33% (2) são de alemães.

Portanto, constata-se que a presença de colonos estrangeiros no rocio da Vila de Palmas, no período 1879-94, é pequena, se comparada com a dos brasileiros, pois, dos 193 requerimentos, 154 são de brasileiros e apenas 38 de estrangeiros, sendo 33 de alemães e 6 de italianos.

GRÁFICO 2 REQUERENTES DAS CARTAS DE DATA E FORO - PALMAS (1879 - 94)  
NÚMEROS ABSOLUTOS

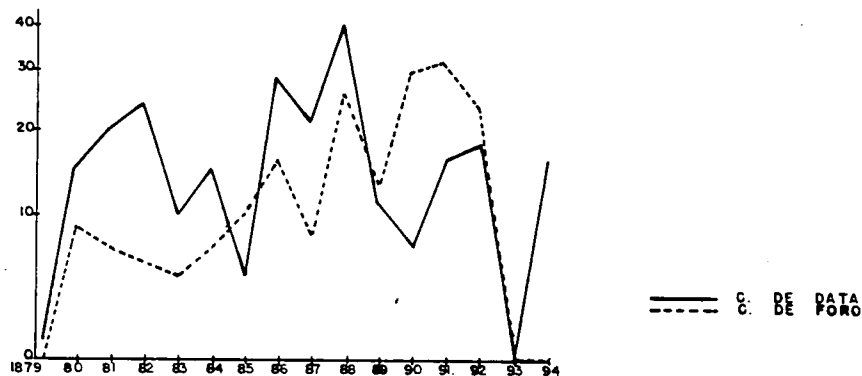


GRÁFICO 3 REQUERENTES DAS CARTAS DE DATA - PALMAS (1879 - 94)-ORIGEM ÉTNICA  
NÚMEROS ABSOLUTOS

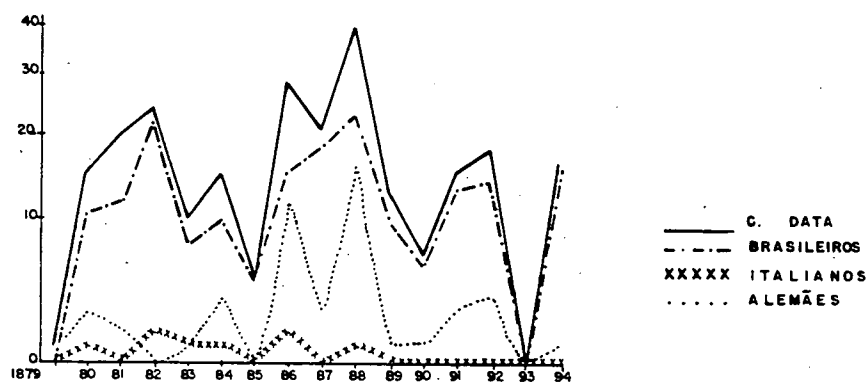
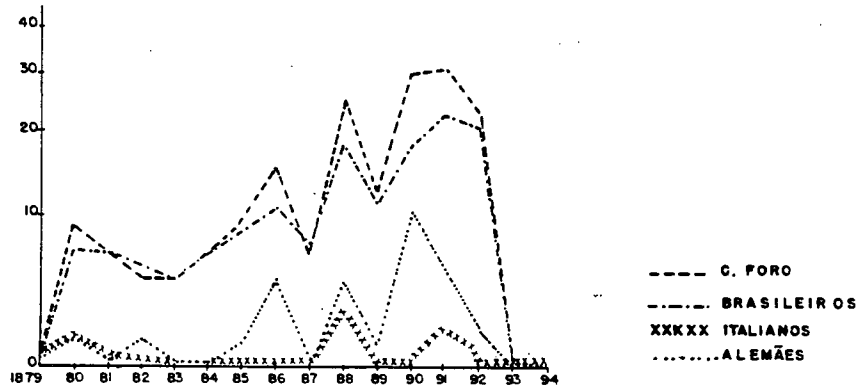


GRÁFICO 4 REQUERENTES DAS CARTAS DE FORO - PALMAS (1879 - 94)-ORIGEM ÉTNICA  
NÚMEROS ABSOLUTOS



FONTE : Livro de Atas dos trabalhos da Câmara municipal de Palmas (1879 - 94)  
Arquivo da Prefeitura municipal de Palmas - Pr.

Com base nas curvas construídas nos gráficos 1, 2, e 3, foi possível captar as flutuações e o movimento do número de requerimentos de cartas de data e de foro, para a conjuntura de 1879 a 1894.

De modo geral, as curvas no gráfico 1 são muito semelhantes, com exceção dos anos de 1880-82, nos quais a curva das cartas de data se apresenta em fase de ascensão e a curva das cartas de foro, em fase de baixa. Essa evidência caracteriza que, após a instalação da Câmara Municipal da Vila de Palmas, a população teve maior interesse em requerer terrenos na área urbana para edificação, do que ocupar terras do rocio da Vila. Entretanto, nos anos de 1883 a 1885 essa tendência se inverte.

No período de 1887-88, que antecede a abolição da escravidão no Brasil, ocorre o pico máximo das curvas de cartas de data e cartas de foro.

No período de 1889 a 1893, a curva dos requerimentos de cartas de foro supera em número, as cartas de datas, coincidindo com a instalação da comissão encarregada de examinar e localizar uma área de terras no rocio da Vila de Palmas, para a implantação de uma colônia de 40 famílias de imigrantes alemães.

As curvas no gráfico 2, acerca da origem étnica dos requerentes das cartas de data, evidenciam, a predominância dos brasileiros, seguidos pelos imigrantes estrangeiros, alemães e italianos.

As curvas no gráfico 3, acerca da origem étnica dos requerentes das cartas de foro, evidenciam, a predominância de requerimentos feitos por brasileiros, também seguidos por imi-

grantes estrangeiros, alemães e italianos. Verifica-se também, que após a instalação da comissão nomeada pela Intendência Municipal de Palmas, para estudar o projeto de implantação de uma colônia de 40 famílias de alemães no rocio da Vila, ocorre um aumento significativo no número de requerimentos de cartas de foro feitos por moradores locais, em relação aos anos anteriores.

Pois, as terras sendo da Intendência, elas eram utilizadas como área de pastagem para os animais que eram criados soltos no rocio. E, como a instalação da colônia para desenvolver a lavoura, esses animais teriam que ser afastados para mais longe do rocio da vila, ou conservados em áreas cercadas, situação que não vinha em hipótese alguma ao encontro dos interesses dos moradores locais.

Assim, pode-se inferir, porque a liderança política do município de Palmas, na conjuntura de 1879 a 1894, tomou apenas uma iniciativa no sentido de carrear para a região imigrantes estrangeiros, e porque Palmas na segunda metade do século XIX, não constituiu pólo atrativo para os imigrantes. Tal situação apresentará reflexos negativos no processo de urbanização do núcleo populacional da Vila, como também no desenvolvimento do comércio e da produção agrícola.

Para a conjuntura de 1879 a 1894, as concessões feitas no quadro urbano da Vila de Palmas, através das cartas de data para edificação, e, no rocio, através das cartas de foro foram regulamentadas pela legislação contida em dois Códigos de Postura Municipal. Anexo IX.

O primeiro, foi elaborado pelos cidadãos componentes da comissão (COMISSÃO...) nomeada pelo Presidente da Câmara Mu-



nicipal de Palmas, Alípio José do Nascimento e Souza.

A apresentação e votação do primeiro código de postura do Município de Palmas deu-se em sessão ordinária de 05 de maio de 1879 (ARQUIVOS, 1879-94:4-9), exatamente a um mês e um dia após a instalação da Câmara Municipal de Palmas, em 04 de abril de 1879, sendo assinada pelos vereadores presentes. (VEREADORES...) Anteriormente a esse código, a matéria era regida pelo código de Postura Municipal da vila de Guarapuava.

Esse código de postura de 1879, vai legislar sobre questões gerais e, especificamente, sobre o quadro urbano e rocio até 30 de agosto de 1883, quando será apresentado e discutido um novo código de postura municipal de Palmas.

O segundo código de postura foi apresentado em sessão ordinária de 30 de agosto de 1883 (ARQUIVO, 1874-94:90-103), sendo votado e aprovado pelos vereadores presentes. (VEREADORES...) Ambos os códigos disciplinam a ocupação do quadro urbano e do rocio da vila de Palmas, caracterizando preocupação e iniciativa do poder público municipal no sentido de organizar essa ocupação que, mesmo sendo de forma lenta, deu-se de modo mais efetivo na conjuntura de 1879-94.

Portanto, conclui-se que, a mudança no trajeto da estrada das Missões, a disputa, quanto a localização do núcleo urbano de Palmas, entre fazendeiros, negociantes e tropeiros, e a indefinição das autoridades provinciais da época, refletiram de forma negativa o desenvolvimento urbano e do comércio de Palmas. Apesar de pequeno o número de imigrantes que requereram cartas de data e foro na vila de Palmas, foram eles de grande significação no contexto do desenvolvimento comercial e urbano e rural, como também, no desenvolvimento, embora incipiente, da indústria artesanal. Durante a segunda me-

tade do século XIX, o núcleo urbano de Palmas continuou com um anexo do campo, não adquirindo autonomia econômica.

### 3.5 Origem da população de Palmas, da segunda metade do século XIX ao início do século XX.

Para verificar com quais regiões do território brasileiro, os Campos de Palmas, mantiveram intercâmbios comerciais e populacionais, na segunda metade do século XIX e início do século XX, optou-se, em determinar a procedência da população que ocupou as áreas urbana e rural de Palmas através do levantamento exaustivo dos dados nos Livros de Registro de Casamentos, no período de 1850 a 1903. Esses livros encontram-se arquivados na secretaria da Cúria Diocesana de Palmas.

O trabalho de levantamento\* consistiu no manuseio e leitura de cada registro, procurando localizar a informação sobre a Província, Estado, e a localidade de nascimento dos noivos e das noivas.

Assim, a Província-Estado e o local de nascimento dos cônjuges fornecerão uma amostra sobre a procedência da população que ocupou a região dos Campos de Palmas na segunda metade do século XIX e início do século XX.

Como o período em estudo se insere, cerca de 77,50% antes de 1891, e apenas 22,50% após 1891, decidiu-se trabalhar somente com dados de fontes paroquiais, porque no Brasil o casa-

mento civil foi instituído pelo Decreto nº 181, de 24 de fevereiro de 1891 (DAUMARD, 1984:69), assim sendo, antes de 24 de fevereiro de 1891, só eram feitos os registros paroquiais de casamento. Foram levantadas as informações em todos os registros de casamento de 1850 a 1903, que totalizaram um número de 3.128 cônjuges, portanto, 1564 matrimônios.

Optou-se trabalhar só com os noivos e noivas cuja origem por Província, Estado, fosse declarada, isto é, que estivesse mencionada no conteúdo do documento.

Os dados obtidos foram classificados por quinquênios, 1850 - 54, 1955 - 59, 1960 - 64, 1965 - 69, 1870 - 74, 1975 - 79, 1880 - 84, 1885 - 89, 1890 - 94, 1895 - 99, e no quatriênio 1900 - 03 para diminuir as possíveis oscilações. Os dados foram computados em números absolutos e números relativos.

No quadro nº 16, foram computados os dados absolutos e relativos ao universo de 3.128 cônjuges para o período de 1850 a 1903.

Analisando esse quadro, constata-se que, do número total de cônjuges de ambos os sexos, 3.128, os de origem paranaense correspondem a 2.289 indivíduos, ou 73,18% do total; os de origem gaúcha correspondem a 362 indivíduos, ou 11,57%; os de origem catarinense correspondem a 137 indivíduos, ou 4,38%; os de origem paulista correspondem a 105 indivíduos, ou 3,36%; e os originários de outras Províncias-Estados do Brasil a 56 indivíduos, ou a 1,79% e os de origem estrangeira a 179 indivíduos, ou a 5,72% do total de 3.128 cônjuges.

Os indivíduos de origem estrangeira concentram-se em maior número para o quinquênio 1895-99, somando 68; e para o quatriênio 1900-03, somando 66 indivíduos.

No quadro nº 18, a denominação "outros" é utilizada para designar os indivíduos oriundos de outras Províncias Estados brasileiros ou do estrangeiro. Portanto, aparecem as denominações "outros Brasil" e "outras Nações".

Deixando de lado as populações oriundas das Províncias Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de São Paulo, a presença de indivíduos precedentes de outras Províncias-Estados do Brasil é pequena, apenas 1,79% do total.

O Ceará participa com apenas 10 indivíduos na amostragem equivalentes a 0,31% do total de cônjuges. A Bahia com 08, ou 0,26%, o Rio de Janeiro com 07, ou 0,22%, Minas Gerais e Paraíba com 06, ou 0,19%, Rio Grande do Norte e Piauí com 05, ou 0,16%, Pernambuco com 04, ou 0,13%, Mato Grosso e Goiás com 02, ou 0,06%, e o Pará com apenas 01 indivíduo, ou 0,03%.

Os estrangeiros totalizando 179 indivíduos, equivalem a 5,72% do total de cônjuges cuja origem foi identificada no período de 1850 a 1903.

Com os dados computados no quadro nº 16, obteve-se o gráfico 5. Esse gráfico visualiza a Província-Estado de nascimento dos cônjuges, isto é, a Província ou Estado da Federação Brasileira, ou de outros países, onde são originárias as populações que contraem núpcias na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas.

A análise desse gráfico permitiu constatar que a maior parte dos indivíduos que se dirige para Palmas, na segunda metade do século XIX e início do século XX, são oriundos de comunidades paranaenses. Os paulistas aparecem logo no quinquênio, 1855-59, seguidos pelos catarinenses no quinquênio seguinte, 1860-64. Os indivíduos oriundos do Rio Grande do Sul

só aparecem na população de cônjuges durante o quinquênio, 1865-69. Observa-se também que a presença de indivíduos de origem estrangeira, na população de cônjuges, dá-se apenas durante o quinquênio 1875-79, aumentando sua participação relativa durante o quinquênio 1890-94 e seguintes.

Os números computados no quadro nº 19, permitiram obter a participação relativa de cada variável, em função do número absoluto total de cônjuges por quinquênio, tratando-se de 1900 a 1903, a participação relativa ao quatriênio.

Nos dois quinquênios que antecedem o final do século XIX, 1890-94 e 1895-99, dar-se-á a maior presença de cônjuges, na conjuntura 1850-1903. Tal situação se deve a maior presença de estrangeiros na população de cônjuges.

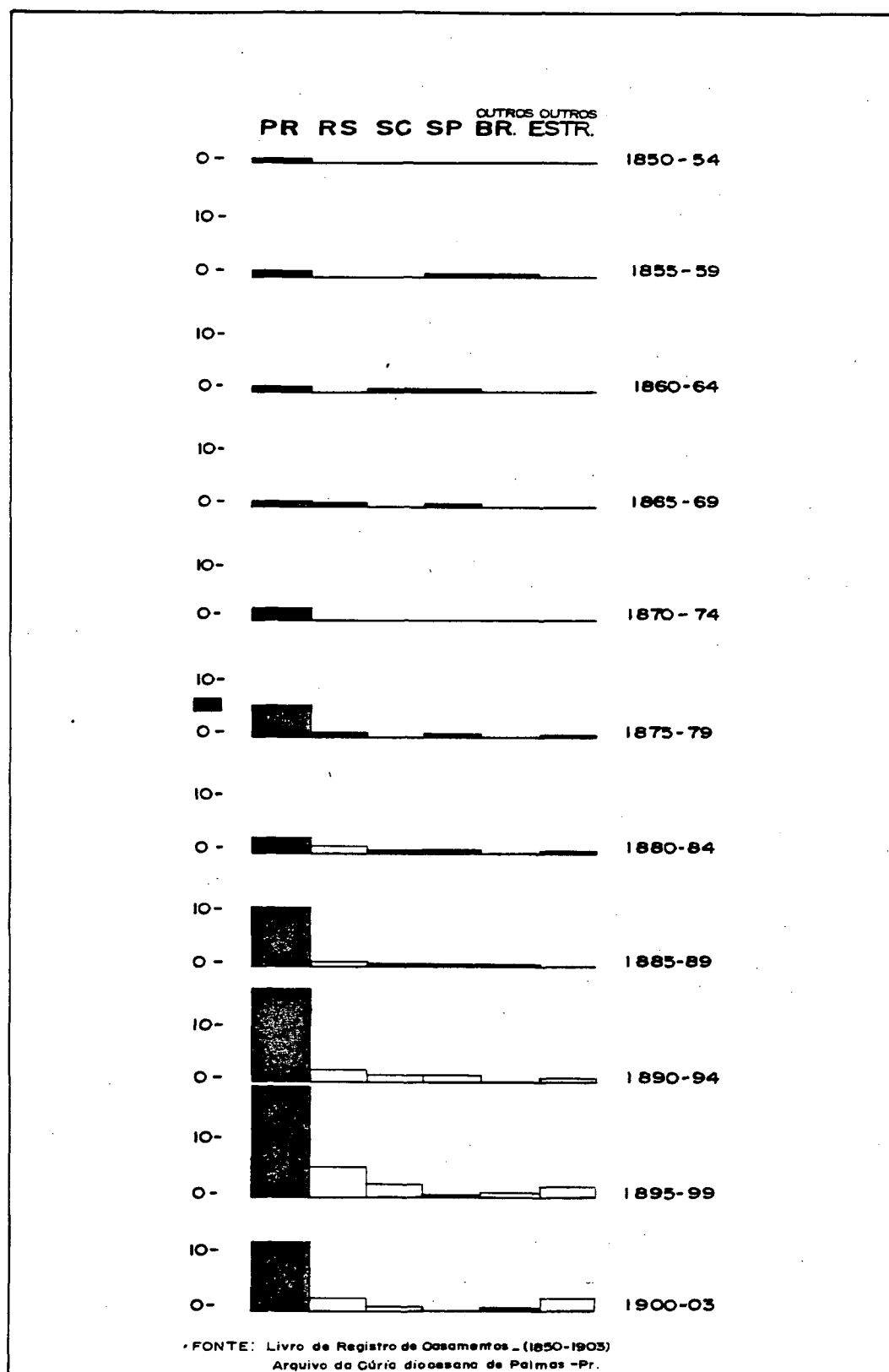
QUADRO Nº 18

PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO DE PALMAS POR PROVÍNCIA E ESTADO DE NASCIMENTO  
(1850-1903) - NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS

Procedência Quinquênio	PR	%	RS	%	SC	%	SP	%	OUTROS BRASIL		OUTRAS NAÇÕES		TOTAL	%
1850-54	03	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	0,10
1855-59	29	0,93	-	-	-	-	06	0,19	01	0,03	-	-	36	1,15
1860-64	14	0,45	-	-	01	0,03	01	0,03	-	-	-	-	16	0,51
1865-69	28	0,90	05	0,16	-	-	04	0,13	-	-	-	-	37	1,18
1870-74	94	3,00	09	0,29	02	0,06	06	0,19	02	0,06	-	-	113	3,61
1875-79	162	5,18	14	0,45	02	0,06	14	0,45	-	-	01	0,03	93	6,17
1880-84	106	3,39	16	0,51	04	0,13	13	0,42	-	-	06	0,19	145	4,64
1885-89	333	10,65	20	0,64	17	0,54	13	0,42	13	0,42	11	0,35	407	13,01
1890-94	510	16,30	57	1,82	29	0,93	34	1,08	04	0,13	27	0,86	661	21,73
1895-99	624	19,94	171	5,46	63	2,00	09	0,29	23	0,73	68	2,16	958	30,63
1900-03	386	12,34	70	2,24	19	0,61	05	0,16	13	0,42	66	2,11	559	17,87
Total	2289	73,18	362	11,57	137	4,38	105	3,36	56	1,79	179	5,72	3.128	100,00

Fonte: Livros de Registros de Casamentos - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas-Paraná.

GRÁFICO 5 - PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO DE PALMAS, POR PROVÍNCIA  
E ESTADO DE NASCIMENTO (1850-1903)  
NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS



No quinquênio 1890-94, de um total de 661 cônjuges, 77,17% são oriundos do Paraná, 8,62%, do Rio Grande do Sul, 4,39%, de Santa Catarina, 5,14%, de São Paulo, 0,60%, de outras Províncias ou Estados brasileiros 4,38% de outros países. No quinquênio seguinte, 1895-99, os paranaenses representam 65,14% do total de 958 cônjuges, os gaúchos 17,85%, os catarinenses 6,58%, os paulistas 0,93%, os indivíduos de outras Províncias ou Estados brasileiros 2,40% e os de outros países 7,10%. Observa-se um crescente aumento na participação de estrangeiros, no entanto, será no quatriênio de 1900-03, que se verificará a presença mais significativa dos imigrantes. Do total de 559 cônjuges, 69,05% são paranaenses, 12,52% gaúchos, 3,40% catarinenses, 0,89% paulistas, 2,33% de outras Províncias ou Estados brasileiros e 11,81% de outros países. Essa constatação permite concluir que a presença de estrangeiros na população da região de Palmas, deu-se nas primeiras décadas do século XX. Esse aumento deve-se principalmente a presença do imigrante polonês que se instala no distrito de Palmas, General Carneiro, que pela Lei nº4.338, de 25 de janeiro de 1961, torna-se município adquirindo autonomia política.

O quadro nº 19, permitiu a construção do gráfico 6, que visualiza o movimento quinquenal para o período 1850-99, e quatrienal, 1900-03, acerca da procedência da população que ocupou a região dos Campos de Palmas na segunda metade do século XIX e início do século XX.



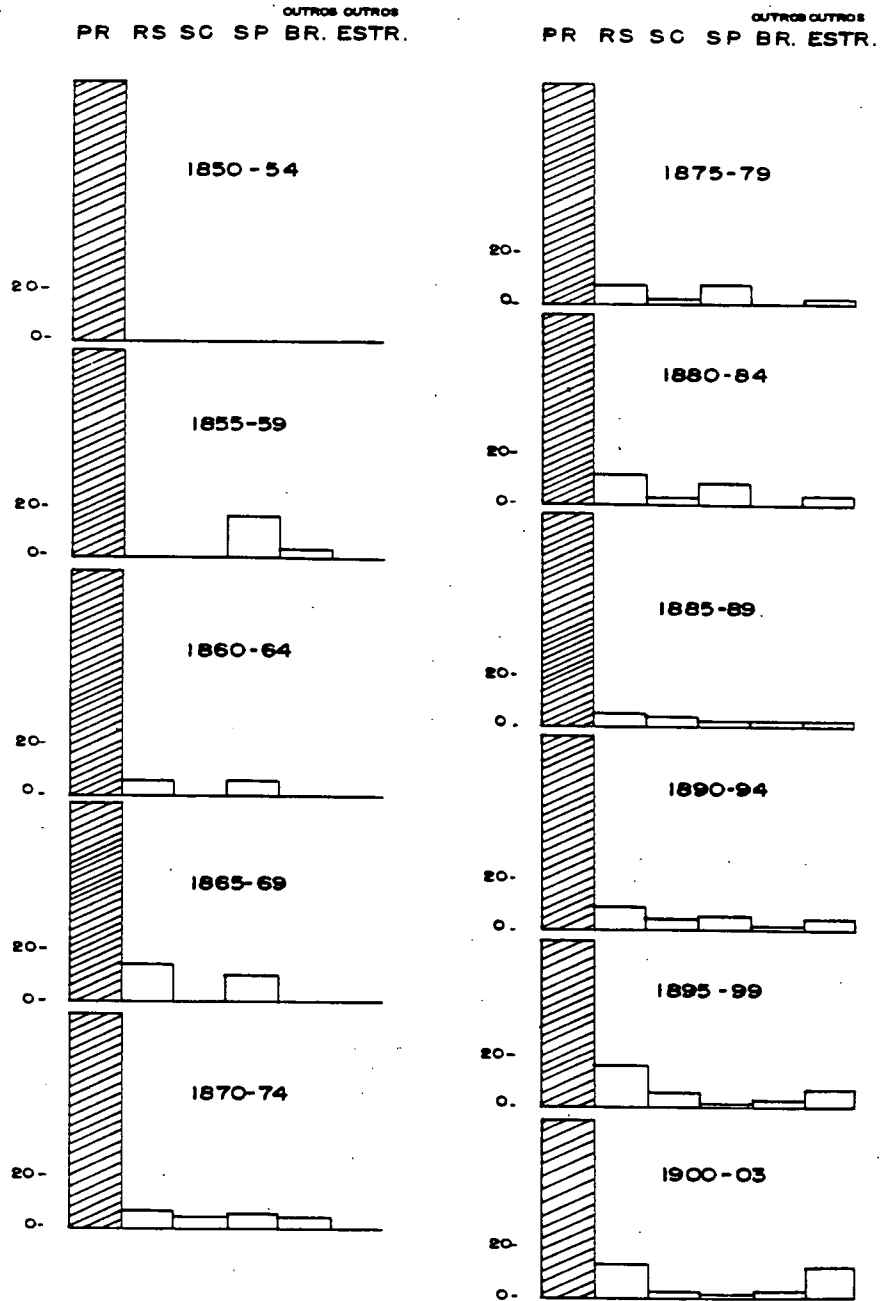
QUADRO Nº 19

PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO DE PALMAS POR PROVÍNCIA E ESTADO DE NASCIMENTO POR QUINQUÊNIO  
(1850-1903). NÚMEROS RELATIVOS

Procedência Quinquênio	PR	RS	SC	SP	OUTROS BRASIL	OUTRAS NAÇÕES	TOTAL	TOTAL ABSOLUTO
1850 - 54	100,00	-	-	-	-	-	100	03
1855 - 59	80,55	-	-	16,67	2,78	-	100	36
1860 - 64	87,50	-	6,25	6,25	-	-	100	16
1865 - 69	75,68	13,51	-	10,81	-	-	100	37
1870 - 74	83,19	7,96	1,77	5,31	1,77	-	100	113
1875 - 79	83,94	7,25	1,04	7,25	-	0,52	100	193
1880 - 84	73,10	11,03	2,76	8,97	-	4,14	100	145
1885 - 89	81,83	4,91	4,18	3,19	3,19	2,70	100	407
1890 - 94	77,17	8,62	4,39	5,14	0,60	4,08	100	661
1895 - 99	65,14	17,85	6,85	0,93	2,40	7,10	100	958
1900 - 03	69,05	12,52	3,40	0,89	2,33	11,81	100	559

Fonte: Livros de Registro de Casamentos - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas-Paraná.

GRÁFICO 6 - PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO DE PALMAS POR PROVÍNCIA E  
ESTADO DE NASCIMENTO (1850-1903)  
NÚMEROS RELATIVOS



FONTE: Livro de Registro de Casamentos (1850-1900)  
Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Pr.

Com base na relação e nos dados, a seguir, fez-se a análise da procedência da população que participou da ocupação do território de Palmas, no período de 1850-1903, por localidade ou município de nascimento dos noivos e das noivas. Essa relação permitiu a construção do mapa 19 que visualiza e localiza a contribuição, em números absolutos, das localidades de onde se originaram os cônjuges, nas Províncias Estados do Brasil Meridional e de São Paulo. Localidades que se constituíram centros irradiadores de população para a região dos Campos de Palmas.

Analizando essa relação e o mapa 19, constatou-se que os indivíduos nascidos em localidades paranaenses totalizam 2.289 cônjuges; 1.528, ou 66,57% deles são naturais ou nascidos em Palmas; 195, ou 8,52% na Palmeira; 165, ou 7,21% em Guarapuava; 80, ou, 3,49% em Ponta Grossa; 65, ou 2,84% em Curitiba; 63, ou 2,75% na Lapa; 49, ou, 2,14% em São José dos Pinhais; 37, ou 1,62% em Campo Largo; 29, ou 1,27% em Castro; 17, ou 0,74% em Tibagi e Rio Negro; 09, ou 0,39% em Morretes; 08, ou 0,34% em União da Vitória; 07, ou 0,31% em Paranaguá e Mangueirinha; 04, ou 0,17% em Antonina; 02, ou 0,09% na Colônia militar de Chopim e Campina Grande, e 01, ou 0,04% em Pirai, Jaguaraíva, Passo do Carneiro, Assungui e Arraial Queimado.

Assim sendo, as localidades que mais contribuíram no Paraná para o aumento do contingente populacional e ocupação do território de Palmas, no período 1850-1903 foram: Palmeira, Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba, Lapa, São José dos Pinhais e Campo Largo.

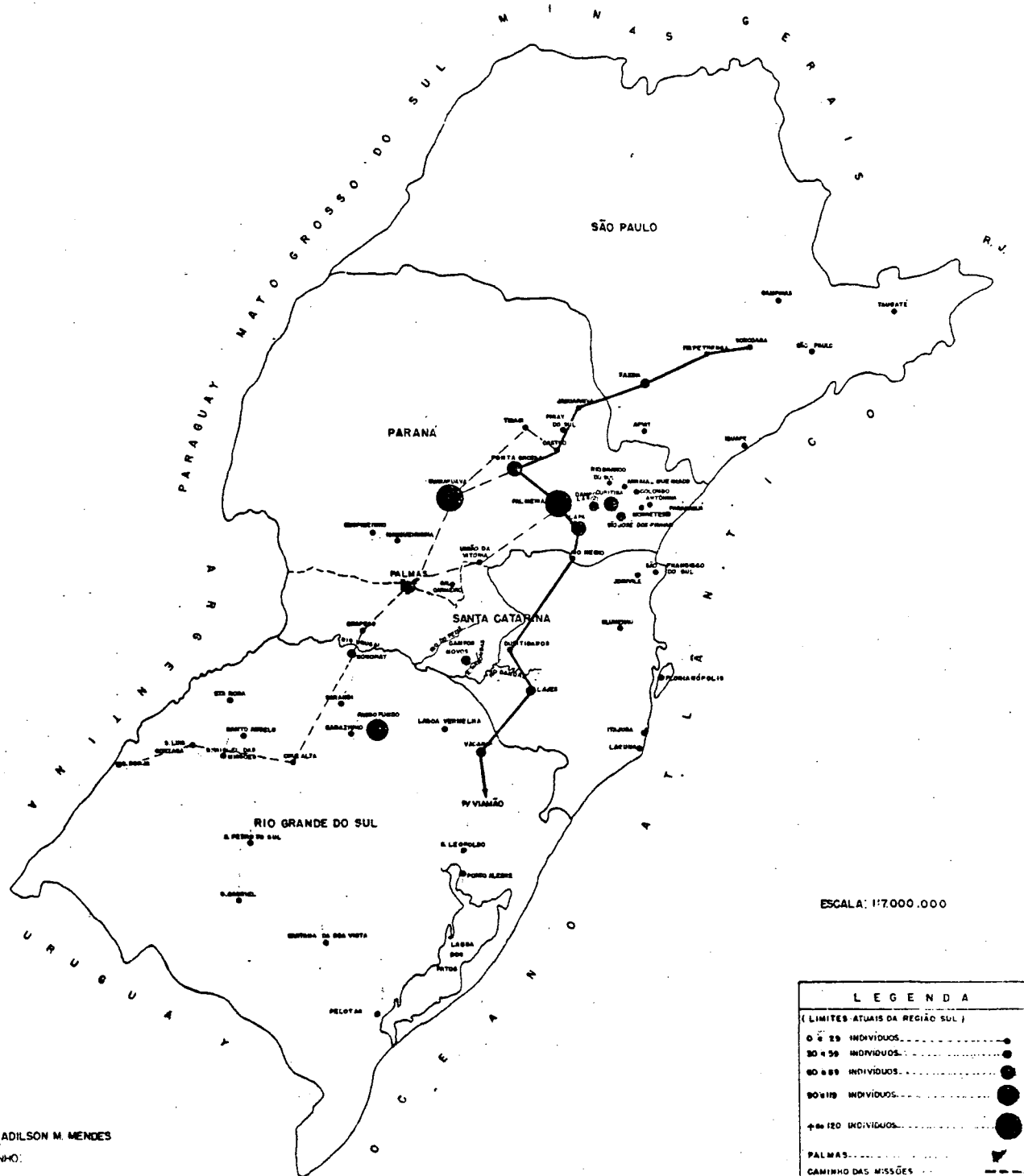
Todas essas localidades fazem parte do Paraná tradicional e sempre estiveram ligadas à criação e comércio de gado.

QUADRO Nº 20 - PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO DE PALMAS POR MUNICÍPIO DE NASCIMENTO - 1850 a 1903 - números absolutos

<u>PARANÁ</u>		<u>SANTA CATARINA</u>		<u>OUTROS PAÍSES:</u>	
Palmas	1.528	Campor Novos	38	<u>POLÔNIA</u>	
Palmeira	195	Lages	31	Galícia	06
Guarapuava	165	Curitibanos	16	Varsóvia	01
Ponta Grossa	80	Joinville	09	Indeterminados	74
Curitiba	65	São Francisco	05	TOTAL.....	81
Lapa	63	Ilumenau	04		
São José dos Pinhais	49	Tamanduá	02	<u>ITÁLIA</u>	
Campo Largo	37	Laguna	02	Cozenda	01
Castro	29	Itajuba	02	Indeterminados	17
Tibagi	17	Col. Dona Francisca	01	TOTAL.....	18
Rio Negro	17	Chapécó	02		
Korretes	09	Desterro	01	<u>INGLATERRA</u>	
União da Vitória	08	Itapocu	01	Londres	01
Manguaçu	07	Indeterminados	22	TOTAL.....	01
Paranaguá	07	TOTAL.....	137		
Col. Militar do Chopim	02	<u>SÃO PAULO</u>	50	<u>ARÁBIA</u>	
Antonina	04	Faxina	14	Rio	01
Pirai	01	Sorocaba	08	Indeterminados	03
Jaguaraíva	01	São Paulo	05	TOTAL.....	04
Passo do Carneiro	01	Apiai	01		
Assungui	01	Itapetininga	01	<u>ALEXANHA</u>	
Arraial Queimado	01	Tatui	01	Hamburgo	02
Campina Grande	02	Juquei	01	Berlim	02
TOTAL .....	2.289	Rio Pardo	01	Indeterminados	24
		Taubaté	01	TOTAL.....	28
<u>RIO GRANDE DO SUL</u>		Iguapé	01		
Passo Fundo	102	Campinas	01	<u>ARGENTINA</u>	
Nonoai	52	Paranaíba	01	Corrientes	05
Vacaria	32	Indeterminados	15	Indeterminados	01
Cruz Alta	21	TOTAL.....	105	TOTAL.....	06
Santo Angelo	06	<u>OUTROS ESTADOS BRASILEIROS:</u>		<u>PAÍSES CUJAS LOCALIDADES SÃO INDETERMINADAS:</u>	
S. José do Cristianismo	06	<u>RIO DE JANEIRO</u>		<u>PARAGUAI</u>	10
S. José da Boa Vista	04	Rio de Janeiro	05	<u>URUGUAI</u>	09
São Borges	04	Petropolis	01	<u>FRANÇA</u>	05
São Gabriel	03	Indeterminado	01	<u>AUSTRIA</u>	05
Lagoa Vermelha	03	TOTAL.....	07	<u>RÚSSIA</u>	02
São Luis	03			<u>SUÉCIA</u>	01
Porto Alegre	02	<u>MINAS GERAIS</u>		<u>SUÍÇA</u>	02
Santa Rosa	02	Ouro Preto	01	<u>ESPANHA</u>	01
São P. de Paula	02	N.S. da Conceição	01	<u>ÁFRICA</u>	06
Alto Uruguai	02	Ouro Fino	01	TOTAL.....	41
S. José do Patrocínio	01	Campanha	02		
Salto Oriental	01	Indeterminados	06		
Santa Candida	01	TOTAL.....	06		
São Xavier	01	<u>MATO GROSSO</u>			
São Miguel	01	Cuiabá	02		
São Vicente	01	TOTAL.....	02		
Parias	01	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u>			
S. M. Pacificação	01	Terezina	01		
São Tomé	01	Indeterminados	04		
São Martinho	01	TOTAL.....	05		
Sarandi	01				
São Pedro	01	<u>CEARÁ</u>			
Carazinho	01	Agua Branca	01		
São Leopoldo	01	Indeterminados	09		
Pelotas	01	TOTAL.....	10		
São Domingos	01				
Triunfo	01				
Indeterminados	95				
TOTAL .....	362				
		<u>GOIÁS</u>	02		
		<u>PARÁ</u>	01		
		<u>PIAUI</u>	05		
		<u>PERNAMBUCO</u>	04		
		<u>BAHIA</u>	08		
		<u>PARAÍBA</u>	06		
		TOTAL.....	26		

Todas as localidades destes Estados são indeterminadas.

MAPA 19 - PALMAS: PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO POR ESTADO E MUNICÍPIO DE NASCIMENTO (1850-1903)



ORG. ADILSON M. MENDES

DESENHO:

RIVAIL G. DOS SANTOS

Quanto às localidades riograndenses, do total de 362 indivíduos, 102, ou 28,18% nasceram em Passo Fundo; 52, ou 14,36% em Nonoai; 32, ou, 8,84% em Vacaria; 21, ou 5,80% em São José do Cristianismo e São José da Boa Vista; 04, ou 1,10% em São Borges e São Gabriel; 03, ou 0,83% em Lagoa Vermelha, São Luis, Porto Alegre; 02, ou 0,55% em Santa Rosa, São Francisco de Paula, Alto Uruguai e São José do Patrocínio; 01, ou 0,28% em Salto Oriental, Santa Cândida, São Xavier, São Miguel, São Vicente, Farias, S.M. Pacificação, São Tomé, São Martinho, Sarandi, São Pedro, Carazinho, São Leopoldo, Pelotas, São Domingos e Triunfo. (Mapa 19).

Do total de 362 indivíduos oriundos do Rio Grande do Sul, 95 deles ou 26,24% não foi possível identificar a localidade de origem dos cônjuges, por a mesma não constar nos registros de casamento.

Assim, Passo Fundo, Nonoai e Vacaria foram as localidades gaúchas que mais contribuíram para engrossar o contingente populacional de Palmas. Interessante observar, que Passo Fundo era tradicional do criatório gaúcho, e Nonoai local de passagem das tropas que transitavam pela estrada das Missões, assim como, Vacaria estava na rota da estrada do Viamão.

Quanto aos catarinenses, do total de 137 indivíduos, 38, ou 27,74% são naturais de Campos Novos; 31, ou 22,63% de Lages; 16, ou 11,68% de Curitibanos, 04, ou 2,92% de Blumenau; 02, ou 1,46% de Tamanduá, Laguna, Itajubá, Colônia Dona Francisca e Chapecô; 01, ou 0,73% de Desterro e Itapocu. Dos cônjuges procedentes de Santa Catarina, 22 deles, ou 16,06% não foi possível identificar suas localidades de origem, pela mesma razão observada para o caso das comunidades do Rio Grande do Sul. (Mapa 17).

Quanto aos paulistas, do total de 105 indivíduos, 15 deles, ou 14,29% não foi possível identificar suas localidades de origem. No entanto, 50, ou 47,62% são oriundos da Faxeira; 14, ou 13,33% de Sorocaba; 08, ou 7,63% de São Paulo (capital), 05, ou 4,76% de Apiaí; 04, ou 3,81% de Itapetininga; 03, ou 2,86% de Tatuí; e 01, 0,95% de Juqueí, Rio Pardo, Taubaté, Campinas, Paranaíba e Iguapê. (Mapa 17).

Portanto, observando a relação com as localidades, o mapa 17, e os quadros nº 16 e nº 17, pode-se concluir que, o local de origem da população que se dirigiu para Palmas, na segunda metade do século XIX e início do século XX, é oriunda principalmente das regiões tradicionais do criatório no Brasil Meridional e São Paulo, e, a grande maioria é composta por paranaenses, seguidos pelos gaúchos, catarinenses, paulistas, e em número reduzido por indivíduos de outras Províncias-Estados brasileiros. O número total de estrangeiros verificado para o período em estudo, supera o número de indivíduos oriundos das Províncias-Estados de Santa Catarina, São Paulo e de outras regiões brasileiras.

Assim, como a sociedade dos Campos de Palmas só manteve contatos comerciais e recebeu população oriunda das regiões tradicionais do criatório nas Províncias-Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, não modificou seus padrões culturais tradicionalmente cristalizados na mentalidade e no modo de vida da população campeira de Palmas. Logo, essa população não aprimorou os níveis técnicos de produção e cultivo de gêneros, para além das lavouras de subsistência, e muito pouco fez, ou quase nada, para melhorar a qualidade dos rebanhos de animais.

A presença de imigrantes ou descendentes na região, na segunda metade do século XIX e início do século XX, localizados no município de Palmas, mas distantes do núcleo urbano e das fazendas de criar, num raio de 80 a 100 quilômetros, pouca influência exerceram, seja técnica ou cultural, que resultasse em mudanças significativas na forma tradicional de produção no criatório e gestão econômica dos bens, pois estiveram à margem do poder político regional, que estava nas mãos dos grandes fazendeiros.

Portanto, concorda-se com a afirmação de Lurdês Stefanello Lago, (LAGO, 1987), quando diz que

*enquanto os descendentes dos lusos-brasileiros, em quase sua totalidade, dedicaram-se aos trabalhos relativos à criação e comércio de gado, os descendentes de imigrantes ocuparam-se com a prestação de serviços, comércio e indústria. (Id. Ibid.:94)*

No entanto, apesar dos lusos-brasileiros que foram atraídos para a região de Palmas, pelo trabalho de criação nas fazendas e pelo tropeirismo, ampliando o contingente populacional, estarão, contribuindo significativamente para garantir a posse brasileira dos territórios pretendidos pela Argentina, e, mais tarde, por Santa Catarina. Todavia, continua sendo a criação extensiva de animais, a principal atividade econômica desenvolvida. E, a presença de imigrantes europeus nessa população marca o início de um processo de aculturação que, pouco a pouco, começará modificar a estrutura étnica da população regional e, também, a organização sócio-econômica da sociedade tradicional palmense, mas tais modi-



ficações não são perceptíveis no período em estudo mas o será progressivamente a partir do início do século XX.

## NOTAS DE REFERÊNCIA

1. MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, (3):2-27, jun. 1963.
2. ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Palmas. Livro s/n de correspondência da Câmara Municipal de Palmas, 1882-1894.
3. BALHANAY Altiva Pilati et alii. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969.
4. BARROS, Vera Lucia F. A colônia militar do Chopim; 1882 à 1909. Florianópolis, UFSC, 1980. (Dissertação de Mestrado).
5. CLETO DA SILVA, José Julio. Apontamentos históricos de Palmas e Clevelândia (1630-1930). Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 28, 1976.
6. COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ EM 1888. Legislação do Paraná; 1888 à 1892. Curitiba, Typ. Penitência, 1912.
7. DEPARTAMENTO Estadual de Arquivo Público - DEAP. Ofícios, Curitiba, 17, ap. 723, p.113-5, 1884.
8. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 02 de dez. 1954. Ano XLII, n.217, 59f., p.03.
9. \_\_\_\_, Curitiba, 07 fev. 1961. Ano XLVIII, n.217, 39f., p.01.
10. FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão adotada pelo Censo de 1983.
11. FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; Municípios do Estado do Paraná. Rio de Janeiro, IBGE, 1959. v. XXXI.

12. GOYCOCHEA, Castilhos. Fronteiras e fronteiras. (A designação de "Missões" dada pelos argentinos ao território que disputou com o Brasil, é totalmente destituído de procedência. Rio Branco, advogado brasileiro junto ao árbitro condenou-a por inadequada. Em verdade, a região das Antigas Missões Jesuíticas do Uruguai não compreende as terras ao norte do rio Uruguai, da foz do Peperi-guaçu para leste. As reduções fundada pelos padres ... localizaram-se inteiramente abaixo do rio Uruguai...)
13. LEIS E REGULAMENTOS da Província do Paraná. Curitiba, Typ. Paranaense da viúva Lopes - Rua das Flores, nº 80, 1855. tomo XXII.
14. LIVRO de registro da correspondência com autoridades fora da Província - 1880. p.35. In: BARROS; Vera Lúcia Fregonese.
15. LOBO, Hélio. Rio Branco e o arbitramento com a Argentina. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.
16. MARTINS, Romário. Litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina; questão de limites-subsídios. Rio de Janeiro, Gomes, 1911.
17. RIO BRANCO, Barão. Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentou ao presidente dos Estados Unidos da América como arbitro segundo as estipulações do tratado de 07 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina. The Knickerbocker Press, 1894. v. III.
18. SECRETARIA do Estado do Planejamento. Departamento de Estatística do Paraná. Estatísticas Municipais; Palmas. Curitiba. s. ed., 1980.
19. WACHOWICZ; Ruy Christovam. O "Utis Possidetis" brasileiro na questão de Palmas. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 35: 195-217, 1979.
20. \_\_\_\_\_. Paraná, Sudoeste; ocupação e colonização, Curitiba, Litero-Técnica, 1985.
21. ATA de entendimento assinada entre os pretendentes ao povoamento dos Campos de Palmas chefiados por Pedro de Siqueira Côrtes.
22. BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta dos Campos de Palmas. In: PARANÁ, Sebastião. Corografia do Paraná. Curitiba, 1899.

23. BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas, na Comarca de Curitiba, Província de São Paulo, de sua povoação, e de alguns sucessos que ali temsido lugar até o presente mês de dezembro de 1850. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. s.l., 1851. tomo XIV.
24. BRASILIAN/ARGENTINE Boundary Question. Itinerary of Cabeza de Vaca. New York, The Knickerbocher Press, v. IV, fig. 31, 1894.
25. ESTATUTOS E REGULAMENTOS da "Sociedade particular dos primeiros povoadores palmenses" organizados na Freguesia do Belem em Guarapuava, a 19 de março de 1839.
26. FRANCO, Arthur Martins. 19 centenário dos Campos de Palmas. Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba, 1 (4): 305-16, dez. 1936.
27. LEÃO, Ermelino Agostinho de. Contribuições históricas e geográficas para o dicionário do Paraná. Curitiba, Graf. Paranaense, 1929. v.III.
28. MARTINS, Romário. Bandeiras povoadoras do Paraná; povoamento do Campo de Palmas. Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba, 1(4): 291-295, fev. 1937.
29. NEGRÃO, Francisco de Paula. Os Campos de Palmas; 1836-1936. Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba, 1(4): 295-301, fev. 1937.
30. RODRIGUES, Manoel Coelho. Questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Rio de Janeiro, Olímpio Campos, 1906.
31. SAMPAIO, José Nogueira. Fundação da Polícia Militar de São Paulo; subsídios históricos. 2.ed. São Paulo, s.ed., 1981.
32. SECÇÃO de Documentos. Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba, 1(4): 317-337, fev. 1937.
33. VACA, Cabeza de. Naufrágios e Comentários. Trad. de Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre, L&PM, 1987.
34. ABAIXO assinado dos habitantes de Palmas ao Presidente da Província em 1858. Ofícios - 1858. Curitiba, DEAP, v.7.
35. ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Palmas. Livro de atas dos trabalhos da Câmara Municipal de Palmas, 1879-85.
36. \_\_\_\_\_. Livro de atas dos trabalhos da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1879-94.

37. ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Palmas. Livro de Atas dos trabalhos da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1885-95.
38. \_\_\_\_\_. Livro de relatórios e correspondência da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1882-94.
39. \_\_\_\_\_. Livro de relatórios e correspondência da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1882-95.
40. COMISSÃO composta pelos vereadores: Frederico Teixeira Guimarães, Manoel Paulo de Siqueira e Frederico Teixeira Baptista.
41. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 17. ed. São Paulo, Nacional, 1980.
42. JORNAL DO COMÉRCIO DO PARANÁ; 22 mar. 1923.
43. \_\_\_\_\_. 25. abr. 1923.
44. \_\_\_\_\_. 21 mar. 1923.
45. OFÍCIOS. Curitiba, DEAP, v. 18. (Documento manuscrito).
46. OFÍCIO de João Cardoso Pais Carneiro. Ofícios, 1857. Curitiba, DEAP, v.7. (Documento manuscrito).
47. OFÍCIO de João Carneiro Marcondes ao Presidente da Província José Francisco Cardoso de 23 jan. 1862. Ofícios 1860. Curitiba, DEAP, v.1. (Documento manuscrito).
48. OFÍCIO do Padre Francisco Xavier Pimenta ao Presidente da Província de 12 mar. 1858. Ofícios, 1858. Curitiba, DEAP, v.4. (Documento manuscrito).
49. PARANÁ, Província do. Coleção de Leis e regulamentos. Curitiba, Tip. do Correio Oficial, 1861. tomo VIII.
50. PARANÁ, Sebastião. Corografia do Paraná. Curitiba, 1899.
51. RELATÓRIO da Câmara Municipal de Guarapuava ao Presidente da Província de 14 jan. 1870. Ofícios, 1870. Curitiba, DEAP, v.1. (Documento manuscrito).
52. RELATÓRIO de José Mathias Ferreira de Abreu ao Presidente da Província de 14 de fev. 1860. Curitiba. DEAP.
53. VEREADORES: Alípio José do Nascimento e Souza, Frederico Teixeira Guimarães, Frederico Teixeira Baptista, João Ferreira de Araújo Maciel e Manoel Paulo de Siqueira..

54. VERADORES: Firmino Teixeira Baptista, Capitão Napoleão Marcondes de França, Domingos Antonio Soares e Domingos Ferreira Maciel Sobrinho, que foram eleitos e empossados para o Quatriênio de 1883-86, em 7 de fevereiro de 1883.
  55. WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste; ocupação e colonização. Curitiba, Lítero-Técnica, 1985.
  56. DAUMARD, Adeline et alii. História social do Brasil; teoria e metodologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1984.
  57. LAGO, Lourdes Stefanello. Origem e evolução da população de Palmas; 1840-1899. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1987. (Dissertação de Mestrado).
- \* O trabalho de levantamento dos dados nos Livros registro de casamentos, referentes ao período de 1850 a 1903, arquivados na Secretaria da Cúria Diocesana de Palmas-Pr., contou com a colaboração das Professoras Eloyna Ribas Rodrigues e Zenaide Anna Vivan.

**CAPITULO IV**

**CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DE  
PALMAS**

#### 4.1 Características da Estrutura Fundiária dos

##### Campos de Palmas na segunda metade do século XIX

A concessão de sesmarias foi o regime de terras legalmente observado no Brasil Colônia e, o eixo do qual se originaram muitas das propriedades rurais no Brasil, isso porque, sendo mantida a tradição portuguesa das Ordenações Filipinas pelos governos do Brasil, eles fizeram do sistema de sesmarias o veículo de penetração, ocupação e povoamento do território brasileiro. *Na verdade, a ocupação e a propriedade de terras no Brasil, estabeleceram-se pela posse inicial e pela concessão da sesmaria. Em regra, as sesmarias eram concedidas pelos governadores e capitães-generais.* (DAUMARD, 1984:212-3).

Assim, cumprindo determinações das Ordenações Manuêlinas e Filipinas, o regime de sesmarias foi implantado no Brasil.

*As leis, decretos, avisos e instruções baixadas pelo governo português, a respeito de sesmarias e de outras concessões es tiveram vigentes no Brasil até o início do século XIX. A concessão de sesmarias foi suspensa pela resolução de 17 de julho de 1822. (ABREU, 1981:53)*

Após a suspensão do sistema de sesmarias as terras passaram a ser adquiridas através das posses ou ocupação, originando, também, latifúndios iguais e até maiores que os formados



pelo sistema de sesmarias. A *tendência à grande propriedade estava já definitivamente arraigada na psicologia de nossa gente.* (LIMA; 1954:11). Na realidade, a resolução de 17 de julho de 1822 que declarou extinto o regime de sesmarias instituiu a *simples ocupação da terra, no lugar das concessões feitas pelo poder público. Aliás, a posse praticada livremente, em geral, desordenaria a situação da propriedade fundiária no Brasil.* (DAUMARD; 1984:212-3).

Assim, a Lei nº601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, procurou

*corrigir os excessos havidos nesse particular, fugindo porém, por outro lado, de decretar um expropriação em massa, cujos efeitos seriam imprevisíveis, atenta a repercussão que teria sobre nossa economia e a nossa própria organização social.* (LIMA; 1954:11).

Fez distinção entre as terras pertencentes ao Estado, efetivou a legitimação das propriedades que se constituíssem em

*posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupações primárias ou havidas do primeiro ocupante, que se achavam cultivadas ou com princípios de cultura e morada habitual do respectivo posseiro ou de quem o representasse. A Lei de Terras proibia, ainda, as aquisições de terras devolutas, por outro título que não o de compra. As terras devolutas ficavam incorporadas ao patrimônio nacional.* (DAUMARD, 1984:212-3)

Agora, a posse e a ocupação da terra não mais garantiriam sua validade jurídica. Para legalizá-la tornou-se necessário lhe atribuir um preço, orientado pelo mercado.

A estrutura fundiária da Freguesia do Senhor Bom Jesus da

Coluna dos Campos de Palmas obedeceu às determinações da Lei nº 601, de 1850, que, acabou com o regime de terras antes adotado e determinou que as terras devolutas ficariam sujeitas ao processo de medição e legitimação para sua venda a particulares.

Pela Lei nº 601 fica estabelecido o registro obrigatório das terras possuídas, que foi executado nas paróquias onde não existia repartição pública habilitada, pelo vigário da paróquia, ficando esse trabalho conhecido como "Registro do Vigário". Anexo X.

Os vigários tinham que, segundo o artigo 103, do Decreto nº 1318/54: escriturar nos respectivos livros de registro, por eles próprios abertos, numerados, rubricados e encerrados

*As declarações de posse que eram feitas em duas vias pelos interessados e, entregues ao vigário, que fazia o registro, declarando numa das vias, ou nela certificando que o havia lançado no livro. Esta via era entregue à parte e a outra ficava no arquivo da paróquia. A via entregue era e é o que aparece agora como título de registro. (LACERDA, 1961:1300).*

Na ocasião em que fora instituído o Registro de Terras, a região dos Campos de Palmas, era freguesia de Guarapuava, e como ainda não estava canonicamente provida, os registros de posse na Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas foi executado pelo vigário de Guarapuava, Padre Antonio Braga D'Araujo, sendo que, a partir de 10 de setembro de 1856, foi assumido pelo vigário Padre Francisco Xavier Pimenta.

Segundo o "Registro do Vigário", na Freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, foram registradas

120 propriedades, de 80 declarantes, no período de 1855 a 1857.

# QUADRO Nº 5

## NÚMERO DE DECLARANTES E LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES (1855-57)

### FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

Nº declarantes	Prop. rurais	%	Prop.rocio	%	total
80	119	99,17	1	0,83	120

Fonte: Declaração de posse do "Registro do Vigário" - Arquivo da  
Cúria Diocesana de Palmas - DEAP - Curitiba

Das áreas declaradas na Freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, 51 proprietários declararam possuir terras agrícolas, perfazendo uma área de 26.204,49 hectares, e 59 proprietários declararam terras de pecuária, perfazendo uma área de 365.546,65 hectares. Portanto, as 110 áreas declaradas pelos seus ocupantes como sendo áreas de agricultura e pecuária, somam um total de 391.751,14 hectares.

Constatou-se também conforme se pode observar no quadro nº 6 que 10 proprietários não conheciam a extensão de suas propriedades, e que da área total declarada, apenas 6,68% eram terras agrícolas e 93,32% terras de pecuária.

QUADRO Nº 6

FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

Terras Agrícolas		Terras de Pecuária				
Nº de Pro- prietários	Área	Nº de Pro- prietários	Área	Nº de Pro- prietários	Áreas de- claradas	Áreas não declaradas
51	26.204.49ha	59	365.546,65ha	110	391.751,14ha	10

Fonte: Declaração de posse do "Registro do Vigário" - Arquivo da  
Cúria Diocesana de Palmas - DEAP - Curitiba.

Das 59 propriedades, com áreas declaradas como sendo terras de pecuária, cujas características eram campos, matas, logradouros, faxinais de pastagem e catanduvas, de 34 delas, se desconhece sua distância até a Vila de Guarapuava. Das outras 25 propriedades, 16, ou seja, 64,0%, estavam distanciadas da Vila de Guarapuava entre 3 e 15 léguas. Entre as demais, 4 estavam situadas a distância de 1 légua; 2 entre 2 e 3 léguas; 2 entre 15 e 20 léguas e 1 propriedade entre 20 e 25 léguas.

Das 51 propriedades declaradas como terras de agricultura, denominadas na declaração de posse como terras lavradas, de 38 delas se desconhece a sua distância à Vila de Guarapuava. Das 13 propriedades cuja distância a Guarapuava é conhecida, 8 delas se localizam entre 5 e 15 léguas de distância. E ignora-se a distância de 10 propriedades declaradas. Observa-se o quadro nº 7.

QUADRO Nº 7

FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

Características	Até 1 légua	1 - 2	2 - 3	3 - 5	5 - 10	10 - 15	15 - 20	20-50	Ignoradas não consta distância	Incomple- tas	Total
Campos, logradouros											
matas, faxinais de	4	-	2	5	8	3	2	1	34	-	59
pastagem, catandu- vas											
Agricultura											
Terras lavradas	-	2	-	1	3	5	1	1	38		51
Ignora-se a distância	-	-	-	-	-	-	-	-			10
TOTAL	4	2	2	6	11	8	3	2	73	9	120

Fonte: Declaração de posse do "Registro do Vigário" - Arquivo da  
Cúria Diocesana de Palmas - DEAP - Curitiba.

Na Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, de 120 propriedades declaradas, 119 são propriedades rurais e apenas uma está situada no rocio. Das 119 propriedades rurais declaradas, em 9 não constavam as características das terras, 59 eram terras de campos e 51 de terras lavradas.

Observa-se no quadro nº 8 que das 65 propriedades com áreas declaradas, a maioria delas, 18 possui o tamanho variando entre 2.000 a 5.000 hectares, sendo que 10 delas com terras de campos e 8 com terras lavradas. Em segundo lugar, 13 das propriedades declaradas possuíam uma extensão variando entre 5.000 a 10.000 hectares, sendo 11 declaradas como terras de campos, e duas como terras lavradas. Portanto, 31 delas possuíam extensão variando, entre 2.000 a 10.000 hectares; 28 com áreas oscilando entre 0 a 2.000 hectares; apenas 6 com áreas declaradas possuíam extensão superior à 10.000 hectares.

## QUADRO Nº 8

NÚMERO DE PROPRIEDADES EM RELAÇÃO À ÁREA E CARACTERÍSTICAS  
(1855-57)

Área (ha)	Campos	Terras Lavradas	Incompletas	Rocio	Total
0 - 10	-	2	-	-	2
10 - 20	-	3	-	-	3
20 - 50	-	6	-	-	6
50 - 100	-	5	-	-	5
100 - 200	-	3	-	-	3
200 - 500	-	2	-	-	2
500 - 1000	2	-	-	-	2
1000 - 2000	2	3	-	-	5
2000 - 5000	10	8	-	-	18
5000 - 10000	11	2	-	-	13
10000- 15000	1	-	-	-	1
15000- 20000	3	-	-	-	3
20000 e mais	2	-	-	-	2
Áreas ignora das	28	17	-	-	45
Declarações incompletas	-	-	9	-	9
Propriedade no Rocio	-	-	-	1	1
TOTAL	59	51	9	1	120

Fonte: Declaração de posse do "Registro do Vigário" - Arquivo da  
Cúria Diocesana de Palmas - DEAP - Curitiba.



Observa-se, também, que a maioria das terras lavradas declaradas são as de menor extensão, 11 propriedades oscilando entre 0 e 50 hectares e 10 propriedades entre 50 e 500 hectares. Constatação que permite concluir que a pequena propriedade era a grande responsável pela lavoura de subsistência e abastecimento da população residente nos núcleos urbanos e nas fazendas.

Os quadros nº 9 e nº 10, e nº 11, apresentados a seguir permitem conhecer aspectos relativos ao número de propriedades por proprietário, a situação dos declarantes relativa à instrução e o número de proprietários rurais residentes fora do imóvel declarado.

Observando o quadro nº 9, verifica-se que, dos 80 declarantes da Freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, a maioria deles era proprietária de apenas uma posse; 16 possuíam 2 posses; 8 possuíam 3 posses, 1 possuía 4 posses e 1 possuía 6 posses.

QUADRO Nº 9

FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

Com 1 propriedade	Com 2 propriedades	Com 3 propriedades	Com 4 propriedades	Com 5 propriedades	Com 6 propriedades	Total declarantes	Total de Propriedades
54	16	8	1	-	1	80	120

Fonte: Declarações de Posse do "Registro do Vigário" - Arquivo  
da Cúria Diocesana de Palmas - DEAP - Curitiba

Com relação à instrução dos declarantes, constatou-se que 51 declarantes do sexo masculino e 1 do sexo feminino eram alfabetizados. E, 19 declarantes do sexo masculino e 6 do sexo feminino, eram analfabetos. Quadro nº 10, a seguir.

## QUADRO Nº 10

TOTAL DE DECLARANTES ALFABETIZADOS E ANALFABETOS  
(1855-57)

FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS							
Alfabetizados			Analfabetos			Procuradores	Total
Masc.	Fem.	Total	Mas.	Fem.	Total		
51	1	52	19	6	25	3	80

Fonte: Declaração de posse do "Registro do Vigário" -  
Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - DEAP -  
Curitiba

No pertinente à residência dos declarantes, observando o quadro nº 11, verificou-se que 16 deles, o correspondente a 20% do total, eram residentes fora do imóvel declarado. Eram moradores de Palmeira (5), de Porto União (2), de Guarapuava (5), de Curitiba (3), e de Chapecó (1).

QUADRO Nº 11

PROPRIETÁRIOS RURAIS RESIDENTES FORA DO IMÓVEL DECLARADO  
(1855-57)

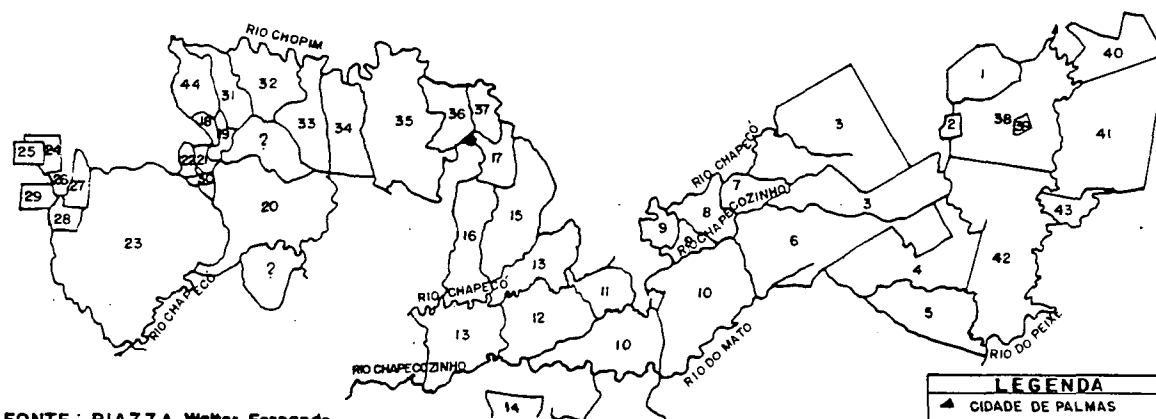
FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS										
Palmeira	Porto União	Guarapuava	Curitiba	Chapecó	Palmas	RGS	Ausentes	total	%	Total de- clarantes
5	2	5	3	1	-	-	-	16	20	80

Fonte: Declaração de posse do "Registro do Vigário" - Arquivo da  
Cúria Diocesana de Palmas - DEAP - Curitiba

Quando foi feita a demarcação dos limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1916, momento final da disputa territorial entre os dois Estados, algumas fazendas localizadas nos Campos de Palmas foram mapeadas pela Comissão Demarcadora. Assim, foi possível obter uma visualização parcial das "frentes do criatório" paranaense que conquistaram e povoaram o território dos Campos de Palmas, hoje oeste catarinense, a partir do momento que os campos foram divididos, em 1841, entre os integrantes das expedições de José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes. Essa divisão foi feita sob o arbítrio dos curitibanos, Dr. João da Silva Carrão e o Coronel Joaquim José Pinto Bandeira, ficando para os componentes da expedição de Pedro de Siqueira Côrtes as terras ao poente do lajeado das Caldeiras, e os componentes da expedição de José Ferreira dos Santos com as terras do nascente.

Mesmo sendo um mapeamento parcial, permite resgatar em caráter exemplificativo, caracteres da estrutura fundiária dos Campos de Palmas, no século XIX, início do século XX.

MAPA 17 - MAPEAMENTO PARCIAL DAS FAZENDAS NOS CAMPOS DE PALMAS - 1916



FONTE: PIAZZA, Walter Fernando.

A colonização de Santa Catarina. BRDE, Jun. 1982. p. 181

LEGENDA	
▲	CIDADE DE PALMAS
.....	ÁREA DESCONHECIDA
2	NOME DESCONHECIDO

Nº	FAZENDA	PROPRIETÁRIOS	ÁREA EM M2
1	THOMAS PADILHA	THOMAS PADILHA	.....
2	JOÃO VICENTE PADILHA	.....	.....
3	CAMPO ALTO	RAIMUNDO MENDES DE ALMEIDA ( Filho)	161.520.000
4	SÃO BENTO	ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS	193.600.000
5	SÃO BENTO	PEDRO DE SÁ RIBAS ( Nhônhô)	.....
6	CRUZ ALTA	RAIMUNDO MENDES DE ALMEIDA e outros	223.111.800
7	ROSEIRA	MANOEL INÁCIO DE ARAÚJO PIMPÃO	50.460.356
8	ALEGRETE	MARIA IZABEL DO BELÉM e ALMEIDA	59.704.784
9	CAMPO DO CARRÃO	JOÃO ANTONIO DE ARAÚJO PIMPÃO	30.112.972
10	MARREAS	LÚCIO IRIAS DE ARAÚJO GAVIÃO	.....
11	TIGRE e AMPARO	ANTONIO MACIEL	56.440.150
12	S. ANTONIO e S. FRANCISCO	ANA FERREIRA DE JESUS e outros	228.432.850
13	NORTE	RUFINO DE OLIVEIRA SÁ RIBAS	239.362.850
14	RESSACA	ZEFERINO BUENO	.....
15	ESTÂNCIA NOVA	FIRMINO TEIXEIRA BAPTISTA VIVIDA	147.240.625
16	QUIGUAY	FRANCISCO DE OLIVEIRA SÁ RIBAS	118.413.287*
17	CALDEIRAS	LUIZ LUSTOSA DE SOUZA MENEZES	48.437.200*
18	TRÊS CAPÕES	ESTEVÃO RIBEIRO DO NASCIMENTO	18.196.464
19	CONCEIÇÃO	GERTRUDES DA SILVA RIBAS	12.379.164
20	SANTA TECLA	FIRMINO MARTINS DOS SANTOS	113.488.946
21	RONDINHA	ANTONIO DE FARIA	11.253.552
22	RONDINHA	JOÃO VAZ DE OLIVEIRA	.....
23	SÃO DOMINGOS	TEN. COR. JOÃO CARNEIRO MARCONDES	550.759.699
24	SAUDADES	ELIAS FERREIRA PACHEGO	22.000.000
25	FELICIANO	ANTONIO FERREIRA PINTO	22.017.400
26	SAUDADINHA	PEDRO FERREIRA BELLO	16.238.827
27	BOA VISTA	LUIZ LUSTOZA DE SOUZA MENEZES	24.415.050
28	SÃO MIGUEL	FRANCISCO DE ASSIS DE ARAÚJO PIMPÃO	22.087.195
29	GALVÃO	SANSÃO ANTONIO CARNEIRO e outros	22.033.765
30	JOÃO LAURINDO	JOÃO LAURINDO	.....
31	TUNAS	ESTEVÃO RIBEIRO DO NASCIMENTO	.....
32	TRINDADE	MARIA DO PILAR	.....
33	SANTA CRUZ	JOAQUIM MENDES PACHEGO	91.960.000*
34	CHOPIM	GERTRUDES MARIA DE SIQUEIRA	.....
35	CRUZEIRO	ANTONIO JOAQUIM DO AMARAL CRUZ e outros	.....
36	SANTA'ANA	PAULO DE ARAÚJO	.....
37	SALTO	MARGARIDA DE JESUS	.....
38	RIO PRETO	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	.....
39	PROCÓPIO L. DA COSTA	PROCÓPIO LUIZ DA COSTA	.....
40	RIO CAÇADOR	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	.....
41	RIO DAS ANTAS	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	.....
42	XV DE NOVE MBRO	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	.....
43	RIO DAS PEDRAS	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	.....
44	INV. DO MORAIS	.....	.....

Foram mapeadas as seguintes "fazendas de criação", incluídas no mapa 17.

1 - "Thomas Padilha" ao norte da Gleba "Rio Preto" da "Brazil Railway Co.", subsidiária da "Brazil Development Colonization Co."

2 - "João Vicente Padilha", ao sul da anterior, semi-en-cravada na gleba "Rio Preto".

3 - "Campo Alto", de Raimundo Mendes de Almeida (filho), com requerimento de legitimação, na comarca de Palmas, em 30 de julho de 1892, aprovado em 28 de setembro de 1896, com área de 161.520.000 m<sup>2</sup>, extremado a oeste com o lageado Roseiral, ao sul com a fazenda "Cruz Alta", a leste com a fazenda "São Bento", de Antonio Fernandes dos Santos.

4 - "São Bento", de Antônio Fernandes dos Santos que adquiriu em 12 de novembro de 1910, da Cia. Frigorífica e Pasto ril Brasileira, pelo valor de Rs. 28:000\$000, tendo a aludida Companhia adquirido do Comendador José Duarte Rodrigues, pos suindo uma área de cinco(5) léguas quadradas, limitando-se ao sul e a oeste com o lageado São Bento e a leste com a gleba "15 de novembro", da "Brazil Railway Co.", a ao sul com a fa- zenda "São Bento", de Pedro de Sá Ribas Nhonhô.

5 - "São Bento", de Pedro Sá Ribas Nhonhô, extremado ao sul com o arrio Traz-da-serra, a leste com o rio São Bento, que serve de limite da fazenda com a gleba "15 de novembro", da "Brazil Railway Co."

6 - "Cruz Alta", de Raimundo Mendes de Almeida e outros requerida a legitimação, na comarca de Palmas, a 6 de setembro de 1891, aprovada a 2 de junho de 1893, com a área de 223.111, 800 m<sup>2</sup>., tendo extremas com a fazenda "Campo Alto" ao norte,

também de Raimundo Mendes de Almeida e outros, a leste a fazenda "São Bento", de Antônio Fernandes dos Santos, e a oeste as fazendas "Roseira", "Alegrete" e "Marrecas".

7 - "Roseira", de Manoel Inácio de Araújo Pimpão, com legitimação requerida, na comarca de Palmas, a 11 de maio de 1890, e obtida a 26 de maio de 1900, com área de 50.460.356 m<sup>2</sup>, extremado ao norte com o rio Chapecô, a oeste, ao sul e a leste com o lageado Roseira, servindo de linde com as fazendas "Campo Alto", "Cruz Alta", e "Alegrete".

8 - "Alegrete", de Maria Isabel de Belém e Almeida, que requereu a legitimação, na comarca de Palmas, a 11 de maio de 1899 e a obteve a 20 de junho de 1900, com a área de 59.704.784 m<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com o rio Chapecô, a leste com os lageados do Veado e Roseira, servindo de extrema com as fazendas "Cruz Alta" e "Roseira", ao sul e a oeste com arroio das Capivaras e o rio Chapecozinho, servindo de extrema com a fazenda "Campo do Carrão".

9 - "Campo do Carrão", de João Antônio de Araújo Pimpão, cuja legitimação foi requerida, na comarca de Palmas, por D. Maria Isabel de Belém e Almeida e outros, a 3 de julho de 1899 e obtida a 19 de junho de 1900, com a área de 30.112.972 m<sup>2</sup>., tendo extrema a leste com os arriões Capivaras e Marrecas, limitando-se com as fazendas "Alegrete" e "Marrecas", ao sul com o arroio Fachinal, e a oeste e norte com o rio Chapecô.

10 - "Marrecas", de Lúcio Irias de Araujo Gavião, extremado a leste com o arroio Tupitinga, com a fazenda "Cruz Alta", ao sul com o rio Chapecôzinho, arroio Limeira, e daí em linha reta até encontrar o rio do Mato, extremado, assim com a fazenda "Santo Antonio e São Francisco".



11 - "Tigre e Amparo", de Antonio Maciel, que requereu a legitimação, na comarca de Palmas, a 20 de maio de 1898, a obteve a 3 de março de 1899, com área de 56.440.150 m<sup>2</sup> limitando-se ao norte com o lageado Capão e o rio Chapecô, sul com o rio Chapecózinho, extremado ao sul e a oeste com a fazenda "Santo Antonio e São Francisco".

12 - "Santo Antonio e São Francisco", de Ana Ferreira de Jesus e outros, requereram a legitimação, na comarca de Palmas, a 20 de maio de 1898 e a obtiveram a 20 de dezembro de 1899, com área de 288.432.025m<sup>2</sup>, tendo como limite ao norte o rio Chapecô, servindo de extrema com as fazendas "Tigre e Amparo" e "Norte", a oeste com a fazenda "Norte", ao sul pelos rios do Mato e Chapecozinho, com a fazenda "Ressaca".

13 - "Norte", de Rufino de Oliveira Sá Ribas, que requereu legitimação, na comarca de Palmas, a 18 de novembro de 1890 e a obteve a 12 de junho de 1895, com a área de 239.362.850 m<sup>2</sup>, e tendo como limite a leste os rios Aguapeí e Chapecô, extremado com as fazendas "Tigre e Amparo", e "Santo Antônio e São Francisco", ao norte com a fazenda "Estância Nova", e a oeste pelo rio Chapecô, com a fazenda "Quiquay".

14 - "Ressaca", de Zeferino Bueno de Almeida, limitando-se ao norte com os rios do Mato e Chapecozinho, com as fazendas "Santo Antonio e São Francisco" e "Norte".

15 - "Estância Nova", de Firmino Teixeira Baptista Vi-vida, que teve sua legitimação, na comarca de Palmas, requerida por Jesuino Pinto Bandeira, a 30 de julho de 1892, e a obteve a 24 de março de 1893, com área de 147.240.625m<sup>2</sup>, limitando-se a leste com o lageado da Bandeira, extremado com

a fazenda "Norte", e a oeste com as fazendas "Caldeiras" e "Quiguay".

16 - "Quiguay", de Francisco Oliveira Sá Ribas, extremando ao norte pelo arroio do Cedro com a fazenda "Caldeiras", a leste lageado da Divisa ou Quiguay com a fazenda "Estância Nova", ao sul com o rio Chapecô, extremando com a fazenda "Norte" e a oeste pelo lageado Santa Rosa.

17 - "Caldeiras", de Luiz Lustosa Souza Menezes, extremando ao norte pelo lageado Grande e arroio da Divisa ou Quiguay, com a fazenda "Salto", a leste pelo lageado Grande com a fazenda "Estância Nova" e "Quiguay" e a oeste pelo rio Caldeiras.

18 - "Três Capões", de Estevão Ribeiro do Nascimento, que requereu legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 22 de janeiro de 1900 e a obteve a 23 de maio de 1900, com área de 18.198.464 m<sup>2</sup>, extremando ao norte pelo arroio da Divisa com as fazendas "Tunas" e "Invernada do Moraes", ao sul com a fazenda "Rondinha", e oeste com a fazenda "Conceição".

19 - "Conceição", de Gertrudes da Silva Ribas, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 21 de dezembro de 1899 e a obteve a 3 de setembro de 1901, com a área de 12.379,164 m<sup>2</sup>, extremando ao norte pelo arroio do Rancho com a fazenda "Invernada do Moraes", ao leste e ao sul com a fazenda "Três Capões" e a oeste pelo arroio das Capoeiras.

20 - "Santa Tecla", de Firmino Martins dos Santos, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 7 de dezembro de 1899 e a obteve a 10 de janeiro de 1901, com área de 113.488.946 m<sup>2</sup>, extremando a leste com o lageado Raso, ao

sul com o rio Chapecô, e a oeste pelo arroio São Domingos, com a fazenda "São Domingos".

21 - "Rondinha", de Antônio de Faria, que requereu legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 20 de novembro de 1899 e a obteve a 4 de setembro de 1901, com área de 11.253.552 m<sup>2</sup>, extremado ao norte com arroio da Rondinha e a leste pelo mesmo arroio com a fazenda "Três Capões", ao sul com as fazendas "Santa Tecla" e de João Laurindo, e a oeste pelo lageado do Meio com a fazenda "Rondinha", de João Vaz de Oliveira.

22 - "Rondinha", de João Vaz de Oliveira, extremado ao norte com o arroio Rondinha, ao leste pelo lageado do Meio com a fazenda "Rondinha", de Antonio de Faria, ao sul com a fazenda de João Laurindo e a oeste com o arroio do Leão.

23 - "São Domingos", do Tenente-Coronel João Carneiro Marcondes, que requereu legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 29 de junho de 1886 e a obteve a 12 de novembro de 1892, com área de 550.759.699 m<sup>2</sup>, extremado a leste pelo arroio São Domingos com a fazenda "Santa Tecla", a leste e ao sul com o rio Chapecô, a oeste com o rio Saudades e, pelo ribeirão do Martinho, com as fazendas "São Miguel" e "Boa Vista".

24 - "Saudades", de Elias Ferreira Pacheco, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 5 de outubro de 1893 e a obteve a 29 de março de 1897, com a área de 22.000.000 m<sup>2</sup>, extremado a leste e ao sul com a fazenda "Sau dadinha", a a oeste com a fazenda "Feliciano".

25 - "Feliciano", de Antônio Ferreira Pinto que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 9 de agosto de 1893 e a obteve a 14 de março de 1898, com a área de

22.017.400 m<sup>2</sup>, extremando a norte e ao leste com a fazenda da "Saudades", e ao sul com o arroio Monjolo.

26 - "Saudadinha", de Pedro Ferreira Bello, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 17 de agosto de 1893 e a obteve a 2 de fevereiro de 1901, com área de 16.238.827 m<sup>2</sup>, extremando ao norte com a fazenda "Saudades" a leste com a fazenda "Boa Vista", pelo ribeirão Saudadinha, ao sul com a fazenda "São Miguel", e a oeste com a fazenda "Galvão" pelo rio Saudades.

27 - "Boa Vista", de Luiz Lustosa de Souza Menezes que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 4 de julho de 1883 e a obteve a 4 de maio de 1894, com área de 24.415.050 m<sup>2</sup>, extremando a leste com a fazenda "São Domingos", ao sul com a fazenda "São Miguel" e a oeste com as fazendas "São Miguel e Saudadinha".

28 - "São Miguel", de Francisco de Assis de Araújo Pimpão, que requereu legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 2 de agosto de 1893 e a obteve a 24 de março de 1898, com área de 22.087.195 m<sup>2</sup>, extremando ao norte com as fazendas "Saudadinha" e "Boa Vista", e a leste com a fazenda "São Domingos", e a Oeste com o rio Saudades.

29 - "Galvão", de Sansão Antônio Carneiro e outros, que requereram a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 9 de agosto de 1893, e a obtiveram a 16 de fevereiro de 1901, com a área de 22.033.765 m<sup>2</sup>, extremando a leste pelo rio Saudades com as fazendas "Saudadinha" e "São Miguel".

As fazendas enumeradas no mapa 17, de 30 a 44, só se obteve a área da fazenda "Santa Cruz", de Joaquim Mendes Pacheco, com a área de 91.960.000 m<sup>2</sup>.

Outras fazendas que requereram legitimação de posse, na área que hoje é território catarinense, mas que era antes de 1916, território da comarca de Palmas, que por alguma razão, não aparecem no mapeamento da Comissão Demarcadora dos limites entre o Paraná e Santa Catarina;

1 - "Primavera", de José Antunes de Lara, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 6 de julho de 1892, e a obteve a 17 de março de 1893, com a área de 194.480.000 m<sup>2</sup>, extremado ao norte e a leste com o rio do Peixe, ao sul com a fazenda "Rio do Peixe", a oeste, em parte, pelo arroio Cafundô, com a fazenda "Campo Grande".

2 - "Rio do Peixe", de Francisco Ferreira da Silva, que requereu legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 12 de outubro de 1884 e a obteve a 6 de outubro de 1900, com área de 22.929.500 m<sup>2</sup>, extremado ao norte com a fazenda "Primavera" e ao sul com a fazenda "Rio do Peixe", segunda com esse nome de propriedade de João Ferreira da Silva.

3 - "Rio do Peixe", de João Ferreira da Silva, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 11 de outubro de 1884 e a obteve a 24 de abril de 1900, com área de 38.880.000 m<sup>2</sup>, extremado ao norte com a fazenda "Rio do Peixe", de Francisco Ferreira da Silva, e a leste com o rio do Peixe.

4 - "Campo Grande", dos herdeiros do Barão de Limeira, limitando-se ao leste pelo arroio Cafundô, com a fazenda "Primavera", ao sul pelo mesmo rio e o do Pinheirinho com a fazenda "Sargento" e ao norte com as fazendas "Sargento" e "Primavera".

5 - "Sargento", dos herdeiros do Barão de Limeira, teve

sua legitimação de posse requerida, na comarca de Palmas, por Generoso Antonio de Ávila, a 12 de fevereiro de 1892, que a obteve a 20 de março de 1893, com área de 391.391.250 m<sup>2</sup>, extremando a leste pelo arroio do Pinheirinho, com a fazenda "Campo Grande", ao sul com o rio Pirapora, ao oeste pelo lagoado Grande com a fazenda "Araça", e ao norte pelo arroio Sargento. É importante esclarecer que esta fazenda pertenceu, inicialmente, a Francisco Antunes de Lara, e sua mulher, Alexandrina Mendes de Lara, que a registraram na Vila de Guarapuava a 26 de novembro de 1855, passando, a seguir, a seus filhos Rosalina Mendes de Lara casada com Generoso Antonio de Ávila, Francisco das Chagas Lara casado com Maria dos Anjos do Espírito Santo, Gertrudes Mendes de Lara casada com José Antonio Rodrigues, e Pedro Mendes das Chagas casado com Rosa Maria do Espírito Santo. Estes a transferiram, em Palmas, a 20 de outubro de 1892, e a 9 de novembro de 1895, ao Dr. Luiz Vicente de Souza Queiroz, Barão de Limeira.

6 - "Araçã", de João Antunes de Lara, extremando ao norte com o rio Capetinga, ao leste com o lagoado Grande, e ao sul pelo mesmo lagoado Grande, com a fazenda "Sargento", e a oeste pelo lagoado Araça, com a fazenda "Campo de São Vicente".

7 - "Campo de São Vicente", de Ladislau A. Ferreira, que requereu legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 1 de fevereiro de 1899 e a obteve a 7 de novembro de 1899, com a área de 39.371.100 m<sup>2</sup>, extremando ao norte pelo arroio Capetinga, com a fazenda "São Vicente de Palma Sola", pelo lagoado Palma Sola e arroio Pocinhos.

8 - "São Vicente de Palma Sola", de Antonio Antunes de Lara, extremando a leste com as fazendas "Rincão do Capetin-

ga, a oeste pelo lageado Grande com a fazenda "Conceição".

9 - "Campo Ere", de Belarmino Antonio de Lara e outros, que requereram a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 30 de março de 1892 e a obtiveram a 3 de abril de 1893, com a área de 75.650.000 m2.

10 - "Bom Retiro", de Maria Isabel de Belém e Almeida, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 26 de janeiro de 1891, e a obteve a 24 de maio de 1893, com a área de 250.462.250 m2. Esta fazenda foi vendida pela proprietária e seu marido, Tenente-Coronel José Joaquim de Almeida, ao Comendador José Duarte Rodrigues, que, por sua vez, a vendeu à Cia. Frigorífico e Pastorial Brasileira, e por dívida desta ao Banco do Brasil que a adjudicou pela avaliação de 8:000\$000 réis a Antonio Fernandes dos Santos, que a passou a Mosele, Ghilardi & Cia., empresa colonizadora, sucessora de H. Hacker Cia. Ltda. local onde, hoje se situa a cidade de Joaçaba.

11 - "Capecozinho", de Laura Rosa de França, que requereu a legitimação a 7 de abril de 1884 e a obteve a 9 de abril de 1885, com área de 152.945.000 m2.

12 - "Irany", de José Joaquim de Almeida, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 24 de dezembro de 1878 e a obteve a 11 de novembro de 1879, com área de 601.561.250 m2, cuja medição foi efetuada a 19 de novembro do ano de 1879 a título expedido a 26 de agosto de 1881. Esta fazenda passou, com outras dos mesmos proprietários José Joaquim de Almeida e sua mulher, D. Maria Isabel Belém de Almeida, por venda, ao Comendador José Duarte Rodrigues, e deste à Cia. Frigorífica e Pastoral Brasileira, e, por dívida desta, ao Banco

do Brasil que adjudicou, pela importância de 100:000\$000 réis, a Antonio Fernandes dos Santos, a 11 de novembro de 1910.

13 - "Goyo-en", de Manoel de Moura Garrão, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 27 de junho de 1897 e a obteve a 17 de março de 1900, com área de 12.572.200 m<sup>2</sup>.

14 - "Rincão do Burro Branco", de Tobias Bueno de Andrade, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, a 12 de dezembro de 1898 e a obteve a 7 de novembro de 1899, com área de 63.759.225 m<sup>2</sup>.

15 - "Campina do Gregório", de José Raimundo Fortes, que requereu a legitimação de posse, na comarca de Palmas, em duas parcelas. A primeira requerida em 23 de junho de 1886, e obtida a 19 de fevereiro de 1892, com área de 1.671.190.000 m<sup>2</sup>., e a segunda com área de 863.765.500 m<sup>2</sup>, e que vai dentro do programa colonizador do pioneiro Ernesto F. Bertaso, constituir pólo de desenvolvimento do Oeste catarinense, sediando localidade "Passo dos Índios", hoje Chapecó.

Portanto, constata-se que o sistema de latifúndios estará presente em toda a "frente do criatório", dando estrutura física para a criação extensiva de animais, e política, para as oligarquias regionais manterem o poder econômico, na segunda metade do século XIX e início do século XX.

Assim sendo, para caracterizar melhor a estrutura fundiária dos Campos de Palmas, optou-se em aprofundar a análise através do estudo da fazenda do "Norte", que consta no mapa 17, sob o nº 13. Essa fazenda, teve sua posse declarada em 22 de junho de 1856, pelo Alferes Joaquim Manoel d'Oliveira Ribas, casado com D. Maria Ferreira de São Ribas, conforme o traslado do



registro de terras nº 11, feito pelo vigário Antonio Braga de Araujo da Vila de Guarapuava ao vigário Achilles Soporiti da cidade de Palmas, em 9 de janeiro de 1900. Anexo XI.

A primeira divisão da posse denominada "Norte", deu-se 6 anos após a sua declaração. No ano de 1862, ocasião que dá-se o inventário da esposa do Alferes Joaquim Manoel d'Oliveira Ribas, Dna Maria Ferreira de Sá Ribas foi possível obter novos informes sobre a dita fazenda. (Anexo XII). Nessa ocasião a casa e as benfeitorias foram avaliados em 9:000\$000, e, os campos da dita fazenda, em 23:500\$000. Nesses chamados campos da fazenda do "Norte", avaliados por 23:500\$000, estão incluídos os da parte denominada "Freguesia Velha", avaliados por 6:000\$000, sendo que estes, na ocasião do inventário estavam em litígio entre José Caetano de Oliveira, Barão de Tibagy, e o Alferes Joaquim Manoel de Oliveira Ribas. O inventário registrou na ocasião, a propriedade de vários escravos, entre eles: 01 criança escrava do sexo masculino e 06 escravas do sexo feminino, avaliados em 5:000\$000; 02 escravos jovens do sexo masculino e 01 escravo jovem do sexo feminino, avaliados pela quantia de 3:600\$000, e, 06 escravos adultos do sexo masculino e 02 escravos adultos do sexo feminino avaliados em 11:800\$000. Assim, os 18 escravos, de ambos os sexos, foram avaliados por 20:400\$000.

Registrou também animais, sendo, 691 bovinos, avaliados em 5:923\$000, 936 equinos, avaliados em 5:054\$000 e 316 muares, avaliados em 4:868\$000. O total de 1.943 animais foram avaliados pela quantia de 15:845\$000.

O valor dos bens móveis declarados, somavam 389\$700, desse total, 53\$200 são mobiliários, 242\$400 pratarias, 39\$000 artigos domésticos de cozinha e 55\$100 instrumentos de trabalho. Registrava também, no mesmo inventário, um ativo no valor de

7:643\$030, e, um passivo de 980\$260.

Após 13 anos do primeiro inventário da fazenda do "Norte", em 1875, deu-se o segundo inventário e divisão da fazenda, quando do falecimento do Major Joaquim Manoel de Oliveira Ribas. ANEXO XIII. Na ocasião, metade das terras da fazenda foram avaliadas por 14:000\$000, e parte da casa em 2:000\$000. O inventário registrou, na ocasião, 05 escravos crianças do sexo masculino e 01 escravo criança do sexo feminino, que foram avaliados por 3:750\$000; 01 escravo jovem do sexo masculino avaliado em 1:100\$000, 04 escravos adultos do sexo masculino e 03 escravos adultos do sexo feminino, avaliados em 5:550\$000. No total, 14 escravos que não foram avaliados porque foram libertos. Os animais e seus respectivos valores, no inventário eram: 211 bovinos avaliados por 2:975\$000, 401 equinos avaliados por 3:373\$000 e 135 muares avaliados por 3:129\$000.

O total de 747 animais foram avaliados por 9:477\$000. Os bens móveis declarados somavam a quantia de 460\$500, destes, 111\$500 eram do mobiliário, 14\$000 dos artigos domésticos de cozinha, 180\$000 de mercadorias (20 cargas de sal à 8\$500 cada, totalizando 170\$000; e, 02 peles de lobo no valor de 5\$000 cada, totalizando 10\$000); 105\$000 referente aos instrumentos de trabalho e 50\$000 referente a 18 livros. Apresentou este inventário, um ativo no valor de 7:930\$775 e um passivo de 900\$000, destes, 700\$000 eram doações para construção da Igreja matriz de Palmas; 180\$000 pagamento pela catumba no cemitério de Palmas e 20\$000 doados para uma Igreja em Curitiba.

Após 14 anos, em 18 de novembro de 1890, Rufino de Oli

veira Ribas, filho de D. Maria Ferreira de Sã Ribas e do Major Joaquim Manoel de Oliveira Ribas, requereu na comarca de Palmas, a legitimação da posse da fazenda do "Norte" e a obteve a 12 de junho de 1895, com a área de 239.362.850 m<sup>2</sup>, limitando a leste com os rios Aguapeí e Chapecô, extremado com as fazendas "Tigre e Amparo", e "Santo Antonio e São Francisco; ao norte com a fazenda "Estância Nova" e a oeste pelo rio Chapecô, com a fazenda "Quiguay".

Em 21 de abril de 1891, o agrimensor Gustavo Emílio Olander faz a planta e a medição da posse denominada "Norte" situada no município de Palmas, Estado do Paraná, descrevendo várias características internas do imóvel. Essa planta, pela quantidade de detalhes, permite analisar vários aspectos: de sua área total de 239.362.850 m<sup>2</sup> ou 9.981.026 alqueires paulistas, 8.703.516 alqueires, ou 87,99% eram segundo a planta, terras aproveitadas no cultivo e criação de animais e 1.187.510 alqueires, ou 12,01% da área total, terras incultas, abertas e sem aproveitamento nenhum. Todavia, apesar da planta indicar a área de 8.703.515 alqueires como terras aproveitáveis para o cultivo e criação de animais, estão localizadas apenas duas pequenas áreas de terras de cultura e de capoeiras. A primeira, localiza-se na região noroeste da fazenda, às margens do ribeirão dos Barreiros, indo até às margens do rio Chapecô. A segunda, maior que a primeira, está localizada na planta, próxima ao rio Chapecozinho e possui 03 paióis próximos no interior de uma capoeira. Se compararmos estas 02 áreas com a que na planta se denomina "parte cultivada e aproveitada", constata-se que elas não correspondem a 7,0% do total de 8.703.516 alqueires, assim é possível inferir que a lavoura era apenas a de

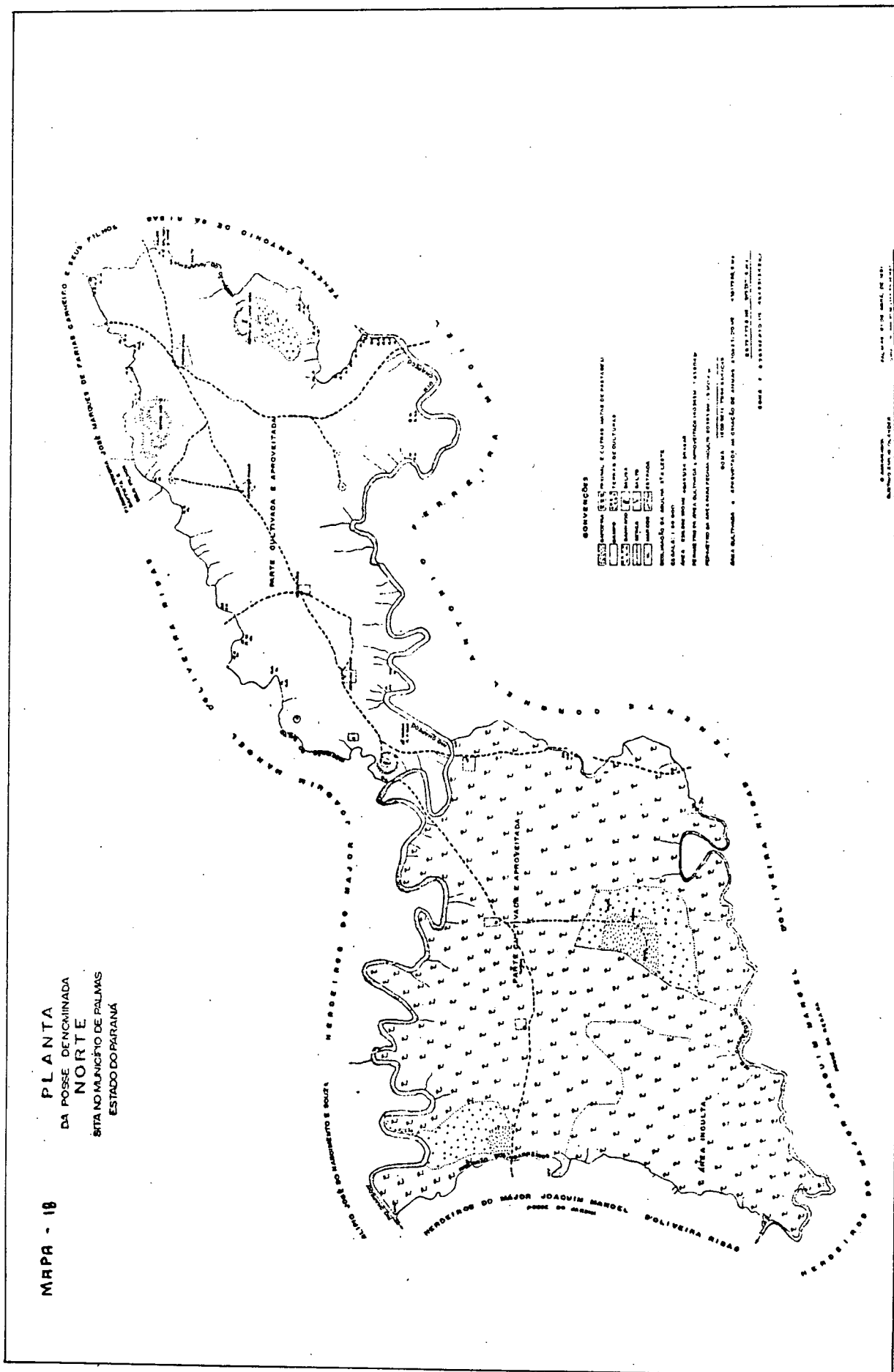
subsistência, e, que a criação de gados ocupava a maior parte dessas terras.

As terras incultas e não aproveitadas que correspondem a 12,01% da área total do imóvel, localizam-se na região sudoeste da fazenda, limitando-se com o rio Chapecozinho e a posse denominada "Jardim", também, dos herdeiros do Major Joaquim Manoel de Oliveira Ribas. Constata-se também, que mais de 60,00% da área total da fazenda, era constituída por fa-chinais e matas de "pastagens", estando localizadas entre os rios Chapecô e Chapecozinho. Apenas 40,00%, da área, correspondia aos campos, entremeados de capões, de matos e banhados.

Essa propriedade era cortada por uma estrada ou ca-minho principal, no sentido leste-sudoeste, partindo dela 03 variantes. Próximo a essa estrada principal estão localizadas as sedes das propriedades, isto é, as casas de Rufino Ribas, de Antonio Ribas, dos Órgãos, de Joaquim Ribas, e de D. Maria R. Ribas, antes do rio Chapecô.

Analizando o primeiro inventário da fazenda do "Norte", constata-se o pequeno número de animais em relação ao tamanho da propriedade, pois, numa área de 9.891.026 alqueires existiam apenas 1.943 animais. Ou a criação apresentava baixa productividade, por falta de melhor cuidado dos rebanhos, ou não foram declarados no inventário os números reais acerca dos animais existentes na fazenda.

Portanto, assim, verifica-se mais uma vez, que a "nova sociedade" que se instalou nos Campos de Palmas, na segunda metade do século XIX, seguiu os mesmos moldes econômicos da sociedade dos Campos Gerais e de Guarapuava, estruturando as atividades econômicas do criatório, no latifúndio, no trabalho escravo do negro e no sistema familiar patriarcalista.



Foi através dessa estrutura que se desenvolveu a criação extensiva de animais, invernagem das tropas vindas do sul e o comércio do gado nativo de Palmas com as localidades de Guarapuava, Ponta Grossa, Palmeira, Curitiba, e as do litoral Paranaense.

#### 4.2 As fazendas de criar em Palmas (1862-64)

No ano de 1838, as fazendas de criar existentes na Comarca de Curitiba e Paranaguá, somavam 88 propriedades (MULLER, 1836).

Em 1858, o relatório do presidente da Província do Paraná, Francisco Liberatto de Mattos, apresenta um total de 154 fazendas de criar (BALHANA; 1975:392), estando 35 delas, localizadas em Guarapuava e 37 na Freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna de Palmas. A quase duplicação das fazendas de criar na Província do Paraná, deu-se em função de que nessa mesma conjuntura foram ocupados os campos de Guarapuava e de Palmas, efetivada entre 1820 e 1845. Nessa época

*em todo o município de Guarapuava e especialmente na freguesia de Palmas, assim como parte da de Castro, é a indústria criadora aquela que maior riqueza apresenta. Se houvesse método e sistema e se procurasse o melhoramento das raças, ali tão degeneradas, sem dúvida a criação cresceria de valor (RELATÓRIO, 1860:71)*

Em 1860, dizia José Matias Ferreira de Abreu que, embora a paixão dominante e talvez característica hereditária da população do interior do Paraná que considerava a criação de animais como "a mais bela e nobre", o estado de atraso em se encontrava era notório pela

*falta de instrução especial e falha até dos rudimentos da veterinária. Eram ignorados os métodos e as operações especiais para conservar e propagar as raças (MEMÓRIAS; 1860).*

O trabalho realizado por Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen acerca das "Fazendas do Paraná Provincial" (BALHANA; 1975:403), com base nos originais do levantamento geral ordenado pela presidência da Província no final de 1864, permite reconstituir a situação do criatório paranaense e palmense, nos anos de 1862 a 1864.

Com base nos dados apresentados nesse trabalho, foi possível organizar os quadros que seguem sobre o número de fazendas em Palmas e sua frequência por número de cabeças criadas, considerados os gados vacum, cavalar, muar e suíno, e o quadro com o total de animais de criação em Palmas, para os anos de 1862, 63 e 64.

QUADRO Nº 12  
 CRIAÇÃO DE GADO VACUM EM PALMAS (1862 - 64)  
 Nº DE FAZENDAS

Nº de cabeças	1862	%	1863	%	1864	%
0 - 99	1	3,23	1	3,23	1	3,23
100 - 199	-	-	-	-	-	-
200 - 299	1	3,23	1	3,23	1	3,23
300 - 399	1	3,23	1	3,23	1	3,23
400 - 499	4	12,90	4	12,90	1	3,23
500 - 599	15	48,38	15	48,38	17	54,83
1000 - 1499	8	25,80	8	25,80	9	29,02
1500 - 1999	-	-	-	-	-	-
2000 - 2999	1	3,23	1	3,23	1	3,23
Total	31	100,0	31	100,0	31	100,0

Fonte: Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Fazendas do Paraná Provincial. Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Aracaju - setembro de 1975)

Conforme o quadro nº 12, e analisando a distribuição do gado vacuum em Palmas, observa-se que para o ano de 1862, 22,5% das fazendas criavam menos de 500 animais, 74,18% das fazendas menos de 1.500 animais e apenas 3,23% das fazendas criavam menos de 3.000 animais. A mesma relação se mantém para o ano de 1863. No entanto, no ano de 1864 ocorrem algumas alterações, 12,92% das fazendas criavam menos de 500 animais 83,85% das fazendas criavam menos de 1500 animais e 3,23% das fazendas criavam menos de 3.000 animais. Na verdade, a maioria das fazendas de criar estão inseridas na faixa de 500 a 599 animais.

No caso do gado cavalari, o quadro nº 13, verifica-se



para o ano de 1862, que 19,36% das fazendas criavam menos de 500 animais, 64,51% menos que 1500 animais e apenas 16,13% das fazendas criavam menos de 3.000 animais. Para o ano de 1863, 12,91% criavam menos de 500 animais, 67,74% menos de 1500 animais, e 19,35% menos de 3.000 animais. Para o ano de 1864, 12,91% das fazendas criavam menos de 500 animais, 67,74% criavam menos de 1500 animais e 19,36% criavam menos de 3.000 animais. Observa-se algumas oscilações em direção ao aumento do número de fazendas com maior número de animais. Todavia, a faixa de animais que predomina no maior número de fazendas, no período, é a de 500 a 999 animais.

## QUADRO Nº 13

## CRIAÇÃO DE GADO CAVALAR EM PALMAS (1862-64)

## Nº DE FAZENDAS

Nº de cabeças	1862	%	1863	%	1864	%
0 - 9	1	3,23	1	3,23%	1	3,23
10 - 19	-	-	-	-	-	-
20 - 49						
50 - 99	1	3,23	1	3,23	1	3,23
100 - 199	-	-	-	-	-	-
200 - 499	4	12,90	2	6,45	2	6,45
500 - 999	16	51,61	12	38,71	11	35,48
1000 - 1499	4	12,90	9	29,03	10	32,25
1500 - 1999	3	9,68	4	12,90	3	9,68
2000 - 2999	2	6,45	2	6,45	3	9,68
Total	31	100,0	31	100,0	31	100,0

Fonte: Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Fazendas do Paraná Provincial. Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Aracaju-setembro de 1975)

No que é pertinente à criação de gado muar em Palmas, para o ano de 1862, constata-se que era relativamente pequena se comparado o número de animais muares com os números dos animais vacum e cavalares. Em 87,09% das fazendas criavam menos de 50 animais, 9,68% menos de 100 animais e 3,23% menos de 300 animais. Para 1863, a situação se mantém a mesma. Em 1864, persiste também a mesma situação.

## QUADRO Nº 14

## CRIAÇÃO DE GADO MUAR EM PALMAS (1862-64)

## Nº DE FAZENDAS

nº de	1862	%	1863	%	1864	%
0 - 9	3	9,68	2	6,45	2	6,45
10 - 19	4	12,90	4	12,90	3	9,68
20 - 29	10	32,25	9	29,03	10	32,25
30 - 39	7	22,58	9	29,03	8	25,81
40 - 49	3	9,68	3	9,68	4	12,90
50 - 99	3	9,68	3	9,68	3	9,68
100 - 199	-	-	-	-	-	-
200 - 299	1	3,23	1	3,23	1	3,23
Total	31	100,0	31	100,0	31	100,0

Fonte: Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Fazendas do Paraná Provincial. Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Aracaju - setembro de 1975).

As fazendas de criação de gado suíno em Palmas, apresentavam em 1862, a seguinte distribuição em relação ao número de animais por fazenda. Em 16,13% das fazendas constatou-se a criação de menos de 100 animais, em 74,19% menos de 200

animais e em 9,68% menos de 500 animais. Em 1863, 16,13% das fazendas continuam com a criação de menos de 100 animais, 70,97% criavam menos de 200 animais e 12,90% criavam menos de 500 animais. Em 1864, 12,91% das fazendas criavam menos de 100 animais. Portanto, o maior número de fazendas (23) de criação de gado suíno situam-se na faixa de criação de 100 a 199 animais, para o período 1862-64. Observar o quadro nº 15.

Observando o quadro nº 16, constata-se que para os anos de 1862, 1863, 1864, as criações de gado vacum, muar, cavalar, lanígero e suíno se encontram em franca expansão na Freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna de Palmas. Entre elas, no período, é a de gado cavalar a que apresenta o maior número de animais.

O total de animais nas fazendas de criação em Palmas, é de 61.957 para 1862, 66.935 para 1863 e 72.109 para 1864

## QUADRO Nº 15

## CRIAÇÃO DE GADO SUÍNO EM PALMAS (1862 - 64)

## Nº DE FAZENDAS

Nº de cabeças	1862	%	1863	%	1864	%
0 - 9	1	3,23	1	3,23	1	3,23
10 - 19	-	-	-	-	-	-
20 - 49	-	-	-	-	-	-
50 - 99	4	12,90	4	12,90	3	9,68
100 - 199	23	74,19	22	70,97	24	77,41
200 - 499	3	9,68	4	12,90	3	9,68
Total	31	100,0	31	100,0	31	100,0

Fonte: Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Fazendas do Paraná Provincial. Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (Aracaju-setembro de 1975)

## QUADRO Nº 16

## CRIAÇÃO DE GADO EM PALMAS (1862-64)

## Nº DE CABEÇAS

Espécie	1862	%	1863	%	1864	%
Vacum	25.380	40,96	26.975	40,30	28.586	39,64
Muar	1.100	1,78	1.265	1,89	1.405	1,95
Cavalar	30.947	49,95	33.695	50,34	35.283	48,93
Lanífero	900	1,45	1.415	2,11	1.700	2,36
Suíno	3.630	5,86	3.585	5,36	5.135	7,12
Total	61.957	100,0	66.935	100,0	72.109	100,0

Fonte : Altiva Pillati Balhana e Cecília Maria Westphalen. Fazendas do Paraná Provincial. Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (Aracaju - setembro de 1975).

QUADRO Nº 17

PROVÍNCIA DO PARANÁ

CRIAÇÃO DE GADO  
Número de cabeças

Localidades	GADO GRAUDO			GADO MIUDO			TOTAL		
	1862	1863	1864	1862	1863	1864	1862	1863	1864
Curitiba	1.180	1.220	1.280	3.000	3.200	3.350	4.180	4.420	4.630
São José	16.588	19.147	19.092	5.105	5.292	6.130	21.693	24.439	25.222
Lapa	2.230	3.150	3.150	2.948	3.345	3.644	5.178	6.495	6.794
Rio Negro	920	920	920	1.227	1.380	1.535	2.147	2.300	2.455
Palmeira	13.450	15.101	17.045	1.648	1.914	2.210	15.098	17.016	19.255
Ponta Grossa	3.149	2.900	2.811	626	532	603	3.775	3.432	3.414
Castro	8.235	8.300	8.627	570	850	1.150	8.805	9.150	9.700
Guarapuava	83.445	89.039	95.255	5.560	6.490	7.700	89.005	95.529	102.955
Palmas	57.427	61.935	65.274	4.530	5.000	7.135	61.957	66.935	72.409
Total	186.624	201.454	213.454	25.214	28.003	33.457	211.838	229.715	246.911

Fonte: In \_\_\_\_\_. Altiya Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Fazendas do Paraná Provincial. Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (Aracaju - setembro de 1975).

Observando o quadro nº 17, pode-se perceber a importância que os campos de Guarapuava, os campos de Palmas e suas respectivas criações de gado vacum, muar, cavalar, ovino e suínos representavam no conjunto-total do número de animais criados na Província do Paraná, de 1862-64.

Em Guarapuava e Palmas estavam concentrados 64% dos animais vacum existentes na Província do Paraná, enquanto que 13,5% estavam localizados nos campos de Palmeira e Ponta Grossa, 11% nos campos de São José dos Pinhais e 6,7% nos campos de Castro (BALHANA; 1975:403)

O campos de Guarapuava e Palmas também concentravam quase a totalidade do gado cavalar criado na Província do Paraná, com 93% dos animais. Ainda estavam concentrados nesses campos, de 1862 a 1864, 71% dos carneiros e ovelhas, seguidos por São José dos Pinhais com 13%, e Castro com 7,5% (Id.Ibid.,403).

No que é pertinente ao gado suíno, Guarapuava e Palmas, também possuíam o maior criatório, com 37,2%, seguidos de São José dos Pinhais com 20%, e pelos campos da Lapa e Rio Negro com 18,5% e de Curitiba com 12,8% (Id.Ibid., 403).

Os Campos de Guarapuava e Palmas só não concentravam o maior rebanho de gado muar. O maior criador era São José dos Pinhais, com 45% dos animais criados, seguidos por Guarapuava e Palmas com 39% e Palmeira e Ponta Grossa com 13,5% (Id.Ibid., 403).

Assim sendo, pode-se concluir

*que as grandes propriedades criadoras de gado estavam, em 1862 a 1864, localizadas no município de Guarapuava e na sua freguesia de Palmas, ou seja que a área do grande criatório, quer de gado graúdo como*

*de gado miúdo, já se havia deslocado e fixado nos campos mais a oeste de Guaruapuava e Palmas, abandonando-se até certo ponto os Campos Gerais, área tradicional do criatório paranaense. O gado estava já em 75% nas novas áreas, evidenciando nova organização na economia do espaço e, pois, mudanças significativas, a ponto de poder afirmar-se que nessa conjuntura os Campos Gerais já haviam perdido sua função como criadores de gado. O gado miúdo ainda em 58% permanência nas áreas tradicionais, pelo seu papel no abastecimento imediato de suas populações mais densas. (BALHANA; 1975:405-6)*

#### 4.3 Vias de comunicação, comércio e situação dos fazendeiros de Palmas, na segunda metade do século XIX

Após ser desviado o trajeto da estrada das Missões da Vila de Palmas, na segunda metade do século XIX, a questão que se coloca é saber como se dá a abertura dos caminhos para os Campos de Palmas e como se comportou o governo da Província do Paraná em relação à destinação de recursos para a abertura dos mesmos.

Depois de efetivada a ocupação dos campos, com a instalação das fazendas e da povoação em 1840 e, tendo sido solucionado o problema da posse das terras entre as bandeiras de José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes, outros problemas entram em cena exigindo rápida solução: o do abastecimento de sal dos animais ali introduzidos, assim como o fornecimento de instrumentos de metal e outros gêneros de primeira necessidade.

Como a única via de comunicação com Guarapuava não era favorável, pois,

*o transporte por Guarapuava era muito dispendioso em virtude da extensão e do acidentado caminho, em face destas circunstâncias, deliberaram os fazendeiros de Palmas abrir uma estrada que os pusesse em comunicação direta com os mercados de sal. (REISEMBERG; 1980:40)*

Assim, em 1842, o capitão Pedro de Siqueira Côrtes, novo comandante da Companhia dos Municipais Permanentes e sucessor de Hermógenes Carneiro Lobo, tomou a iniciativa de buscar um novo caminho que, passando

*... o Iguaçu em vau, oito léguas acima do porto de embarque, partiu a 12 de abril de 1842 com sete pessoas, e seguindo rumo nordeste chegou à freguesia da Palmeira, nos referidos Campos Gerais, no dia 07 de maio de 1842, varando vinte léguas de sertão desde o referido rio, em cujas diligências encontrou diferentes vestígios de selvagens (MARTINS, 1902:139)*

Todavia, as dificuldades relativas à distância do caminho aberto pelo capitão Pedro de Siqueira Côrtes, mobilizou os fazendeiros no sentido de, em

*... março de 1846, fazer outra exploração as expensas suas, que partindo de Palmas mais ao sul, fosse encontrar o Iguaçu naquele passo de vau, no que foram igualmente felizes, achando melhor e mais curta vereda, com a distância somente de perto de onze léguas, de sorte que aquele vau no Iguaçu, ao passo que serve para animais de carga ou sem ela, serve igualmente de pôrto de embarque e desembarque aos que preferem o trânsito fluvial para a condução de suas cargas, e por isso o denominam de Porto*



*União. (Id. Ibid.:180).*

Assim, este caminho assume relevo histórico, porque representou o primeiro eixo de povoamento do vale (REISEMBER, 1980: 41) do rio Iguaçu. Nas proximidades desse caminho serão estabelecidas as primeiras posses de terra.

Estava, assim, aberto um caminho, mesmo ainda que de forma precária, mais curto entre o Campo dos Biturunas e os Campos Gerais de Curitiba, mas, também o maior eixo de povoamento no vale do Iguaçu, pois, acabara de abrir ao trabalhos homens uma nova área, com mais de 200 léguas quadradas, que pouco a pouco, famílias de Curitiba, São José dos Pinhais, de Palmeira e de Palmas vão se estabelecendo em suas margens", (Id. Ibid.:48), iniciando o povoamento da região.

Dessa maneira, após descoberto o caminho e aberta a picada, estava conseguida,

a melhor maneira para os fazendeiros de Palmas receberem o sal para o gado, do Porto de Paranaguá... A grande vantagem era que de Palmeira até União com frequência esse sal e as mercadorias de menor vulto, desciam de canoas pelo rio Iguaçu. O gado vindo de Palmas, por sua vez, atravessava o rio Iguaçu no vau da União. A distância entre Palmas e Palmeira por este caminho era 32 léguas e via Guarapuava chegava a 60. (WACHOWICZ, 1985: 59).

Mesmo, apesar das evidentes vantagens que esse caminho trazia para o desenvolvimento do comércio e do povoamento no vale do rio Iguaçu e dos Campos de Palmas, a Província praticamente nada fazia para conservar essa tão importante via de comunicação para Palmas. (REISEMBER, 1980:60).

Os fazendeiros conservavam o percurso de Palmas a Porto

União, sendo o trecho de Palmeira a Triunfo conservado pelos moradores dessas comunidades, restando para a Província a conservação do percurso de Triunfo à União. *"Acontece que os maiores beneficiados por este estado de coisas eram os comerciantes de Guarapuava. Todo esse movimento era desviado para a estrada das Missões, trecho Palmas-Guarapuava. (Id. Ibid.:60).*

Observa-se, então, que as articulações políticas dos guarapuavanos eram no sentido de fazer o governo provincial destinar mais recursos para a conservação e melhoria do caminho das Missões, por ser mais favorável para o comércio de Guarapuava, em detrimento da estrada Palmas-Palmeira. Enquanto isso,

*os palmenses eram obrigados a fazer cerca de 28 léguas a mais, em detrimento de sua própria economia. As mercadorias via Guarapuava chegavam a preços excessivamente altos. Por sua vez, o gado exportado por Palmas não chegava gordo aos mercados da capital e litoral. A maioria vendia as rezes em Guarapuava ou nos Campos Gerais, para invernagem que as engordava para revenda. (REISEMBERG, 1980:60).*

Sendo assim, os preços dos animais vendidos pelos fazendeiros de Palmas não remuneravam as despesas de produção. *Contra esse mal tem aquela população clamado quase em vão. (D'OLIVEIRA; 1985:60)*

Na realidade, houve maior destinação de recursos para certas estradas e, menor para outras, como se observa no relatório do Presidente da Província do Paraná, no quadro demonstrativo da despesa com vias de comunicação desde a instalação da província até o fim do exercício 1864-65. Para o período de 1853 a 65, a estrada de Palmas a Palmeira foi contemplada

com 33:566\$976, enquanto que para o mesmo período, a estrada da Mata recebeu a soma de 105:855\$564 e a estrada da Graciosa 295:026\$195. (RELATÓRIO; 1866).

A estrada da Mata era um caminho que comunicava os campos do Rio Grande do Sul, desde Viamão, até a feira paulista de Sorocaba. O gado transportado do Rio Grande do Sul era revendido em Sorocaba e conduzido para as Minas Gerais e outras regiões. Não foi só o transporte de gado muar que caracterizou essa estrada; também transitavam tropas de bovinos. Esse caminho tinha vital importância, pois era o único que ligava São Paulo com o Rio Grande do Sul, pelo interior. De sorte que, Curitiba por estar situada próxima a essa rota muito se beneficiava com as constantes visitas dos tropeiros, incrementando o desenvolvimento do seu comércio.

A estrada da Graciosa ligava o planalto com a região litorânea. Sua construção só foi concluída em 1872, e foi considerada a estrada mais importante da Província, pois, desafogou a economia paranaense ampliando as relações comerciais do planalto com o litoral, permitindo o transporte de mercadorias para exportação, como também a importação de mercadorias para o planalto.

A estrada de Palmas a Palmeira ligava a região produtora de animais destinados ao consumo da capital e do litoral paranaense. Na conjuntura da segunda metade do século XIX, os campos de Palmas e de Guarapuava possuíam o maior rebanho de gado bovino e cavalar existente no Paraná.

Entretanto, constatou-se que, após a instalação da Câmara Municipal de Palmas, em 11 de novembro de 1879, em sessão ordinária, foi lido ofício do Presidente da Província, Jesuí-

no Marcondes de Oliveira e Sá (ARQUIVO, 1879-85:14) autorizam do a despesa de 4:000\$000 para melhoramentos na estrada de Palmas à Porto União e dali até Palmeira. Em 02 de agosto de 1882, em ofício da Câmara Municipal de Palmas ao Presidente da Província do Paraná, Carlos de Carvalho, é mencionada a autorização de despesa de 500\$000 ao cidadão Tobias Bueno de Andrade para o benefício de meia légua de caminho da estrada da freguesia de Vitória e 30\$000 para reconstrução da mangueira no porto Iguaçu. (ARQUIVO, 1882-94:23)

Portanto, para a conjuntura de 1879 a 1895, de 16 anos, apenas em dois ofícios são mencionados recursos destinados à estrada de Palmas a Porto União-Palmeira.

Posteriormente, vários relatórios acerca das necessidades do município de Palmas, enviados pela Câmara a presidência da Província, permitem conhecer a condição de abandono das estradas no município.

O relatório apresentado pela Câmara Municipal de Palmas em resposta à circular do Presidente da Província, Jesuino Marcondes de Oliveira Sá, datado de 01 de julho de 1882 e apresentado em 09 de agosto de 1882, comunica que,

*as vias de comunicação deste município são péssimas. Não há uma via de comunicação que possa ser denominada estrada. Os caminhos que existem... influem para a marcha lenta das transações do comércio. Abrir uma estrada de rodagem do Porto da União à Palmas é uma das mais imperiosas necessidades ... de Porto da União diretamente com Guarapuava rasgando ou abrindo da margem direita do Iguaçu o que será fácil sob o ponto de vista econômico pela sua pouca extensão, já que pelas condições e natureza de solo ... Desenvolver-se o comércio nessa zona bem importante do município, e conquanto essa*

*comercialização tenha de ser aberta no município de Palmeira... aberta a estrada da vila de Palmas a Guarapuava em condições de rodagem evitando-se penoso trajeto que se faz atualmente, que tanto concorre para as poucas transações entre os dois municípios. Outra necessidade que tem essa Câmara a distinta honra de chamar a atenção de V.Excia. é para a abertura de uma estrada que ponha com rapidez em comunicação este município com a província do Rio Grande do Sul, visto as dificuldades que apresentam o caminho aberto em sertão em que as serras cobertas de pedras e outros obstáculos terríveis ao comércio, que nas estações chuvosas ficam completamente paralizadas. (ARQUIVO, 1882-94:24)*

Em outro relatório da Câmara Municipal de Palmas, de 25 de agosto de 1884, em cumprimento à circular de 26 de fevereiro de 1883, remetido ao Presidente da Província, Luiz Alves Leite, constata-se que a situação das estradas no município continuam péssimas e esquecidas pelas autoridades provinciais, haja vista o fato de que

*as estradas que cortam o município carecem de maiores recursos. São tem se podendo melhorar alguns trechos pela verba especial dos direitos sobre a exportação de animais do município, como seja, o concerto sobre a serra do rio Jangada na estrada de União da Vitória a esta vila e pontilhões em diferentes arroios da estrada Geral para o Rio Grande do Sul. Essa via uma das mais importantes que passam por este município acha-se no presente em péssimo estado, sendo de notar que a mais de 2 anos não tem recebido nenhum benefício dos cofres da Província, essa estrada que afluente maior parte do comércio para a feira de Sorocaba, e por isso de grande rendimento ao tesouro... com o auxílio de 4:000\$000 ela ficará em estado regular para o trânsito de animais soltos e carregados desde o rio Iguaçu até o Goio-ên... (ARQUIVO, 1882-94:34-5)*

No relatório de 31 de dezembro de 1886, enviado ao Presidente da Província, Joaquim A. Faria Sobrinho e à Assemblêia Provincial do Paranã, relata-se o seguinte sobre as estradas do município:

*As estradas comerciais que cortam este município, e mais benefício precisam são as seguinte: A que liga esta província com a do Rio Grande do Sul, passando pelo sertão do Goio-ên, e por onde afluê o comércio de bestas para a feira de Sorocaba. ...a muitos anos que não recebe benefício algum, e porque os comerciantes que são onerados de direitos clamam, e parece que com razão, sobre o péssimo estado em que ela se acha, e ainda pior fica no inverno. A que comunica esta província com a de Santa Catarina pelo rio do Peixe e São João, nunca receberam favor algum dos cofres públicos, no entanto que são elas que de importância comercial tal, que não se pode prescindir de melhorá-la... A que liga este município com o território da nova Província de Missões do estado Argentino e passa pelo Campo -êre. ...se acha quase fechada, além de conter nela não poucos estancieiros que já exportam crescido número de diferentes animais ... (Id. Ibid.:44-5).*

Em outro relatório da Câmara Municipal de Palmas, de 07 de janeiro de 1888, ao Presidente da Província, José de Cezario Miranda Ribeiro, também é feito relato sobre a situação das estradas no município de Palmas.

*As que cortam o território deste município, estão a muito sem receber algum benefício, a estrada Geral que corta o município indo para o Rio Grande do Sul onde o comércio afluê com interrupção acha-se necessitada de benefícios, tanto que com justa razão clamam os tropeiros que ali passam constantemente, e que concorrem com o tributo que lhes é imposto e sentem falta de melhoramentos na*

dita estrada, no sertão do Goio-ên e na restinga do Iguagu. ... a atual estrada que vai desta, a Campos Novos em Santa Catarina, que dista apenas 24 léguas, porém encontra-se aquêem do rio do Peixe uma zona de 6 a 8 léguas que é tão mau caminho que o viajero bem prevenido levará pelo menos 2 dias para com dificuldades transpô-los, ... que desde aberto o pique, para nele se estabelecer a estrada, foi completamente abandonada, não tendo até hoje recebido dos poderes públicos algum benefício. A estrada geral que vai desta Vila a União da Vitória, conquanto que ali exista uma comissão para reconstruir a dita estrada, todavia, não deixa de haver constantes necessidades de reparos. ... a que liga esta vila com o povoado do Campo-êre na fronteira Argentina conserva-se continuamente em péssimo estado, sendo que nenhum benefício, tem sido ministrado pelos poderes públicos. (ARQUIVO, 1882-94:49-50)

Em 1889, com o fim do Império e nascimento da República, nada mudou em relação às condições das estradas que se dirigia a Palmas. Continuaram calamitosas, tal como se pôde constatar no ofício da Intendência Municipal de Palmas, de 30 de maio de 1890, enviado ao governador Américo Lobo Leite Pereira, pelo presidente da intendência, José Joaquim Balhs.

A indústria pastoril principal fonte de riqueza deste município, se não tem chegado a um desenvolvimento completo é devido a falta de bons reprodutores, boas estradas faltam.

A falta de boas estradas tem trazido desânimo aos criadores que além das grandes dificuldades com que lutam para transportar o gado, este chega ao mercado em mau estado de sorte que não pode alcançar preço que remunere o trabalho. O número de criadores é de 72, e o número de cabeças de gado atinge 70.000 mais ou menos. O gado para exportação custa de 18\$000 à 22.\$000 e o de criar 10\$000 à 12\$000, não posso precisar a raça do gado porque a existente é a mesma que foi introduzida pelos primitivos povoadores deste municí-

*pio. (ARQUIVO, 1882-94:58).*

Assim sendo, as duas questões territoriais que envolveram a região dos Campos de Palmas: a "Questão de Palmas", entre o Brasil e a Argentina e a "Questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina" refletiram negativamente desmotivando as autoridades provinciais paranaenses a investirem mais recursos dos cofres públicos da Província do Paraná, e mais tarde do Estado, no desenvolvimento da infraestrutura de comunicação no município de Palmas. Diante do risco de perder o território para a Argentina e depois para Santa Catarina, inibiu as autoridades provinciais a aplicarem mais recursos na região em litígio.

Ao ganhar o litígio com a república Argentina, o município de Palmas e o Paraná garantiram a integridade de seus territórios, porém com o acordo feito com Santa Catarina o Estado do Paraná perdia aproximadamente 28.000 km<sup>2</sup>. Se os governos Provincial e Estadual tivessem investido recursos para o desenvolvimento das vias de comunicação nessa região, após 1916, eles seriam incorporados pelo Estado de Santa Catarina, ou talvez, o Paraná, com isso, não houvesse perdido a questão!

Diante do quadro geral apresentado anteriormente sobre o comércio na região dos Campos de Palmas acrescenta-se o seguinte. Na segunda metade do século XIX, as atividades econômicas geradoras de riqueza no Paraná e na região dos Campos de Palmas, eram o criatório, o comércio e invernagem de gado, incluindo também a extração e comércio de erva mate.

O gado criado na região dos Campos de Palmas era comercializado, principalmente, em Palmeira, Guarapuava, Ponta



Grossa e Curitiba. Assim, os animais dos Campos de Palmas iam aumentar os rebanhos nessas regiões, que, após engorde eram revendidos no litoral e na feira de Sorocaba. São essas as notícias sobre o comércio do gado encontradas na literatura que aborda o comércio de gado de Palmas. Observa-se que falam da exportação de animais e erva mate para fora do município, mais nada trazem sobre as quantidades exportadas, e nem estudam a importância relativa desses produtos regionais na receita do município de Palmas.

Portanto, procurou-se preencher essa lacuna, buscando novos informes sobre o comércio do gado e da erva mate, do município de Palmas através de pesquisa complementar em fonte primária.

Optou-se pela análise do Balanço de receitas e despesas do município, no período 1879-85, o único dessa natureza localizado no arquivo da prefeitura municipal de Palmas.

Nesse livro registraram-se todas as receitas e despesas do município, incluindo as receitas sobre exportação de gado e erva mate para fora do município, no entanto, esses registros não traziam o nome dos exportadores, as quantias declaradas e nem o destino das mercadorias.

Diante desse quadro, para se obter o número de animais e das arrobas de erva mate exportadas, foi necessário consultar outra fonte convergente, sobre o valor do imposto cobrado por animal e arroba exportados.

Acerca dessa questão, o código de postura municipal da vila de Palmas, em 1879 determinava

*em seu capítulo 1º - da renda, § 11, que  
será cobrado o imposto de \$050 sobre ca-*

*da cabeça de animal vacuum, muar e cavalgar que for exportado para fora do município. E, no 12, o imposto de \$040 por cada 15 kg de erva mate exportada para fora do município. (ARQUIVO, 1879-85:4)*

Assim, para os anos de 1879 a 1882, dividindo o valor das receitas sobre animais e erva mate, pelas taxas cobradas de imposto, obteve-se as quantidades exportadas de cada produto.

De 1883 a 1885, o código de postura sofreu alterações quanto ao valor desses impostos, passando determinar

*em seu artigo 1º - impostos municipais, no §21 - imposto sobre cabeça de animal exportado a importância de \$100, e no §22 - imposto sobre cada 15 kg de erva mate exportada para fora do município \$080. (ARQUIVO, 1879-85:91)*

Adotado o mesmo procedimento anterior, obteve-se as quantidades exportadas, tornando possível a construção do quadro nº 18, onde é possível verificar o número de animais e arrobas de erva mate exportadas, como também, a participação relativa de cada uma dessas atividades econômicas, na receita total do município, ano a ano, e para todo o período de 1879 a 1885.

Analisando constata-se no quadro nº18, que de 1879 a 1885, foram exportados 2.091 animais, que geraram uma receita de 1:545\$600, ou 11,84% da receita total do município. Foram exportadas 1.277 arrobas de erva mate, que geraram 652\$140, ou 5,00% da receita total do município.

QUADRO Nº 18

RECEITA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE EXPORTAÇÃO DE GADO E

ERVA-MATE. PALMAS (1879-85)

Anos.	Número de animais	Receita	%	Arrobas de erva mate	Receita	%	Animais erva mate	Outros	Rec./Exer.
1879	200	100\$000	10,75	125	50\$000	5,38	16,13	83,87	930\$000
1880	200	100\$000	10,00	200	80\$000	8,00	18,00	82,00	1:000\$000
1881	80	40\$000	1,99	-	-	-	1,99	98,01	2:012:699
1882	600	300\$000	11,71	400	160\$000	6,25	17,96	82,04	2:560\$872
1883	156	155\$100	9,13	69	55\$340	3,26	12,39	87,61	1:698\$281
1884	355	350\$500	15,80	33	26,800	1,21	17,01	82,99	2:219\$455
1885	500	500\$000	18,96	450	280\$000	10,62	29,58	70,42	2:636\$704
TOTAL	2.091	1:545\$600	11,84	1.277	652\$140	5,00	16,84	83,16	13:058\$011

Fonte: Livro de Balanços de Receita e Despesa da Câmara Municipal de  
Palmas (1879-85) - Arquivo da Prefeitura Municipal de Palmas.

Somadas a participação relativa de ambas as atividades econômicas, verifica-se que, 16,81% das receitas tiveram origem na exportação de animais e erva mate, e, 83,16% eram de atividades de outra natureza, tais como: imposto predial e territorial, concessões de data e foro no núcleo urbano e rocio, arrematação dos passos nos rios Goio-ên, Iguaçu, Chapecozinho, arrecadação das agências Goio-ên, Rio do Peixe, Mangueirinha, do mercado municipal, imposto sobre: venda e transmissão de imóveis, gado abatido, cães mantidos na área urbana, baile não familiar, corrida de cavalos, engenho de cana, engenho de serra, ferraria, olaria, alfaiataria, curtume, fábrica de vinho, sapataria, fotografia, bilhares, casas de negócio de secos e molhados, venda de líquidos espirituosos, aluguel de potreiro no rocio, couro exportado, carroça, mascate ambulante e mascate estabelecido.

Na ata da Câmara Municipal da Vila de Palmas, de 07 de janeiro de 1883, fica evidenciado o grau de desenvolvimento do comércio em Palmas.

*... a receita da Câmara não tem sido vantajosa por enquanto, como sabeis, o município exporta poucos gêneros, e, foi necessário criar impostos comodos, para não consumir grande parte dos lucros do exportador desanimado, assim o comércio a indústria tanto mais que tudo ainda estava no princípio e necessário era habitar o povo vir a boca do cofre com seu contingente... (ARQUIVO, 1882-94:30-31).*

Conclui-se que, na conjuntura de 1879-85, o comércio é incipiente, e as exportações de gado e erva mate não respondem pela parcela mais significativa na receita municipal, sendo responsável por esta, atividades de outra natureza.

## NOTAS DE REFERÊNCIA

1. ABREU, Alcioly T.G. de A Posse e o uso da terra; modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1981. (Dissertação de Mestrado).
  2. DAUMARD, Adeline et alii. História social do Brasil; teoria e metodologia. Curitiba, Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.
  3. LACERDA, M. Linhares de Tratado das terras do Brasil; jurisprudência. Rio de Janeiro, Alba, 1961. v. IV.
  4. LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil; sesmarias e terras devolutas. 2. ed. Porto Alegre, Sulina, 1954.
  5. REGISTRO DE TERRAS, da paróquia Senhor Bom Jesus da coluna de Palmas, 1855 - 57. Curitiba, DEAP.
- \* As áreas das fazendas, "Quiguay", "Caldeiras", e "Santa Cruz", mapa 17, página 9, foram obtidas no escritório de topografia de Pedro Ribas Mendes (Dr.) e Francisco Weidlich, sito à rua Dr. Bernardo Ribeiro Viana, nº1640 apt928 em Palmas-Pr.
6. BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. Fazendas do Paraná Provincial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8, Aracajú. Separata do Anais..., Aracajú, set. 1975.
  7. MEMÓRIAS de José Mathias Ferreira. Ofícios, 1860. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo Público.
  8. MULLER, Daniel Pedro. Quadro Estatístico, 1836.
  9. RELATÓRIO do Presidente José Francisco Cardoso, mar.1860.
  10. ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Palmas. Livro de atas dos trabalhos da Câmara Municipal de Palmas, 1879-85.
  11. \_\_\_\_\_. Livro de relatórios e correspondência da Câmara Municipal de Palmas, 1882-94.

12. D'OLIVEIRA, Antonio Cartamão. Ofício. In: WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste; ocupação e colonização. Curitiba, Litero-Técnica, 1985.
13. MARTINS, Romário. Questão de limites entre Paraná e Santa Catarina; argumentos e subsídios. Curitiba, Paranaense, 1902.
14. RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, Andre Augusto de Pádua Fleury, 1866.
15. REISEMBERG, Alvir. A instalação humana no vale do Iguaçu. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA REGIONAL, 3, União da Vitória, out. 1980.
16. WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste; ocupação e colonização. Curitiba, Litero-Técnica, 1985.

## **CAPITULO V**

### **COMPOSIÇÃO DAS FORTUNAS EM PALMAS, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX**

### 5.1 Caracterização dos Inventariados

Dos 215 Autos Cíveis de Inventário dos Bens analisados , 154, ou 71,63% deles, eram de pessoas casadas; 42, ou 19,53% de pessoas solteiras e 19, ou 8,84 % de pessoas viúvas. No período, não constatou-se nenhum caso de pessoa divorciada ou desquitada.

Com objetivo de conhecer o sexo dos inventariados, sua distribuição e comparar o número total de inventários realizados por ano com o número de óbitos maiores de 25 anos de pessoas solteiras ou casadas, optou-se pela computação dos dados no quadro nº 21. Analisando o quadro nº 21, constatou-se que quanto ao sexo, dos 215 inventariados, 139, ou 64,65% eram indivíduos do sexo masculino; 70, ou 32,56% do sexo feminino e 6, ou 2,79% de ambos os sexos, isto é, o inventário era do casal. Portanto, a maioria dos inventariados em Palmas na segunda metade do século XIX e início do século XX era do sexo masculino.

Ao ser feita a comparação do número de óbitos maiores de 25 anos, solteiros ou casados com o número total de inventários realizados por ano foi possível apresentar duas hipóteses. Verificou-se que em vários anos o número de óbitos de maiores de 25 anos, solteiros ou casados, era superior ao número de inventários realizados no ano. Tal situação se verificou anos de 1861, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 87, 89, 91, 94, 95, 1.902 e 1.903. Provavelmente essa situação se explica, pelo fato de



muitas pessoas não possuírem bens inventariáveis, ou porque seus inventários só foram realizados nos anos seguintes, contrariando o prazo estipulado em lei, que era de 30 dias, para o início do processo de inventário do falecido.

Com base no quadro nº 21, foi construído o gráfico nº 7 que visualiza a distribuição anual dos inventários e dos óbitos; comparando-os, constatou-se que nos anos de 1859, 64, 66, 71, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 88, 90, 93, 96, 97, 98, 99, 1900 e 1901, o número de inventários realizados é superior ao número de óbitos maiores de 25 anos, solteiros ou casados, portanto o número de inventários só coincide com o número de óbitos nos anos de 1862, 1872 e 1885.

O número total de óbitos para o período de 1859 a 1903 foi de 175, enquanto que o número de inventários foi de 215. A diferença de 40 inventários a mais, provavelmente, se deve ao fato dessas pessoas terem morrido em outras localidades e registrado o óbito em outras paróquias, como por exemplo, em Guaruva, Palmeira, Curitiba, etc.

Quanto à idade dos inventariados ao morrerem, dos 215 processos, em 89 deles, ou 41,40% foi possível obter a idade dos inventariados e em 126 deles, ou 58,60% não foi possível, haja vista, suas idades não constarem nos inventários e nem nos livros de assentos de óbitos, pesquisados na Secretaria da Cúria Diocesana de Palmas.

A idade média dos 89 inventariados, cuja idade foi obtida, foi de 48,43 anos, ou seja, 48 anos e três meses aproximadamente.

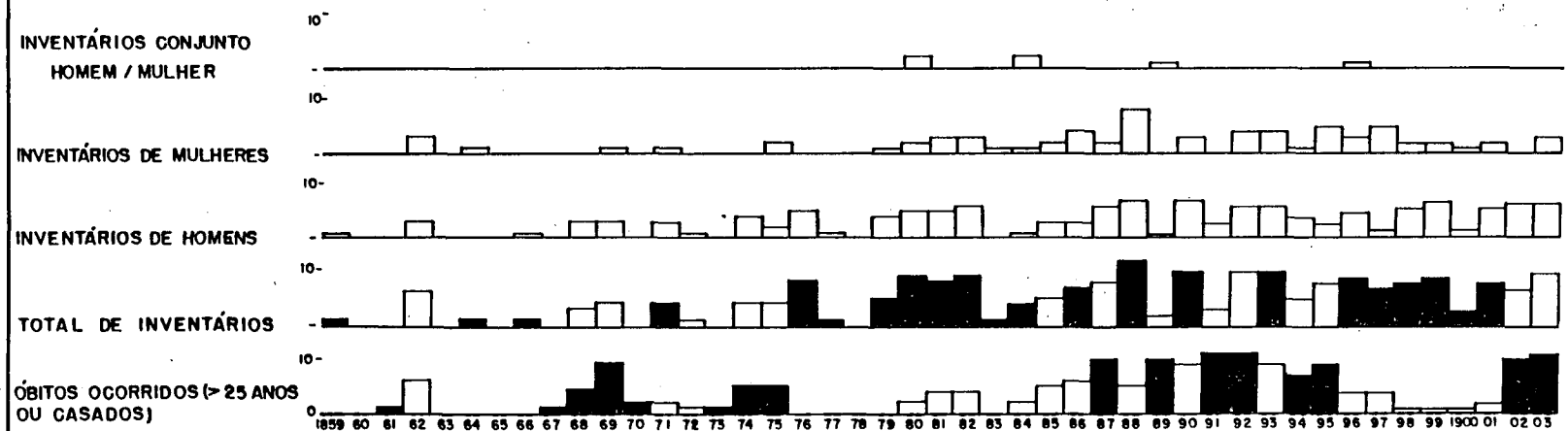
Quanto à residência dos inventariados, 152, ou 70,70% declararam suas residências em vilas e rocios e 63, ou 29,30%

DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS INVENTÁRIOS PÓS-  
MORTE POR SEXO - PALMAS (1859-1903)

ANOS	INVENT. HOMENS	INVENT. MULHERES	HOMENS/ MULHERES	ÓBITOS OCORRIDOS >25 ANOS E CASAD.	TOTAL INVENT.
1859	1	-	-	-	1
60	-	-	-	-	-
61	-	-	-	1	-
62	3	3	-	6	6
63	-	-	-	-	-
64	-	1	-	-	1
65	-	-	-	-	-
66	1	-	-	-	1
67	-	-	-	1	-
68	3	-	-	4	3
69	3	1	-	9	4
70	-	-	-	2	-
71	3	1	-	2	4
72	1	-	-	1	1
73	-	-	-	1	-
74	4	-	-	5	4
75	2	2	-	5	4
76	5	3	-	-	8
77	1	-	-	-	1
78	-	-	-	-	-
79	4	1	-	-	5
80	5	2	2	2	9
81	5	3	-	4	8
82	6	3	-	4	9
83	-	1	-	-	1
84	1	1	2	2	4
85	3	2	-	5	5
86	3	4	-	6	7
87	6	2	-	10	8
88	7	5	-	5	12
89	1	-	1	10	2
90	7	3	-	9	10
91	3	-	-	11	3
92	6	4	-	11	10
93	6	4	-	9	10
94	4	1	-	7	5
95	3	5	-	9	8
96	5	3	1	4	9
97	2	5	-	4	7
98	6	2	-	1	8
99	7	2	-	1	9
1900	2	1	-	1	3
01	6	2	-	2	8
02	7	-	-	10	7
03	7	3	-	11	10
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>70</b>	<b>6</b>	<b>175</b>	<b>215</b>

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr., e Livro de registro de óbitos - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas-Pr.

GRÁFICO Nº 7 - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS INVENTÁRIOS POS - MORTEM  
POR SEXO - PALMAS ( 1859 - 1903 )



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr., E Livro de registro de Óbitos - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Pr.

em área rural, nas fazendas. Dos primeiros, 100, ou 65,78% residiam na Vila ou no Rocio de Palmas; 21, ou 13,82% na Vila ou Rocio da Boa Vista; 5, ou 1,97% nas Vilas ou Rocios de Porto União, Passo do Carneiro e Rio do Peixe; 2, ou 1,32% nas Vilas ou Rocios de Guarapuava e Colônia Militar do Chopim e 1, ou 0,66% nas Vilas ou Rocios de Ponta Grossa, Palmeira e São João.

Dos 63, ou 29,30% dos inventariados que residiam em áreas rurais, declararam morar nas fazendas relacionadas no Quadro nº 22, a seguir:

## QUADRO Nº 22

NOME DA FAZENDA E Nº DE INVENTARIADOS RESIDENTES  
(1859-1903)

Nome da fazenda	nº de residentes	%
Santa Cruz	05	7,90
São Joaquim	04	6,34
Santa Anna	03	4,76
Craveiro do Norte	03	4,76
São Jerônimo	03	4,76
Norte	02	3,17
Cruzeiro	02	3,17
Passo Fundo	02	3,17
Santo Agostinho	02	3,17
Chapécózinho	02	3,17
Ronda Grande	02	3,17
São João do Deserto	02	3,17
Boa Vista de S. Miguel	02	3,17
Coxilião	02	3,17
São Pedro	01	1,59
São José do Bom Retiro	01	1,59
São João do Chopim	01	1,59
Rodeio Bonito	01	1,59
Herval	01	1,59
Salto	01	1,59
Estância Nova	01	1,59
São Cristovão	01	1,59
Faxinal	01	1,59
Campina do Gregório	01	1,59
S. Sebastião do Bom Retiro	01	1,59
Trindade	01	1,59
Lagoa	01	1,59
Floresta	01	1,59
Alegrete	01	1,59
Santo Antonio	01	1,59
Santa Barbara	01	1,59
São Francisco	01	1,59
Covózinho	01	1,59
Santa Clara	01	1,59
Conceição	01	1,59
Roseira	01	1,59
Bom Sucesso	01	1,59
Fortaleza	01	1,59
Quiguai	01	1,59
Cruz Alta	01	1,59
Caldeiras	01	1,59
Total	63	100

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens em Palmas, 1859-1903  
Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr.

A análise do quadro nº 22 permite afirmar que 70,70% dos inventariados mantinham residência na Vila do Rocio de Palmas, seguidos de Boa Vista, Porto União, Passo do Carneiro, Rio do Peixe, Guarapuava, Colônia Militar do Chopim, Ponta Grossa, Palmeira e São João e apenas 29,30% residiam em propriedades rurais.

Quanto à localização dos imóveis rurais ou urbanos, 33, ou 21,71% dos inventariados moradores na Vila de Palmas e nas imediações do Rocio não possuíam nenhum imóvel rural ou urbano, provavelmente moravam em casa de algum parente ou patrão, e 67, ou 44,07%, eram proprietários de imóveis na Vila do Rocio de Palmas. Os demais proprietários tinham seus imóveis localizados em Vilas ou Rocios: 52, ou 34,21% na Boa Vista, na Colônia Militar do Chapecô, Mangueirinha, Campo-êre, Porto União, Passo do Carneiro, Rio do Peixe, Guarapuava, Colônia Militar do Chopim, União da Vitória, Ponta Grossa, Palmeira e São João.

Sobre a qualificação profissional dos inventariados, os processos de inventário dos bens raramente davam notícia, todavia, foi possível obter uma aproximação, isto é, após análise das categorias dos bens que compunham a fortuna individual, foi possível chegar ao conhecimento da atividade principal desenvolvida pelo falecido ou falecida.

## QUADRO Nº 23

## QUALIFICAÇÃO DOS INVENTARIADOS. PALMAS-1859-1903

Qualificação do proprietário	Nº de casos	%
Fazendeiros <sup>1</sup>	76	35,34
Lavradores <sup>2</sup>	33	15,34
Proprietários rurais <sup>3</sup>	30	13,94
Criadores <sup>4</sup>	15	6,98
Sitiantes <sup>5</sup>	12	5,58
Comerciantes <sup>6</sup>	12	5,58
Moradores urbanos <sup>7</sup>	09	4,19
Tropeiros <sup>8</sup>	05	2,33
Sapateiros	02	0,93
Médico	01	0,47
Engenheiro	01	0,47
Balseiro	01	0,47
Carpinteiro	01	0,47
Não consta	17	7,91
Total	215	100

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens. Palmas, 1859-1903.  
Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr.

- 1 - Considerou-se Fazendeiro, os inventariados proprietários de imóveis rurais e urbanos, animais e escravos. Destes inventariados fazendeiros, 13 deles eram detentores de patentes: 05 de Capitão, 04 de Major, 03 de Tenente-Coronel e 01 de Deputado na Assembléia Provincial.
- 2 - Considerou-se Lavrador, os inventariados proprietários de terras de cultura e com reduzido número de animais.
- 3 - Considerou-se Proprietário rural, os inventariados com número significativo de propriedades rurais e com reduzido número de animais.
- 4 - Considerou-se Criador, os inventariados sem ou com poucas terras, com escravos e razoável número de animais.
- 5 - Considerou-se Sitiente, os inventariados com propriedades declaradas no rocio.
- 6 - Considerou-se Comerciante, os inventariados com estabelecimentos de negócio de secos e molhados, fazendas e líquidos espirituosos.
- 7 - Considerou-se Morador urbano, os inventariados sem imóveis rurais, mas com casa no núcleo urbano e sem atividade definida ou passível de dedução.
- 8 - Considerou-se Tropeiro, os inventariados com ou sem escravos, com terras, animais e um número significativo de mulas arreaiadas.

Esses dados sobre a atividade profissional e a residência indicam as possibilidades ocupacionais apresentadas pela região dos Campos de Palmas, na segunda metade do século XIX e início do século XX, região cuja economia está ligada a uma economia maior da qual seu crescimento depende. Essa economia maior será a de Guarapuava e dos Campos Gerais. Portanto, constata-se, através do quadro nº 23, que a economia da região dos Campos de Palmas segue os mesmos moldes de organização econômica implantado nas regiões do criatório tradicional paranaense.

## 5.2 O Patrimônio dos inventários em Palmas,

1859 - 1903

Como já foi colocado, o que se pretende é verificar em que medida se relacionam os diversos ativos componentes da riqueza e captar quando ocorrem transformações nas formas dos bens da riqueza individual de uma parte dos indivíduos que integravam a sociedade palmense, na segunda metade do século XIX, início do século XX. Estas transformações caracterizam a tendência de abandono das formas tradicionais de bens e incorporação de formas modernas capitalistas, que denotem mudanças incipientes ou significativas na composição da riqueza, na estrutura material da economia, na forma de pensar e modo de agir no econômico dos fazendeiros do criatório tradicional palmen-se.

Assim, procedeu-se a agregação dos bens e indivíduos a



fim de se obter o contorno genérico dos inventariados e de seus bens. Os informes foram processados de modo a se obter o contorno genérico dos inventariados e de seus bens. Os informes foram processados de modo a se obter as informações para cada ano estabelecido. A soma do monte-mor de todos os inventários realizados no ano, sem incluir as dívidas passivas, denominou-se riqueza do ano, isto é, igual à soma dos bens possuídos por cada inventariado. Em seguida, analisamos a participação de cada categoria de bem, na riqueza do ano, pela classificação dos inventários por quinquênios: 1860-64, 1865-69, 1870-74, 1875-79, 1880-84, 1885-89, 1890-94, 1895-99, e no quatriênio 1900-1903. Depois foram classificados em 4 faixas de riqueza, segundo a participação relativa de cada ativo na riqueza do ano.

As faixas de riqueza estabelecidas para cada quinquênio e para o quatriênio, foram: faixa 1 - 0 à 24%; faixa 2 - 25 à 49%; faixa 3 - 50 à 74%; faixa 4 - 75 à 100% da riqueza do ano.

Foi também processada a participação relativa de cada ativo na riqueza do quinquênio, isto é, na soma de todo o monte-mor dos inventários nas 4 faixas de riqueza, para o conjunto dos proprietários dos ativos, obtendo-se o contorno mais geral dos bens para cada quinquênio.

O grupo mais genérico para analisar o movimento dos ativos no tempo, compreende: 1. bens de raiz, 2. semoventes-escravos, 3. semoventes-animais, 4. bens móveis, 5. ouro, 6. prata, 7. dinheiro, 8. dívidas ativas, 9. dívidas passivas, 10. total.

A análise da composição mais específica das classes dos bens optou-se fazê-la através de Fichário-Imagem e, os grupos

mais desagregados compreendem: Bens de Raiz: 1. terras de cultivo, 2. terras mistas, 3. campos, 4. terras de matas, 5. ca-poeiras, 6. benfeitorias, 7. casas rurais, 8. casas urbanas, 9. terrenos urbanos, 10. chácaras. Semoventes escravos: 1. número de escravos por proprietário - sexo masculino de 1 a 5, 6 a 10, 11 a 15 elementos; sexo feminino de 1 a 5, 6 a 10, e 11 a 15 elementos. Semoventes animais : 1. bovinos, 2. equinos, 3. mua-res, 4. bovinos, 5. suínos. Bens móveis: 1. mobiliário, 2. ves-tuário, 3. prataria, 4. bijuteria, 5. instrumentos de cozinha, 6. mercadorias, 7. colheitas, 8. instrumentos de trabalho, 9. dinheiro, 10. ouro, 11. ações, 12. apólices, 13. armas, 14. ou-tros. Dívidas ativas: 1. livro de assentos, 2. crédito de ca-pital, 3. crédito comercial. Dívidas passivas: 1. despesa de funeral, 2. por um documento, 3. crédito comercial, 4. emprê-s-timo de capital, 5. esmolas. Década do inventário: 1. 1850, 2. 1860, 3. 1870, 4. 1880, 5. 1890, 6. 1900-03. Faixa de riqueza: 1. de 0 à 24%, 2. de 25 à 49%, 3. de 50 à 74%, 4. de 75 à 100%, da riqueza do ano.

Assim, cabe agora explicitar o que contém cada um desses itens.

### Bens de raiz

Diferenciavam-se nos inventários as propriedades imobiliárias entre casas rurais<sup>1</sup>, casas urbanas<sup>2</sup>, benfeitorias<sup>3</sup>, terrenos urbanos<sup>4</sup>, chácaras, terras de cultivo, terras mistas<sup>5</sup>, terras de campos, terras de matas e terras de capoeiras. Dificilmente era mencionada a medida dessas terras<sup>6</sup>; com frequência era usado o termo "parte de terras" para designar uma certa extensão, sendo mais comum a descrição das divisas e características do imóvel<sup>7</sup>.

- 1 - Como exemplo da descrição dos imóveis: "...casa na fazenda Cruz Alta, de pedra, coberta de telhas com 02 portas e 03 janelas de frente, com 02 potreiros, um monjolo, mangueiras e demais benfeitorias.
- 2 - ... casa com 01 porta e 04 janelas de frente, de madeira, com terreno na Rua Largo Coronel Bormann em Palmas.  
... casa na praça da Matriz, com quintal e mais 8,5 metros de chão de frente, na cidade de Palmas.
- 3 - ... mangueira, pequena lavoura, potreiro fechado com taipas, rancho, casa de engenho, paiol, monjolo, currais, quintais, casa de morada e engenho de serra.
- 4 - ... terreno com alicerce de pedra para edificação na Rua do Comércio na Vila de Palmas; terreno na Vila da Palmeira com 17,50 metros; terreno urbano no Largo Coronel Bormann.
- 5 - ...invernada de campos e matos de pastagem e cultura, com rancho, mangueiras, potreiros, denominada Irani; fazenda de criar com campos de pastagem, matas, fachineais, capoeiras e terras de cultura denominada São João do Deserto.
- 6 - ... grande posse de terras de cultura, campos, matos e fachineais na fazenda denominada Cruz Alta, medindo 03 léguas quadradas; uma grande posse de terras e fachineais e cultura na fazenda denominada Campo Alto, medindo 2,5 léguas quadradas; uma posse de capoeiras velhas no lugar denominado do Paiol-Fria, medidindo 20 alqueires.
- 7 - ... Fazenda Floresta com 1,5 légua de largura por 03 léguas de comprimento, que divide para o lado NORTE com os terrenos do finado Barão de Tibagi (José Caetano de Oliveira), pelo arroio que nasce adiante do Morro do Vigia até onde faz barra no lageado dos Patos, e pelos boqueirões até um outro lageado que vai apar do Morro do Vigia para o lado oeste, para o SUL divide pelo rio Chapecô desde a barra do arroio dos Patos até a barra do Aguapeí, antigamente de Lucidório José de Faria e para OESTE, divide com os terrenos da Freguesia Velha do Major Arlindo Silveira Miró até onde se encontra com os terrenos dos herdeiros do finado Joaquim Manoel de Oliveira Ribas pelo arroio do Aguapeí até a barra do Chapecô.

Semoventes escravos

No geral se encontrou 35 proprietários de 244 escravos em um total de 105 inventários realizados no período de 1859 a 1888. Destes 244 escravos, 3 deles, 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, que foram arrolados em inventário no ano de 1875, não foram avaliados porque já tinham sido libertos pelo seu proprietário. Os informes referente a essa população permitiu analisá-la nos seguintes aspectos: naturalidade, sexo, idade, cor, atividade desenvolvida no cativeiro, estado civil, estado de saúde, número médio de escravos anual por proprietário e a frequência dos preços.

Quanto à naturalidade, dos 244 escravos, 149, ou 61,70% não traziam esta informação e os 95 restantes estava assim distribuídos 54, ou 22,13% eram naturais da região dos Campos de Palmas; 10, ou 4,10% eram de Guárapuava; 18, ou 7,38% naturais da Palmeira e da África; 02, ou 0,82% de Ponta Grossa, 02, ou 0,82% natural do Porto; 01, ou 0,41% natural de outra Província, 04, ou 1,64% naturais de São Paulo, Santa Catarina, Bahia e Minas Gerais e 04, ou 1,64% naturais de Campo Largo, Castro, Curitiba e Lapa. Portanto, 54 dos 95 escravos inventariados com naturalidade conhecida, eram nascidos na região dos Campos de Palmas.

Quanto ao sexo da população escrava inventariada, no total de 244 indivíduos, 137, ou 56,17% eram escravos do sexo masculino e 107, ou 43,85% do sexo feminino. Verificou-se um certo equilíbrio entre o número de escravos do sexo masculino e do sexo feminino.

Para analisar as idades dos escravos inventariados em

Palmas, 1859-88, optou-se por estabelecer três faixas etárias: de 0 a 15, de 16 a 45 e de mais de 45 anos.

Dos 244 escravos inventariados, 145, ou 59,42% estavam na faixa etária de 16 a 45 anos; 84, ou 34,43% na faixa de 0 a 15 anos e 15, ou 6,15% na faixa etária de mais de 45 anos. Dos 84 escravos na faixa etária de 0 a 15 anos, 51, ou 60,71% deles eram do sexo masculino, e 33, ou 39,29% do sexo feminino. Dos 145 escravos na faixa de 16 a 45 anos de idade, 75, ou 54,74% deles eram do sexo masculino e, 70, ou 65,42% do sexo feminino. Dos 15 escravos com mais de 45 anos, 11 ou 8,03% eram do sexo masculino e, 04, ou 3,74% do sexo feminino. Assim, verificou-se que a maioria dos escravos inventariados tinham idades entre 16 e 45 anos e estavam em plena atividade nas fazendas de criar em Palmas, na segunda metade do século XIX.

Quando à cor da pele dos escravos inventariados em Palmas, constatou-se que dos 244 indivíduos, 81, ou 33,20% eram de pele mulata, 104, ou 42,62% de pele preta, 44, ou 18,03% de pele parda e 15, ou 6,15% de pele fula.

Quanto à atividade ou habilidade profissional dos escravos inventariados, constatou-se que no total de 137 indivíduos do sexo masculino, 63, ou 45,98% deles não se declarou a atividade, isso porque não a tinham, ou, porque eram crianças. Mas 50, ou 36,50% eram campeiros, 12, ou 8,76% roceiros; 03, ou 2,19% lavradores; 02, ou 1,46% domadores e 01, ou 0,73% tropeiro, arreieiro, rural, doméstico, sapateiro, cozinheiro, e de todo trabalho.

Do total de 107 escravos do sexo feminino, de 49, ou 45,79%. também não foi declarada a atividade, no entanto, em

28, ou 26,17% a atividade declarada era a de cozinheira, 17, ou 15,89% eram costureiras, 10, ou 9,35% eram domésticas, 02, ou 1,87% eram lavadeiras e 01, ou 0,93% mucama. Assim, em função desses dados, é possível inferir que a principal atividade dos escravos do sexo masculino era a de campeiro, seguida pela de roceiro. E, para os do sexo feminino as principais atividades eram a de cozinheira e a de costureira.

Quanto ao estado civil da população escrava inventariada em Palmas, obteve-se nos inventários, os seguintes informes: dos 137 indivíduos do sexo masculino, 130, ou 94,89% eram solteiros, e, 07, ou 5,11% casados. Do total de 107 indivíduos do sexo feminino, 97, ou 90,65% eram solteiros e 10, ou 9,35% casados. Portanto, no total de 244 escravos, apenas 17, ou 6,9% eram casados, logo se conclui que a instituição do matrimônio era pouco difundida e praticada entre a população escrava inventariada em Palmas.

Quanto ao estado de saúde dos escravos inventariados, constatou-se que apenas 10, ou 4,10%, do total de 244 indivíduos, apresentavam defeitos físicos, como:

03 escravos do sexo masculino com falta de um olho; 01 escravo do sexo masculino muito doentio; 05 escravos do sexo masculino aleijados e 01 escravo do sexo feminino aleijado.

Quanto aos número médio de escravos por proprietários, verificou-se que era de 6,9 escravos, sendo que o maior número foi de 21 por proprietário e o menor, 1. A grande maioria dos proprietários de escravos eram fazendeiros, a maior parte deles detentores de patentes da Guarda Nacional, entretanto, também se encontrou comerciantes donos de escravos, mas em pequeno número.

Para análise do preço dos escravos avaliados nos 35 processos de inventário de proprietário, em Palmas, na segunda metade do século XIX, 1859-88, optou-se pela construção do quadro nº 24, onde são relacionados os preços, as ocorrências e a participação relativa no total de 241 escravos. Não foi discriminado o sexo, a idade ou o ano em que o inventário foi realizado.

## QUADRO Nº 24

## FREQUÊNCIA DO PREÇO DOS ESCRAVOS. PALMAS, 1859-88

Preços	Ocorrências	%
50\$000	03	1,25
80\$000	02	0,83
100\$000	08	3,32
150\$000	02	0,83
200\$000	10	4,15
250\$000	06	2,50
300\$000	08	3,32
350\$000	05	2,07
400\$000	16	6,64
450\$000	03	1,25
500\$000	33	13,69
550\$000	05	2,07
600\$000	16	6,64
650\$000	08	3,32
700\$000	17	7,05
750\$000	04	1,66
800\$000	23	9,55
850\$000	05	2,07
900\$000	07	2,90
950\$000	01	0,41
1:000\$000	18	7,47
1:100\$000	09	3,32
1:200\$000	09	3,73
1:250\$000	01	0,41
1:300\$000	03	1,25
1:400\$000	06	2,50
1:500\$000	02	0,83
1:600\$000	08	3,32
1:700\$000	01	0,41
1:800\$000	01	0,41
1:900\$000	02	0,83
Total	241	100

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens. Palmas, 1859-88 -  
Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr.



Analisando o quadro nº 24, constata-se que o valor mais baixo foi o de 50\$000 e o mais alto, de 1:900\$000. O preço que aparece mais vezes, 33, é o de 500\$000, e o preço médio dos 241 escravos foi de 705\$021 réis.

Em seguida, as frequências mais significativas são para os seguintes preços: 800\$000 em 23, ou 9,55% dos escravos; 1:00\$000 em 18, 7,47% dos escravos; 700\$000 em 17, ou 7,05% dos escravos; 400\$000 em 16, ou 6,64% dos escravos e 600\$000 em 16, ou 6,64% dos escravos.

Com base no quadro nº 20, construiu-se o gráfico 8, onde é possível visualizar a distribuição dos preços dos escravos inventariados em Palmas, na segunda metade do século XIX, e constatar que a grande maioria dos 214 escravos, 125, ou 51,87% , tinham seus preços de avaliação entre 400\$000 e 800\$000 réis.

#### Semoventes animais

O ativo semoventes animais foi dividido em animais de tiro ou transporte e de criação. No primeiro agrupamento estão os cavalos, os muares arreitados e as juntas de bois carreiros. No segundo grupo, estão os gados bovino, equino, muar, ovino e suíno. Não foi possível mensurar os animais para consumo ou para o comércio. Os de criação eram consumidos através do corte e de seus derivados (leite, queijo, manteiga) comercializando-se o excedente, principalmente o queijo, nas localidades de Palmeira, Curitiba, Guarapuava e no litoral. Os animais de tiro e transporte eram utilizados no transporte individual ou de cargas, como força de tração em carros de bois ou carroças,

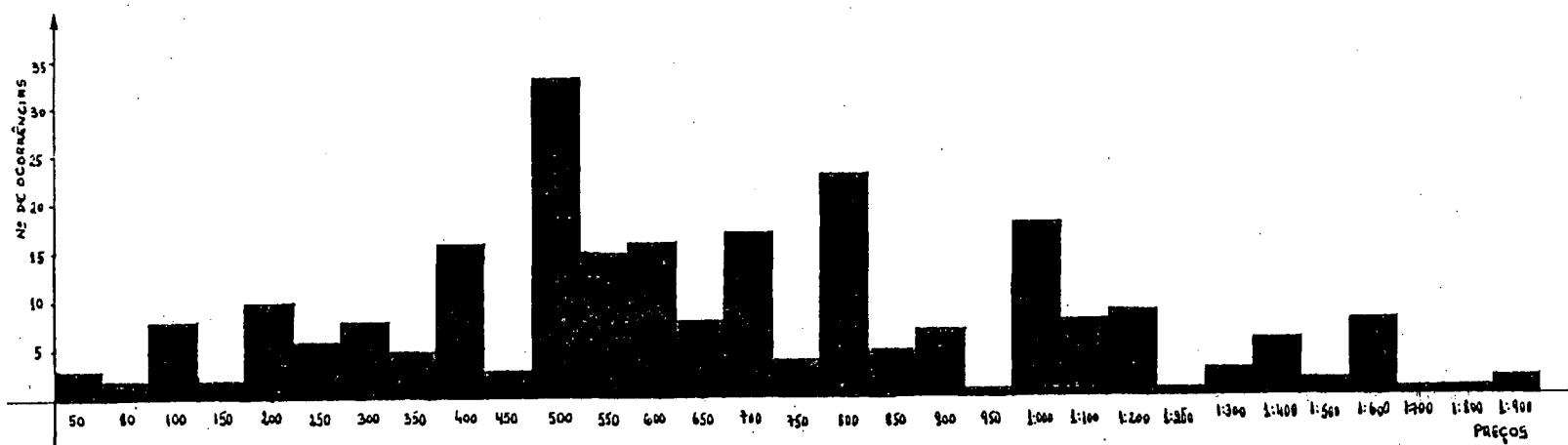
e, no trabalho nas lavouras, isso quando o fazendeiro possuía arado.

Do total de 30.462 bovinos computados e arrolados nos 215 processos de inventário, apenas 231 animais, ou 0,76% do total de bovinos foram declarados como bois carreiros, constatação que deixa evidente o fraco desenvolvimento da lavoura na região, caracterizando bem sua especialidade, a criação. Dos 11.638 equinos, 4.205 animais, ou 36,13% eram cavalos ou éguas utilizados no transporte individual ou de carga.

Dos 2.451 muares, apenas 697, ou 28,44% foram declarados como mulas arreia<sup>d</sup>as utilizadas no transporte individual, e de cargas, principalmente no transporte de gêneros alimentícios e sal. Constatou-se, também no ativo animais, a presença de 741 ovinos e de 100 suínos, o que permite inferir que a especialidade da criação de gado graúdo predominou sobre o gado miúdo na região dos Campos de Palmas.

GRÁFICO 8

FREQUÊNCIA DO PREÇO DOS ESCRAVOS. Palmas 1859-88



Fonte: Atos Cíveis de Inventário dos Bens. 1859-88. - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr.

Bens móveis

O ativo bens móveis foi subdividido em 14 variáveis: mobiliário, vestuário, prataria, bijuteria, instrumentos de cozinha, mercadorias, colheitas, instrumentos de trabalho, dinheiro, ouro, ações, apólices, armas e outros.

O item mobiliário inclui os móveis utilizados nas casas urbanas e rurais, entre eles os mais declarados eram os catres, as mesas de pinho, os bancos de madeira de pinho ou de imbuia, tamboretas, armários, camas. O item vestuário inclui as roupas pessoais e as roupas de uso geral nas casas. O item prataria inclui diversos objetos, tais como: garfos, facas de mesa, facões, copos, vasos, imagens, aparelhos de montaria, estribos, esporas, peitorais, arreadores, rédeas, arreios. O item bijuterias, que aparece declarado raramente, inclui objetos de adorno e embelezamento pessoal. O item instrumentos de cozinha inclui todos os utensílios domésticos, tais como: facas, garfos, pratos de porcelana importada e de porcelana ordinária, chaleiras de ferro e de metal, tachos de cobre e de metal, pilões, torradeiras de mandioca,... . No item mercadorias estão arrolados os gêneros que eram vendidos nas casas de comércio existentes na região, incluindo gêneros de primeira necessidade até artigos importados e de luxo, tais como: arroz, feijão, trigo, farinha de mandioca, sal, café, açúcar, araruta, armas, enlatados, fazendas e roupas feitas, remédio de ervas e químicos, bebidas nacionais e importadas; predominando o vinho e a cachaça, utensílios de trabalho e utensílios domésticos. O item colheitas registrado em apenas 03 inventários em 1882 e 1902, inclui e são avaliados 01 alqueire de feijão à 4\$000 ,

100 alqueires de milho por 50\$000 e meia quarta de mandioca por 20\$000. O item instrumentos de trabalho inclui objetos de carpintaria, 01 arado americano, objetos de serviço agrícola de abertura de estradas e de produção artesanal, seja no couro, na lã ou na madeira. No item dinheiro estavam registradas as quantias em moeda corrente, declaradas nos processos de inventário pelos inventariantes. Observando esse item, constatou-se a pequena quantia de numerário disponível em mãos dos inventariados, logo se conclui que a circulação monetária também era muito pequena. O item ouro consta em apenas 11 dos inventários, nos anos de 1859, 69, 79, 81, 82, 85, 88, 92, 95, 96, e 1901. Por exemplo, em 1892, são declaradas em inventário a quantia de 130 gramas de ouro lavado, avaliados por 600\$000. O item ações inclui os seguintes tipos: em 1899, 05 ações de Bando do Estado avaliadas em 1:000\$000, e, em 1902, ações da Sociedade Recreativa Dramática Palmense no valor de 373\$600 réis. O item apólices inclui dois tipos, apólices de seguro e apólices da dívida pública. Em 1891, aparece uma apólice de seguro no valor de £1.000 (libras esterlinas), e, em 1896, 01 apólice da dívida pública no valor de 333\$333. O item armas inclui apenas algumas pistolas e espingardas, mas em pequeno número. O item outros inclui 02 balsas, 02 canoas, 02 engenhos de cana, 01 torradeira de mandioca, madeira em tábuas e vigas para construção, 01 máquina de costura, 18 livros em bom estado e 01 piano.

#### Dívidas ativas e passivas

O item das dívidas ativas refere-se aos créditos dos

inventariados, isto é, as contas que eles tinham para receber, eram declaradas na maioria dos casos da seguinte forma: *deve a herança, em livro de assentos, crédito de capital e crédito comercial*. Como a quantidade de dinheiro em circulação era muito pequena, pelo que se pôde constatar, é provável que a prática do "fiado" estivesse institucionalizada, haja vista, a grande quantidade de créditos a receber que possuíam alguns fazendeiros e principalmente os comerciantes, por exemplo: dos 06 inventários de comerciantes nos anos de 1880, 1885, 1893, 1902 e 1902, o número de créditos a receber era respectivamente: 183, 72, 79, 72, 30 e 37. Todavia, o maior ativo na conjuntura 1859-1903, é de um fazendeiro com 11 devedores perfazendo um montante de 37:938\$920 réis, em 1868.

O item dívidas passivas, inclui despesas de funeral a ser cobrada no inventário do falecido, por um documento, crédito comercial, por um crédito de capital e de esmolas para a construção da igreja (7 casos). O maior passivo na conjuntura 1859-1903, é de um fazendeiro com 27 credores perfazendo um total de 82:124\$779 réis, em 1887.

Em apenas um inventário, em 1903, aparece pela primeira vez, o débito no passivo por pagamento de salários, e pelo pagamento de serviços, tais como: *por uma empreitada de madeiras, por um alqueire de roça, por serviço a Pedro de Tal*.

### 5.3 Composição das fortunas em Palmas

Este item tem por objetivo apresentar a composição das

fortunas e as classes dos bens, na região dos Campos de Palmas, na segunda metade do século XIX e início do século XX. O estudo das classes dos bens em cada ativo das fortunas, responde a necessidade de verificar, onde e quando, ocorrem transformações no tipo dos bens da fortuna individual, que caracterizem tendência de abandono das formas tradicionais de riquezas (terras - escravos - animais), através da incorporação de formas modernas (imóveis urbanos - dinheiro - ações - apólices), iminentemente capitalistas, que indiquem características de maior agilidade, racionalidade e modernidade na economia da região. Procurar-se-á também, mudanças incipientes ou significativas, na composição das fortunas, e, conseqüentemente, na base material da economia campeira.

Assim, tomou-se por base, os processos de inventário dos bens. A análise se norteou fundamentalmente, nos gráficos apresentados pelo fichário-imagem.

O gráfico 9, página 228, visualiza a composição dos ativos das fortunas, na conjuntura em estudo. Observa-se em primeira mão, que a classe de bem mais frequente, no conjunto das fortunas, são os bens de raiz e os semoventes animais. Portanto, para toda segunda metade do século XIX e início do século XX, os bens de raiz e os animais serão os principais componentes econômicos da base material, na qual, se estrutura a atividade econômica e a riqueza da sociedade tradicional campeira na região dos Campos de Palmas. Ainda no gráfico 9, é possível constatar o número de inventários dos bens, no prazo de 45 anos, 1, ou 0,47% (A), foi feito na década de 1850, 15, ou 6,98% (B), na década de 1860, 27, ou 12,56% (C), na de 1870, 65, ou 30,23% (D) na década de 1880, 79, ou 36,74% (E), na década de

1890, e, 28, ou 13,28%(F), no quatriênio inicial do século XX, 1900, 1901, 1902 e 1903. De modo que a maioria dos inventários, 144, ou, 66,98%, do total de 215, foram realizados nas décadas de 1880 e 1890. No entanto, será na década de 1890, que se realizará o maior número de processos.

O gráfico 10, página 229 permite visualizar a distribuição dos inventários em relação à faixa de riqueza que estão inseridos. Observando, constata-se que, 169, ou 78,60% das fortunas se inserem na faixa 1, (A), que corresponde àquelas cuja participação relativa na riqueza do ano varia de 0 a 24%, 21, ou 9,77%, na faixa 2, (B), que corresponde a variação de 25 a 49% da riqueza do ano; 13, ou 6,05%, na faixa 3, (C), que corresponde a variação de 50 a 74% e 12, ou 5,58% na faixa 4 (D), que corresponde à variação de 75 a 100% da riqueza do ano.

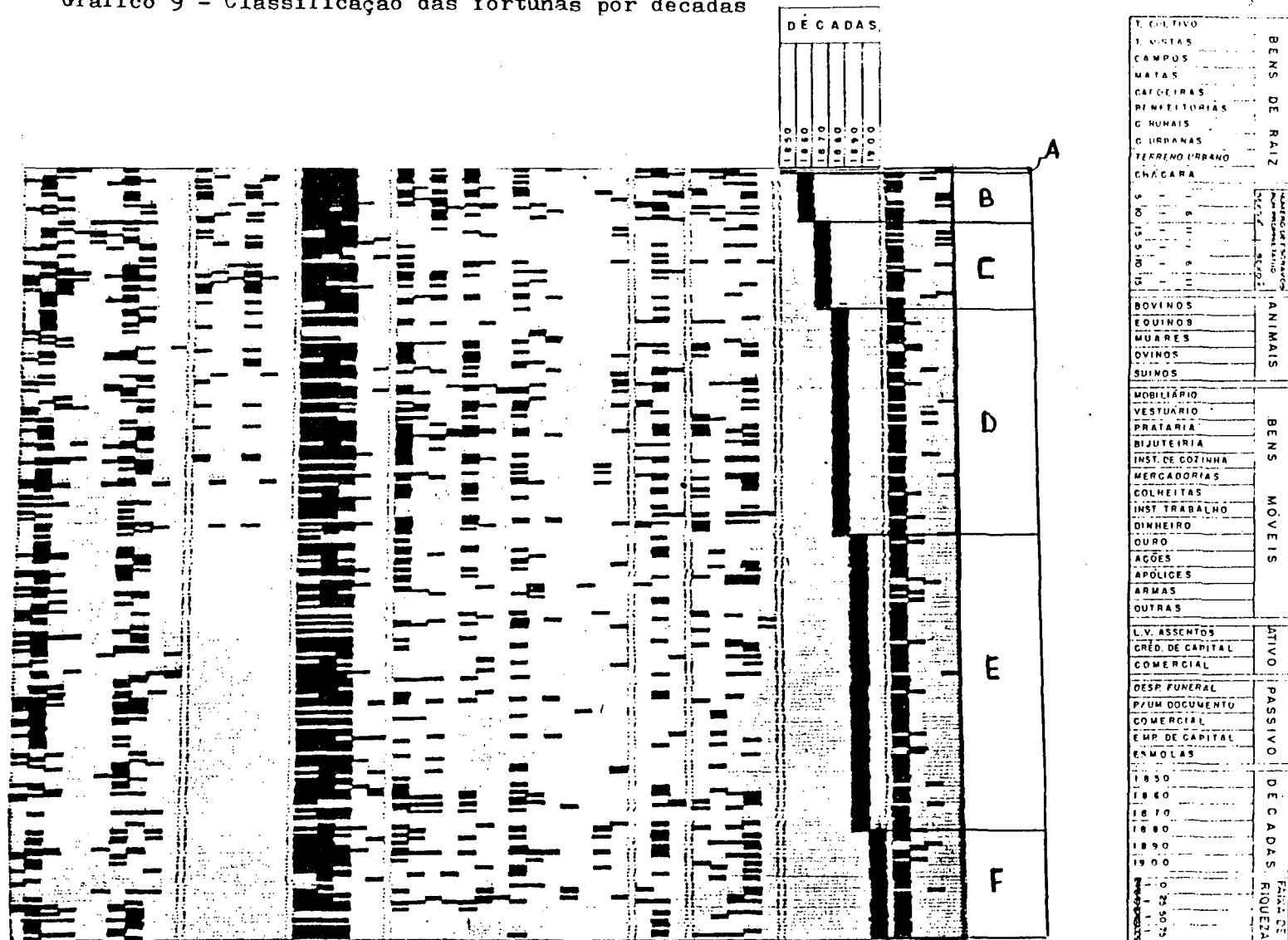
Verificada a inserção das fortunas nas faixas de riqueza, é possível afirmar, que a maioria delas estão na faixa 1, 0 a 24%, da riqueza do ano, seguindo as da faixa 2, da faixa 3 e a da faixa 4. Essa constatação permite inferir a hipótese de que, a maioria dos inventariados eram proprietários de pequenas fortunas, e, seus valores eram de pequena monta.

Em seguida, procurou-se analisar, no conjunto geral das fortunas, o tipo específico dos bens e sua frequência em cada uma das categorias de riqueza, sem levar em consideração, a data e a faixa de riqueza dos inventários.

No gráfico 11, página 5, acerca dos bens de raiz, após feita a diagonalização, constatou-se que, o tipo de bem de raiz denominada de "terras mistas" (A1), aparece de modo predominante no conjunto do ativo.



Gráfico 9 - Classificação das fortunas por décadas



Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens 1859-1903. Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr.





As "terras mistas" declaradas, correspondem às propriedades rurais que não possuíam homogeneidade em sua cobertura vegetal, isto é, eram terras que incluíam campos, campinas, matas, fachinais, capoeiras e terras de cultura, sendo que, nenhuma dessas características era dominante.

No caso em estudo, "terras mistas" consiste o tipo específico de bem de raiz que foi declarada com mais frequência. Em segundo lugar, a maior frequência será das casas rurais (A2), que correspondem às moradias localizadas nas fazendas. Em seguida, na ordem de frequência são declaradas as casas urbanas (A3), seguindo, as terras de cultivo (A4), as terras de campo (A5), as terras de mata (A6), as benfeitorias (A7), os terrenos urbanos (A8), as chácaras (A9) e as capoeiras (A10). Assim, fica caracterizada a composição e o tipo do bem de raiz mais frequente (A1 e A2), no gráfico 11. A frequência das casas urbanas (A3), em terceiro lugar, confirma a observação realizada por outros autores de que os fazendeiros mantinham uma ou mais casas no núcleo urbano, não para residência permanente, mas para serem utilizadas em ocasiões festivas de natureza religiosa ou cívica.

No gráfico 12, página 233, relativo ao número e sexo dos escravos, por proprietário, constata-se que, dos 35 proprietários de escravos, a maioria deles, detinha entre 1 e 5 escravos do sexo masculino e feminino (A), um pequeno grupo de proprietários com de 1 a 5 escravos do sexo masculino (B), um grupo com 6 a 10 escravos do sexo masculino e feminino (C), e, apenas três proprietários tinham de 11 a 15 escravos do sexo masculino e 6 a 10 do sexo feminino (D).

Conclui-se, portanto, que a maioria dos proprietários dos

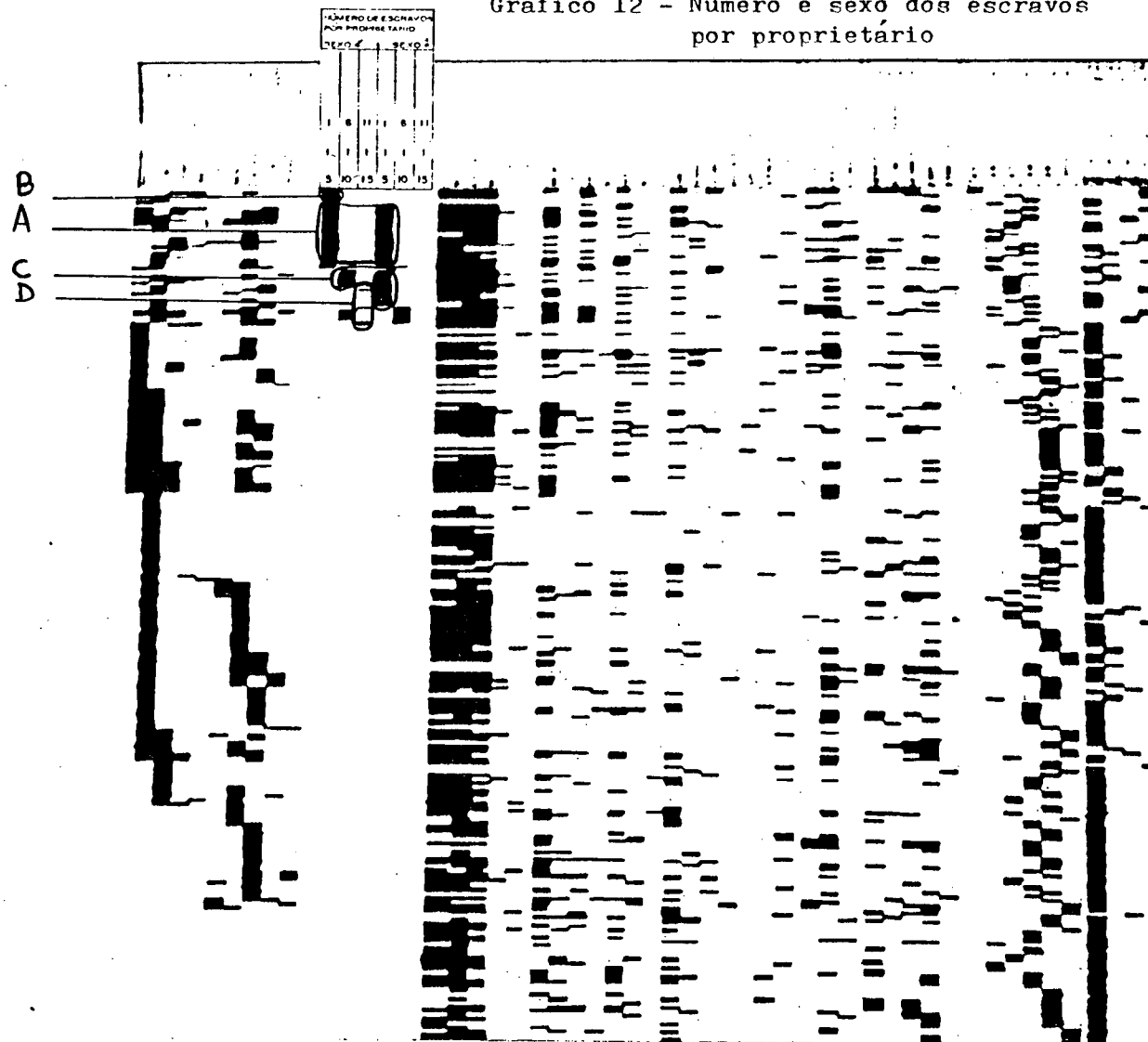
escravos que foram avaliados, nas fortunas, detinham o número de 1 a 10 escravos de ambos os sexos. Todavia, o número de escravos do sexo masculino é maior que o de escravos do sexo feminino.

No ativo semoventes animais, encontra-se a forma específica de bem, mais frequente no conjunto das fortunas, isto é, o tipo de riqueza mais comum era a propriedade de animais bovinos, equinos, muares, ovinos e suínos.

A imagem obtida no gráfico 13, página 235 viabiliza a análise das espécies de animais no conjunto das fortunas.

A maior parte dos indivíduos era proprietário de três espécies de animais: bovinos, equinos e muares (A). É nesse grupo que está representada a principal força produtiva e comercial do criatório palmense. Observa-se também, a existência de um grupo de proprietários de imóveis, que não declararam ter animais, portanto, são proprietários de imóveis rurais inexplorados (B), essa afirmação, porque na época, o animal cavalgar ou luar sendo o único meio de transporte, todo proprietário de terras deveria ter, no mínimo, um animal de uso pessoal para se deslocar em sua propriedade. O grupo (C) é formado por indivíduos proprietários apenas de bovinos e equinos. O grupo (D) representa os proprietários de bovinos, equinos, muares e ovinos. O grupo (F) compõe-se dos proprietários de equinos. No grupo (E) estão os proprietários de bovinos, equinos, muares e suínos, sendo que um deles não possui equinos, e outro não possui muares. No grupo (H), estão os proprietários de bovinos, equinos, muares e suínos, e, no grupo (J), os proprietários só de muares.

Gráfico 12 - Número e sexo dos escravos  
por proprietário



1. CULTIVO	BENS DE RAIZ	NÚMERO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO
2. MISTAS		SEXO
3. CAMPOS		SEXO
4. MATAS		SEXO
5. CAPCEIRAS		SEXO
6. BENEFICÉRIAS		SEXO
7. CURIAIS		SEXO
8. URBANAS		SEXO
9. TERRENO URBANO		SEXO
10. CHACARA		SEXO
11. BOVINOS	ANIMAIS	SEXO
12. EQUINOS		SEXO
13. MUARES		SEXO
14. OVINOS		SEXO
15. SUINOS		SEXO
16. MOBILIÁRIO	BENS MÓVEIS	
17. VESTUÁRIO		
18. PRATARIA		
19. BIJUTELARIA		
20. INST. DE COZINHA		
21. MERCADORIAS		
22. COLHEITAS		
23. INST. TRABALHO		
24. DINHEIRO		
25. OURO		
26. AÇÕES		
27. APÓLICES		
28. ARMAS		
29. OUTRAS		
30. L.V. ASSENTOS	ATIVO	
31. CRÉD. DE CAPITAL		
32. COMERCIAL		
33. DESP. FUNERAL	PASSIVO	
34. P/UM DOCUMENTO		
35. COMERCIAL		
36. EMP. DE CAPITAL		
37. ESMOLAS		
38. 1850	DE CADA	
39. 1860		
40. 1870		
41. 1880		
42. 1890		
43. 1900		
44. 1910	FINA DE	
45. 1920	RIQUEZA	
46. 1930		
47. 1940		
48. 1950		
49. 1960		
50. 1970		
51. 1980		
52. 1990		
53. 2000		

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens 1859-1903. Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr.

Observa-se no conjunto do ativo semoventes animais, que os da espécie equina são os que aparecem com mais frequência, seguidos pelos bovinos, muares, ovinos e suínos, portanto, a criação de animais cavalares era mais importante na economia dos Campos de Palmas, do que a de bovinos e muares.

Observa-se no gráfico 14, página 236 a composição do ativo denominado bens móveis, e, verifica-se que esse ativo é formado por bens de diversos tipos específicos.

Entre elas, o tipo de bem que predomina no ativo bens móveis, são os mobiliários (A), isto é, a mobília das casas rurais e urbanas, de cada inventariado; em seguida, os instrumentos de cozinha (B), e os instrumentos de trabalho (C). O mobiliário (A), declarado nas fortunas, consiste na mobília, sempre formada de móveis rústicos e simples, de pequeno valor econômico no conjunto dos ativos, tais como: bancos de pinho e imbuia, catres, armários, mesas, cadeiras, banquetas. Os instrumentos de trabalho (B), declarados, eram os objetos indispensáveis no uso doméstico nas cozinhas das fazendas e casas no núcleo urbano. Os instrumentos de trabalho (C), consistem em foices, machados, cortadeiras, enxadas, aparelhos completos de montaria, de carpintaria, de sapataria e marcenaria.

Observa-se também, no gráfico 14, a presença de bens cuja forma difere das tradicionais. São formas modernas, tais como: dinheiro, ouro, ações e apólices. Através da imagem (D), obtida no gráfico 14, verifica-se que a presença desses bens modernos, é muito pequena e rara, sendo quase que insignificante sua participação no conjunto dos bens móveis. Dinheiro é que aparece mais vezes, seguido de ouro, ações e apólices.

Essa constatação, permite inferir a hipótese, de que, na segunda metade do século XIX e início do século XX, não ocor-

animaïs

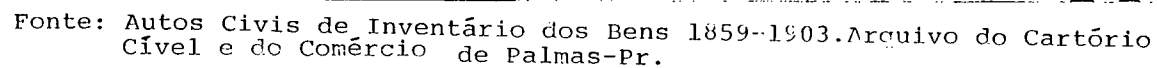
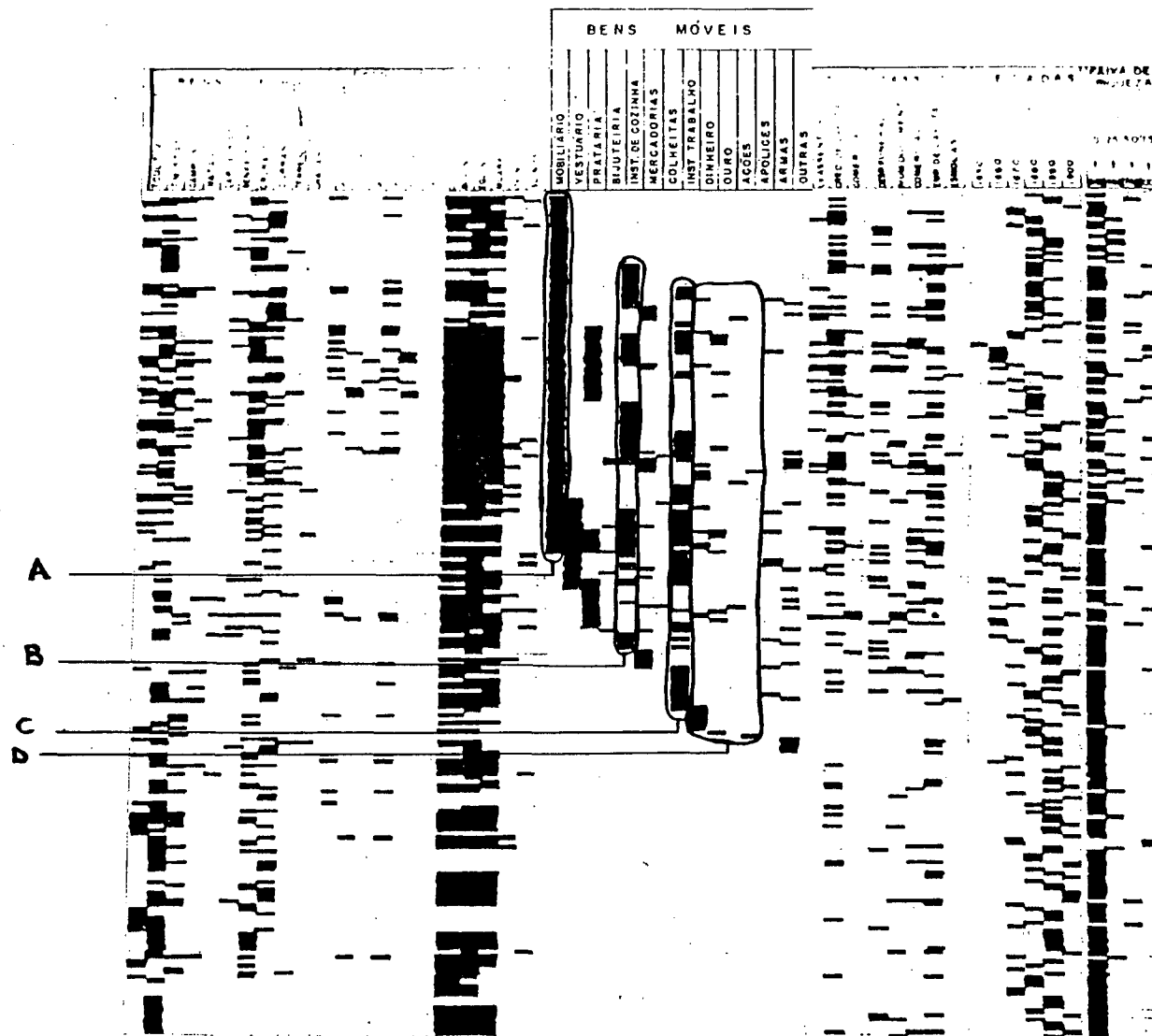




Gráfico 14 - Composição dos bens móveis



Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens 1859-1903. Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr.

BENS DE RAIZ		ANIMAIS		BENS MÓVEIS		ATIVO		PASSIVO		DE CADA		RIQUEZA	
T. CULTIVO		BOVINOS		MOBILIÁRIO		L.V. ASSENTOS		DESP. FUNERAL		1850		1850	
T. MISTAS		EQUINOS		VESTUÁRIO		CRÉD. DE CAPITAL		PRIM. DOCUMENTO		1860		1860	
CAMPOS		MUARES		PRATEARIA		COMERCIAL		COMERCIAL		1870		1870	
MATAS		OVINOS		BIJUTERIA				EMP. DE CAPITAL		1880		1880	
CAPEIRAS		SUINOS		INST. DE COZINHA				ESMOLAS		1890		1890	
BENEFICÍCIOS				MERCADORIAS						1900		1900	
C. RURAIS				COLHEITAS									
C. URBANAS				INST. TRABALHO									
TERRENO URBANO				DINHEIRO									
ONHARA				OURO									
				AÇÕES									
				APÓLICES									
				ARMAS									
				OUTRAS									

reram mudanças significativas nas classes dos bens materiais na sociedade palmense, de modo que, no seu perfil mais geral, a economia dessa sociedade tradicional campeira é constituída por uma pequena e restrita circulação monetária a certo grupo de pessoas mais abastadas. Tal situação dificultava o sistema de trocas, esse, feito quase que só à base de trocas em espécie, e a inexistência de boas vias de comunicação e transporte criava, nessa conjuntura, sérios entraves para a expansão comercial e o desenvolvimento econômico da região. O ouro declarado era em pequena quantidade, sendo parte em forma de jóias ou em pó, aparecendo apenas poucas moedas de ouro. As ações, declaradas em três fortunas, eram ações do Banco do Estado, ações da dívida pública e ações da Sociedade Recreativa e Dramática Palmense. Não se constatou a presença de ações de empresas comerciais ou industriais, seja do Paraná, seja de São Paulo. As apólices de seguro de vida foram declaradas em apenas duas fortunas.

Na composição do Ativo (contas que o inventariado tinha para receber), observa-se no gráfico 15, página 239, que a forma específica de haver mais frequente no ativo é a oriunda dos créditos de capital (A), seguida pelas de livros de assentos (B) e pelas de natureza comercial (C).

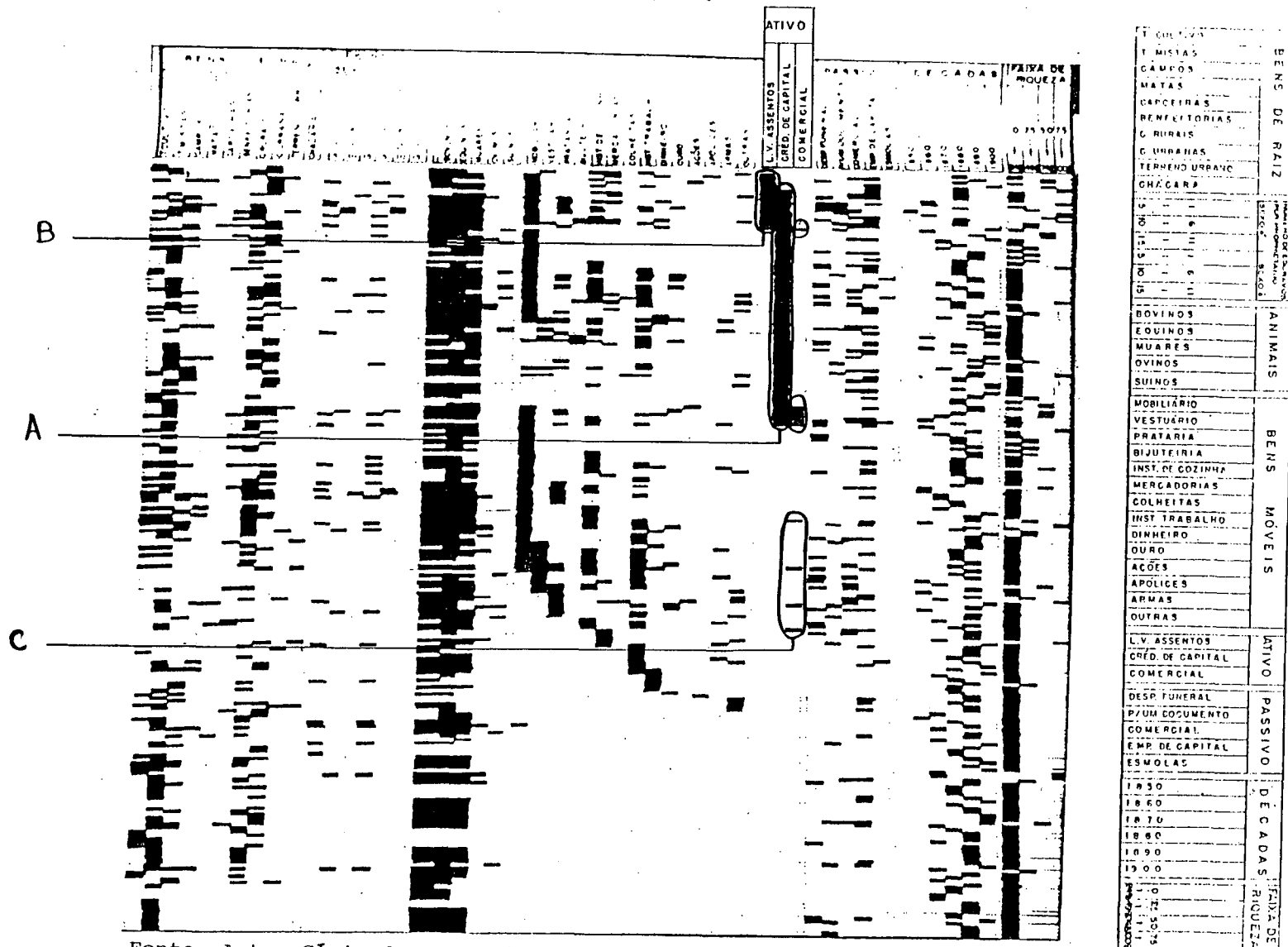
Os denominados créditos de capital consistiam em empréstimos em dinheiro ou créditos diversos, a juros de 1% ao ano. O pequeno número de ativos comerciais, caracterizam o pouco dinamismo do comércio local, que era quase exclusivamente o comércio de animais, ferramentas e vestuário. Isto em função da produção de subsistência e do artesanato desenvolvido nas fazendas que atendia quase que na totalidade as necessidades

da população rural. Como os núcleos urbanos eram pouco populosos, o comércio regional praticamente não se desenvolveu para além da exportação de animais e de erva mate. Os haveres denominados, em livro de assentos, não especificavam a sua natureza, que provavelmente também era diversa. Comparando o ativo, no conjunto dos bens declarados nas fortunas, observa-se que eram poucos os inventariados com créditos a receber.

Na composição do Passivo (contas que o inventariado tinha que pagar), observa-se no gráfico 16, página 14, que constam as seguintes classes de passivo: despesa de funeral, por um documento, comercial, empréstimo de capital e esmolas.

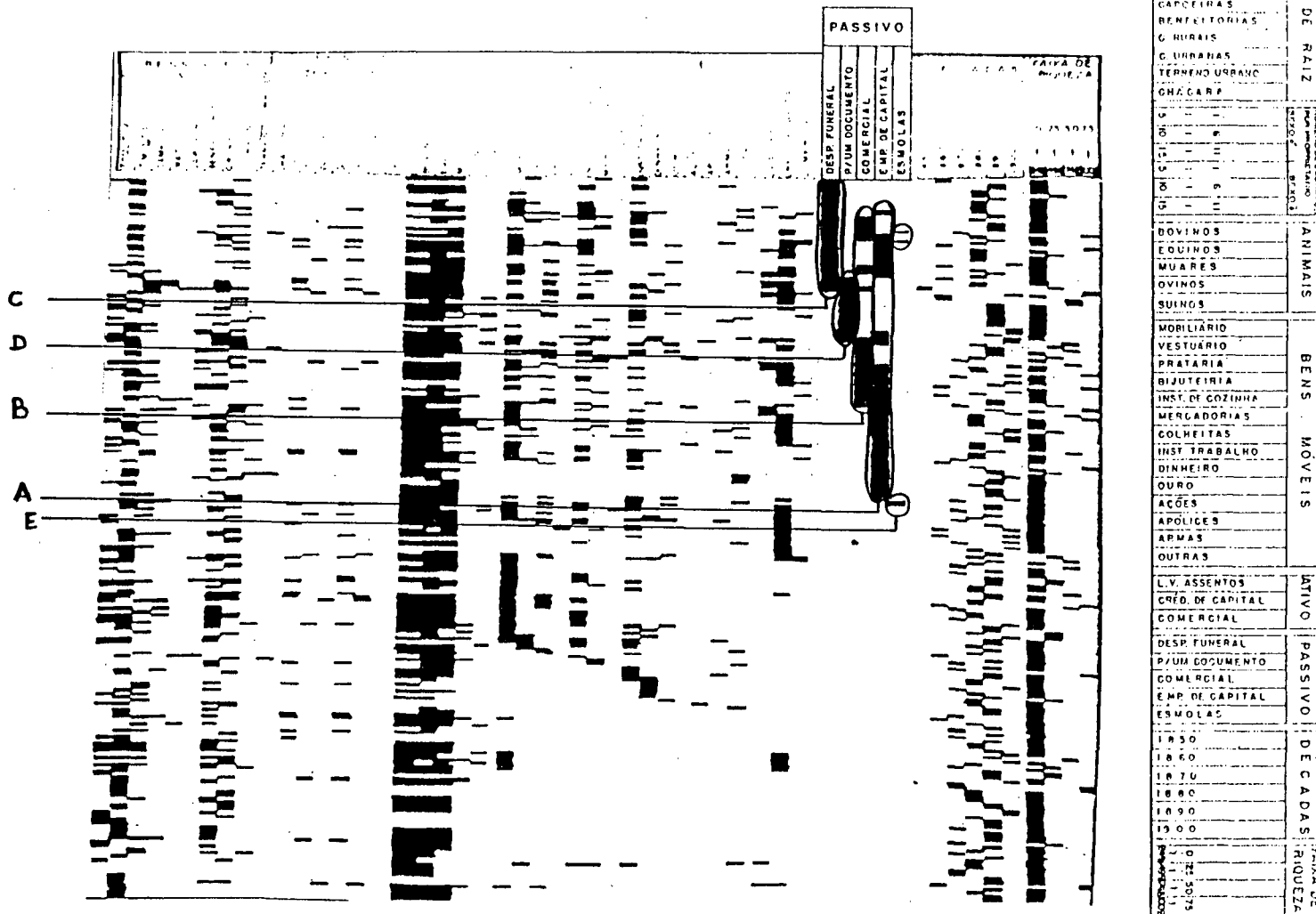
Dessas, a declarada com mais frequência nas fortunas são os empréstimos de capital (A), seguido pelos de origem comercial diversa (B), sendo muitos destes contas "fiado", pois, verifica-se no ativo de comerciantes, o grande número de devedores de quantias diversas.

Gráfico 15 - Composição do Ativo



Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens 1859-1903. Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr.

Gráfico 16 - Composição do Passivo



Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens 1859-1903. Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas-Pr.

#### 5.4 Análise quantitativa das fortunas em Palmas

Como saber quais as categorias de bens que representavam a maior parcela da riqueza? Quais relações guardavam entre si? Qual o movimento do capital nas categorias de bens, nas fortunas da sociedade tradicional de Palmas, na segunda metade do século XIX e início do século XX?

Para responder essas e outras questões, optou-se pela classificação das fortunas em faixas de riqueza e em cortes temporais de 5 anos. Assim, tornou-se possível comparar os diversos ativos numa perspectiva histórica, e delinear a tendência geral da economia da região dos Campos de Palmas, na conjuntura de 1860 a 1903.

Portanto, feitos os cortes temporais, foram estabelecidos os quinquênios: 1860-64, 1865-69, 1870-74, 1875-79, 1880-84, 1890-94, 1895-99, e, o quatriênio, para o início do século XX 1900-03. Em seguida, as fortunas foram classificadas em 4 faixas de riqueza, isto é, a classificação foi feita levando em consideração o percentual de participação de cada fortuna na "riqueza do ano". Denominou-se "riqueza do ano", a soma do montemor de todos os inventários realizados em cada ano. Depois de classificadas as fortunas nas faixas, F1, F2, F3 e F4, para cada quinquênio estabelecido e para o quatriênio inicial do século XX, foi calculada para cada faixa de riqueza estabelecida, a participação de cada ativo das fortunas na "riqueza do

quinqüênio", a soma de todo o monte-mor dos inventários realizados no quinqüênio.

Na faixa 1, estão as fortunas que participam de 0 a 24% da riqueza do ano, na faixa 2, às de 25 a 49%, na faixa 3, às de 50 a 74% e na faixa 4, às de 75 a 100% da riqueza do ano.

Os procedimentos anteriores e o processamento dos dados, permitiram a construção dos quadros de nºs 25 a 33 onde foi possível verificar em cada quinqüênio estabelecido, a relação entre os ativos das fortunas e as faixas de riqueza.

Com base nos quadros mencionados anteriormente, foi construído o gráfico 17, sendo destacada a moda para cada faixa de riqueza. Obteve-se, assim, a visualização necessária para conhecer a medida das relações, o movimento dos ativos, a faixa e o ativo mais valorizado em cada quinqüênio estabelecido na segunda metade do século XIX e para o quatriênio inicial do século XX.

Observa-se inicialmente, o grosso modo, que o ativo "bens de raiz", representa para toda a conjuntura em estudo, a parcela mais valorizada das fortunas, seguindo o ativo "escravos" no quinqüênio 1860-64; sendo substituído pelo ativo "animais" depois de 1865. Constata-se também, a presença significativa das "dívidas ativas" no conjunto dos ativos das fortunas, em alguns quinqüênios.

Cabe agora fazer duas observações importantes. A presença de uma coluna com os percentuais das "dívidas passivas" nos quadros mencionados, corresponde ao grau de individamento de todos os inventários que participam de cada faixa de riqueza, em relação à "riqueza do quinqüênio"; e não a medida

de participação do passivo na riqueza. Isso porque, dívidas passivas, são contas que os inventariados teriam que pagar, portanto, deduzíveis do monte-mor. A classificação denominada "conjunto dos proprietários", é pertinente a participação relativa de cada ativo de todos os inventários realizados no quinquênio, na soma de todo o monte-mor desses inventários.

Feitas as observações necessárias, pode-se dizer que a construção inicial, à grosso modo, evidencia como verdadeira a hipótese de que, na composição mais geral das fortunas, o ativo "benz de raiz" representa a parcela mais valorizada e significativa da riqueza, ao passo que, os ativos "animais" e "escravos" ocuparão respectivamente, o segundo e terceiro lugar como parcela valorizada, e, as "dívidas passivas" e as "dívidas ativas" serão de razoável importância no conjunto das fortunas.

De fato, os "benz de raiz", constituem a parcela mais valorizada da riqueza, na conjuntura em estudo, isto porque, já a partir de 1850, a Lei de Terras, atribuiu um valor monetário a terra, isto é, doravante teriam que ser compradas portanto, passaram a ser mais valorizadas. Os "animais", em segundo e os "escravos" em terceiro lugar porque se trata de fortunas de pessoas componentes de uma sociedade, cuja economia estava fundada na atividade do criatório e invernagem de animais e que usava como mão-de-obra o escravo negro. Mesmo perdendo seu valor monetário, após a abolição da escravidão no Brasil, desaparecendo como ativo nas fortunas, sabe-se que a grande maioria desses escravos libertos continuaram servindo seus antigos proprietários, em suas fazendas como agregados e peões.



Entre 1860-64, os ativos "bens de raiz" e "escravos" respondem pela maior parcela da riqueza para o conjunto dos proprietários, seguido os ativos "animais" e "dívidas ativas". Observa-se que nesse quinquênio nenhuma fortuna se insere na faixa 2 de riqueza. Nas faixas 1 e 3, a maior parcela da riqueza está alocada, em ordem decrescente, quanto à importância nos ativos "bens de raiz", "escravos", "animais" e "dívidas ativas". Na faixa 4, os ativos "bens de raiz", "Escravos", "dívidas ativas" respondem por 49,09% da riqueza do quinquênio e os "animais" por apenas 5,62%. Portanto, o ativo "dívidas ativas" representa para os proprietários das fortunas da faixa 4, a parcela mais significativa de sua riqueza. (Quadro nº 25 e gráfico 17).

Entre 1865-69, para o conjunto dos proprietários, os ativos, sofrem algumas alterações na ordem de importância. Predominam os "bens de raiz", as "dívidas ativas, os animais e os escravos. O que significa dizer que, para o conjunto dos proprietários, os "bens de raiz", 52,71%, e as "dívidas ativas", 17,88%, respondem pela maior parcela da riqueza nas fortunas.

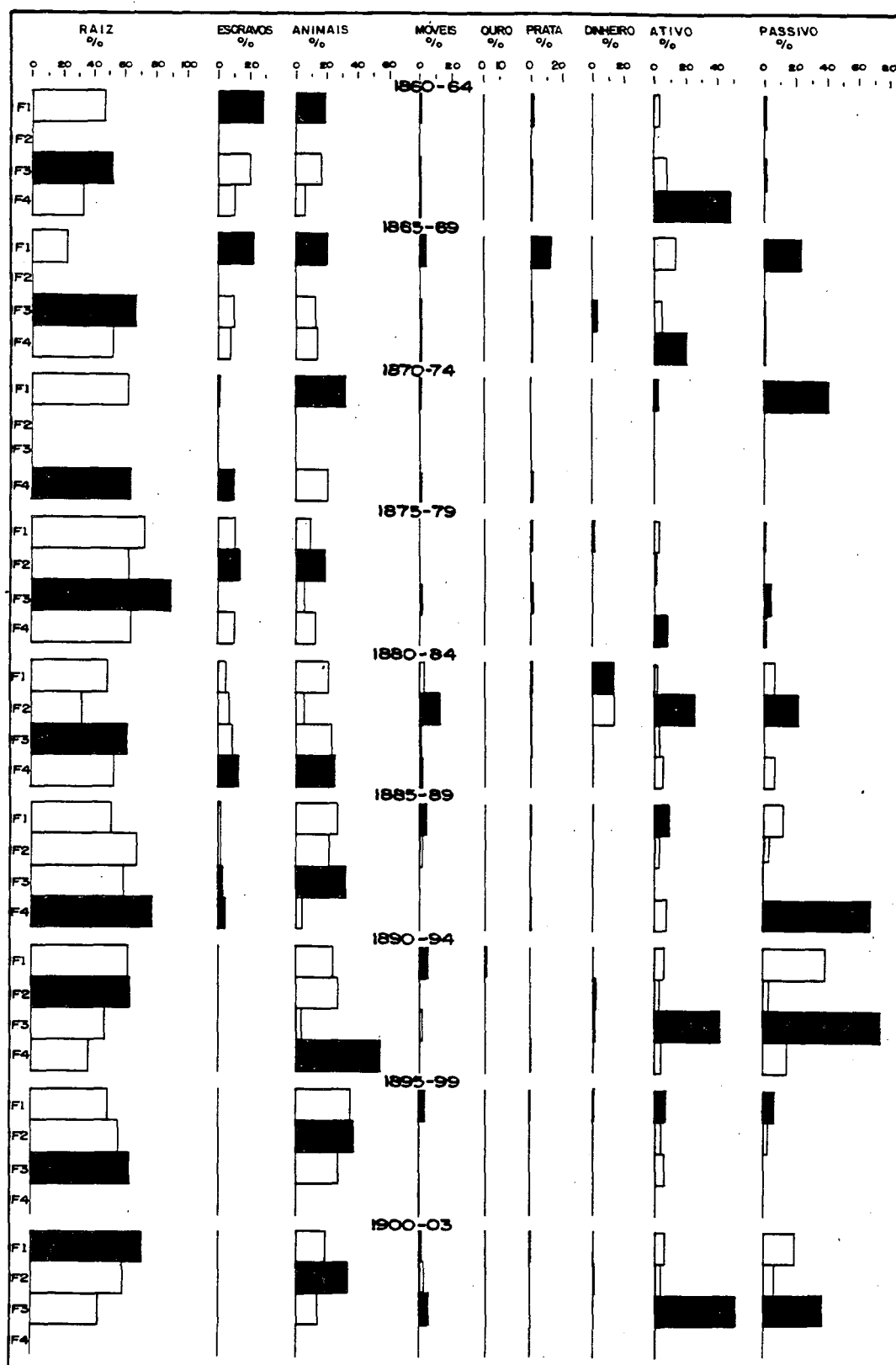
No quinquênio anterior, nenhuma fortuna se insere na faixa 2. Na faixa 1, aparecem com maior peso na riqueza do quinquênio, os ativos "bens de raiz", "escravos", "animais" e "dívidas ativas". Estas correspondem a 13,84%. O grau de endividamento dessa faixa de riqueza é de 24,07%, isto é, o passivo de todos os inventários, que participam da faixa 1 em relação à riqueza do quinquênio, é grande. Na faixa 3, o ativo "animais" representa parcela maior que o ativo "escravos". Na faixa 4, o ativo "bens de raiz", é seguido pelo ativo "dívidas ativas", 21,12%; "animais", 15,90% e "escravos", 9,31% da riqueza do

quinquênio. O que se constatou na faixa 1, acerca das "dívidas passivas", é observado no gráfico 17 e permite afirmar que o grau de endividamento das fortunas menores, para os quinquênios 1865-69 e 1870-74, é bastante alto. (Quadro nº 26, gráfico 17).

No quinquênio 1870-74, observa-se que, para o conjunto dos proprietários, os ativos, "bens de raiz", "animais" e "escravos", respondem pela maior parcela da riqueza. Nenhuma fortuna do quinquênio 1870-74, se insere nas faixas 2 e 3. Na faixa 1, predomina o ativo "bens de raiz", seguido do ativo "animais", das "dívidas ativas" e "escravos". Nessa faixa as "dívidas passivas" assumem o percentual de endividamento das fortunas equivalente a 41,36% da riqueza do quinquênio. Na faixa 4, respondem pela maior parcela da riqueza, os ativos, "bens de raiz", "animais" e "escravos". (Quadro nº 27 e gráfico 17).

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

QUADRO Nº 25

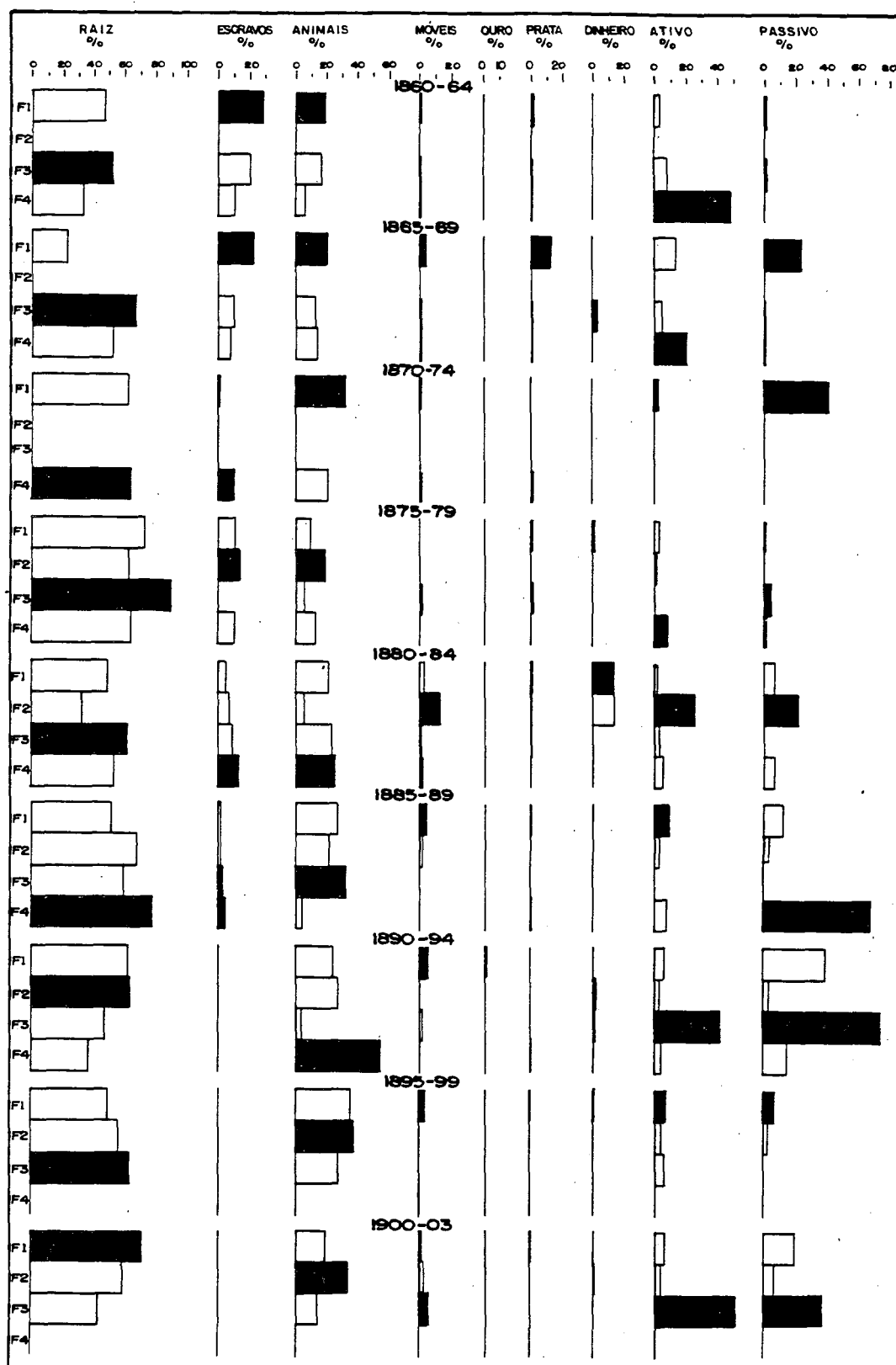
COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO - PALMAS  
(1860-64) - NÚMEROS RELATIVOS

Composição Classificação	RAIZ	ESCRAVOS	ANIMAIS	MÓVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1 - 0 à 24%	46,53	28,78	20,01	0,32	0,00	1,17	0,00	3,19	0,98	100
Faixa 2 -25 à 49%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faixa 3 -50 à 74%	53,28	21,52	16,82	0,15	0,00	0,26	0,00	7,97	1,03	100
Faixa 4 -75 à 100%	34,10	10,66	5,62	0,32	0,00	0,21	0,00	49,09	0,65	100
Conjunto dos Proprietários	48,59	22,17	16,22	0,23	0,00	0,53	0,00	12,26	0,97	

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e  
do Comércio de Palmas-Paraná.

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

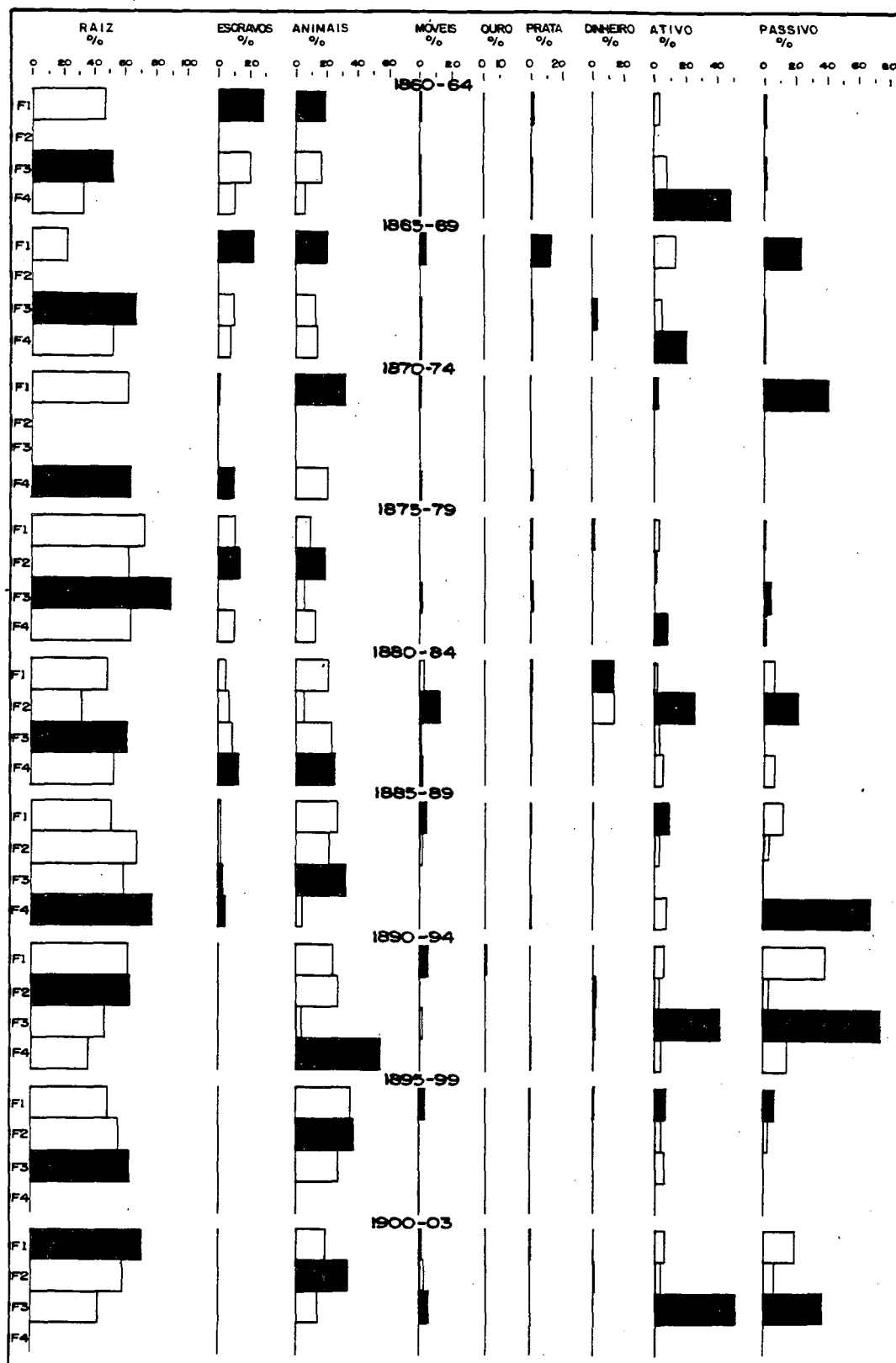
QUADRO Nº 26  
COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO - PALMAS  
(1865-69) - NÚMEROS RELATIVOS

Composição Classificação	RAIZ	ESCRAVOS	ANIMAIS	MÓVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1 - 0 à 24%	24,11	24,31	20,69	3,86	0,19	12,77	0,23	13,84	24,07	100
Faixa 2 -25 à 49%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faixa 3 -50 à 74%	67,86	10,65	13,42	0,00	0,00	0,22	2,81	5,04	0,66	100
Faixa 4 -75 à 100%	53,36	9,31	15,90	0,09	0,00	0,22	0,00	21,12	0,53	100
Conjunto dos Proprietários	52,71	11,03	15,98	0,45	0,02	1,47	0,46	17,88	2,89	

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível  
e do Comércio de Palmas-Paraná.

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

QUADRO Nº 27

COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO-PALMAS  
(1870-74) NÚMEROS RELATIVOS

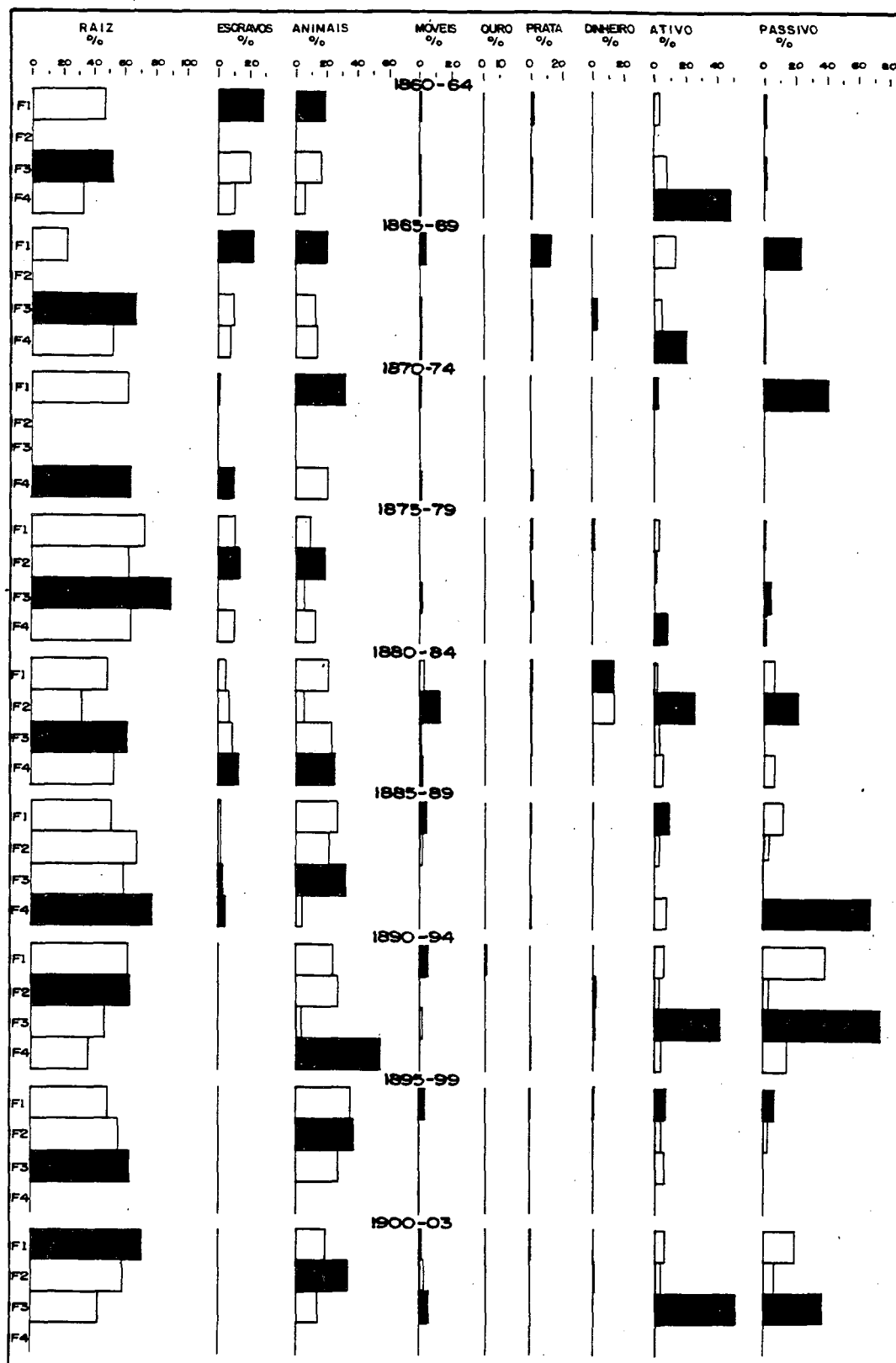
Composição Classificação	RAIZ	ESCRAVOS	ANIMAIS	MÔVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1 - 0 à 24%	63,65	0,93	33,41	0,15	0,00	0,00	0,00	1,86	41,36	100
Faixa 2 -25 à 49%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faixa 3 -50 à 74%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faixa 4 -75 à 100%	64,92	11,20	22,37	1,46	0,00	0,05	0,05	0,00	1,62	100
Conjunto dos Proprietários	64,63	8,83	24,92	1,15	0,00	0,04	0,00	0,43	10,81	

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível  
e do Comércio de Palmas-Paraná.



GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

Nos anos de 1875-79, para o conjunto dos proprietários, os ativos "bens de raiz", animais" e "escravos" respondem pela parcela mais importante da riqueza, nas fortunas. Na faixa 1, "bens de raiz", "escravos" e "animais"; na faixa 2, "bens de raiz", "animais" e "escravos"; na faixa 3, "bens de raiz", "animais". Nessa faixa, não constam escravos nas fortunas, assim, o ativo "bens de raiz", 91,43% representa quase a totalidade da riqueza. Na faixa 4, os ativos "bens de raiz", "escravos", animais" e "dívidas ativas são as categorias mais importantes no contexto das fortunas. (Quadro nº 28 e gráfico 17).

Entre 1880-84, para o conjunto dos proprietários, os ativos "bens de raiz", "animais", "dívidas ativas" e "escravos" representam as parcelas mais valorizadas. Na faixa 1, pesam os ativos "bens de raiz", "animais", "dinheiro" e "escravos". O ativo "dinheiro", que aparece pela primeira vez como parte significativa da riqueza, responde por 16,51% da riqueza do quinquênio, sendo nesta faixa, mais importante que o ativo "escravos", 5,91%. Na faixa 2, os ativos "bens de raiz", "dívidas ativas", "dinheiro", 14,04%, "móveis", 13,01%, "escravos" e "animais", alocam a parcela mais valorizada das fortunas. Nesta faixa 2, o que chama atenção é o crescimento relativo do ativo "bens móveis" e do ativo "dívidas ativas", 26,03% e a diminuição do ativo "bens de raiz", 32,86%, no contexto das fortunas. Identifica-se, assim, a fortuna de indivíduos que apesar dos "bens de raiz", representar 32,86% de suas riquezas, as "dívidas ativas", 26,03%, o ativo "dinheiro", 14,04%, e o ativo "bens móveis", 13,01%, caracterizam atividades econômicas ligadas ao comércio, e não ao criatório. Esse grupo de fortunas da faixa 2, apresenta um grau de endividamento bastante elevado, 22,39% da riqueza do quinquênio.

Na faixa 3, seguem "bens de raiz", "animais" e "escravos". Na faixa 4, os ativos "bens de raiz", "animais" e "escravos" respondem pela parte mais valorizada nas fortunas. (Quadro nº 29 e gráfico 17).

QUADRO Nº 28

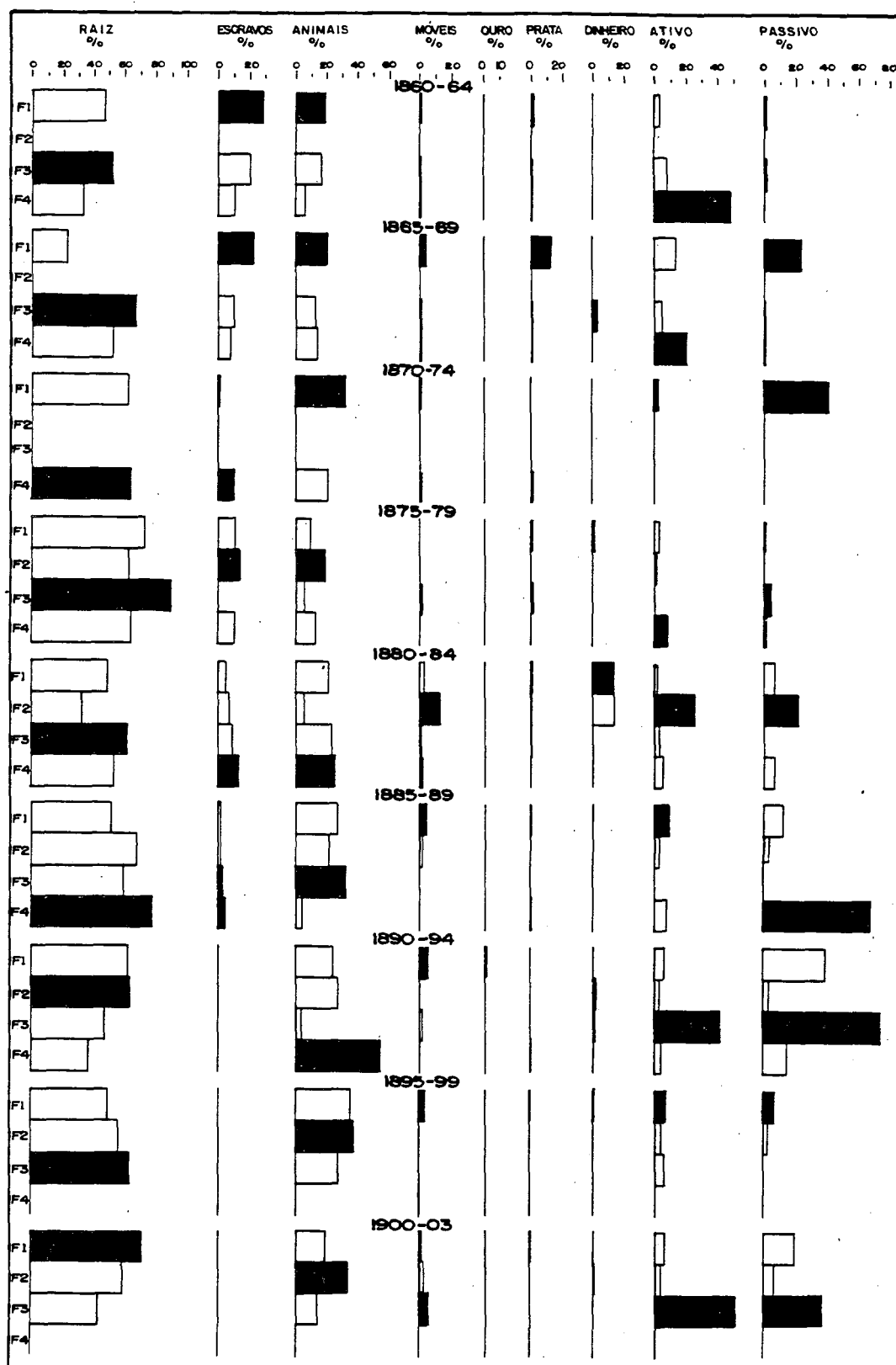
COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO-PALMAS  
(1875-79) NÚMEROS RELATIVOS

Composição Classificação	RAIZ	ESCRAVOS	ANIMAIS	MÓVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1 - 0 à 24%	74,45	11,66	10,18	0,17	0,00	0,17	1,16	2,21	0,32	100
Faixa 2 -25 à 49%	63,91	15,41	20,50	0,12	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	100
Faixa 3 -50 à 74%	91,43	0,00	6,43	1,07	0,00	1,07	0,00	0,00	4,54	100
Faixa 4 -75 à 100%	65,74	12,47	11,74	0,55	0,00	0,00	0,00	9,50	1,08	100
Conjunto dos Proprietários	72,39	11,43	12,21	0,31	0,00	0,19	0,58	2,89	0,81	

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível  
e do Comércio de Palmas-Paraná.

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

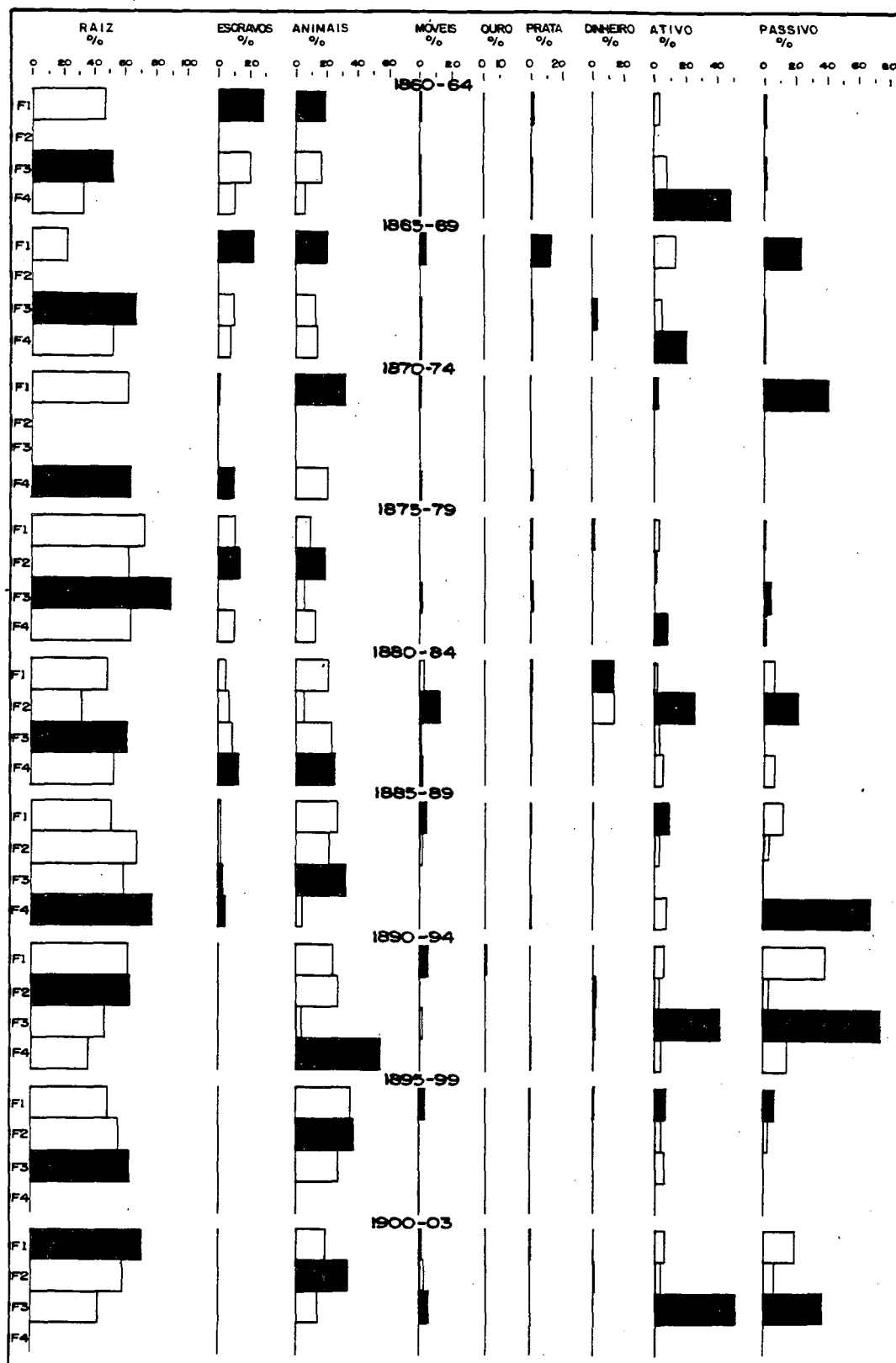
QUADRO Nº 29  
COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO-PALMAS  
(1880-84) NÚMEROS RELATIVOS

Composição Classificação	RAIZ	ESCRAVOS	ANIMAIS	MÓVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1-0 à 24%	50,32	5,91	22,39	3,02	0,15	0,33	16,51	1,37	7,17	100
Faixa 2-25 à 49%	32,86	7,93	6,03	13,01	0,00	0,10	14,04	26,03	22,39	100
Faixa 3-50 à 74%	62,83	9,99	24,31	0,10	0,08	0,15	0,00	2,54	0,00	100
Faixa 4-75 à 100%	53,71	14,03	26,16	0,97	0,00	0,00	0,00	5,13	7,43	100
Conjunto dos Proprietários	48,64	9,07	17,81	5,30	0,15	0,15	8,05	10,92	10,27	

Fonte: Autos Cíveis de Inventários dos Bens - Arquivo do Cartório Cível  
e do Comércio de Palmas-Paraná.

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

No quinquênio 1885-89, para o conjunto dos proprietários, os ativos "bens de raiz", "animais", "dívidas ativas" e "escravos" respondem pela maior parcela da riqueza. É nessa conjuntura que desaparece o ativo "escravos" nas fortunas, haja vista, a abolição da escravatura. Na faixa 1, seguem em ordem de importância, os ativos "bens de raiz", "animais", "dívidas ativas", "móveis" e "escravos". Na faixa 2, são os ativos "bens de raiz", "animais", "escravos", que respondem pela parcela mais valorizada da riqueza. As fortunas da faixa 1 apresentam grau de endividamento equivalente a 12,79% da riqueza do quinquênio. Na faixa 3, aparecem novamente como parcela mais valorizada, os ativos "bens de raiz", "animais" e "escravos", 1,68%. Na faixa 4, serão os "bens de raiz", "escravos" e "animais" os ativos mais valorizados nas fortunas. (Quadro nº 30 e gráfico 17).

Portanto, constata-se que com o desaparecimento do ativo "escravos" no contexto das fortunas, serão os ativos "bens de raiz" e "animais" que reforçam sua importância como parcela valorizada. Assim, ocorre deslocamento do capital aplicado no ativo "escravos", para os ativos "animais" e "bens de raiz". A faixa 4, do quinquênio 1885-89, apresenta "dívidas passivas", equivalentes a 69,07% da riqueza do quinquênio.

Entre os anos 1890-94, verifica-se, para o conjunto dos proprietários, que o ativo "animais" representa 35,00% ou seja um aumento significativo, se comparado com os 16,22%, 15,98%, 24,92%, 12,21%, 17,81% e 22,86% dos quinquênios anteriores, ficando comprovado que o capital se movimenta do ativo "escravos" para o ativo "animais". Constata-se ainda que, no conjunto dos proprietários, os "bens de raiz" continuam sendo a parcela mais significativa das fortunas.



QUADRO Nº 30

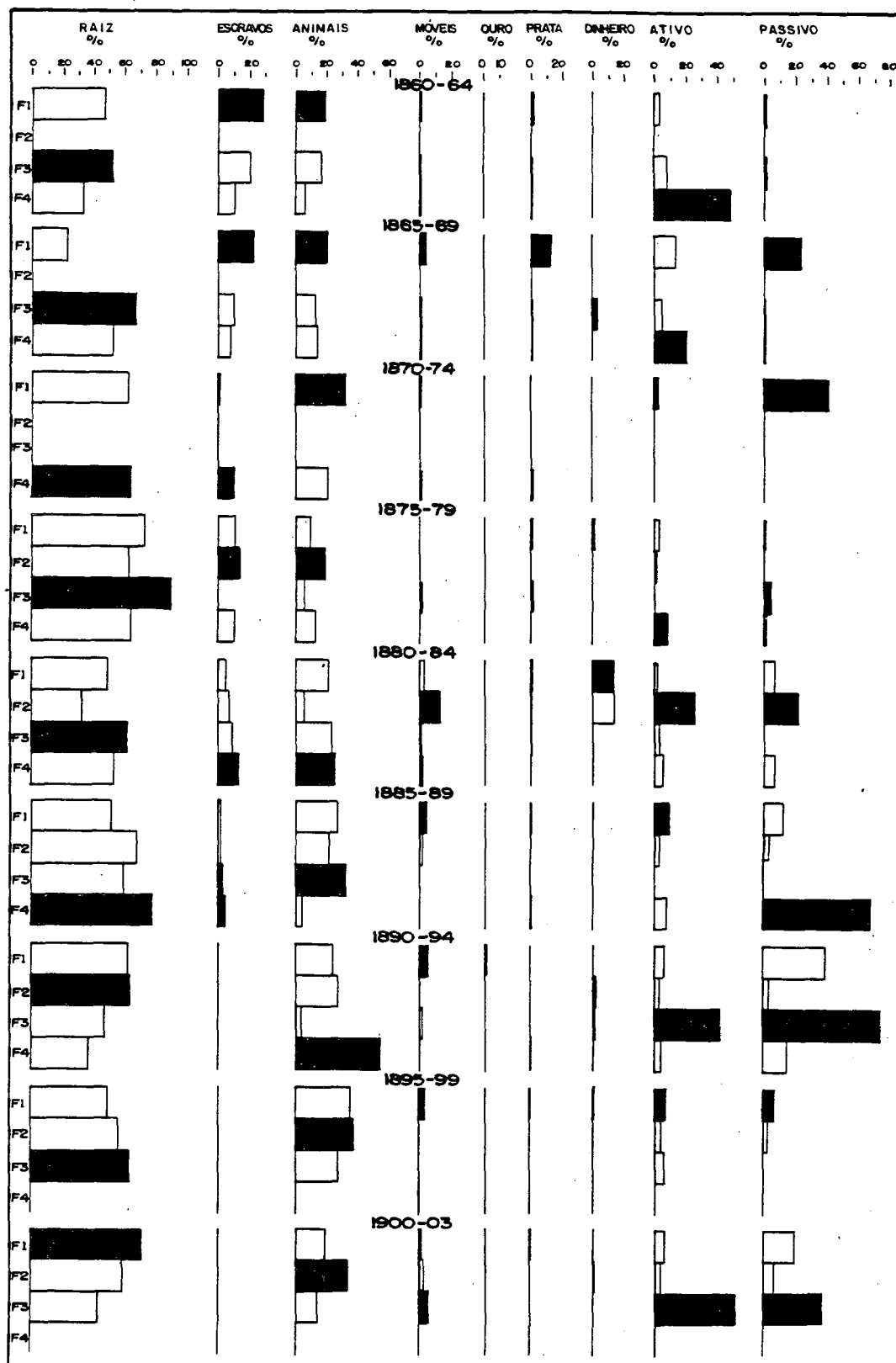
COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO-PALMAS  
(1885-89) NÚMEROS RELATIVOS

Composição Classificação	RAIZ	ESCRAVOS	ANIMAIS	MÓVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1 - 0 à 24%	53,53	1,67	27,93	5,29	0,003	0,10	0,003	11,48	12,79	100
Faixa 2 -25 à 49%	70,35	1,68	23,24	1,51	0,01	0,00	0,00	3,21	3,67	100
Faixa 3 -50 à 74%	61,16	4,30	34,16	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100
Faixa 4 -75 à 100%	80,07	5,97	5,55	0,10	0,00	0,04	0,00	8,27	69,07	100
Conjunto dos Proprietários	67,41	2,81	22,86	1,79	0,004	0,03	0,0007	5,09	15,80	

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível  
e do Comércio de Palmas - Paraná

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

QUADRO Nº 31

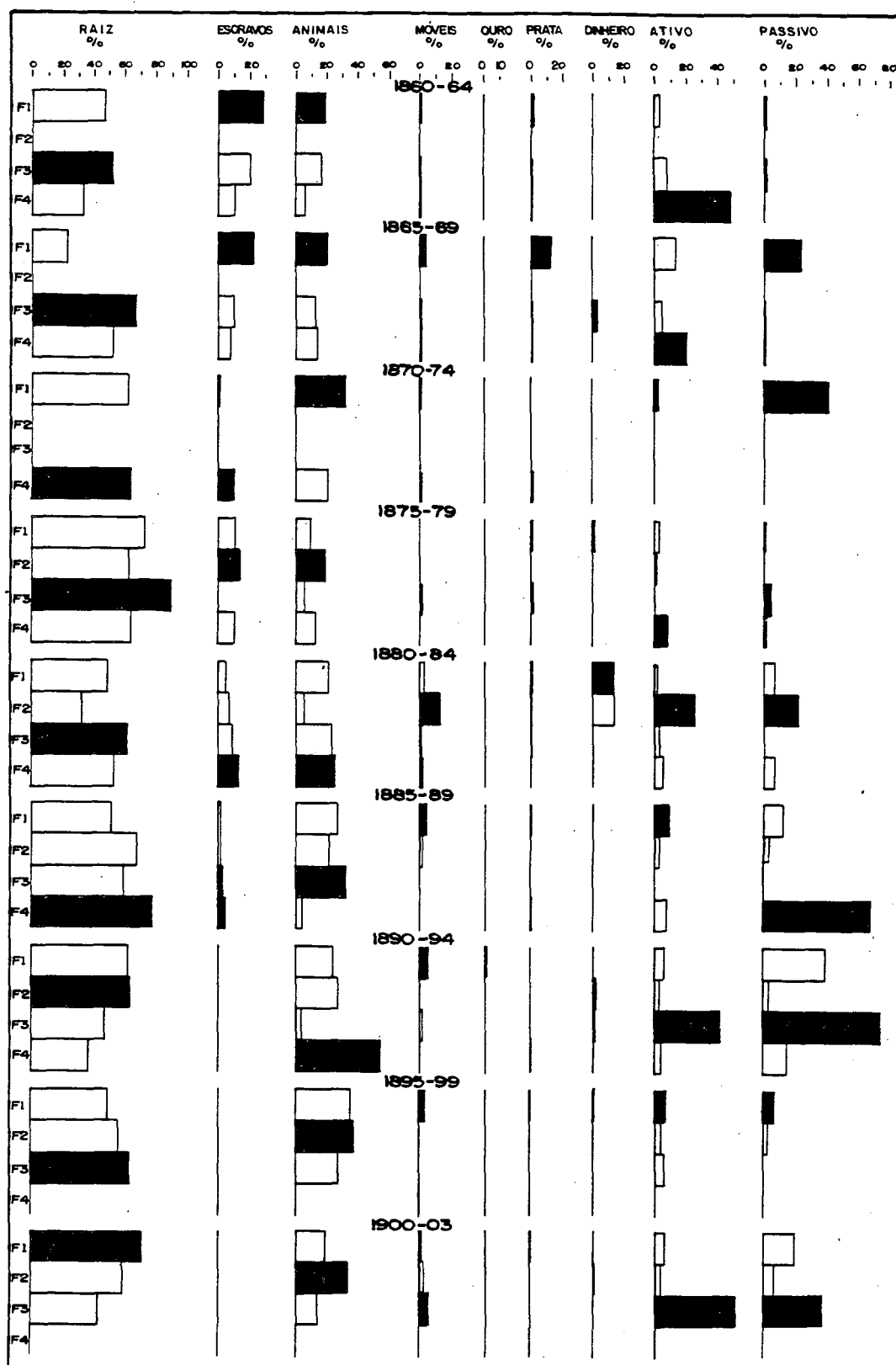
COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO - PALMAS  
(1890-94) NÚMEROS RELATIVOS

Composição Classificação	RAIZ	ANIMAIS	MÓVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1 - 0 à 24%	62,13	25,01	4,64	0,05	0,28	0,30	7,59	40,03	100
Faixa 2 -25 à 49%	67,14	28,50	0,09	0,00	0,00	1,63	2,64	3,62	100
Faixa 3 -50 à 74%	48,75	3,44	2,10	0,00	0,00	1,29	44,42	75,21	100
Faixa 4 -75 à 100%	38,21	56,53	0,07	0,00	0,02	0,00	5,17	16,28	100
Conjunto dos Proprietários	53,89	35,00	1,52	0,01	0,08	0,66	8,84	24,84	

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível  
e do Comércio de Palmas-PR.

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

Na faixa 1, são os ativos que obedecem a seguinte ordem de importância como parcela mais valorizada: "bens de raiz", "animais", "dívidas ativas", e "bens móveis". O grau de endividamento, das fortunas da faixa 1, chega a 40,03% da riqueza do quinquênio. Na faixa 2, seguem o ativos "bens de raiz", "animais" e "dívidas ativas". Na faixa 3, os "bens de raiz", 48,75%, as "dívidas ativas", 44,42%, os "animais", 3,44% e os "bens móveis", 2,10%. Na faixa 3, as "dívidas passivas" bastante altas, representam um grau de endividamento das fortunas dessa faixa, da ordem de 75,21% da riqueza do quinquênio. Na faixa 4, seguem os ativos "animais", 56,53%, "bens de raiz", 38,21% e "bens móveis", que ocupam a parcela mais valorizadas das fortunas. (Quadro nº 31, gráfico 17).

Nos anos de 1895-99, último quinquênio do século XIX, constata-se, para o conjunto dos proprietários, que os ativos "bens de raiz", "animais" e as "dívidas ativas" respondem pelas parcelas mais valorizadas das fortunas. Nenhuma fortuna do quinquênio se insere na faixa 4, de riqueza. Nas faixas 1, 2 e 3, os ativos seguem a ordem: "bens de raiz", "animais", "dívidas ativas" e "bens móveis" como parcela mais valorizadas das fortunas. (Quadro nº 32, gráfico 17).

Finalmente, no quatriênio indicial do século XX, as fortunas apresentam as mesmas características das fortunas do século XIX. Para o conjunto dos proprietários, os ativos "bens de raiz", "animais", "dívidas ativas" e "bens móveis" continuam respondendo pelas parcelas mais valorizadas. Na faixa 1, seguem os "bens de raiz", os "animais", "dívidas ativas" e os "bens móveis". Nas faixas 2, o ativo "bens móveis ocupa o terceiro lugar como parcela valorizada, ao passo que, na faixa 3,

o ativo "dívidas ativas" ocupa o segundo lugar como parcela valorizada. Nenhuma fortuna nesse quinquênio se insere na faixa 4. (Quadro nº 33, gráfico 17).

Concluindo, percebe-se no conjunto das fortunas, a forte tendência para que os ativos "bens de raiz" e "animais" continuem, século XX adentro, representando a parcela mais valorizada dos bens componentes das fortunas, na sociedade palmense. A partir do quinquênio 1885-89, é crescente o grau de endividamento das fortunas. O ativo "dívidas ativas" também tende a crescer, só que em menor proporção que os outros ativos mencionados.

QUADRO Nº 32

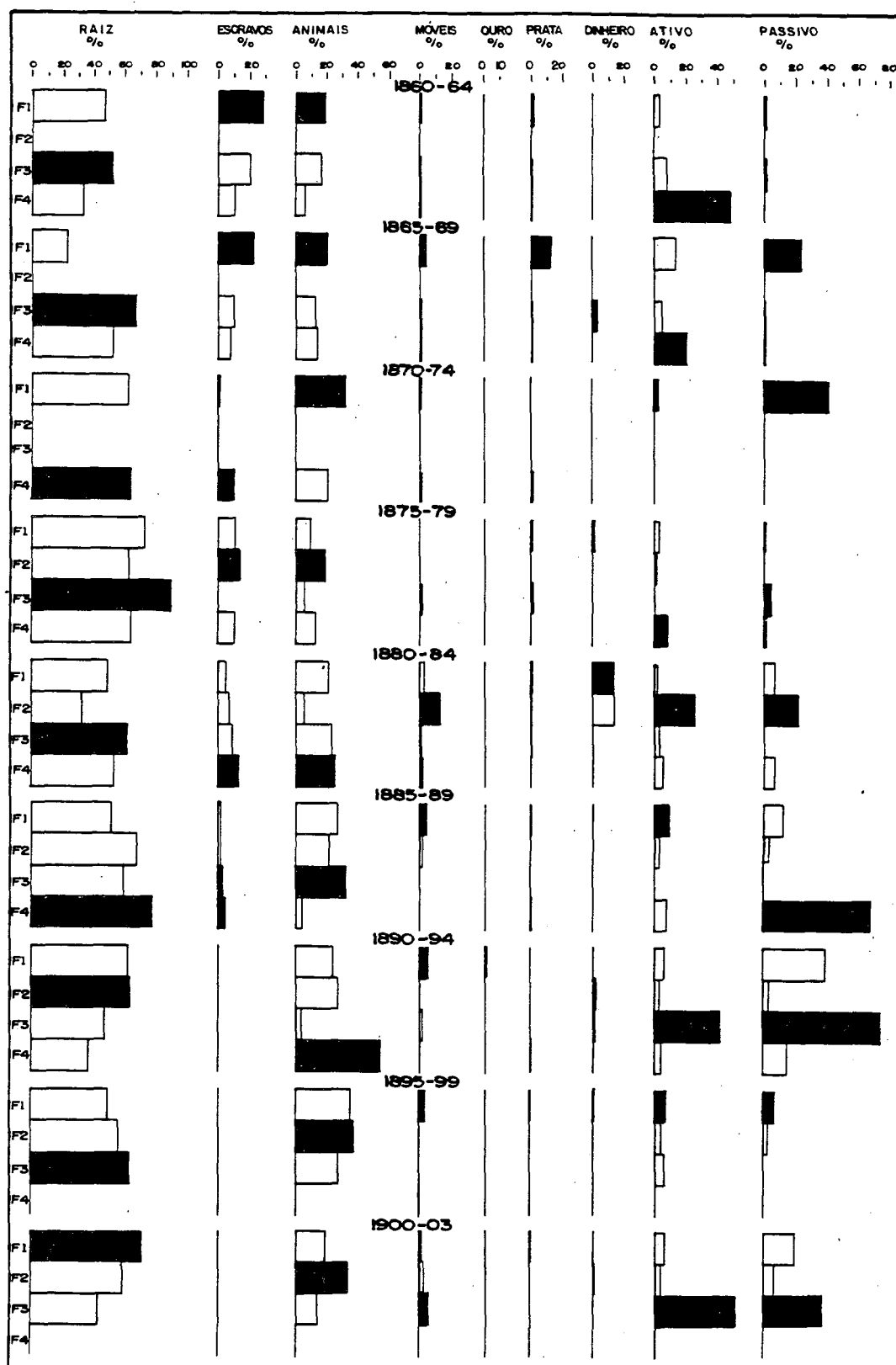
COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIOS - PALMAS  
(1895-99 NÚMEROS RELATIVOS)

Composição Classificação	RAIZ	ANIMAIS	MÓVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1 - 0 à 24%	50,94	36,55	3,91	0,04	0,30	0,15	8,11	8,02	100
Faixa 2 -25 à 49%	58,20	37,89	0,19	0,00	0,00	0,00	3,72	2,40	100
Faixa 3 -50 à 74%	65,87	28,02	0,14	0,00	0,00	0,00	5,97	0,00	100
Faixa 4 -75 à 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conjunto dos Proprietários	59,54	32,60	1,40	0,02	0,10	0,05	6,29	3,10	

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível  
e do Comércio de Palmas - Paraná.

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)



QUADRO Nº 33

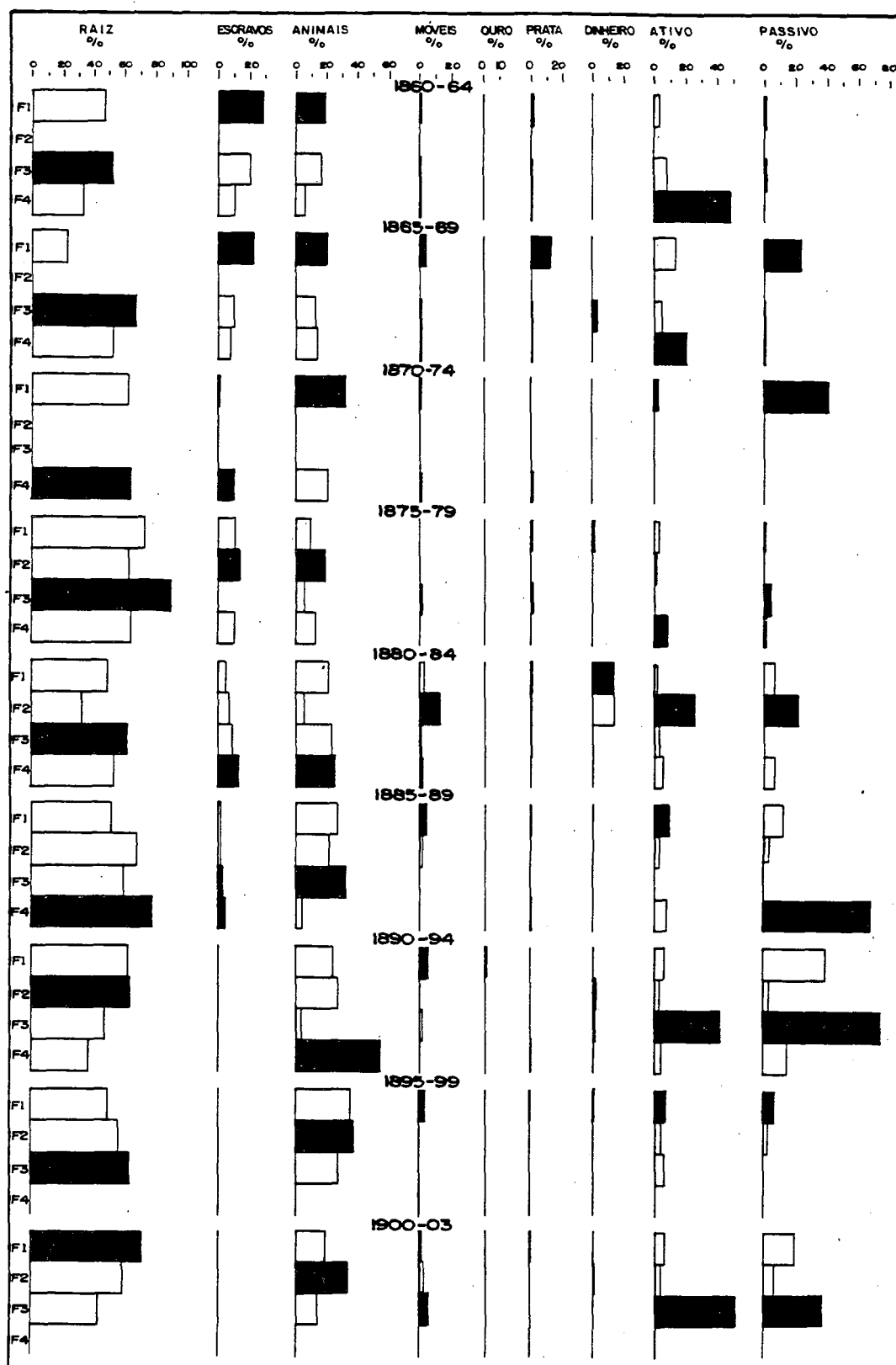
COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO - PALMAS  
(1900 - 03), NÚMEROS RELATIVOS

Composição Classificação	RAIZ	ANIMAIS	MÓVEIS	OURO	PRATA	DINHEIRO	ATIVO	PASSIVO	TOTAL
Faixa 1 - 0 à 24%	72,63	19,93	1,07	0,004	0,01	0,06	6,30	20,15	100
Faixa 2 -25 à 49%	60,20	34,12	2,03	0,00	0,00	2,19	1,46	5,49	100
Faixa 3 -50 à 74%	41,73	11,89	4,84	0,00	0,00	0,00	41,54	37,12	100
Faixa 3 -75 à 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conjuncto dos Proprietários	68,53	19,60	1,55	0,003	0,01	0,14	10,17	21,51	

Fonte: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível  
e do Comércio de Palmas - Paraná.

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

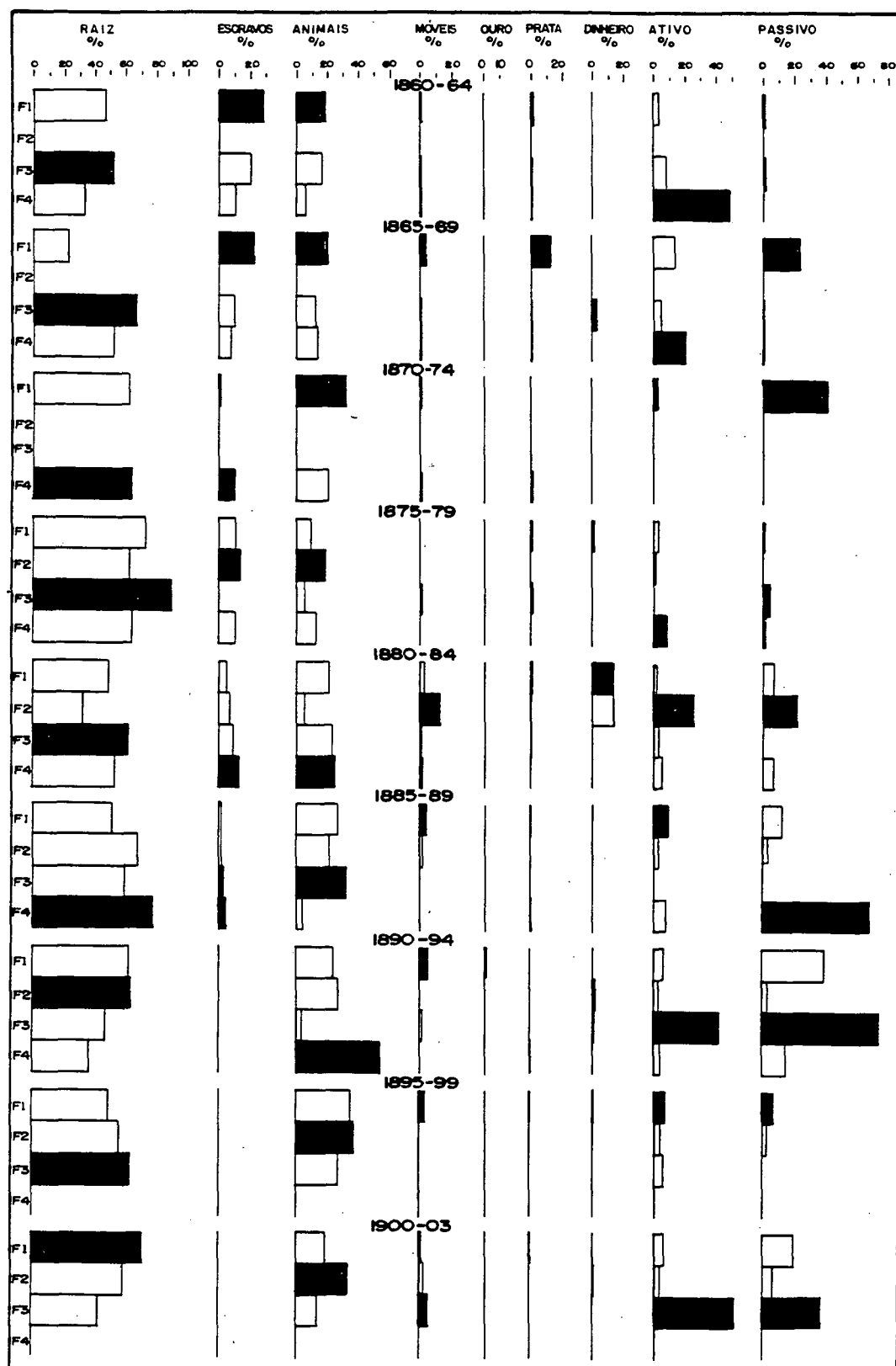
PALMAS (1860 - 1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

GRÁFICO 17 - COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO POR FAIXA DE RIQUEZA E POR QUINQUÊNIO

PALMAS (1860-1903)



FONTE: Autos Cíveis de Inventário dos Bens - Arquivo do Cartório Cível e do Comércio de Palmas - Pr. (1860-1903)

## 5.5 Os Testamentos

Dos 215 inventários realizados no Cartório Cível e do Comércio de Palmas, no período de 1859 a 1903, apenas 18, ou 8,37% deles apresentavam testamento dispondo da terça parte dos bens, os restantes 197, ou 91,63%, não incluíam vontade testamentária.

Desses 18 testamentos, 12, ou 66,67% são de testadores do sexo masculino, e 6, ou 33,33% são de indivíduos do sexo feminino.

Dos 18 testadores, 8, ou 44,44% deles possuem filhos, e, 10, ou 55,56% não os possuem. Dos 18 testamentos, 8 são do tipo aberto ou público, 8 do tipo cerrado ou místico e 2 do tipo nuncupativo.

O testamento aberto ou público, é aquele no qual as disposições do testador são conhecidas publicamente; o do tipo cerrado ou místico, é aquele que só após ser lido e assinado pelo oficial, pelas testemunhas e pelo testador, pode ser cerrado pelo tabelião e o do tipo nuncupativo é aquele que foi feito verbalmente.

Observa-se, à primeira vista, através do valor do montemor de cada testamento, que não são apenas as pessoas mais abastadas que tinham o costume de fazer testamento privilegiando alguém com a terça parte de seus bens. Entre os 18 testamentos, só 2 podem ser considerados de pessoas abastadas, isto é, fazendeiros proprietários de muitas terras, escravos e gran-

de número de animais. Os demais são de pessoas com pequenas e médias fortunas; entre eles, encontra-se testamentos de tropeiros, peões e de lavradores.

O testamento em geral se inicia pela invocação à Santíssima Trindade e pela encomendação da alma ao criador dos Céus e da Terra. Com bastante frequência segue-se o voto de fé à Santa Igreja Católica Apóstolica Romana, a exemplo de como seguem as citações.

*Em nome de Deus. Amém. Eu... como cristão católico apostólico romano que sou, em qual religião nasci e fui criado e educado e em que tenho me conservado e espero morrer...*  
(TESTAMENTO CERRADO, 1872)

*Em nome da Santíssima Trindade-Padre-Filho - Espírito Santo, em que eu... firmemente creio e em cuja fé pretendo viver e morrer...*  
(TESTAMENTO ABERTO, 1881)

*...declaro que sou católico, apostólico romano em cuja fé protesto viver e morrer...*  
(TESTAMENTO CERRADO, 1890)

*Em nome da Santíssima Trindade, Padre Filho e Espírito Santo, em quem eu... creio, em cuja fé protesto viver e morrer...*  
(TESTAMENTO ABERTO, 1864)

*Em nome da Santíssima Trindade, Padre Filho e Espírito Santo, em quem eu... creio, e em cuja fé pretendo morrer...*  
(TESTAMENTO NUNCUPATIVO, 1879).

*Em nome da Santíssima Trindade, Padre Filho e Espírito Santo, em quem eu..., firmemente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer...*  
(TESTAMENTO ABERTO, 1881).

*Jesus, Maria, José, em nome do Padre, Filho e do Espírito Santo. Sou católica apóstolica romana, em cuja religião tenho vivido e pretendo morrer...*  
(TESTAMENTO CERRADO, 1893).

*Em nome de Deus, Amém. Sou católico, apostólico e romano, em cuja fé protesto viver e morrer...*  
(TESTAMENTO CERRADO, 1875).

Constata-se através das citações anteriores, que a sociedade tradicional palmense vivia em uma atmosfera cristã.

O Deus sempre invocado é o Deus das três pessoas, Pai (Padre), Filho e Espírito Santo.

Fica evidente que, para os homens dessa sociedade, o padre era o representante de Deus, e a pessoa detentora dos saberes e poderes necessários para lhes garantir a salvação de suas almas. Assim, percebe-se o elevado grau de poder e a influência ideológica exercida pela Igreja Católica Apostólica Romana na mentalidade religiosa das pessoas dessa época.

Essa influência fica mais evidente, no conteúdo das citações:

*... falecendo eu na vila de Guarapuava deixo 200\$000 para Nossa Senhora do Belém, falecendo em Palmas, que seja esse dinheiro para o Senhor Bom Jesus, falecendo em Passo Fundo, que seja para a padroeira daquele lugar, a Senhora da Conceição...*  
(TESTAMENTO ABERTO, 1864).

No decorrer do documento o testador deixa disposto, tudo o que se relaciona com o seu sepultamento, dentro do modelo cristão. Coloca suas últimas vontades, doações, esmolas e deixa decidido como quer estar vestido para o enterro.

*...deixo para ser aplicado na Igreja Matriz desta vila a quantia de 500\$000. Deixo para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira deste Estado, a quantia de 500\$000. Deixo a quantia de 200\$000 para ser distribuído entre os pobres...* As

obras de prata que existir, serão avaliadas pelo peso e vendidas para que do seu produto ser aplicado para uma capela de missas pela minha alma.

(TESTAMENTO CERRADO, 1875)

..que meu funeral seja feito sem pompas, e que sejam ditas missas de corpo presente por minha alma nos dias do meu falecimento, sétimo e trígésimo, por todos os sacerdotes que se possa fazer esta incumbência, e que sejam ditas quatro capelas de missas que serão aplicadas: uma exclusivamente pela minha alma, outra pela alma de meus pais e irmãos, outra pelas almas de meus cunhados, sobrinhos, escravos falecidos sob o domínio de meu casal, de meus pais e irmãos e pelas almas de quaisquer outras pessoas por quem eu deva fazer extensivo este sufrágio, outra pelas almas do purgatório, com especialidade pelas mais necessitadas... deixo ao meu irmão padre... a quantia de 1:000\$000, em demonstração do meu reconhecimento pelo muito que me serviu e protegeu...

(TESTAMENTO ABERTO, 1881).

Verifica-se portanto, a importância do papel desempenhado pela Igreja no contexto da sociedade tradicional palmense. E que esse procedimento era o costume da época. Todavia, sobre a encomendação da alma, através de muitas capelas de missas, em um testamento de 17 de fevereiro de 1872, o testador manifesta sua opinião do seguinte modo:

...é minha vontade que no dia subsequente ao meu enterro se diga uma única missa por minha alma, pois sempre julguei que o grande misterioso sacrifício que encerrava o ato da celebração da missa não era necessário multiplicar-se para resgatar nossas almas. Igualmente é minha vontade que se evite a cerimônia da missa do sétimo dia por que a considero como uma ocasião pungente de dores inúteis ou como uma cena de afeições que dá lugar a comentários impróprios de uma ocasião tão locubre e melancólica. Desejo que o meu testamenteiro faça todos os esforços para que este ato do meu desaparecimento seja tão inapercebido como foi a minha vida, o que muito lhe re-

*comendo por que o verdadeiro dō só está  
nos corações sensíveis e não nas esterio-  
ridades da representação estéril...*  
(TESTAMENTO CERRADO, 1872).

Sua posição difere radicalmente da dos demais testadores. Achava inútil proceder como o fez uma testadora no ano de 1881 que mandou rezar 4 capelas de missas. Cada capela de missas constava de 50 missas, o que significa que foram encomendadas 200 missas. Acreditava, contradizendo os costumes da época, que bastaria uma para alcançar os objetivos esperados.

Também se observa na ocasião, em que estava sendo feito o testamento, a presença do sentimento de solidariedade e responsabilidade do homem para com outros homens, manifesta através da doação feita aos deserdados de toda sorte, ou seja, escravos, afilhados, pobres, doentes, ou a concessão da liberdade aos escravos condicionada a certas disposições. Essas situações são passíveis de constatação nas citações, à seguir.

*... deixo foro os meus escravos Efigênia e seus filhos Eufrásia, Damásio e Benedito, todos criolos, com a condição de servirem minha mulher durante sua vida...*  
(TESTAMENTO NUNCUPATIVO; 1879)

*... deixo a quantia de 200\$000 para ser distribuída aos pobres e necessitados desta paróquia, e nomeadamente aos miseráveis ... (paralítico)... (morfética), ..., e aos seus filhos menores. Deixo a quantia de 200\$000 que será entregue ao reverendo vigário ou ao encarregado das obras da Igreja para ser empregada em alfaías ... deixo 200\$000 para ser entregue ao vigário da matriz do Senhor Bom Jesus de Palmas, sob cuja proteção e amparo submeto-me confiadamente.*



... deixo liberto o escravo Gervásio, com a condição de servir meu filho  
 ... até completar a idade de 30 anos ...  
 deixo liberta a escrava Agostinha, com a cláusula de servir meu filho... até completar 30 anos...  
 Muito recomendo aos meus filhos... que tratem das libertas com caridade e brandeza, e as ampare quando entrarem no gozo pleno de suas liberdades, de sorte que não venham cair na miséria, ou vão importunar a sociedade. A ingênua Isabel, filha da escrava Agostinha confio aos cuidados de minha filha ... que em compensação usufruirá o serviço da mesma ingênua até ela completar 20 anos de idade. Deixo a minha afilhada..., a quantia de 200\$000. Deixo aos meus afilhados, filhos de minha boa comadre... duas vacas novas com crias fêmeas, à cada um.  
 (TESTAMENTO ABERTO, 1881).

Esse apelo à piedade e ao exercício da bondade objetiva corrigir excessos particulares sem, entretanto, manifestar interesse em modificar a estrutura da sociedade.

Continuando, o documento traz a nomeação dos testamenteiros, que eram parentes do testador, ou pessoas de certa importância no meio social, e de inteira confiança do mesmo.

Em seguida, coloca-se a disposição da terça parte dos bens do testador. Observa-se que a maioria os testamentos a terça era legada a esposa do 1º ou 2º matrimônio ou a um dos filhos, quando o testador era casado, caso contrário legava-se a terça à irmãos, sobrinhos, afilhados e a religiosos.

No conjunto dos testamentos, verifica-se que a parcela mais valorizada dos bens pelos testadores foram os imóveis rurais e urbanos, os escravos até 1888, e os animais, entre estes os equinos e muares eram mais valorizados que os bovinos, os ovinos e suínos.

A distribuição dos bens entre os herdeiros, após obedecida a vontade testamentária relativa ao legado da terça, foi feita de modo equilibrado, observa-se que se procurou fazer com que cada herdeiro receba se uma parte em todos os tipos de bens.

A análise dos testamentos, não permitiu verificar a forma de gestão econômica dos bens.

A análise dos testamentos permitiu caracterizar alguns costumes religiosos, sociais e econômicos da sociedade tradicional palmense que, em grande parte, refletem os costumes da sociedade tradicional paranaense da segunda metade do século XIX.

## NOTAS DE REFERÊNCIA

1. ARQUIVO do Cartório Cível e do Comércio de Palmas.  
Testamento Aberto, 1864.
2. \_\_\_\_\_. Testamento Cerrado, 1872.
3. \_\_\_\_\_. Testamento Cerrado, 1875.
4. \_\_\_\_\_. Testamento Nuncupativo, 1879.
5. \_\_\_\_\_. Testamento Aberto, 1881.
6. \_\_\_\_\_. Testamento Cerrado, 1890.
7. \_\_\_\_\_. Testamento Cerrado, 1893.

### CONCLUSÕES

A partir da pesquisa realizada nos Autos Cíveis de Inventário dos Bens, Testamentos e em outras fontes convergentes se possibilitou algumas conclusões sobre a origem e composição das fortunas no Paraná tradicional, e, especificamente acerca da região dos Campos de Palmas, da segunda metade do século XIX ao início do século XX.

Observou-se que após a descoberta e ocupação dos Campos de Palmas se desenvolveu na região atividades pastoris e extrativas, as mesmas que na época, eram praticadas em outras comunidades paranaenses, portanto, Palmas adotou o modelo econômico desenvolvido nos Campos Gerais e nos Campos de Guarapuava: a estrutura econômica de Palmas estavalicerçada na criação e invernagem de gado, no cultivo de subsistência e na extração e comércio da erva mate.

Ficou comprovado que os litígios territoriais com a República Argentina e Santa Catarina e a indenificação quanto à localização do povoado de Palmas inibiram que os investimentos públicos e privados fossem de maior monta, dificultando o crescimento do núcleo urbano, transformando-o em anexo do campo e relegando a economia regional a um papel de economia periférica e complementar às economias dos Campos Gerais, Guarapuava e Curitiba.

Verificou-se que a modesta iniciativa das lideranças políticas municipais, a existência de preconceito negativo em relação às atividades de cultivo da terra, o baixo grau de acumu-

lação de capital, as péssimas vias de transporte e a própria especialização da economia regional impediram que os Campos de Palmas se constituíssem pólo atrativo aos imigrantes que entram no Paraná nessa conjuntura.

Constatou-se que, na comunidade palmense, predominou na conjuntura em estudo, as categorias tradicionais de riqueza sobre as categorias modernas, onde a terra constituiu a principal fonte de riqueza, poder político e prestígio social.

A utilização do fichário-imagem e de outras técnicas quantitativas para o tratamento dos dados contidos nos inventários se mostraram bastante eficientes viabilizando uma visualização concreta da realidade. A transformação dos tipos de bens da riqueza individual é apenas incipiente caracterizando movimento de longa duração que se registrarão de modo mais significativo somente a partir de meados do século XX. Assim sendo, trata-se de uma economia pré-capitalista com fraca circulação monetária, onde o comércio loco regional se fazia praticamente através do escambo e onde o resultado obtido com a produção do criatório de exportação se destinava a aquisição de bens de consumo restando pouco para novos investimentos produtivos.

Mostrou-se necessário para aprofundar o estudo, ampliar corte temporal inserindo outras comunidades do Paraná tradicional, como: Curitiba, Lapa, Palmeira, Cástro, Ponta Grossa e Guarapuava para que sejam estabelecidas novas séries que possibilitarão análises comparativas, permitindo melhor reconstituição do processo de passagem da economia tradicional à economia capitalista no Paraná e no Brasil Meridional.

Essas evidências abrem perspectiva para outra questão:

- Verificar em que medida o processo de passagem da economia tradicional à economia capitalista nos diversos centros dinâmicos da economia paranaense segue ritmos diversos obedecendo características regionais específicas das analisadas em Palmas da metade do século XIX ao início do século XX.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas:

- 1 ARQUIVO DO Cartório Cível e do Comércio de Palmas. Autos Cíveis de Inventário dos bens, 1859-1903.
- 2 \_\_\_\_\_. Testamentos, 1859-1903.
- 3 ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Palmas. Livro de atas dos trabalhos da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1879-85.
- 4 \_\_\_\_\_. Livro de atas dos trabalhos da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1885-95.
- 5 \_\_\_\_\_. Livro de atas dos trabalhos da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1879-94.
- 6 \_\_\_\_\_. Livro de relatórios e correspondência da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1882-94.
- 7 \_\_\_\_\_. Livro de relatórios e correspondência da Câmara Municipal da Vila de Palmas, 1882-95.
- 8 \_\_\_\_\_. Livro de receitas e despesas do Município de Palmas, 1897-1902.
- 9 ARQUIVO da Cúria Diocesana de Palmas. Livros de registro de casamentos, 1850-1903.
- 10 \_\_\_\_\_. Livros de registro de óbitos, 1850-1903.
- 11 ABAIXO assinados dos habitantes de Palmas ao Presidente da Província em 1858. Ofícios - 1858. Curitiba, DEAP, v. 7. (documento manuscrito).
- 12 COMISSÃO composta pelos vereadores: Frederico Teixeira Guimarães, Manoel Paulo de Siqueira e Frederico Teixeira Baptista.
- 13 DEPARTAMENTO Estadual de Arquivo Público de Curitiba. Documentos diversos do século XIX.
- 14 DEPARTAMENTO Estadual de Arquivo Público de Curitiba. Livros registro das terras possuídas na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas, conforme artigo 91 e seguintes, do regulamento de 30 de janeiro de 1854. nº 17, 1855-57.

- 15 MEMÓRIAS de José Mathias Ferreira. Ofícios - 1860.  
Curitiba, DEAP.
- 16 OFÍCIOS. Curitiba, DEAP, v.18. (documento manuscrito).
- 17 \_\_\_\_\_. de João Cardoso Pais Carneiro. Ofícios - 1857.  
Curitiba, DEAP, v.7. (documento manuscrito).
- 18 \_\_\_\_\_. de João Carneiro Marcondes ao Presidente da Pro-  
víncia José Francisco Cardoso de 23 de jan. 1862.  
Ofícios - 1860. Curitiba, DEAP, v.1. (documento ma-  
nuscrito).
- 19 \_\_\_\_\_. do Padre Francisco Xavier Pimenta ao Presidente  
da Província de 12 mar. 1858. Ofícios - 1858. Curiti-  
ba, DEAP, v.4., (documento manuscrito).
- 20 RELATÓRIO da Câmara Municipal de Guarapuava ao Presiden-  
te da Província de 14 jan. 1870. Ofícios - 1870.  
Curitiba, DEAP, v.1.
- 21 \_\_\_\_\_. de José Mathias Ferreira de Abreu ao Presidente  
da Província de 14 fev. 1860. Curitiba. DEAP.
- 22 \_\_\_\_\_. do Presidente José Francisco Cardoso, mar. 1860.  
DEAP.
- 23 VEREADORES: Alípio José do Nascimento e Souza, Frederi-  
co Teixeira Guimarães, Frederico Teixeira Baptista,  
João Ferreira de Araujo Maciel e Manoel Paulo de Si-  
queira.
- 24 \_\_\_\_\_.: Firmino Teixeira Baptista, Capitão Napoleão Mar-  
condes de França, Domingos Antonio Soares e Domingos  
Ferreira Maciel Sobrinho, que foram eleitos e empos-  
sados para o quadriênio de 1883-86, em 7 de fev.  
1883.

## B I B L I O G R A F I A

- 25 ANDRADE, Manuel Correia de. Agricultura & Capitalismo.  
São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- 26 \_\_\_\_\_. Tradição e Mudança: a organização do espaço ru-  
ral e urbano na área de irrigação do submédio São  
Francisco. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 27 ARAÚJO, Oswaldo Maciel de. Histórico; descobrimento e  
povoamento dos Campos de Palmas. Revista Educação  
Hoje. Palmas, Faculdade de Filosofia, Ciências e  
Letras de Palmas, 5(2): 40-9, dez. 1979.



- 28 ABREU, Alcioly T.G. de. A posse e o uso da terra; modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1981. (Dissertação de Mestrado).
- 29 ALCÂNTARA MACHADO, José de. Vida e Morte do Bandeirante. Revista dos Tribunais, 1930.
- 30 ALMEIDA, Cândido Mendes de. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. 14. ed. Rio de Janeiro, Instituto Philomathico, 1870.
- 31 ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Subsídios para uma História da mentalidade; a piedade no século XIX. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA, 2, São Paulo. Anais....; São Paulo, 1983.
- 32 ARAÚJO, Silvia M.P. de. Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba, Projeto, 1982.
- 33 \_\_\_\_\_. & CARDOSO, Jayme A. O gráfico como instrumento de pesquisa; o fichário imagem. In: REUNIÃO ANUAL DA S.B.P.C., 38.
- 34 ARQUIVO público do Paraná. O que fazer com os documentos antigos da família? Curitiba, O arquivo, 1986. (panfleto).
- 35 ATA de entendimento assinada entre os pretendentes ao povoamento dos Campos de Palmas chefiados por Pedro de Siqueira Côrtes. In: Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes", Curitiba, 1(4):317-337, fev. 1937.
- 36 ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena História da formação social brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro, 1984.
- 37 BALHANA, Altiva Pilatti & PINHEIRO MACHADO, Brasil et alii. Campos Gerais; estruturas agrárias. Curitiba, Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1968.
- 38 \_\_\_\_\_. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v.I.
- 39 BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. Fazendas do Paraná Provincial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8, Aracajú. Separata do Anais ..., Aracajú, set. 1975.
- 40 BALHANA, Altiva Pilatti. História demográfica do Paraná. Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, (10):27, 1970.

- 41 BUESCU, Mircea. Métodos quantitativos em história. Rio de Janeiro, LTC, 1983.
- 42 \_\_\_\_\_. & PELAEZ, C.M. A nova história econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1976.
- 43 \_\_\_\_\_. & TAPAJÓS, Vicente. História do desenvolvimento econômico do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, a Casa do Livro, 1969.
- 44 BRAUDEL, Fernand. Civilisation Matérielle; Économie et Capitalisme. (Palestra proferida pela professora Dra. Cecília Maria Westphalen sobre a obra, em Curitiba, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, em 19 nov.1986).
- 45 \_\_\_\_\_. A dinâmica do capitalismo. 2.ed. São Paulo, Moderna, 1979.
- 46 \_\_\_\_\_. História e Ciências Sociais. Lisboa, Presença, 1972.
- 47 \_\_\_\_\_. Escritos sobre a História. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- 48 \_\_\_\_\_. Os jogos das trocas. Lisboa, Cosmos, 1985. tomo II, (Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV - XVIII).
- 49 BERTIN, Jacques. A neográfica e o tratamento gráfico da informação. Trad. de Cecília Maria Westphalen. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. 1986.
- 50 \_\_\_\_\_. Sémiologie graphique. Paris, Gauthiers Villard Mouton, 1967.
- 51 BARROS, Vera Lucia F. A colônia militar do Chopim; 1882 à 1909. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1980. (Dissertação de Mestrado).
- 52 BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta dos Campos de Palmas. In: Paraná, Sebastião. Corografia do Paraná. Curitiba, 1899.
- 53 \_\_\_\_\_. Notícia da descoberta do Campo de Palmas, na Comarca de Curitiba, Província de São Paulo, de sua povoação, e de alguns sucessos que ali tem sido lugar até o presente mês de dezembro de 1850. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. s.l., 1851. tomo XIV.
- 54 BRASILIAN/ARGENTINE Boundary Question. Itinerary of Cabeza de Vaca. New York, The Knickerbocker Press, v. IV, fig. 31, 1894.

- 55 BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas; magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 56 BLOCH, Marc. Introdução à história. Lisboa, Publicações Europa-América, 1965.
- 57 BRUYNE, Paul de et alii. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais; os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- 58 BRUM, Algemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1982.
- 59 BELL, John Fred. História do pensamento econômico. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 60 BREPOHL, Marionilde Dias. Acerca do Modelo Brasil Pinheiro Machado; uma leitura sobre a História Regional. História: Questões & Debates. Curitiba, 2(2): 15-22. jun. 1981.
- 61 BARBOSA, Rita Maria Cardoso. Inventário; fonte para o estudo econômico-social da cidade de São Paulo; 1850. In: SEMANA DA HISTÓRIA, 2, Franca. Memória..., Franca, Universidade Estadual de São Paulo, 1980.
- 62 CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 63 \_\_\_\_\_. & BRIGNOLLI, Héctor Pérez. Os métodos da História; introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- 64 \_\_\_\_\_. Uma introdução à história. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 65 CARDOSO, Jayme Antonio. Construção de gráficos e linguagem visual. História; Questões & Debates. Curitiba, 5(8):37-58, jun. 1984.
- 66 \_\_\_\_\_. Seminário II. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1985. (curso).
- 67 \_\_\_\_\_. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. História; Questões e Debates, Curitiba, 2(2): 5-13, jun. 1981.
- 68 \_\_\_\_\_. & WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas histórico do Paraná. Curitiba, Graf. Projeto, 1981.
- 69 CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia em decadência; os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67. Revista Brasileira de Economia, 26 (40):95-123, out./dez. 1972.

- 70 COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. L'histoire quantitative du Bresil de 1800 à 1930. Centre Nacional de la Recherche Scien-  
tifique, 1973.
- 71 CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo, Di-  
fusão Européia do livro, 1964.
- 72 CICCIO, Cláudio de. Dinâmica da história. 2. ed. São  
Paulo, Pallas Athena, 1985.
- 73 CARNEIRO, David. Fasmas estruturais da Economia do Pa-  
raná. Universidade Federal do Paraná, s/d.
- 74 CALÓGERAS, João Pandiá. Formação história do Brasil.  
8. ed. São Paulo, Nacional, 1980.
- 75 CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. Homens livres na or-  
dem escravocrata. 2.ed. São Paulo, Ática, 1974.
- 76 COSTA, Iraci del Nero da, org. Brasil: História Eco-  
nômica e Demográfica. São Paulo, Instituto de Pes-  
quisa Econômica da Universidade de São Paulo, 1986.
- 77 CLETO DA SILVA, José Julio. Apontamentos históricos de  
Palmas e Clevelância (1630-1930). Boletim do Insti-  
tuto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.  
Curitiba, 28, 1976.
- 78 COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ EM  
1888. Legislação do Paraná; 1888 à 1912. Curitiba,  
Typ. Penitência, 1912.
- 79 DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São  
Paulo, Atlas, 1983.
- 80 DECCA, Edgar Salvadori de. O silêncio dos vencidos.  
São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 81 DAUMARD, Adeline et alii. História Social do Brasil;  
teoria e metodologia. Curitiba, Universidade Fede-  
ral do Paraná, 1984.
- 82 \_\_\_\_\_. Cinco aulas de história social. Salvador, Uni-  
versidade da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.
- 83 \_\_\_\_\_. Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa. São  
Paulo, Perspectiva, 1985.
- 84 \_\_\_\_\_. Les fortune françaises au XIXe siècle: enquête  
sur la repartition et la composition des capitaux  
privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse  
d'après l'enregistrement des déclarations de suces-  
sion. Paris, Mouton, (Civilizations et Sociétés),  
1973.

- 85 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 02 de dez. 1954. Ano XLII, n.217, 59f., p.03.
- 86 \_\_\_\_\_. Curitiba, 07 fev. 1961. Ano XLIII; n.217, 39 f., p.01.
- 87 ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo, Perspectiva. 1983.
- 88 ESTATUTOS E REGULAMENTOS da "Sociedade particular dos primeiros povoadores palmenses" organizados na Freguesia do Belem de Guarapuava, a 19 de março de 1839.
- 89 EISEMBERG, Peter L. Modernização sem mudança; a indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 90 ESCOBAR, Carlos Henrique. Ciência da História e ideologia. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- 91 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1980.
- 92 \_\_\_\_\_. Análise do "modelo" brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- 93 FEBVRE, Lucien. Combates pela História I. Lisboa, Presença, 1977.
- 94 \_\_\_\_\_. Combates pela História II. Lisboa, Presença, 1977.
- 95 FAUSTO, Boris. org. O Brasil Republicano; estrutura do poder e economia (1889-1930). 4.ed. São Paulo, Difel, 1985. tomo III, v. I (História Geral da Civilização Brasileira).
- 96 FURET, François. A oficina da História. Lisboa, Gradiva, 19 \_\_\_\_\_. (Coleção Construir o Passado 8).
- 97 FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão adotada pelo Censo de 1983.
- 98 \_\_\_\_\_. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; Municípios do Estado do Paraná. Rio de Janeiro, IBGE, 1959. v. XXXI.
- 99 FRANCO, Arthur Martins. 19 centenário dos Campos de Palmas. Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes". Curitiba, 1(4): 305-16, dez. 1936.
- 100 GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da História. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- 101 GLÉNISSEON J. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo, Difel, 1977.

- 102 GALLIZA, Diana Soares. Uma experiência de pesquisa com base em documentação de cartórios. Cadernos de Estudos Regionais, nº especial: 27-39, dez. 1979.
- 103 GOULART, José Alípio. Tropas e tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1961.
- 104 HOBSBAWM, Eric. Karl Marx: formações econômicas pré-capitalistas. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- 105 HUGON, Paul. História das doutrinas econômicas. 14.ed. São Paulo, Atlas, 1980.
- 106 HARRINGTON, Michael. O crepúsculo do capitalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- 107 HARIMAN, Francisco Foot. et alii. História da indústria e do trabalho no Brasil; das origens aos anos vinte. São Paulo, Global, 1982.
- 108 HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- 109 IANNI, Octavio. As metamorfoses do escravo; apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1962.
- 110 JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 17. ed. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- 111 JORNAL DO COMÉRCIO DO PARANÁ, 22 mar. 1923.
- 112 \_\_\_\_\_. 25 abr. 1923.
- 113 \_\_\_\_\_. 21 mar. 1923.
- 114 LAPA, José Roberto do Amaral. org. Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 115 \_\_\_\_\_. A história em questão; historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976.
- 116 LINHARES, Temístocles. História Econômica do mate. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1969.
- 117 \_\_\_\_\_. Paraná vivo; sua vida, sua cultura. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1985.
- 118 LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. 1808-1930. 2.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- 119 LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo, Atlas, 1982.
- 120 \_\_\_\_\_. Metodologia Científica, São Paulo, Atlas, 1983.

- 121 LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Atlas, 1985.
- 122 LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C.T. História da agricultura brasileira; combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 123 LE GOFF, Jacques & NORA; Pierre. História; novos problemas, novos objetos, novas abordagens. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. (3 volumes).
- 124 LEIS E REGULAMENTOS da Província do Paraná. Curitiba, Typ. Paranaense da viúva Lopes - Rua das Flores, nº 80, 1855, tomo XXIII.
- 125 LIVRO de registro de Correspondência com autoridades fora da Província - 1880. p.35. In: BARROS, Vera Lúcia Fregonese.
- 126 LOBO, Hélio. Rio Branco e o arbitramento com a Argentina. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.
- 127 LEÃO, Ermelino Agostinho de. Contribuições históricas e geográficas para o dicionário do Paraná. Curitiba, Gráf. Paranaense, 1929. v.III.
- 128 LACERDA, M. Linhares de. Tratado das terras do Brasil; jurisprudência. Rio de Janeiro, Alba, 1961. v. IV.
- 129 LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil; sesmarias e terras devolutas. 2. ed. Porto Alegre, Sulina, 1954.
- 130 LAGO, Lurdes Stefanello. Origem e evolução da população de Palmas; 1840-1899. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1987. (Dissertação de Mestrado).
- 131 MARTINS, Romário. História do Paraná. São Paulo, Rumo, 1939.
- 132 \_\_\_\_\_. Bandeiras povoadoras do Paraná; povoamento dos Campos de Palmas. Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba, 1(4): 291-295, fev. 1937.
- 133 \_\_\_\_\_. Litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina; questão de limites - subsídios. Rio de Janeiro, Gomes, 1911.
- 134 MOTIM, Benilde Maria Lenzi. Estrutura fundiária do Paraná tradicional; Castro, 1850-1900.
- 135 MULLER, Daniel Pedro. Quadro estatístico. 1836.

- 136 MAGALHÃES, Beatriz R. de. Os inventários dos mortos de Vila Rica (1740-1770). Comunicações: história Regional, Anais da IV Reunião SBPH, 229-234, São Paulo, 1985.
- 137 MARCONDES, Heverzita Fortes. História da terra e da gente de Palmas, Revista Educação Hoje. Palmas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, (número especial). 3:89, abr. 1977.
- 138 MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio; contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- 139 MAURO, F. Nova história: novo mundo. São Paulo, Perspectiva, 1969.
- 140 \_\_\_\_\_. da história seriada ou estatística à história frequencial ou estrutural: o caso do Brasil. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 26(3):303-10, jul./set. 1972.
- 141 MELLO, Zélia Maria Cardoso de. Metamorfoses da riqueza; São Paulo, 1845-1895. São Paulo, Hucitec, 1985.
- 142 MARROU, H. L. Sobre o conhecimento histórico. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 143 MENDONÇA, Nadir Domingues. O uso dos conceitos; uma tentativa de interdisciplinariedade. Bagé, FAT/FUNBa, 1983.
- 144 MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo; estudo sobre as contradições da sociedade no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.
- 145 MOORE, Wilbert E. O impacto da indústria; modernização de sociedades tradicionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- 146 MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da História Regional uma nota prévia. História; Questões e Debates, Curitiba, 2(2): 103-108, dez. 1981.
- 147 \_\_\_\_\_. Sinopse da História Regional do Paraná. Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Curitiba, 1951.
- 148 \_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, (3):2-27, jun. 1963.
- 149 MILLIKAN, Max F. Nações em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.



- 150 NOUSCHI, André. Iniciação às Ciências históricas. Coimbra, Almedina, 1977.
- 151 NEGRÃO, Francisco de Paula. Os Campos de Palmas; 1836-1936. Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes", 1(4): 295-301, fev. 1937.
- 152 NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial 1777-1808. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1983.
- 153 . Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial; séculos XVI-XVIII. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. (Cadernos CEBRAP 17).
- 154 NEUHAUS, Paulo. Economia brasileira: uma visão histórica. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- 155 NOVINSKY, Anita Waingort. Inquisição; inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fontes para a história de Portugal e do Brasil. s.l., s.ed., 19 .
- 156 OLIVEIRA, Antonio Cartamão de. Ofício. In: WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste; ocupação e colonização. Curitiba, Litero-Técnica, 1985.
- 157 PARANÁ, Província do. Coleção de Leis e Regulamentos. Curitiba. Tip. do Correio Oficial, 1861. tomo VIII.
- 158 PARANÁ, Sebastião. Corografia do Paraná. Curitiba, 1889.
- 159 PRADO JUNIOR, Caio. História quantitativa e método de historiografia. Debate & Crítica. São Paulo, (66): 9-19, jul. 1975.
- 160 PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica; o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981.
- 161 PERRUCI, G. A república das usinas - um estudo de história social e econômica do Nordeste. 1880-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 162 PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. S.l, BRDE, 1982.
- 163 ROCHA FILHO, João Paulo. A questão de Palmas e a atuação de Barão do Rio Branco (apêndice) Revista Educação Hoje. Palmas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, 5(2):63-74, dez. 1979.
- 164 RODRIGUES, Manoel Coelho. Questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Rio de Janeiro, Olímpio de Campos, 1906.

- 165 RIO BRANCO, Barão. Exposição que os Estados Unidos do Brazil apresentou ao presidente dos Estados Unidos da América como arbitro segundo as estipulações do tratado de 07 de setembro de 1889, concluído entre o Brazil e a República Argentina. New York, The Knickerbocker Press, 1894. v. III.
- 166 RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, André Augusto de Pádua Fleury, 1866.
- 167 REISEMBERG, Alvir. A instalação humana no vale do Iguaçu. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA REGIONAL, 3, União da Vitória, out. 1980.
- 168 RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa social; métodos e técnicas. São Paulo, Atlas, 1985.
- 169 ROCHA POMBO, José Francisco da. O Paraná no Centenário 1500 a 1900. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1980.
- 170 ROCHA, Felipe. Teorias sobre a História. Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982.
- 171 RITTER, Marina Lourdes. Caminhos para a história do Paraná; Brasil Pinheiro Machado e o modelo da formação das comunidades. Revista Paranaense de desenvolvimento, Curitiba, 73: 55-79 out./dez. 1980.
- 172 RODRIGUES, José Honório. Tempo e Sociedade. Petrópolis, Vozes, 1986.
- 173 \_\_\_\_\_. Teoria da História do Brasil; introdução metodológica. 3. ed., São Paulo, Nacional, 1969.
- 174 \_\_\_\_\_. A pesquisa histórica no Brasil. São Paulo, Nacional, 1969.
- 175 \_\_\_\_\_. História e Historiografia. Petrópolis, Vozes, 1970.
- 176 \_\_\_\_\_. História da História do Brasil. São Paulo, Nacional, 1979.
- 177 SAMPAIO, José Nogueira. Fundação da Polícia Militar de São Paulo; subsídios históricos. 2.ed., São Paulo, s.ed., 1981.
- 178 SECÇÃO de Documentos. Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba, 1(4): 317-337, fev. 1937.
- 179 SANTOS, Carlos R.A. dos. L'Economie et la société esclavagistes au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887. Paris, Université de Paris X Nanterre, 1976. (Thèse doctorat de 3 ème cycle).

- 180 SECRETARIA do Estado do Planejamento. Departamento de Estatística do Paraná. Estatísticas Municipais; Palmas. Curitiba, s.ed., 1980.
- 181 SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil. 8.ed. São Paulo, Nacional, 1978.
- 182 SODRÉ, Nelson W. Formação Histórica do Brasil. 8.ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- 183 SILVIA, Maria Beatriz Nizza da, org. Teoria da História. São Paulo, Cultrix, 1976.
- 184 SCHAFF, Adam. História e verdade. 2.ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- 185 SILVEIRA, Paulo. Do lado da História. São Paulo, Pòlis, 1978.
- 186 SZMRECSÁNYI, Tomas & QUEDA, Oriovaldo, org. Vida rural e mudança social. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1976-
- 187 SCHUMPTER, Joseph. Teorias econômicas; de Marx à Keynes, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- 188 SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo, Queiroz, 1984.
- 189 SILVA, Eduardo. Barões e escravidão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- 190 SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão; tensões e criação cultural na primeira república. São Paulo, s.ed. 1983.
- 191 SUNKEL, Osvaldo. O marco histórico do processo de desenvolvimento - subdesenvolvimento. 3.ed. São Paulo, Difel, 1975.
- 192 TEIXEIRA, Francisco Maria. & DANTAS, José. História do Brasil; da Colônia à República. 2.ed. São Paulo, Moderna, 1979.
- 193 TAPALOV, Cristian. Estruturas agrárias brasileiras. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- 194 TWEATT, William O. Teorias do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- 195 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. Normas para apresentação de trabalhos. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1981.
- 196 VACA, Cabeza de. Naufrágios e Comentários. trad. de Jurandir Soares Santos, Porto Alegre, L & PM, 1987.

- 197 VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Ed. Universidade de Brasília.
- 198 VILAR, Pierre. Desenvolvimento econômico e análise histórica. Lisboa, Presença, 1982.
- 199 VILAR, Iniciación al vocabulario del análisis histórico. Barcelona, Grijalbo, 1980.
- 200 WEBER, Max. Sociologia, org. Gabriel Cohn. 2.ed. São Paulo, Ática, 1982.
- 201 \_\_\_\_\_. Economia y sociedad. México, Fondo de Cultura Económica, 1944.
- 202 \_\_\_\_\_. História Geral da Economia. São Paulo, Mestre Jour, 1968.
- 203 WESTPHALEN, Cecília Maria. Fernand Braudel; teoria e ideologia, Conferência. ANAIS DA II REUNIÃO DA SBPH; 161-174, São Paulo, 1983.
- 204 \_\_\_\_\_. Paranaguá e o Rio da Prata no século XIX. In: Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 15: 21-54, 1972.
- 205 \_\_\_\_\_. Paraná - Zona de trânsito. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. p.45-55, Curitiba, f. 3-4, Jul./dez., 1957. v. VII.
- 206 \_\_\_\_\_. História documental do Paraná; primórdios da colonização moderna na região de Itaipu. Curitiba, SBPH - Paraná, 1987.
- 207 WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste; ocupação e colonização. Curitiba, Litero-Técnica, 1985.
- 208 \_\_\_\_\_. O "utis possidetis" brasileiro na questão de Palmas. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense,, Curitiba, 35:195-217, 1979.
- 209 \_\_\_\_\_. História do Paraná. Curitiba, Edipar, 1972.

## **ANEXOS**

**ANEXO I**

**RELAÇÃO DOS AUTOS CIVIS DE INVENTÁRIO DOS BENS  
DE PALMAS, 1859-1903**

RELAÇÃO DOS AUTOS CIVIS DE INVENTÁRIO DOS BENS PESQUISADOS NO  
CARTÓRIO CÍVEL E DO COMÉRCIO DE PALMAS-PR. (1859 - 1903)

1ª Caixa (1859-1873)

Manoel Lérias de Almeida		inventariado
José Joaquim de Almeida		inventariante
Freguesia de Palmas	1859	
Antonio Joaquim Da Silva		inventariado
O escrivão		inventariante
Freguesia de Palmas	1862	
Maria Ferreira dos Passos		inventariado
José Cardoso Paes Carneiro		inventariante
Freguesia de Palmas	1862	
Fazenda Caldeiras		
Maria Ferreira de São Ribas		inventariada
Joaquim Manoel de O. Ribas		inventariante
Freguesia de Palmas	1862	
Fazenda do Norte		
Maria Ferreira de Jesus		inventariada
Estevão de Souza Côrtes		inventariante
Freguesia de Palmas	1862	
Maximo Francisco de Abreu		inventariado
Ana Maria Batista		inventariante
Freguesia de Palmas	1862	
Antonio Amado		inventariado
O escrivão		inventariante
Freguesia de Palmas	1862	
Maria do Carmo Carneiro		inventariada
Manoel Joaquim Carneiro		inventariante
Vila de Guarapuava	1864	
Fazenda Moraes		
José Antonio de Lima Pacheco		inventariado
Joaquina Ferreira Mendes		inventariante
Freguesia de Palmas	1866	
José Ferreira dos Santos		inventariado
Núcia Maria Ferreira		inventariante
Freguesia de Palmas	1868	
Fazendas: Estância da Cruz,		
e fazenda das Várzeas na R.		
Rio Grande do Sul		
Jesuino Batista		inventariado
Domingos Antonio Batista		inventariante
Freguesia de Palmas	1868	

Joaquim Nunes Fogaça Andressa Maria de Jesus Freguesia de Palmas	1868	inventariado inventariante
Joaquim Antonio dos Santos Maria Luiza Ferreira Freguesia de Palmas	1869	inventariado inventariante
Amélia Marcondes T. de França Frederico Teixeira Guimarães Freguesia de Palmas	1869	inventariada inventariante
Joaquim Mendes de Souza Cesarina Antonina de Jesus Freguesia de Palmas Fazenda São Joaquim	1869	inventariado inventariante
Lourenço Pinto Bandeira Ingles Maria Balbina da C. Cortelha Freguesia de Palmas Fazenda no distrito da Manguei- rinha	1869	inventariado inventariante
Bento José de Araújo Cortes Francisco Antonio de Araújo Freguesia de Palmas Fazendas: São Bento , São Sebas- tião e Santa Barbara no municí- pio de Palmeira	1871	inventariado inventariante
Bernardo Ribeiro de Macedo Gertrudes Maria Freguesia de Palmas	1871	inventariado inventariante
José Jesuino de André Siqueira Maria da Conceição Siqueira Freguesia de Palmas Fazenda no distrito de Chapecó	1871	inventariado inventariante
Maria Fernandes de Trindade Domingos Antonio Batista Freguesia de Palmas Fazenda São Pedro	1871	inventariado inventariante
João Antonio de Alexandre Vieira Valeriana U. da Conceição Freguesia de Palmas	1872	inventariado inventariante

2ª Caixa (1874-1876)

Cap. Estevão R. do Nascimento Gertrude Maria Almeida de Sá Freguesia de Palmas Fazendas: São José do Bom Retiro, São Pedro e Santa Rosa	1874	inventariado inventariante
---	------	-------------------------------



Domingos Lustosa de Siqueira Dulce Gregória de Souza Freguesia de Palmas Fazendas: São João do Chopim, Caldeira e Agudo	1874	inventariado inventariante
Francisco de Chagas Lara Alexandrina Mendes de Lara Freguesia de Palmas Fazenda no Campo-êre	1874	inventariado inventariante
ESCRAVO Benedicto O escrivão Freguesia de Palmas	1874	inventariado inventariante
Maj. Joaquim M. de Oliveira Ri- bas José de Oliveira Sã Ribas Freguesia de Palmas Fazendas: Norte, Quiguai e Fre- guesia Velha	1875	inventariado inventariante
Quirubina Mendes de Lara Alexandrina Mendes de Lara Freguesia de Palmas Fazenda Campo do Meio	1875	inventariada inventariante
Joaquim de Oliveira Fortes Rita Maria Ferreira Distrito de Boa Vista Fazenda Rodeio Bonito na comar- ca de Guarapuava	1875	inventariado inventariante
Josefa Maria de Soledade Joaquim Antonio de M. Dutra Freguesia de Palmas Fazenda na margem direita do rio Uruguai	1875	inventariada inventariante
Francisco Ignácio de A. Pimpão Maria Josefina de França Freguesia de Palmas Fazenda Cruzeiro	1876	inventariado inventariante
Domingos Antonio Soares Cesarina Antonina de Jesus Freguesia de Palmas Fazendas: São Joaquim, campos na Mangueirinha e no municí- pio de Palmeira	1876	inventariado inventariante
Cap. Francisco Antonio Araújo Ana Ferreira de Jesus Freguesia de Palmas Fazenda Santa Anna	1876	inventariado inventariante

Antonio Ferreira dos Santos	inventariado
Margarida Ferreira de Jesus	inventariante
Freguesia de Palmas	1876
Fazendas: Salto, campo na Manada de Burros, campo na Tapera do Faxinal, Guarita, Estrela e na margem direita do rio Iguaçu	

Maria Ferreira de Jesus	inventariada
Nuncia Maria Ferreira	inventariante
Freguesia de Palmas	1876
Fazenda Estância Nova	

Cesarina Antonina de Jesus	inventariada
Domingos Antonio Soares Filho	inventariante
Freguesia de Palmas	1876
Fazendas: São Joaquim, campos na Mangueirinha, campo no Rincão da Costa e do Rodeio	

Ana Ferreira de Faria	inventariada
Manoel Luiz de Souza	inventariante
Freguesia de Palmas	1876
Fazendas: São Cristovão e nos campos de São João	

Manoel Teixeira	inventariado
Francisca Maria Narcisa	inventariante
Freguesia de Palmas	1876
Fazenda Passo Fundo	

### 39 Caixa (1877-1880)

Cândido José Barbosa	inventariado
Jesuina Maria Barbosa	inventariante
Vila de Palmas	1877

Inácio Fernandes de Siqueira	inventariado
Anna Maria Duarte	inventariante
Vila de Palmas	1879
Fazenda Santo Agostinho	

Manoel Mendes de Almeida Sampaio	inventariado
Lúcio Mendes de Almeida Sampaio	inventariante
Vila de Palmas	1879
Fazendas: Cruz Alta, Campo Alto, São Pedro e Sanhaço, e sítio do Pinheiral no município da Palmeira	

Vicente Antunes de Lara	inventariado
Escolástica Maria de Jesus	inventariante
Vila de Palmas	1879
Fazenda Santa Cruz e São Vicente	

Francisco Antonio do Amaral		inventariado
Ana Maxima		inventariante
Freguesia de Porto União	1879	
Maria Madalena dos Santos		inventariada
Manoel João de Oliveira		inventariante
Chapécôzinho	1879	
Fazenda Chapécôzinho		
Benedito Vieira da Silva		inventariado
Maria Aura de Araújo		inventariante
Vila de Palmas	1880	
Francisco Martins de Siqueira		inventariado
Anna Maria Pires		inventariante
Vila de Palmas	1880	
Manoel Diniz de Lemes		inventariado
Anna Joaquina Freitas		inventariante
Vila de Palmas	1880	
Ana Maria de Jesus		inventariada
José Raimundo de Freitas		inventariante
Vila de Palmas	1880	
Fazenda na Campina do Gregório e no Ruana		
José Joaquim Gonçalves e Cons- tantina Rosa		inventariados
Vicente Ferreira Gonçalves		inventariante
Vila de Palmas	1880	
Fazenda Chapécôzinho		
Joaquim Rodrigues da Silva e esposa		inventariados
Joaquim Félix de Valões		inventariante
Vila de Palmas	1880	
Fazenda São Sebastião do Bom Retiro		
Constantino e José		inventariados
Raimundo Mendes de Almeida		inventariante
Vila de Palmas	1880	
Fazenda Cruz Alta		
Anna Maria das Dores		inventariada
João Marques Carneiro		inventariante
Vila de Palmas	1880	
Invernada do Morais		
Antonio Carneiro		inventariado
Manoel Joaquim Carneiro		inventariante
Vila de Palmas	1880	

Cap. Pedro Ribeiro de Souza		inventariado
Maria do Pilar Belo		inventariante
Vila de Palmas	1881	
Fazenda Trindade		
Hipólito Cordeiro de Andrade		inventariado
Senhorinha Tomasia de Vila Nova		inventariante
Vila de Palmas	1881	
Fazendas Boa Vista e São Joaquim		
Maria Caetana Rosa		inventariada
José Manoel Xavier		inventariante
Vila de Palmas	1881	
Anna Maria Ferreira		inventariada
João Gonçalves		inventariante
Vila de Palmas	1881	
Benedito Antonio Pontes		inventariado
Francisca Rosa de Jesus		inventariante
Vila de Palmas	1881	
Fazenda Passo Fundo		
José Jacinto Cordeiro		inventariado
Joaquina Maria da Conceição		inventariante
Vila de Palmas	1881	
Inácio Joaquim de Oliveira		inventariado
Maria Ferreira de Ramos		inventariante
Vila de Palmas	1881	
Maria Madalena do Belem		inventariado
Antonio Faria Filho		inventariante
Vila de Palmas	1881	
Lúcio Irias de Araújo Gavião		inventariado
Maria Izabel de Andrade		inventariante
Vila de Palmas	1882	
Fazendas: Marrecas, São João do		
Bom Fim, Boa Vista e Rincão dos		
Buracos na Palmeira e Fortaleza		
em Guarapuava		
Teodoro Ferreira de Araújo		inventariado
Ana Ferreira de Jesus		inventariante
Vila de Palmas	1882	
Fazendas: Santa Ana, Chapecôzi-		
nho e Restinga dos Paióis		
Atanagildo José Mendes		inventariado
Ana Maria Machado		inventariante
Freguesia da Boa Vista	1882	
Maria Agostinha Prestes		inventariada
João Vicente Vieira		inventariante
Freguesia da Boa Vista	1882	

Guilhermina Loyola Marcondes Amazonas de Araújo Marcondes Freguesia de União da Vitória	1882	inventariada inventariante
Ezequiel Dias dos Santos Joaquim Manoel do Amaral Vila de Palmas	1882	inventariado inventariante
João Antonio do Pilar Maria Jesuina Vila de Palmas	1882	inventariado inventariante
José Cordeiro dos Santos Absalão Antonio Cordeiro Freguesia de União da Vitória Fazenda nos Campos de São João	1882	inventariado inventariante
Maria do Carmo João Marques Carneiro Vila de Palmas Fazenda na Invernada do Moraes	1882	inventariada inventariante
Maria Rosa Ferreira Batista Cap. Fermino Teixeira Batista Vila de Palmas Fazendas: Nova e Estrela, São Mi- guel em Castro e Olaria em Pon- ta Grossa	1883	inventariada inventariante

5ª Caixa (1884-1885)

Manoel Antonio Bento e Maria Francisca da Conceição Alexandre Vieira Vila de Palmas	1884	inventariados inventariante
Francisco Marçal e Maria Leonar- da José Candido Barbosa Lima Vila de Palmas	1884	inventariados inventariante
Joaquim Antonio de M. Dutra Gabriela Francelina de M. Dutra Colônia Militar do Chapecó Fazenda do Herval e na margem do rio Goio-ên	1884	inventariado inventariante
Joana Lopes Maria da Conceição Vila de Palmas	1884	inventariada inventariante
Francisca Ferreira de Jesus Jesuino de Siqueira Cortes Vila de Palmas Fazenda da Lagoa e Fortaleza , terras na margem esquerda do rio Iguaçu	1885	inventariada inventariante

Maria Rosa de Jesus		inventariada
Manoel Ferreira Nunes		inventariante
Vila de Palmas	1885	
Fazenda Passo Fundo		

Jacinto Rosa de Jesus		inventariado
Manoel Ferreira Nunes		inventariante
Vila de Palmas	1885	

José Maria Larroc		inventariado
Hortência Pedro da Silva		inventariante
Vila de Palmas	1885	

José Roberto de Almeida		inventariado
Candida Vaz de Almeida		inventariante
Vila de Palmas	1885	

6ª Caixa ( 1886-1887)

Maria Candida de Sá O. Ribas		inventariada
Simplicio de Oliveira Ribas		inventariante
Vila de Palmas	1886	
Fazendas: Craveiro do Norte ,		
Ressaca, Santa Ana, Aterradi-		
nho e Tabuleiro no município		
de Palmeira		

Rufina Mauricia de Sá		inventariada
Antonio de Oliveira Ribas		inventariante
Vila de Palmas	1886	
Fazendas: Floresta, São Rufino e		
São Joaquim		

Manoel Gonçalves de Moura		inventariado
Jssefina Mendes de Almeida		inventariante
Vila de Palmas	1886	
Fazendas Cruz Alta e alguns cam-		
pos na Palmeira		

Manoel João de Oliveira		inventariado
Maria Ana do Espirito Santo		inventariante
Vila de Palmas	1886	
Terras na Colônia Militar do		
Chapecó		

Ernesto Boese		inventariado
Luiza Boese		inventariante
Vila de Palmas	1886	

Maria de Jesus Ferreira		inventariada
Domingos Felix de Siqueira		inventariante
Vila de Palmas	1886	

Candida Maria de Deus		inventariada
Vitoriano Coelho de Camargo		inventariante
Vila de Palmas	1886	

Maj. Manoel Félix de Siqueira		inventariado
Eugenia Ferreira de Siqueira		inventariante
Vila de Palmas	1887	
Fazenda Ronda Grande		

Maria Antonina da Aparecida		inventariada
José Marques de Faria Brito		inventariante
Vila de Palmas	1887	
Fazenda Santo Agostinho e São Jerônimo		

Pedro José Pereira		inventariado
Maria da Conceição		inventariante
Vila de Palmas	1887	
Terras no Paço do Carneiro		

João Damasio dos Santos		inventariado
Damásio dos Santos		inventariante
Vila de Palmas	1887	
Terras no Campo-Êre		

Joaquim Henrique de Oliveira		inventariado
Maria Gertrudes de Carvalho		inventariante
Vila de Palmas	1887	
Terras no Paço do Carneiro		

Antonio Rodrigues Fernandes		inventariado
Gabriela Maria		inventariante
Vila de Palmas	1887	
Terras nos Paiões de Palmas		

José Pereira de Ramos		inventariado
Antonio Pereira de Andrade		inventariante
Vila de Palmas	1887	
Terras no Paço do Carneiro		

Efigenia Maria da Conceição Viei		
ra		inventariada
Damásio Antonio dos Santos		inventariante
Vila de Palmas	1887	
Fazenda Boa Vista do Jardim e terras no São Lourenço		

79 Caixa (1888)

Senhorinha Marcondes e Silva		inventariada
João Carneiro Marcondes		inventariante
Vila de Palmas	1888	
Fazendas São João do Deserto e São Domingos		

José Francisco de Lima		inventariado
Águida Joaquina da Silva		inventariante
Vila de Palmas	1888	

Brasiliiana de Toledo Boese Francisco Boese Vila de Palmas	1888	inventariada inventariante
Ten. Cor. José Joaquim de Almeida Maria Izabel do Belem Vila de Palmas Fazendas: Alegrete, Roseira, Campo Alto, Carrão, Irany, São João do Bom Retiro e Cruz Alta	1888	inventariado inventariante
José de Almeida Rita Maria da Silva Vila de Palmas	1888	inventariado inventariante
Marcelino Coelho Barbosa Tomasia Maria do Belem Vila de Palmas Sítio na Fazenda Ronda Grande	1888	inventariado inventariante
Francisca Maria de Lara Jerônimo Martins de Lara Vila de Palmas Fazenda São Jerônimo nas margens do rio Chapecô	1888	inventariada inventariante
Benta Maria de Jesus José Pinheiro de Oliviera Vila de Palmas Terras na Boa Vista	1888	inventariada inventariante
Maria Futhê (india) Maj. Venâncio J. de Faria Vila de Palmas M%radora na Faz. São João do De serto	1888	inventariada inventariante
Dep. José de Oliveira Sã Ribas Maria Rita de Oliveira Ribas Vila de Palmas Fazendas: Ressaca, Serro Alto e terras entre o Sobrado e a faz. do Quiguai	1888	inventariado inventariante
Simplicio de Oliveira Ribas Rutilio de Oliveira Ribas Vila de Palmas Fazendas: Craveiro do Norte, Ressaca e Serro Alto	1888	inventariado inventariante
Benedito Marques de França Alexandre Vieira Vila de Palmas	1888	inventariado inventariante



8ª Caixa (1889-1890)

Caetano e Gertrudes Francisca Maria Narciza Vila de Palmas	1889	inventariados inventariante
Manoel Ferreira Belo Maria Zeferina dos Prazeres Vila de Palmas	1889	inventariado inventariante
Maria Zulmira de Freitas Joaquim Roberto Batista Vila de Palmas Campos e matos no São João	1890	inventariada inventariante
Vicente Ferrer de Camargo Felicidade Maria de S. Camargo Vila de Palmas Fazenda Santa Ana do Coxilião e terras na margem esquerda do rio Jangada	1890	inventariado inventariante
Antonio de Oliveira Ribas Antonio de Sã Ribas Vila de Palmas Fazendas: Floresta, São Bento, Butiã em Curitibanos e a inver nadinha na Bela Vista	1890	inventariado inventariante
Manoel Alves Carneiro Nunes Alexandre Vieira Vila de Palmas Fazenda Cachoeira na Bela Vista	1890	inventariado inventariante
Reinaldo Feit Alexandre Vieira Vila de Palmas Colônia Militar do Chapecô	1890	inventariado inventariante
Antonio Joaquim Dias Alexandre Vieira Vila de Palmas Colônia Militar do Chapecô	1890	inventariado inventariante
Francisco Ferreira de Oliveira Maria Madalena de Jesus Vila de Palmas Mangueirinha	1890	inventariado inventariante
João Batista de Sã Ribas Antonio de Oliveira Ribas Vila de Palmas Fazendas: Floresta, São Bento e Butiã Verde em Curitiba	1890	inventariado inventariante

Maria Madalena Ferreira		inventariada
Pedro Ferreira Pinto		inventariante
Vila de Palmas	1890	
Fazenda Santo Antonio		

Francisca Elias Romana		inventariada
José Teixeira dos Santos		inventariante
Vila de Palmas	1890	

99 Caixa (1891-1892)

José Manoel Xavier		inventariado
Lucrécia Paulistina e Olencia		inventariante
Vila de Palmas	1891	
Fazenda São Xavier do Chopim		

Maj. Arlindo Silveira Miró		inventariado
Cândida de Oliveira Silveira		inventariante
Vila de Palmas	1891	
Fazenda Santa Barbara e fazenda das Pedras na Palmeira		

José Antonio de Lima		inventariada
Ana Gertrudes Leite		inventariante
Vila de Palmas	1891	
Fazendas: Ronda Grande, Mambêque na Mangueirinha, Covãozinho e Colônia Militar do Chopim		

Emerenciana Prestes da Silva		inventariada
Alexandre Vieira		inventariante
Vila de Palmas	1892	

Francisco Mendes de Souza		inventariado
Antonio de São Ribas		inventariante
Vila de Palmas	1892	
Fazenda São Joaquim		

David José de Moura		inventariado
Francisca Maria de Souza		inventariante
Vila de Palmas	1892	
Fazenda São Joaquim		

Alexandrina Mendes de Lara		inventariada
Francisco de Chagas Lara		inventariante
Vila de Palmas	1892	
Terras no Pimenta, Campo do Meio e Invernada Grande no Campo-Êre		

Maria da Luz Ferreira		inventariada
Domingos Ferreira Maciel		inventariante
Vila de Palmas	1892	
Fazendas: Craveiro do Norte, Ressaca e Invernadinha das Torres		

Maria Rita de Oliveira Ribas Zeferino de Almeida Bueno Vila de Palmas Fazendas: Serro Alto, Ressaca e Ronda Grande	1893	inventariada inventariante
Jose Roberto Batista Carolina da Rocha Vila de Palmas Fazenda São Sebastião	1893	inventariado inventariante
João Moreira Lodobina Maria dos Santos Vila de Palmas	1893	inventariado inventariante
Antonio Joaquim de Oliveira Gertrudes Umbelina de Oliveira Vila de Palmas Fazenda no Iratim	1893	inventariado inventariante
Antonio de Farias Prestes Ana Maria de Jesus Vila de Palmas	1893	inventariado inventariante
Hidelbrando de Farias Prestes Ana do Carmo Ribas Vila de Palmas Fazenda São Sebastião e Campos do Taborda	1893	inventariado inventariante
Urquiza de Oliveira Franco Maria Lustosa de Siqueira Vila de Palmas Campos e matos na comarca de Ponta Grossa	1894	inventariada inventariante
Joaquim Eduardo de Witte Luiza de Witte Vila de Bela Vista	1894	inventariado inventariante
Manoel Joaquim Carneiro Gertrudes do Carmo Silva Ribas Vila de Palmas Fazenda Conceição	1894	inventariado inventariante
Maj. João Ferreira dos Santos Maximiliana Ferreira de Siqueira Vila de Palmas Fazendas: São Jerônimo, campos e matos no Porto Murtinho, na Charqueada, no Redondo, da La- goa, campo da Foíce, Cachoeira e Faxinal e invernoada do Macha do	1894	inventariado inventariante

Maria Glória dos Anjos		inventariada
Izidoro Roberto Batista		inventariante
Vila de Palmas	1895	
Fazendas: Santo Antonio do Ira-		
tim e São Sebastião		
 Dulce Gregório de Souza		inventariada
João Lustosa de Souza		inventariante
Vila de Bela Vista	1895	
Fazenda São João do Chopim		
 Maj. João Ferreira de Araújo		inventariado
Maria Rosa do Bom Jesus		inventariante
Vila de Palmas	1895	
Fazendas: São Joaquim, campos		
no Chapecózinho, no Rincão do		
Tigre, fazenda Bom Retiro e		
fazenda São Bento		
 Estefania Ferreira Belo		inventariada
Ten. Cor. Antonio Ferreira		
Maciel		inventariante
Vila de Palmas	1895	
Fazendas: Santo Antonio, Rincão		
do Tigre para baixo, Bom Retiro,		
Santo Antonio do Norte e fazenda		
Trindade na Bela Vista		
 Carolina da Rocha		inventariada
Izidoro Roberto Batista		inventariante
Vila de Palmas	1895	
Fazenda São Sebastião e terras		
de cultura no rio Jangada e no		
Marco Cinco		
 Domingos Candido de Azevedo		inventariado
Maria Dominga de Jesus		inventariante
Mangueirinha	1895	
 Maria da Luz Ferreira		inventariada
Francisco Ferreira Belo		inventariante
Vila de Palmas	1895	
Fazenda Nova do Amparo		
 Maria Angélica Ferreira		inventariada
João Laurindo de Souza Belo		inventariante
Vila de Palmas	1895	
Fazendas: Trindade, Bom Retiro		
e Campos no Marco		
 Antonio (filho de Maria A. Fer-		
reira)		inventariado
João Laurindo de Souza Belo		inventariante
Vila de Palmas	1895	
Fazenda Trindade e terras de		
cultura no Bom Retiro		

Feliciíssimo José Mendes Sampaio	inventariado
Raimundo Mendes de Almeida	inventariante
Cidade de Palmas	1896
Fazenda da Cruz e terras de cul- tura no Pinhão em Guarapuava	
Joaquina Rosa da Luz	inventariada
Lauriano Teodorico de Andrade	inventariante
Vila de Bela Vista	1896
Anatália, Estefânia, Diogo e Antonio	inventariados
Maria Rosa do Bom Jesus	inventriante
Cidade de Palmas	1896
Fazenda São Bento	
Diogo Mendes de Almeida Sampaio	inventariado
Maria Joaquina de Oliveira	inventariante
Cidade de Palmas	1896
Fazendas: Cruz Alta, Campo Alto e Santo Antonio do Iratim	
Manoel de Farias Prestes	inventariado
Eufrazia Fonseca Ribas	inventariante
Vila de Bela Vista	1896
Fazenda São Francisco	
Modesto Batista da Silva	inventariado
Maria Ferreira da Luz Nunes	inventariante
Cidade de Palmas	1896
Campos e matos no São João	
Rosa Ferreira de Araújo Belo	inventariada
Vicente Ferreira Belo	inventariante
Cidade de Palmas	1896
Fazenda São Francisco e Santa Ana do Pitanga	
Ana Maria Spaneper	inventariada
Miguel Hoffman	inventariante
Cidade de Palmas	1896
Constantino Pompeu de Olivei- ra Mendes	inventariado
Raimundo Mendes de Almeida Fi- lho	inventariante
Cidade de Palmas	1897
Fazendas: Cruz Alta, Campo Alto e terras de cultura no Pinhão em Guarapuava	
Maria Catarina de Jesus	inventariada
Pedro de Oliveira Ribas	inventariante
Cidade de Palmas	1897
Campos, matos e fachineais en- tre os rios Chapecô e Chapecô zinho	

Amasília Ferreira de Araújo		inventariada
Pedro Ferreira de Araújo		inventariante
Cidade de Palmas	1897	
Terras de cultura nas margens do rio Iguaçu		

Cap. Frederico Teixeira Guimarães		inventariado
Francisca de Passos Teixeira		inventariante
Cidade de Palmas	1897	
Fazendas: Caldeiras, Santa Ana no Campo-Êre, São Roque e campos no São João		

Joaquina Rosa Fonseca		inventariada
Joaquim Anacleto da Fonseca		inventariante
Cidade de Palmas	1897	
Fazenda São Bento do Covãozinho		

Amantina da Paula Rosa		inventariada
Luiz Guilherme da Rosa		inventariante
Cidade de Palmas	1897	

Ana Martins		inventariada
Antonio Felício de Lima		inventariante
Cidade de Palmas	1897	
Terras de cultura no Tigre		

12ª Caixa (1898-1899)

Edmundo de Witt		inventariado
Lina de Witt		inventariante
Cidade de Palmas	1898	

Olímpia Ferreira de Araújo		inventariada
Domingos de Araújo		inventariante
Cidade de Palmas	1898	
Fazenda Santa Clara, terras de cultura em Duas Barras e terras de cultura no Bom Retiro		

Manoel de Farias Prestes		inventariado
Eufrazia de França Ribas		inventariante
Vila de Bela Vista	1898	
Terrenos no local denominados São Francisco de Salles		

Antonio Diniz de Freitas		inventariado
Severina Purcina de Oliveira		inventariante
Cidade de Palmas	1898	
Fazenda Conceição		

Raimundo Mendes de Almeida		inventariado
Maira Eugenia de Oliveira		inventariante
Cidade de Palmas	1898	

Ten. Cor. Alberto Marques de Almeida		inventariado
Maria Trindade de Almeida		inventariante
Vila de Palmas	1892	
Terras em Vacaria (Rio Grande do Sul )		

Domingos de Aniz Cordeiro		inventariado
Maria dos Passos de Lara		inventariante
Vila de Bela Vista	1892	

Manoel Correia da Silva		inventariado
Valeriano José Vieira da Silva		inventariante
Vila de Palmas	1892	
Terras de Campos e Matos além do rio Chopim		

Manoel Botelho Alves Guerra		inventariado
Alexandre Vieira		inventariante
Vila de Palmas	1892	

Isabel Leopoldina de Jesus		inventariada
Frederico Teixeira Guimarães		inventariante
Vila de Palmas	1892	

10ª Caixa (1893-1894)

João de Azevedo Silveira		inventariado
Elias Martinho Bahls		inventariante
Vila de Palmas	1893	
Terras em Porto União		

Josefa Mendes de Almeida		inventariada
Manoel de Moura Rosa		inventariante
Vila de Palmas	1893	
Fazendas: Cruz Alta, Bugio na Serra Geral e Pinheiral na Palmeira		

Maria do Pilar		inventariada
Pedro Antonio de Pontes		inventariante
Vila de Palmas	1893	
Fazenda Passo Fundo e terras nas margens do rio Iguaçu		

Manoel José de Oliveira		inventariado
Jesuina Maria da Rocha		inventariante
Vila de Bela Vista	1893	
Matos no Campo-Êre e no Dourado no Goio-ên		

Maria Rita do Belem		inventariada
Caetano José Antonio		inventariante
Vila de Palmas	1893	
Fazenda Passo Fundo		

Fazendas: Cruz Alta (três léguas quadradas), Campo Alto (duas léguas e meia quadrada), São Pedro, Tã-gua (em Guarapuava) e terras de cultura no Paiol Fria

Maria Pereira da Maia		inventariada
João Feliciano dos Santos		inventariante
Cidade de Palmas	1898	

Antonio Manoel dos Santos		inventariado
Josefina Maria dos Santos		inventariante
Cidade de Palmas	1898	

Francisco dos Santos		inventariado
Prudente Ambrósio dos Santos		inventariante
Cidade de Palmas	1898	

Max Brand		inventariado
Eli Brand		inventariante
Cidade de Palmas	1899	

Ana Eufrasia de Oliveira Mar-		inventariada
condes		
Pedro Tolentino Carneiro Mar-		inventariante
condes		
Cidade de Palmas	1899	
Fazendas: Quiguai, Ressaca, Jar-		
dím, São Pedro do Chapecó e		
São Domingos		

João Pedro de Oliveira		inventariado
José Pedro de Oliveira		
Cidade de Palmas	1899	

Paulo (menor)		inventariado
João de Almeida Sobrinho		inventariante
Cidade de Palmas	1899	

Doutor Caetano de Almeida Ga-		inventariado
leão		inventariante
O escrivão		
Vila de Bela Vista	1899	

Virgínia dos Santos Padilha		inventariada
Inácio José Negrão		inventariante
Cidade de Palmas	1899	

Ten. Cor. Jesuino de Olivei-		inventariado
ra Sã Ribas		inventariante
Maria Rita Ribas		
Cidade de Palmas	1899	
Fazendas: Dobrado, Serro Alto		
e Quiguai		

Julio Vieira		inventariado
Alexandre Vieira		inventariante
Cidade de Palmas	1899	



Pedro Ferreira dos Santos		inventariado
Luiza Ferreira dos Santos		inventariante
Cidade de Palmas	1899	
Fazendas: Forteleza e do Salto		

139 Caixa (1900-1901)

Gosalo Cardoso de Oliveira		inventariado
João Manoel da Cunha Sobrinho		inventariante
Cidade de Palmas	1900	
Terras nas margens do rio do Peixe		

Margarida Alves da Rocha		inventariada
Cândido Alves da Rocha		inventariante
Cidade de Palmas	1900	

Antonio Ferreira Pacheco		inventariado
Amazília Ferreira da Conceição		inventariante
Vila de Bela Vista	1900	
Terras na Saudade e Bela Vista		

Maria do Pilar Guimarães		inventariada
Joaquim Ferreira Guimarães		inventariante
Cidade de Palmas	1901	
Campos e matos além do rio das Lontras e terras de cultura na Lapa		

Cândido Alves da Rocha		inventariado
Teófilo Mainguê André		inventariante
Distrito da Mengueirinha	1901	

Amália de Araújo Maciel		inventariada
José Frederico Teixeira Guimarães		inventariante
Cidade de Palmas	1901	
Terras no Campo-Êre e na fazenda Chapecôzinho		

José Cândido Marcondes		inventariado
Manoela Maria de Jesus		inventariante
Cidade de Palmas	1901	
Fazenda São José no distrito da Mangueirinha		

Max Ernesto Ferdinando Wegner		inventariado
Carlos Wegner Cristiano		inventariante
Cidade de Palmas	1901	

Simões da Rocha		inventariado
Francisco Petronilho da Rocha		inventariante
Cidade de Palmas	1901	
Campos e matos no Condoí em Guarapuava		

Antonio Caetano de Oliveira		inventariado
Antonia Maria Ferreira		inventariante
Cidade de Palmas	1901	

Ozório Carneiro Leão		inventariado
José Marques de Faria Carneiro		inventariante
Cidade de Palmas	1901	

14ª Caixa (1902)

José Pinheiro de Oliveira		inventariado
Gabriel Pinheiro de Oliveira		inventariante
Cidade de Palmas	1902	
Terras no Alegre do Marco e no Toldo Velho		

Pedro Pedroso de Quadros		inventariado
Balbina Rosa Ferreira		inventariante
Cidade de Palmas	1902	

Malaquias Rodrigues de Lima		inventariado
Alexandre Vieira		inventariante
Cidade de Palmas	1902	

Leoncio Leão		inventariado
Alzira Ferreira de Mello		inventariante
Cidade de Palmas	1902	

Jasuino Moreira de Andrade		inventariado
Guilhermina Messias da Cruz Andrade		inventariante
Cidade de Palmas	1902	
Fazenda São Joaquim na Bela Vista e terras no Dourado		

José Marques de Faria Carneiro		inventariado
Maria Vitoriana Bahls Carneiro		inventariante
Cidade de Palmas	1902	

Antonio Joaquim do Amaral Cruz		inventariado
Flávia Cesarina do Amaral Cruz		inventariante
Cidade de Palmas	1902	

15ª Caixa (1903)

João Carneiro Marcondes		inventariado
Joscelina Ferreira Marcondes		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Fazendas: São João do Deserto, campos no Boqueirão na Palmeira e terras de cultura na internada dos Forgios em Ponta Grossa		

Ana Ferreira de Jesus Araújo		inventariada
Paulo Ferreira de Araújo		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Fazendas: Santa Ana, Chapecôzi-		
nho, restinga dos Paiões e ter-		
ras de cultura nas margens do		
rio Iguaçu		
Tobias Buedo de Andrade		inventariado
Isabel de Oliveira Andrade		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Fazendas: Burro Branco no Campo		
Êre e Invernadinha em Palmas		
Ignês Ferreira Belo		inventariada
José A. Alexandre Vieira		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Coronel Rufino Ribas		inventariado
Maria Rosa Ribas		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Fazendas: Norte, Craveiro, Cam-		
pos no Ovarana, na Anta Gorda e		
no Barreiros		
Vicente Ferreira Belo		inventariado
Clara Pacheco de Sampaio Belo		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Fazenda Santa Ana do Pitanga		
Francisco de Oliveira Sã Ribas		inventariado
Maria do Carmo Ribas		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Fazendas: Quiguai, Sobrado e		
Ressaca		
Miguel Neves dos Santos e		
Balbina Maria do Espírito San-		inventariados
to		inventariante
Gabriel de Araújo e Silva		
Cidade de Palmas	1903	
Fazenda Boa Vista do São Miguel		
Maria Romana de Camargo		inventariada
José Joaquim Ribeiro		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Fazenda do Cochilão		
Antonio de Sã Ribas		inventariado
Maria Josefa de Souza Ribas		inventariante
Cidade de Palmas	1903	
Fazenda São Miguel e matos no		
Novo Paraíso		

**ANEXO II**

**FOLHA EXEMPLO DE ABERTURA DE UM AUTO CIVIL  
DE INVENTÁRIO DOS BENS**

131

32

Wm. C. C. C.

Mr. Municipal Ca. Peller  
Dr. Carapianova

*[Signature]*

Intanto, questa Curia  
particolare, che aveva  
gavilinato le fucine  
dei burocrati, finché il  
sacerdote Polverone, Psi  
C. C. Haughe P. C.

House of Commons

Quincy

Antioch

[illegible]

1  
 2  
 3  
 4  
 5  
 6  
 7  
 8  
 9  
 10  
 11  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19  
 20  
 21  
 22  
 23  
 24  
 25  
 26  
 27  
 28  
 29  
 30  
 31  
 32  
 33  
 34  
 35  
 36  
 37  
 38  
 39  
 40  
 41  
 42  
 43  
 44  
 45  
 46  
 47  
 48  
 49  
 50  
 51  
 52  
 53  
 54  
 55  
 56  
 57  
 58  
 59  
 60  
 61  
 62  
 63  
 64  
 65  
 66  
 67  
 68  
 69  
 70  
 71  
 72  
 73  
 74  
 75  
 76  
 77  
 78  
 79  
 80  
 81  
 82  
 83  
 84  
 85  
 86  
 87  
 88  
 89  
 90  
 91  
 92  
 93  
 94  
 95  
 96  
 97  
 98  
 99  
 100  
 101  
 102  
 103  
 104  
 105  
 106  
 107  
 108  
 109  
 110  
 111  
 112  
 113  
 114  
 115  
 116  
 117  
 118  
 119  
 120  
 121  
 122  
 123  
 124  
 125  
 126  
 127  
 128  
 129  
 130  
 131  
 132  
 133  
 134  
 135  
 136  
 137  
 138  
 139  
 140  
 141  
 142  
 143  
 144  
 145  
 146  
 147  
 148  
 149  
 150  
 151  
 152  
 153  
 154  
 155  
 156  
 157  
 158  
 159  
 160  
 161  
 162  
 163  
 164  
 165  
 166  
 167  
 168  
 169  
 170  
 171  
 172  
 173  
 174  
 175  
 176  
 177  
 178  
 179  
 180  
 181  
 182  
 183  
 184  
 185  
 186  
 187  
 188  
 189  
 190  
 191  
 192  
 193  
 194  
 195  
 196  
 197  
 198  
 199  
 200  
 201  
 202  
 203  
 204  
 205  
 206  
 207  
 208  
 209  
 210  
 211  
 212  
 213  
 214  
 215  
 216  
 217  
 218  
 219  
 220  
 221  
 222  
 223  
 224  
 225  
 226  
 227  
 228  
 229  
 230  
 231  
 232  
 233  
 234  
 235  
 236  
 237  
 238  
 239  
 240  
 241  
 242  
 243  
 244  
 245  
 246  
 247  
 248  
 249  
 250  
 251  
 252  
 253  
 254  
 255  
 256  
 257  
 258  
 259  
 260  
 261  
 262  
 263  
 264  
 265  
 266  
 267  
 268  
 269  
 270  
 271  
 272  
 273  
 274  
 275  
 276  
 277  
 278  
 279  
 280  
 281  
 282  
 283  
 284  
 285  
 286  
 287  
 288  
 289  
 290  
 291  
 292  
 293  
 294  
 295  
 296  
 297  
 298  
 299  
 300  
 301  
 302  
 303  
 304  
 305  
 306  
 307  
 308  
 309  
 310  
 311  
 312  
 313  
 314  
 315  
 316  
 317  
 318  
 319  
 320  
 321  
 322  
 323  
 324  
 325  
 326  
 327  
 328  
 329  
 330  
 331  
 332  
 333  
 334  
 335  
 336  
 337  
 338  
 339  
 340  
 341  
 342  
 343  
 344  
 345  
 346  
 347  
 348  
 349  
 350  
 351  
 352  
 353  
 354  
 355  
 356  
 357  
 358  
 359  
 360  
 361  
 362  
 363  
 364  
 365  
 366  
 367  
 368  
 369  
 370  
 371  
 372  
 373  
 374  
 375  
 376  
 377  
 378  
 379  
 380  
 381  
 382  
 383  
 384  
 385  
 386  
 387  
 388  
 389  
 390  
 391  
 392  
 393  
 394  
 395  
 396  
 397  
 398  
 399  
 400  
 401  
 402  
 403  
 404  
 405  
 406  
 407  
 408  
 409  
 410  
 411  
 412  
 413  
 414  
 415  
 416  
 417  
 418  
 419  
 420  
 421  
 422  
 423  
 424  
 425  
 426  
 427  
 428  
 429  
 430  
 431  
 432  
 433  
 434  
 435  
 436  
 437  
 438  
 439  
 440  
 441  
 442  
 443  
 444  
 445  
 446  
 447  
 448  
 449  
 450  
 451  
 452  
 453  
 454  
 455  
 456  
 457  
 458  
 459  
 460  
 461  
 462  
 463  
 464  
 465  
 466  
 467  
 468  
 469  
 470  
 471  
 472  
 473  
 474  
 475  
 476  
 477  
 478  
 479  
 480  
 481  
 482  
 483  
 484  
 485  
 486  
 487  
 488  
 489  
 490  
 491  
 492  
 493  
 494  
 495  
 496  
 497  
 498  
 499  
 500  
 501  
 502  
 503  
 504  
 505  
 506  
 507  
 508  
 509  
 510  
 511  
 512  
 513  
 514  
 515  
 516  
 517  
 518  
 519  
 520  
 521  
 522  
 523  
 524  
 525

**ANEXO III**

**FICHAS MODELO DE LEVANTAMENTO DOS DADOS NOS  
AUTOS CIVIS DE INVENTÁRIO DOS BENS**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ARQUIVO: \_\_\_\_\_

DATA DO INVENTÁRIO: \_\_\_\_\_

TÍTULO: \_\_\_\_\_ MAÇO Nº: \_\_\_\_\_ PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

INVENTARIADO: \_\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

IDADE \_\_\_\_\_ DATA DO FALECIMENTO: \_\_\_\_\_ LOCAL: \_\_\_\_\_

RESIDÊNCIA: \_\_\_\_\_

CÔNJUGE \_\_\_\_\_ INVENTARIANTE: \_\_\_\_\_

NÚMERO DE FILHOS: VIVOS ☐ FALECIDOS ☐

TESTAMENTO: \_\_\_\_\_

HERDEIROS: ASCENDENTES ☐ DESCENDENTES ☐ COLATERAIS ☐

INFORMAÇÕES  
COMPLEMENTARES

HERDEIROS:	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL / CÔNJUGE	RELAÇÃO COM O INVENTARIADO
1. _____				
2. _____				
3. _____				
4. _____				
5. _____				
6. _____				
7. _____				
8. _____				
9. _____				
10. _____				
11. _____				

INVENTARIADO:

**B E N S**

**BENS DE RAIZ:**

	QUANTI- DADE	LOCALIZAÇÃO		VALOR	ORIGEM	
		RURAL	URBANO		AQUISIÇÃO	HERANÇA
- TERRAS DE CULTIVO						
- ERVAL						
- TERRAS MISTAS						
- CAIVA						
- CAMPO						
- MATA						
- BENFEITORIAS						
- CASA						
- OUTROS						
- TOTAIS .....						

**- BENS SEMOVENTES:**

		ORFANÇAS	JOVENS	ADULTOS	VELHOS	TOTAIS
- ESORAVOS:						
	HOMENS					
	MULHERES					
	PREÇO					

**- ANIMAIS:**

	BOVINO	EQUINO	MUAR	OVINO	SUINO	TOTAIS
NÚMERO						
VALOR						

**BENS MÓVEIS: QUANTIDADE VALOR**

-MOBILIÁRIO		
-VESTUÁRIO		
-PRATARIA		
-BIJUTEIRIA		
-ART. COZINHA		
-MERCADORIAS		
-COLHEITAS		
-INSTR. TRAB.		
-OUTROS		
TOTAIS.....		

**DIVIDAS E VALORES MOBILIÁRIOS:**

-DIVIDAS ATIVAS:	VALOR
- COMERCIAIS	
- DIVERSAS	
- FAMILIARES	

**-VALORES MOBILIÁRIOS:**

DIVIDAS PASSIVAS:	TIPO	VALOR

TOTAL DOS BENS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



[illegible]

## ANEXO 2

[illegible]

### ANEXO 3

[illegible]

## ANEXO 4

[illegible]

[illegible]

## ANEXO 6

[illegible]

**ANEXO IV**

**FICHAS COMPLETAS DO AUTO CIVIL DE INVENTÁRIO  
DOS BENS DE JOSÉ TEMÍSTOCLES REALIZADO NO  
ANO DE 1868**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ARQUIVO: Cartório Cível e do Comércio de Palmas

DATA DO INVENTÁRIO: 1868

TÍTULO: Auto Civil de Inventário/Bens MAÇO Nº: 01 PROCESSO Nº: s/n

INVENTARIADO: José Temistocles SEXO: masculino ESTADO CIVIL: casado

IDADE 55 anos DATA DO FALECIMENTO: 08/03/1868 LOCAL: Vila de Palmas

RESIDÊNCIA: Fazenda Estância da Cruz

CONJUGE D. Nuncia INVENTARIANTE: D. Nuncia

NÚMERO DE FILHOS: VIVOS

08

FALECIDOS

-

TESTAMENTO: não

HERDEIROS: ASCENDENTES

DESCENDENTES

X

COLATERAIS

HERDEIROS:

	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL/CONJUGE	RELAÇÃO COM O INVENTARIADO
1. D. Nuncia	F	ignor	espôsa do inventariado	viúva meeira
2. Gertrudes	F	ignor	cas.c/Francisco	filha
3. Maria Rosa	F	16	solteira	filha
4. Pedro	M	13	solteiro	filho
5. Domingos	M	12	solteiro	filho
6. Maria Nuncia	F	08	solteira	filha
7. Maria de Jesus	F	06	solteira	filha
8. José	M	03	solteiro	filho
9. Theodoro	M	03	solteiro	filho
10.				
11.				

INFORMAÇÕES

COMPLEMENTARES

Bens de Raiz

86:650\$000

Escravos

15:900\$000

Semoventes-Animais

24:701\$000

Bens Móveis

42\$000

Prataria

400\$000

Ativo

37:938\$920

Monte-Mor

161:631\$920



INVENTARIADO: José Temístocles

1868

**BENS**

**BENS DE RAIZ:**

	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO		VALOR	ORIGEM	
		RURAL	URBANO		AQUISIÇÃO	HERANÇA
- TERRAS DE CULTIVO						
- ERVAL						
- TERRAS MISTAS	09	x		81:750\$000		
- CAIVA						
- CAMPO						
- MATA						
- BENFEITORIAS						
- CASA	02	x	x	4:900\$000		
- OUTROS						
- TOTAIS.....	11			86:650\$000		

**BENS SEMOVENTES:**

		CRIANÇAS	JOVENS	ADULTOS	VELHOS	TOTAIS
- ESCRAVOS:						
	HOMENS	08		06		14
	MULHERES	02	01	04		07
	PREÇO	5:400\$	1:100\$	9:400\$		15:900\$000

**- ANIMAIS:**

	BOVINO	EQUINO	MUAR	OVINO	SUINO	TOTAIS
NÚMERO	1.504	1.140	236	180		3.060
VALOR	13:340\$	6:538\$	4:643\$	180\$		24:701\$000

**BENS MÓVEIS:**

	QUANTIDADE	VALOR
-MOBILIÁRIO	15	42\$000
-VESTUÁRIO		
-PRATARIA	07	400\$000
-BIJUTEIRIA		
-ART. COZINHA		
-MERCADORIAS		
-COLHEITAS		
-INSTR. TRAB.		
-OUTROS		
TOTAIS.....	22	442\$000

**DIVIDAS E VALORES MOBILIÁRIOS:**

**-DIVIDAS ATIVAS:**

	VALOR
- COMERCIAIS	
- DIVERSAS	37:938\$920
- FAMILIARES	

**-VALORES MOBILIÁRIOS:**

**DIVIDAS PASSIVAS:**

TIPO	VALOR

**TOTAL DOS BENS**

165:631\$920

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** José T. foi participante de uma das expedições que partiram de Guarapuava em 1839 para conquista e povoamento dos Campos de Palmas.

**BENS DE RAIZ - DISCRIMINAÇÃO DAS PROPRIEDADES**

TIPO	LOCALIZAÇÃO	EXTENSÃO	VALOR	ORIGEM	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- casa de pedras c/benfeitorias, taipas, quintal na Faz.	Estância da Cruz		4:500\$000		
- piquete da casa, fechado e com taipas	" " "		500\$000		
- Campos e matos de Fora	" " "		30:000\$000		
- Invernada denominada Conchada	" " "		6:000\$000		
- Invernada denominada Mana-da de Burro	" " "		6:000\$000		
- Invernada São Pedro com casas, currais, quintais, campos e matos na Faz.	São Pedro		10:000\$000		
- Campos e matos na Faz.	Estância Nova		18:000\$000	- herdada do Coronel Joaquim	
				, e uma parte comprada do tenente Joaquim Osório.	
- Casa de morada na Faz.	" "		400\$000		
- Paiol, monjolo, e capoeiras	" "		1:000\$000		
- Campos na Faz. Várzeas, na Província do Rio Grande do Sul.	Passo Fundo	1/4 da Faz.	10:000\$000		
- Matos	" "		250\$000	- comprados dos herdeiros do fidei-	
				Capitão Teodoro	

**BENS SEMOVENTES - DISCRIMINAÇÃO DOS ESCRAVOS**

NOME	COR	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	VALOR	DATA DA AQUISIÇÃO
1- Francisco	mulato	M	45	C	-	800\$000	Nat. da Palmeira
2- Pedro	preto	M	42	C	-	600\$000	" " "
3- Porfírio	preto	M	44	S	-	700\$000	" " Africa
4- João	preto	M	35	C	-	1:200\$000	" de Palmas
5- Anastácio	preto	M	25	S	-	1:300\$000	" " "
6- Maurício	preto	M	24	S	-	1:300\$000	" " "
7- Manoel	preto	M	09	S	-	900\$000	" " "
8- Eleutério	preto	M	12	S	-	700\$000	" " "
9- Antonio	preto	M	10	S	-	400\$000	" " "
10- Luíno	preto	M	07	S	-	500\$000	" " "
11- Ignácio	mulato	M	08	S	-	600\$000	" " "
12- Jucobe	preto	M	04	S	-	400\$000	" " "
13- Fermino	preto	M	03	S	-	300\$000	" " "
14- Maurício	preto	M	08m.	S	-	100\$000	" " "
15- Rosa	mulata	F	45	C	-	600\$000	Nat. da Palmeira
16- Ines	mulata	F	30	C	-	900\$000	Nat. de Palmas
17- Eulália	mulata	F	25	S	-	1:000\$000	" " "
18- Isabel	fula	F	34	C	-	1:000\$000	Nat. da Palmeira
19- Tereza	fula	F	15	S	-	1:100\$000	Nat. de Palmas
20- Gabriela	fula	F	13	S	-	1:100\$000	" " "
21- Joana	fula	F	03	S	-	400\$000	" " "

1868

**BENS SEMOVENTES - DISCRIMINAÇÃO DOS ANIMAIS**

TIPO	QUANTIDADE NA DECLARAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Bois de 03 anos acima	200	10\$000	2:000\$000	
- Bois de 02 anos	100	7\$000	700\$000	
- Bois de 01 ano	100	4\$000	400\$000	
- Vacas de 03 anos acima	700	9\$000	6:300\$000	
- Vacas com cria	200	12\$000	2:400\$000	
- Vacas de 02 anos	100	6\$000	600\$000	
- Terneiras de 01 ano	100	3\$000	300\$000	
- Éguas de manada 03 a/acima	620	4\$000	2:480\$000	
- Éguas com cria	100	6\$000	600\$000	
- Éguas de 02 anos	100	3\$000	300\$000	
- Éguas de 01 ano	100	2\$000	200\$000	
- Éguas com cria de mula	40	9\$000	360\$000	
- Potros	19	20\$000	380\$000	
- Potro de raça cruz/Inglês	01	50\$000	50\$000	
- Potros de 03 anos	40	12\$000	480\$000	
- Potros de 02 anos	50	8\$000	400\$000	
- Mulas de 03 anos	120	16\$000	1:920\$000	
- Mulas de 02 anos	40	12\$000	480\$000	
- Burros-echôs	10	50\$000	500\$000	
- Burros-echôs inferiores	02	25\$000	50\$000	
- Burros criados	04	4\$000	16\$000	
- Mulas de 01 ano	02	2\$000	4\$000	
- Burro de manada	01	10\$000	10\$000	
- Cavalos mansos pampas	10	30\$000	300\$000	

### ANEXO 3

[illegible]

[illegible]

## ANEXO B

[illegible]

**INVENTARIADO:** José Temístocles  
1868

DIVIDAS PASSIVAS - DISCRIMINAÇÃO

[illegible]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ARQUIVO: Cartório Cível e do Comércio de Palmas

DATA DO INVENTÁRIO: 11/08/1899

TÍTULO: Auto Civil de Inventário/Bens MAÇO Nº: 12

PROCESSO Nº: s/n

INVENTARIADO: Pedro de Toledo SEXO: masculino ESTADO CIVIL: casado

IDADE - DATA DO FALECIMENTO: 24/05/1899 LOCAL: Cidade de Palmas

RESIDÊNCIA: Fazenda Fortaleza (Comarca de Palmas)

CONJUGE: D. Luiza INVENTARIANTE: D. Luiza

NÚMERO DE FILHOS: VIVOS

2

FALECIDOS

-

TESTAMENTO: não

HERDEIROS: ASCENDENTES

☐

DESCENDENTES

☒

COLATERAIS

☐

HERDEIROS:

	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL/CONJUGE	RELAÇÃO COM O INVENTARIADO
1. D. Luiza	F	40	casada com o inventariado	viúva meeira
2. D. Emiliana	F	22	casada c/ José Maria	filha
3. Domingos	M	19	solteiro	filho
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				

INFORMAÇÕES

COMPLEMENTARES

Bens de Raiz

27:200\$000

Semoventes

18:398\$000

Bens Móveis

69\$000

Dívidas Ativas

4:364\$182

Monte-Mor

50:031\$182

INVENTARIADO: Pedro de Toledo  
1899

**B E N S**

**BENS DE RAIZ:**

	QUANTI- DADE	LOCALIZAÇÃO		VALOR	ORIGEM	
		RURAL	URBANO		AQUISIÇÃO	HERANÇA
- TERRAS DE CULTIVO						
- ERVAL						
- TERRAS MISTAS	02	x		21:200\$000	x	x
- CAIVA						
- CAMPO						
- MATA						
- BENFEITORIAS						
- CASA	01	x		5:000\$000		
- OUTROS T.urbano	01		x	1:000\$000		
- TOTAIS .....				27:200\$000		

**- BENS SEMOVENTES:**

		CRIANÇAS	JOVENS	ADULTOS	VELHOS	TOTAIS
- ESGRAVOS:	HOMENS					
	MULHERES					
	PREÇO					

**- ANIMAIS:**

	BOVINO	EQUINO	MUAR	OVINO	SUINO	TOTAIS
NÚMERO	406	65	24	20		515
VALOR	13:288\$	2:755\$	2:155\$	200\$000		18:398\$000

**BENS MÓVEIS:**

	QUANTIDADE	VALOR
-MOBILIÁRIO	10	69\$000
-VESTUÁRIO		
-PRATARIA		
-BIJUTEIRIA		
-ART.COZINHA		
-MERCADORIAS		
-COLHEITAS		
-INSTR.TRAB.		
-OUTROS		
TOTAIS.....	10	69\$000

**DIVIDAS E VALORES MOBILIÁRIOS:**

**-DIVIDAS ATIVAS:**

	VALOR
- COMERCIAIS	
- DIVERSAS	4:364\$182
- FAMILIARES	

**-VALORES MOBILIÁRIOS:**

**DIVIDAS PASSIVAS:**

TIPO	VALOR

**TOTAL DOS BENS**

50:031\$182

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**BENS DE RAIZ - DISCRIMINAÇÃO DAS PROPRIEDADES**

TIPO	LOCALIZAÇÃO	EXTENSÃO	VALOR	ORIGEM	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Casa construída de pedras com potreiro e benfeitorias na Fazenda	Fortaleza		5:000\$000		Comarca de Palmas
- área de campos, matos e capoeiras com terras de cultura na Fazenda	Fortaleza		20:000\$000		
- Parte de campos e matos no lugar denominado Faxinal, sujeita a medição, que faz parte da Fazenda do Salto, e com a denominação de campo da Taperá	Salto		1:200\$000	- Comprada de Domingos	
- terreno urbano entre as casas do Cor. Rofino e Adolfo	cidade de Palmas	82 palmas de frente e fundo.	1:000\$000		42 palmas comprados do Ten. Coronel Josino

## ANEXO 2

## BENS SEMOVENTES - DISCRIMINAÇÃO DOS ESCRAVOS

[illegible]

1899

**BENS SEMOVENTES - DISCRIMINAÇÃO DOS ANIMAIS**

TIPO	QUANTIDADE NA DECLARAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Vacas de três anos acima	200	40\$000	8:000\$000	
- Novilhas de 02 anos	45	30\$000	1:350\$000	
- Bois de 02 anos	35	34\$000	1:190\$000	
- Terneiras de 01 ano	58	20\$000	1:160\$000	
- Terneiros de 01 ano	62	24\$000	1:488\$000	
- Cavalos mansos novos/criado	15	70\$000	1:050\$000	
- Bestas arreadas regulares	10	120\$000	1:200\$000	
- Bestas mansas velhas	4	80\$000	320\$000	
- Bestas de 02 anos	6	70\$000	420\$000	
- Bestas de 01 ano	3	45\$000	135\$000	
- Potros de 03 anos	4	50\$000	200\$000	
- Potros de 02 anos	5	40\$000	200\$000	
- Potros de 01 ano	3	25\$000	75\$000	
- Éguas velhas	18	20\$000	360\$000	
- Éguas novas	12	40\$000	480\$000	
- Potrancas de 02 anos	3	30\$000	90\$000	
- Potrancas de 01 ano	5	20\$000	100\$000	
- Burro-echô	1	80\$000	80\$000	
- Touros	6	50\$000	300\$000	
- Carneiros	20	10\$000	200\$000	

**ANEXO V**

**FICHAS COMPLETAS DO AUTO CIVIL DE INVENTÁRIO  
DOS BENS DE PEDRO DE TOLEDO REALIZADO NO ANO  
1899**

INVENTARIADO: Pedro de Toledo  
1899

**BENS MÓVEIS DIVERSOS - DISCRIMINAÇÃO**

[illegible]

## ANEXO 5



## ANEXO 6

[illegible]

**ANEXO VI**

**FICHAS MODELO DE LEVANTAMENTO DOS DADOS NAS  
CERTIDÕES DE SEPULTAMENTO E DE CASAMENTO**

<b>CASAMENTO</b> N.º ..... PARÓQUIA: .....						
LIVRO: ..... FLS.: ..... LOCALIDADE: .....						
Data do Casamento		Pároco Oficiante			Observações	
MARIDO	Nome	Idade	Data do Nascimento	Profissão		
		E.C.	Residência	Naturalidade		
	Pai					Naturalidade
	Mãe					Naturalidade
	Viúvo de:	Data da Viuvez		Naturalidade		
ESPOSA	Nome	Idade	Data do Nascimento	Profissão		
		E.C.	Residência	Naturalidade		
	Pai					Naturalidade
	Mãe					Naturalidade
	Viúva de	Data da Viuvez		Naturalidade		
Testes - unhas						

<b>SEPULTAMENTO</b> N.º ..... PARÓQUIA: .....					
LIVRO: ..... FLS.: ..... LOCALIDADE: .....					
Data do Registro	Pároco				Cor/Con Social / Etnia Observações
Data do Óbito	Data do Nascimento	Idade	Sexo	Profissão	
Causa Mortis	Naturalidade		Residência		
Falecido					
Pai				Naturalidade	
Mãe				Naturalidade	
Cônjuge				Naturalidade	
Viúvo (a) de,				Naturalidade	

**ANEXO VII**

**LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL E PROVINCIAL**

Lei Nº 289 de 16 de Outubro de 1884. 113

O Doutor Bráulio Augusto  
Machado de Oliveira, lente de En-  
sino de Direito de S. Paulo e Pre-  
sidente da Província do Paraná



Faço saber a todos os seus habitan-  
tes que a Assembleia Legislativa Pro-  
vincial decretou e eu sancionei a lei  
seguinte:

Artigo 1.º - É criada uma fre-  
guesia no município de Palmas, no  
distrito de Palmas de Baixo, com sede  
no povoado da Boa-Vista e a deno-  
minação de Nossa Senhora da Luz  
da Boa-Vista.

Artigo 2.º - Seus limites são: a  
Este os lagoados das Hortas e Pardi-  
nha, que desaguão, o 1.º no rio Chopim

a 2.<sup>a</sup> no rio Chapaco, e de um ao outro por uma linha recta, estabelecida entre as vertentes de ambos, que mais se aproximarem; ao Norte o rio Chapim, da foz do lagoado Lontras para baixo, seguindo o curso de suas aguas até os limites da confederação Argentina, pelos quaes confrontava a Oeste até o Uruguay; ao Sul e Sudoeste os rios Chapaco e Goyo. Em ou Uruguay, da confluencia do lagoado Pandinha á baixo.

Artigo 3.<sup>o</sup> - Os habitantes da nova Freguezia farão construir a sua matriz e cemiterio, subordinando-se ao estatuido na constituição do Bispado e cod. de posturas municipaes respectivo.

Artigo 4.<sup>o</sup> - Ficão revogadas as disposições em contrario.



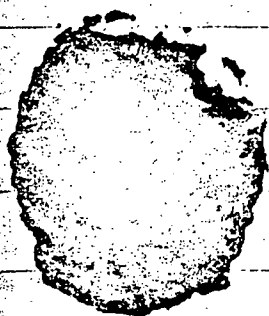
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente

amente como nella se contém.

115

O Secretario desta provincia a faça  
imprimir, publicar e correr.

Salacio da Presidencia do Paraná,  
em 16 de Outubro de 1884, 63.º da In-  
dependencia e do Imperio.



Deposito Ant. 16 de Outubro de 1884



Carta de lei pela qual V. Ex.<sup>a</sup>  
manda executar o decreto da Assem-  
bleia Legislativa Provincial, creando  
uma freguezia no municipio de  
Palmas, no Districto de Palmas de Bai-  
ão, com a denominação de N. S. da  
Luz da Boa Vista.

Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.

Jose Augusto Cyrillo a fez.

Sellada e publicada na Secretaria  
do Governo do Paraná, aos 16  
de Outubro de 1884.

Servindo de Secretário  
Luiz F. Franca -





n.º 789 de 16 de set. 1880 114

Sim

Assembleia Legislativa Municipal de  
Paraná

declara:



Art. 1º — Cria-se uma freguesia no  
município de Salinas, no Estrito de Salinas  
de Baixo, com sede no povoado da Boa-Vista  
e a denominação de Nossa Senhora da Luz  
da Boa-Vista.

Art. 2º — Seus limites são: a este as la-  
gadas das Lintuas e Perdição, que desagüam  
no rio Chopim e o 2.º no rio Chopim; e  
de um ao outro por uma linha recta, estal-  
hecida entre as vertentes de ambos, que mais  
se aproximarem; ao norte o rio Chopim, da  
foz da lagoada Lintuas para baixo, seguindo o  
curso de suas águas até os limites do confede-  
ração Argentina, pelos quos confederará a

Este até Mangueira, do Sul e Sudeste, as  
ruas Chapéu e Fogo-em-Mangueira, da  
confluência do lagoado Pandinha até ao rio.

Art. 3.º Os habitantes da nova In-  
guetia farão construir a sua igreja e Cimi-  
tério, subordinando-se ao estatuto na cons-  
tituição do Conselho e ced. de Festas muni-  
cipaes respectivas.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposi-  
ções em contrario.

Sacc. da Assemblia Provincial do Paraná,  
15 de Outubro de 1854.

*P. Am. d. Branco* Pres.  
José Esmerens de Sá Ribas, 1.º Secretário  
João Manoel Ribeiro de Almeida, 2.º





## Ato do Poder Legislativo

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Fago saber que a Assembléa Legislativa do Estado do Paraná aprovou e Eu promulgo, nos termos do § 4.º no artigo 27, da Constituição Estadual, a seguinte

## LEI N.º 253-54

ART. 1.º — São criados, no quadro territorial do Estado, os municípios seguintes:

§ 1.º — o de QUERÊNCIA DO NORTE, com território desmembrado do município de Paranavai, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Loanda: começa no rio Paraná na linha de divisas das glebas 20 e 23, da colônia Paranavai, segue essa linha até encontrar a linha de divisas da gleba 23, da mesma colônia;

II — com o município de Santa Cruz de Monte Castelo: começa no rio Ivaí, na foz do córrego da Prata, sobrepõe este até encontrar a linha de divisas das glebas 25 a 28, da colônia Paranavai, segue por essa linha e em seguida pela linha de divisas da gleba 23 com as glebas 28 e 27 até encontrar a linha de divisas da gleba 20, todas da mesma colônia;

III — com o município de Cruzeiro do Oeste: começa no rio Paraná, na foz do rio Ivaí, sobrepõe este até a foz do córrego da Prata;

§ 2.º — o de LOANDA, com território desmembrado do município de Paranavai, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de NOVA LONDRINA: começa no rio Paraná, na foz do ribeirão Areia Branca, sobrepõe este e depois pela linha de divisas das glebas 13 e 14, da colônia Paranavai, prossegue pela linha de divisas das glebas 12 e 13, daí pela linha de divisas das glebas 9 e 12 até o ponto de encontro com a linha de divisas da gleba 8, todas da colônia Paranavai;

II — com o município de Santa Isabel do Ivaí: começa no cruzamento do rio Tamandueté da linha de divisas das glebas 16 e 19, da colônia Paranavai, segue por essa linha e em seguida pela linha de divisas das glebas 15 e 11 com as glebas 19 e 18 até encontrar o rio Selma;

III — com o município de Querência do Norte: começa no rio Paraná, na linha de divisas das glebas 20 e 23, da colônia Paranavai, segue essa linha até encontrar a linha de divisas da gleba 23, da mesma colônia;

IV — com o município de Santa Cruz do Monte Castelo: começa no ponto de encontro das linhas de divisas das glebas 20, 23 e 27, da colônia Paranavai, segue pela linha de divisas das glebas 20 e 23 e depois pela linha de divisas das glebas 16 e 23 até encontrar o rio Tamandueté;

V — com o município de Paranavai: começa no rio bonito na sua foz no rio Selma, sobrepõe este até sua mais alta cabeceira, daí em reta S-N até encontrar a linha de divisas das glebas 8 e 9, da colônia Paranavai, segue por essa linha até encontrar a linha de divisas da gleba 12, da mesma colônia;

§ 3.º — o de SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, com território desmembrado do município de Paranavai, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Querência do Norte: começa no rio Ivaí, na foz do córrego da Prata, sobrepõe este até encontrar a linha de divisas das glebas 25 e 28 da colônia Paranavai, segue por essa linha em seguida pela linha de divisas da gleba 23 com as glebas 28 e 27 até encontrar a linha de divisas da gleba 20, todas da colônia Paranavai;

II — com o município de Cruzeiro do Oeste: começa no rio Ivaí na foz do córrego da Prata, sobrepõe o rio Ivaí até a foz do rio Tamandueté;

III — com o município de Santa Isabel do Ivaí: começa no rio Ivaí, na foz do rio Tamandueté, sobrepõe este até encontrar a linha de divisas das glebas 16 com as glebas 19 e 23 da colônia Paranavai;

IV — com o município de Loanda: começa no ponto de encontro das linhas de divisas das glebas 20, 23 e 27, na colônia Paranavai, segue pela linha de divisas das glebas 20 e 23 e depois pela linha de divisas das glebas 16 e 23 até encontrar o rio Tamandueté;

§ 4.º — o de SANTA ISABEL DO IVAÍ, com território desmembrado do município de Paranavai, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Santa Cruz do Monte Castelo: começa no rio Ivaí, na foz do rio Tamandueté, sobrepõe este até encontrar a linha de divisas da gleba 16 com as glebas 19 e 23, da colônia Paranavai;

II — com o município de Loanda: começa no cruzamento do rio Tamandueté com a linha de divisas das glebas 16 e 19, da colônia Paranavai, segue por essa linha e em seguida pela linha de divisas das glebas 15 e 11 com as glebas 19 e 18 até encontrar o rio Selma;

III — com o município de Paranavai: começa no rio Ivaí, na foz do rio Selma, sobrepõe este até a foz do rio Bonito;

§ 5.º — o de NOVA LONDRINA, com território desmembrado do município de Paranavai, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Terra Rica: começa no rio Paranapanema, na foz do rio do Corvo, sobrepõe este até a foz do rio Quati, sobrepõe este até encontrar a atual estrada Paranavai-Porto São José;

II — com o município de Paranavai: começa no ponto de encontro das linhas de divisas das glebas 9, 12 e 8 da colônia Paranavai, segue pela linha de divisas das glebas 8 e 12, até encontrar o rio Quati, desce por este até encontrar a atual estrada Paranavai-Porto São José;

III — com o município de Loanda: começa no rio Paraná, na foz do rio Areia Branca, sobrepõe este e depois pela linha de divisas das glebas 13 e 14, da colônia Paranavai, prossegue pela linha das glebas 12 e 13, daí pela linha de divisas das glebas 9 e 12 até o ponto de encontro com a linha de divisas da gleba 8, todas da colônia Paranavai;

§ 6.º — o de SÃO JORGE, com território desmembrado do município de Mandaguari, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Mandaguari: começa no rio Chapecó no cruzamento da estrada Chapecó, segue por esta até encontrar o rio Andará, desce por este até a foz do rio Ibirapitanga, sobrepõe este até a sua cabeceira, daí em reta L-E até encontrar a linha de divisas com o município de Nova Esperança;

II — com o município de Maringá: começa no rio Ivaí, na foz do rio Bardeirantes do Sul, sobrepõe este até a foz do rio Chapecó, sobrepõe este até o seu cruzamento com a estrada Chapecó;

III — com o município de Nova Esperança: começa no cruzamento da linha de divisas N. S. das Terras da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná com o rio Paranhos, sobrepõe este até a sua cabeceira, próxima da estrada Florai-Iro, daí em reta em direção da cabeceira do córrego Turuçu, até encontrar a linha de divisas com o município de Mandaguari;

IV — com o município de Tamboara: começa no rio Ivaí no marco da divisa N. S. das terras da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná e segue esta no sentido norte até o cruzamento com o rio Paranhos;

V — com o município de Engenheiro Beltrão: começa na foz do rio Bardeirantes do Sul no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio Ligeiro;

VI — com o município de Araruna: começa na foz do rio Ligeiro no rio Ivaí, desce por este o cruzamento do marco de divisa de terras da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná e da Colônia Paranavai;

§ 7.º — o de CORONEL VIVIDA, com território desmembrado do município de Mangueirinha, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Pato Branco: começa no rio Chopim, na foz do rio Gigante, desce pelo rio Chopim até a foz do rio Envolvido;

II — com o município de Chopinzinho: começa no rio Chopim na foz do rio Envolvido, sobrepõe este até sua cabeceira e daí pelo divisor de águas do Chopim e Iguaçu até alcançar a linha de divisas do núcleo Jacutinga, próximo a cabeceira do rio Jacutinga;

III — com o município de Mangueirinha: começa na divisa do núcleo Jacutinga, próximo da cabeceira do rio Jacutinga, segue a divisa deste núcleo até encontrar o afluente mais próximo do rio Gigante, desce por esse afluente até sua foz no rio Gigante, e por este abaixo até o rio Chopim;

§ 8.º — o de CHOPINZINHO, com território desmembrado do município de Mangueirinha, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Laranjeiras do Sul: começa na foz do rio Chopim no rio Iguaçu, sobrepõe este até a foz do rio Cavernoso;

II — com o município de Guarapuava: começa na foz do rio Cavernoso no rio Iguaçu, sobrepõe este até a foz do Lagoado Grande dos Índios;

III — com o município de Mangueirinha: começa no rio Iguaçu na foz do Lagoado Grande dos Índios, sobrepõe este até a foz do Lagoado Conrado, sobrepõe este até a sua cabeceira, daí em reta a cabeceira do rio Caçador, desce por este até a divisa do núcleo Jacutinga, próxima da cabeceira do rio Jacutinga;

IV — com o município de Chopinzinho: começa no rio Chopim na foz do rio Envolvido, sobrepõe este até sua cabeceira e daí pelo divisor de águas do Chopim e Iguaçu até alcançar a linha de divisas do núcleo Jacutinga, próximo a cabeceira do rio Jacutinga;

V — com o município de Francisco Beltrão: começa na foz do arroio divisor do rio Chopim, desce por este até sua foz no rio Iguaçu;

VI — com o município de Pato Branco: começa na foz do rio Envolvimento no rio Chopim, desce por este até a foz do arroio Divisor;

§ 9.º — o de SÃO PEDRO DO IVAÍ, com território desmembrado do município de Jandaia do Sul, sede na localidade de Ivaí, que passa a denominar-se São Pedro do Ivaí e divisas seguintes:

I — com o município de Bom Sucesso: começa no rio Cambará, na foz de um seu afluente da margem direita cujas cabeceiras são as mais próximas das cabeceiras do rio Boiaçu, sobrepõe este até aquele afluente até a sua foz no rio Barbacena, daí em reta SE-NO ao rio Keller;

II — com o município de Marialva: começa no rio Ivaí, na foz do rio Keller, sobrepõe este até o ponto de encontro com as divisas com o município de Bom Sucesso;

III — com o município de Campo Mourão: começa na foz do rio Keller no rio Ivaí, sobrepõe este até a foz do rio Corumbataí;

IV — com o município de Pitanga: começa na foz do rio Ivaí, sobrepõe este até a foz do rio Cambará;

V — com o município de Jandaia do Sul: começa no rio Ivaí na foz do rio Cambará, sobrepõe este até um seu afluente da margem direita, ponto de encontro com as divisas do município de Bom Sucesso;

§ 10.º — o de BOM SUCESSO, com território desmembrado do município de Jandaia do Sul, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Jandaia do Sul: começa na foz do rio Humaitá, sobrepõe este e depois pelo córrego Cimitarra, até sua cabeceira; daí em reta alcança a cabeceira mais próxima do rio Cimerê, pelo qual desce até sua foz no rio Cambará, desce por este até um afluente da margem direita, cujas cabeceiras se encontram próximas às do rio Boiaçu;

II — com o município de São Pedro do Ivaí: começa no rio Cambará, na foz de um seu afluente da margem direita, cujas cabeceiras são as mais próximas das cabeceiras do rio Boiaçu, desce por este até sua foz no rio Barbacena, daí em reta SE-NO ao rio Keller;

III — com o município de Marialva: começa no rio Keller no ponto de encontro das divisas com o município de São Pedro do Ivaí, sobrepõe este até a foz do rio Cambuí;

IV — com o município de Mandaguari: começa na foz do rio Cambuí no rio Keller, sobrepõe este até a foz do rio Humaitá;

§ 11.º — o de ARARUNA, com território desmembrado do município de Peabiru, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Campo Mourão: começa na foz do afluente da margem direita do rio Goio-Erê, contravertente do córrego Adelaide; sobrepõe este até a foz do rio Guamarê e por este acima e depois pelo córrego Pauzinho até sua cabeceira;

II — com o município de Peabiru: começa na cabeceira do córrego Pauzinho, daí em reta alcança a cabeceira do rio Claro, desce por este até a foz do rio Cachoeira;

III — com o município de Engenheiro Beltrão: começa no rio Ivaí, na foz do rio Ligeiro, sobrepõe este até a foz do rio Taquarém, sobrepõe este até a foz do rio Ligeiro;

subsequente daí em reta até alcançar a cabeceira do rio Cachoeira, pelo qual desce até a sua foz no rio Claro;

IV — com o município de São Jorge: começa na foz do rio Ligeiro no rio Ivaí, segue por este até o encontro da divisa de terras da Cia. Melhoramentos Norte Paraná e da Colônia Paranavai no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio dos Índios;

V — com o município de Lapa: começa no marco da divisa das terras da Cia. Melhoramentos Norte Paraná e da Colônia Paranavai no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio dos Índios;

VI — com o município de Rondon: começa no rio Ivaí, na foz do rio dos Índios, sobre por este até a foz do córrego Vasco;

VII — com o município de Cruzeiro do Oeste: começa no rio Goiê-Erê, na foz do seu afluente da margem direita, que é contra-vertente do córrego Adelaide, sobre por esse afluente até sua cabeceira, daí em reta até encontrar a cabeceira do córrego Adelaide, sobre por este até sua foz no rio dos Índios, desce por este até a foz do córrego Vasco;

VIII — com o município de CRUZEIRO DO OESTE, com território desmembrado do município de Peabiru, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Guarani: começa no rio Paraná, na foz do rio Piquiri, sobre por este até a foz do rio Goiê-Erê;

II — com o município de Campo Mourão: começa no rio Piquiri, na foz do rio Goiê-Erê sobre por este até a foz de um seu afluente da margem direita que é contra-vertente do córrego Adelaide;

III — com o município de Aracruz: começa no rio Goiê-Erê, na foz de um seu afluente da margem direita, que é contra-vertente do córrego Adelaide, sobre por esse afluente até sua cabeceira, daí em reta até encontrar a cabeceira do córrego Adelaide, sobre por este até a sua foz, no rio dos Índios, desce por este até a foz do córrego Vasco;

IV — com o município de Rondon: começa no rio dos Índios, na foz do córrego Vasco, sobre por este até a sua cabeceira, daí em reta — L-O até encontrar a cabeceira do arroio do mesmo, desce por este até a sua foz no rio Tapiraçuí, desce por este até a sua foz no rio Ivaí;

V — com o município de Paranavai: começa na foz do rio Tapiraçuí no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio Selma;

VI — com o município de Santa Isabel do Ivaí: começa na foz do rio Selma no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio Tamandueté;

VII — com o município de Santa Cruz de Monte Castelo: começa na foz do rio Tamandueté no rio Ivaí, sobre por este até a foz do córrego da Prata;

VIII — com o município de Querência do Norte: começa na foz do córrego da Prata no rio Ivaí, desce por este até a sua foz no rio Paraná;

IX — com o município de ENGENHEIRO BELTRÃO, com território desmembrado do município de Peabiru, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Aracruz: começa no rio Ivaí na foz do rio Ligeiro, sobre por este até a foz do rio Tamarandé, sobre por este até a sua cabeceira, daí em reta até alcançar a cabeceira do rio Cachoeira, pelo qual desce até a sua foz no rio Claro;

II — com o município de Peabiru: começa na foz do rio Cachoeira no rio Claro, desce por este até encontrar a linha de divisa da gleba (Rio Mourão), com a gleba II da Colônia Mourão, segue por essa linha até a foz do rio do Campo no rio Mourão;

III — com o município de Campo do Mourão: começa na foz do rio Mourão, desce por este até a sua foz no rio Ivaí;

IV — com o município de Marabá: começa na foz do rio Mourão no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio Burum;

V — com o município de Rondon: começa na foz do rio Pingtim no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio Bandeirantes do Sul;

VI — com o município de São Jorge: começa na foz do rio Bandeirantes do Sul no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio Ligeiro;

X — com o município de PARANÓ DO NORTE, com território desmembrado do município de Paranavai, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Paranavai: começa no rio Ivaí na foz do rio Córrego, sobre por esse até encontrar a linha de divisas dos lotes 29 e 31, gleba 7, da Colônia Paranavai, segue por essa linha e depois pela divisa dos lotes 26 e 28, também da gleba 7, ultrapassando o rio da Lapa atinge a linha de divisa dos lotes 101 e 102 da gleba 8, segue por essa linha e depois pela divisa dos lotes 103 e 104, atinge o rio, daí Praxão, sobre por este até alcançar a linha de divisas dos lotes 143 e 144 da gleba 141, daí o rio 3 segue por essa linha depois pela divisa dos lotes 126 e 140 da mesma gleba até atingir o rio Paranavai, sobre por este até a foz do rio. P. 9, sobre por este até a sua cabeceira, daí em reta a alcançar a cabeceira do rio. do S-1, desce por este até a sua foz no rio. Saruquá, sobre por este até encontrar a linha de divisas da gleba "Ivaí";

II — com o município de Tamborã: começa no ponto de encontro do rio Saruquá com a linha de divisas das terras da Gleba "Ivaí", segue por essa linha na direção N-S até o encontro da divisa ao sul da mesma gleba "Ivaí", segue por essa linha na extensão de mais ou menos quatro mil e duzentos metros até o ponto mais próximo da cabeceira de um afluente da margem direita do rio Anhumai, desce por este até o afluente rio, e por este até a sua foz no rio Ivaí;

III — com o município de Rondon: começa na foz do rio Anhumai, no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio Crescuma;

XI — com o município de RONDON, com território desmembrado do município de Peabiru, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Paranavai: começa na foz do rio Tapiraçuí no rio Ivaí, sobre por este até a foz do rio Crescuma;

II — com o município de Paraná do Norte: começa na foz do rio Crescuma no rio Ivaí, sobre por este até a foz do rio Anhumai;

III — com o município de Rondon: começa na foz do rio Anhumai no rio Ivaí, sobre por este até a foz do rio dos Índios;

IV — com o município de Aracruz: começa no rio Ivaí na foz do rio dos Índios, sobre por este até a foz do córrego Vasco;

V — com o município de Cruzeiro do Oeste: começa no rio dos Índios, na foz do córrego Vasco, sobre por este até a sua cabeceira, daí em reta L-O até encontrar a cabeceira do arroio do mesmo, desce por este até a sua foz no rio Tapiraçuí, desce por este até a sua foz no rio Ivaí;

XII — com o município de SÃO JOÃO DO CAIUA, com território desmembrado do município de Alto Paraná, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Paranavai: começa no ponto de divisa NS das terras da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, segue essa linha na direção Sul até o seu cruzamento com um afluente da margem direita do rio. São João;

II — com o município de Paranavai: começa no rio Paranapanema na foz do rio do Diabo, sobre por este até a foz do rio Ipiranga;

III — com o município de Nova Esperança: começa na foz do rio Ipiranga no rio do Diabo, sobre por este até a foz do rio Jacaré;

IV — com o município de Alto Paraná: começa no rio do Diabo, na foz do rio Jacaré, sobre por este até a foz do córrego Panfá, sobre por este até a sua mais alta cabeceira e daí por uma linha reta e seca até atingir a cabeceira do mais próximo afluente do rio. São João, desce por este até o rio. São João e por este em seguida até o ponto em que cruza com a divisa de Paranavai;

XIII — com o município de TAMBORÃ, com território desmembrado do município de Paranavai, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Paraná do Norte: começa no cruzamento do rio Saruquá com a linha de divisas das terras da gleba "Ivaí", segue por essa linha na direção NS até o encontro da divisa ao sul da mesma gleba, segue por essa linha na extensão de mais ou menos quatro mil e duzentos metros até o

ponto de encontro da cabeceira de um afluente da margem direita do rio. Anhumai, sobre por este até a foz do rio. Anhumai e por este em seguida até a sua foz no rio Ivaí;

II — com o município de Paranavai: começa no ponto de encontro de divisas das terras da Cia. Melhoramentos Norte Paraná com as terras da gleba "Ivaí", segue a linha de divisas da gleba Ivaí na direção L-O até encontrar a linha NS da mesma gleba Ivaí, pela qual desce até o cruzamento com o rio. Saruquá;

III — com o município de Alto Paraná: começa no ponto de cruzamento das linhas de divisas das terras da Cia. Melhoramentos Norte Paraná e Gleba "Ivaí", segue pela linha de divisas NS da Cia. Melhoramentos Norte Paraná no sentido sul até encontrar o rio. Anhumai;

IV — com o município de Nova Esperança: começa no rio. Anhumai, no cruzamento com a linha de divisa de terras da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, segue por essa linha na direção sul até encontrar o rio. Paranavai;

V — com o município de São Jorge: começa no rio. Paranavai, no cruzamento com a linha de divisas das terras da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, e segue por essa linha na direção sul até o rio Ivaí;

VI — com o município de Aracruz: começa na linha de divisa de terras da Cia. Melhoramentos Norte Paraná e Colônia Paranavai no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio dos Índios;

VII — com o município de Rondon: começa na foz do rio dos Índios no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio. Anhumai;

XIV — com o município de TERRA RICA, com território desmembrado do município de Paranavai, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Nova Lorraina: começa no rio Paranapanema, na foz do rio do Corvo, sobre por este até a foz do rio. Quati, sobre por este até encontrar a estrada Paranavai-Porto São José;

II — com o município de Paranavai: começa no rio Paranapanema na foz do rio. Corvo, sobre por este até encontrar um seu afluente da margem esquerda que é a divisa dos lotes 20 e 19 com os lotes 20-A e 20-B, da Gleba B, 1.ª seção, 2.ª parte, sobre por essa divisa até encontrar a linha de divisas dos lotes XIII e XIV, segue por essa linha e em seguida pela linha de divisas dos lotes XIV e XLVI, da pela divisa do lote XLVIII até encontrar um afluente da margem direita do rio do Corvo, desce por esse afluente até a sua foz no rio. do Corvo, desce por este até a foz do rio. das Garças, sobre por este até a estrada Paranavai-Porto São José, segue por essa estrada até encontrar o rio. do Quati;

XV — com o município de PARANACITY, com território desmembrado do município de Nova Esperança, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de São João do Caiua: começa no rio Paranapanema na foz do rio. do Diabo, sobre por este até a foz do rio. Ipiranga;

II — com o município de Nova Esperança: começa no rio. do Diabo, na foz do rio. Ipiranga, sobre por este até a sua cabeceira, daí em reta no sentido leste até o córrego Tupiranga na foz do Guapirã, desce por aquele até o Tapajós e por este até a sua foz no rio Pirapó;

III — com o município de Astorga: começa na foz do rio. Tapajós, no rio Pirapó, desce por este até a foz do rio. do Landerbach do Norte;

IV — com o município de Celorário: começa na foz do rio Bandeirantes do Norte no rio Pirapó, desce por este até a foz do rio. Japira;

V — com o município de Japira: começa na foz do rio. Japira, no rio Pirapó, desce por este até a foz no rio Paranapanema;

XVI — com o município de CANDIDO DE AZEVEDO, com território desmembrado do município de Reserva, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Reserva: começa na foz do rio Branco no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio. do Bônito no Pedrinho;

II — com o município de Guarapirã: começa na foz do rio. do Bônito no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio. do Bônito no Pedrinho;

III — com o município de Itaipu: começa na foz do rio. do Bônito no rio Ivaí, desce por este até a foz do rio. do Bônito no rio Ivaí;

IV — com o município de Ipiranga: começa na cunhada da serra de São Roque, em frente a cabeceira de rio. do Bônito ou da Ana, segue pela cunhada desta até a divisa da Colônia Ivaí, seguindo esta divisa no sentido sul até o rio dos Índios, desce por este até a confluência do rio dos Índios;

V — com o município de Reserva: começa no rio. do Bônito, na foz do rio Branco, sobre por este até a sua cabeceira próxima ao povoado Aldeia Nova, daí alcança o caminho que vai de Reserva a Rio Branco e segue por este caminho até defrontar a cabeceira do rio da Faça, daí em direção norte — sul até alcançar a linha da cunhada da serra da Prata e por esta até encontrar o caminho que vai de três Bocas a Alumburi, segue pela cunhada da serra da Prata até o morro Agudinho, daí, pelo divisor de águas dos rios Ivaí e Imbau, até a serra de São Roque, junto a cabeceira do rio Bônito;

XVII — com o município de GUARACI, com o território desmembrado do município de Jaguapitã, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Santo Inácio: começa do cruzamento do rio Santo Inácio com a divisa sul da Colônia Zacarias de Góes e prossegue por esta divisa no sentido leste até o seu cruzamento com a estrada de Santo Inácio e Jaguapitã;

II — com o município de Lupionópolis: começa no cruzamento da estrada Santo Inácio e Jaguapitã com a divisa sul da Colônia Zacarias de Góes e prossegue por esta divisa no sentido leste até o rio Rondon;

III — com o município de Centenário do Sul: começa na divisa sul da Colônia Zacarias de Góes no cruzamento do ribeirão Rondon, sobre por este e pela cabeceira leste e daí em reta, alcança o mais próximo afluente do ribeirão Bagé pelo qual desce até sua foz no rio Centenário;

IV — com o município de Jaguapitã: começa na foz do ribeirão Bagé no rio Centenário sobre por este e depois pelo rio Porto Alegre até sua cabeceira, daí a cabeceira da água de Barrico, desce por esta e depois pela água Santa Rita até sua foz no rio Bandeirantes do Norte;

V — com o município de Aracruz: começa na foz da água Santa Rita no rio Bandeirantes do Norte e desce por este até a foz do córrego do Manjolo;

VI — com o município de Celorário: começa no rio Bandeirante do Norte na foz do córrego do Manjolo, sobre por este até sua cabeceira de onde em reta alcança a cabeceira do córrego Água Clara pelo qual desce e depois pelo rio Santo Inácio até a divisa sul da Colônia Zacarias de Góes;

XVIII — com o município de CAFFARA, com território desmembrado do município de Lupionópolis, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de Guaraci: começa na foz do rio. Mandacari no rio Santo Inácio, sobre pelo dito Mandacari até sua cabeceira, daí em reta, rumo Leste verdadeiro, até encontrar a cabeceira Oeste do ribeirão Rondon, desce por este até encontrar a foz da cabeceira Leste do mesmo ribeirão Rondon;

II — com o município de Centenário do Sul: começa no ponto de encontro da cabeceira Oeste do ribeirão Rondon, seguindo por este rio, abaixo até o encontro da divisa sul da Colônia Zacarias de Góes;

III — com o município de Lupionópolis: começa no ponto de encontro da divisa sul da Colônia Zacarias de Góes com o rio. Rondon, desce por este até a foz do seu afluente ribeirão Barra ou braço Grande, sobre por este até a foz do seu afluente à margem esquerda do rio Comprido, subindo por este até a estrada Espírito Santo da Colônia Zacarias de Góes; segue por esta estrada rumo Oeste até encontrar o rio. Antilhas, desce por este até a foz no ribeirão das Antas e desce pelo ribeirão das Antas até a foz do seu afluente ribeirão Saruquá;

IV — com o município de Santo Inácio: começa no cruzamento da linha de divisa sul da Colônia Zacarias de Góes com o rio Santo Inácio; segue por esta linha de divisa rumo Oeste até alcançar a estrada de Santo Inácio e a Jaguapitã;

segundo por este até a barra do rio Bonito, daí em retas até a cabeceira do rio. Serraria Velha, segue por este até a barra do rio Bonito, daí em retas até a cabeceira do rio.

§ 23.º — o de **ARARUÁ**, com território desmembrado do município de Araruá, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de **Araruá**: começa na foz do rio Bonito, na foz do ribeirão Barra Nova, sobe pelo rio Bonito até a foz do córrego Marquino, sobe este à sua cabeceira, daí em retas alcança a cabeceira contra-vertente de um afluente do rio Taquara, desce por esse afluente até a sua foz;

II — com o município de **Apucarana**: começa no rio Bonito, na foz do ribeirão Barra Nova, sobe por este até a foz do córrego Dourado e por este até a sua cabeceira, daí por uma linha seca alcança a cabeceira do rio Taquara, desce por este até a foz de um afluente da margem direita anterior ao ribeirão Clementino, ponto de cruzamento com a divisa com o município de Araruá;

§ 24.º — o de **SABAUDIA**, com território desmembrado do município de Arapongas, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de **Arapongas**: começa no rio Pirapó, na foz do ribeirão Lageado, sobe por este até a sua cabeceira e daí, por uma retas, até alcançar a estrada de Pirapó;

II — com o município de **Astorga**: começa no rio Pirapó, na foz do ribeirão Paranaguá, sobe por este até a sua cabeceira e daí, por uma linha seca, alcança a cabeceira do ribeirão Pimpelha;

III — com o município de **Rolândia**: começa na cabeceira do ribeirão Pimpelha, daí, por uma linha seca, alcança a cabeceira mais próxima de um braço esquerdo do córrego Mangueira, desce pelo mesmo braço e pelo referido córrego até sua foz no rio das Pinhanguinhas, sobe por este até a sua cabeceira, e daí, por uma linha seca, alcança a estrada de Pirapó, por esta estrada até o ponto mais próximo da cabeceira do ribeirão Lageado;

IV — com o município de **Mandaguari**: começa na foz do ribeirão Paranaguá, no rio Pirapó, sobe por este até a foz do ribeirão Dourados;

V — com o município de **Apucarana**: começa na foz do ribeirão Dourados, no rio Pirapó, sobe por este até a foz do ribeirão Lageado;

§ 25.º — o de **COLORADO**, com território desmembrado do município de Jaguariaíva, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de **Guaraci**: começa no rio das Antas, sobe por este até a sua cabeceira de onde em retas alcança a cabeceira do córrego Água Clara, pelo qual desce e depois pelo rio Santo Inácio até a divisa sul da Colônia Zacarias de Góes;

II — com o município de **Nova Esperança**: começa no rio Bandeirantes do Norte no rio Pirapó, desce por este até a foz do rio Japira;

III — com o município de **Santo Inácio**: começa no rio Pirapó na foz do rio Japira, sobe por este até alcançar o prolongamento da linha leste-oeste da divisa sul da Colônia Zacarias de Góes, segue por esta no sentido leste até o cruzamento com o rio Santo Inácio;

IV — com o município de **Astorga**: começa no rio Pirapó na foz do rio Bandeirantes do Norte, sobe por este até a foz do córrego Monjolo;

§ 26.º — o de **JABOTI**, com território desmembrado do município de Japira, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de **Japira**: começa na divisa das terras da Cia. Industrial Sul Mineira do divisor das águas Ribeirão Grande e Jaboticabal, segue pela divisa das referidas terras até o seu cruzamento com a Água Branca pela qual desce pelo ribeirão do Patrimônio atravessando este na divisa das terras dos sucessores de Francisco Pedrosa da Luz, seguindo por esta divisa até o ribeirão do Sabino pelo qual desce até o ribeirão Jaboticabal, pelo qual sobe até o ponto em que faz retas com a linha de divisas das terras de Jipipito (Auto Guinardes e Cia. de Cerveja e Minas) seguindo por esta retas e continuando pela referida linha de divisas até a foz dos Pereiras, e daí segue pela divisa das Fazendas Penteados e Mairink até defrontar a cabeceira do ribeirão Marimbom, daí segue pelo divisor de águas do ribeirão do Engano e ribeirão Vermelho até a divisa com o ribeirão do Pinhal;

II — com o município de **Nio Cinzas**: começa na cabeceira do rib. das Pedras, desce por este até a sua foz no rio das Cinzas;

III — com o município de **Joaquim Távora**: começa na barra do rib. das Pedras, no rio das Cinzas sobe por este até a barra do rib. Barra Grande, onde encontra a divisa do município de Tomazina;

IV — com o município de **Tomazina**: começa na barra do rib. Barra Grande no rio das Cinzas sobe por este até a barra do rib. Lageado, sobe por este até a sua cabeceira;

V — com o município de **Pinhalão**: começa no cruzamento da divisa da Cia. Sul Mineira no rib. da Serraria Velha desce por este até encontrar a ponte da Serraria Velha que liga a cidade de Pinhalão à de Jaboti, daí em retas até encontrar a cabeceira do rib. Lageado;

§ 27.º — o de **TRAQUAIA**, com território desmembrado do município de Santo Inácio, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de **Santo Inácio**: começa no rio Paranapanema na foz do rib. Água Clara, sobe por este até a sua cabeceira, onde alcança em retas o divisor de águas dos rios Santo Inácio e Pirapó, segue por este divisor no sentido sul até encontrar a linha de divisa sul da colônia Zacarias de Góes;

II — com o município de **Colorado**: começa no rio Pirapó na foz do rio Japira, sobe por este até alcançar o prolongamento da linha leste-oeste da divisa sul da colônia Zacarias de Góes, segue por esta no sentido leste até encontrar o divisor de águas dos rios Santo Inácio e Pirapó;

III — com o município de **Paranacity**: começa no rio Paranapanema, na foz do rio Pirapó, sobe por este até a foz do rio Japira;

§ 28.º — o de **BITURANA**, com território desmembrado do município de Palmas, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de **Palmas**: começa no rio Iguaçu, na foz do rio Crescuma, sobe por este até a foz do lagoado Saltinho por este acima até a sua cabeceira, de onde alcança, em linha retas, a cabeceira do lagoado da Escada, por este abaixo até a sua foz no rio Iratim, por este sobe até a foz do lagoado Grande, por este acima até a foz de um afluente da margem direita que é contra-vertente das cabeceiras do rio Iratim, sobe por este afluente até a sua cabeceira de onde alcança o espigão divisor, passando pelo Cerrito da Abreu até defrontar a cabeceira do rio das Antas, alcança esta e desce pelo rib. até sua foz no rio Jangada;

II — com o município de **União da Vitória**: começa na foz do rio das Antas no rio Jangada, desce por este até a sua foz no rio Iguaçu, desce por este até a foz do rio Palmittal;

III — com o município de **Cruz Machado**: começa na foz do rio Palmittal, no rio Iguaçu, desce por este até a foz do rio da Areia;

IV — com o município de **Guarapuava**: começa na foz do rio da Areia no rio Iguaçu, desce por este até a foz do rio Crescuma;

§ 29.º — o de **ARANDI**, com território desmembrado do município de Jaguariaíva, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — com o município de **Jaguariaíva**: começa na antiga estrada de Jaguariaíva e a Caceres, no rib. da Barra Mansa, sobe por este até a barra do lagoado que nasce mais perto da antiga sede da Fazenda Barreiro, sobe por esse lagoado até a sua cabeceira, daí por um vale velho existente até a contra-vertente mais próxima, desce por esta até o rio Jarivá, subindo por este até a sua cabeceira e daí em retas alcança um vale cortado pela estrada estadual de rodagem Curitiba-Jacuruí, no quilômetro 212, segue pela margem direita dessa estrada;

II — com o município de **Pinhalão**: começa na cabeceira do rio Café ou Anta Brava, desce por este até a sua foz no rio das Cinzas, e por este abaixo até a foz do ribeirão Saltinho;

V — com o município de **Ibaiti**: começa no rio Laranjinha ou do Peixe, na foz do arroio de Vinho, daí em retas à cabeceira do rio do Café ou Anta Brava;

VI — com o município de **Tibagi**: começa na cabeceira do Lagoado Quebra Pernas val em retas, a cabeceira do Arroio Grande, desce por este até a sua foz no rio do Peixe ou Laranjinha, e por este abaixo até a foz do Arroio de Vinho;

VII — com o município de **Pirai do Sul**: começa na cabeceira do Lagoado Quebra Pernas, daí em retas alcança a cabeceira do rio Redomona, desce por este até a sua foz no rio das Cinzas;

Art. 2.º — Ficam criados os distritos administrativos seguintes:

§ 1.º — no município de **Guaraci**: o de Nossa Senhora das Graças, com divisa interdistrital com o distrito da sede seguinte: começa no rio Bandeirantes do Norte na foz do córrego situado entre o córrego Tamandua e a água da Barra, sobe por este até a sua cabeceira de onde em linha NS alcança a estrada que vai a Colorado, segue por essa no sentido leste até alcançar a estrada onde bifurca e vai a Santo Inácio, seguindo por esta até encontrar o córrego do Mandacará, pelo qual desce e depois pelo rio Santo Antonio até a divisa do município;

§ 2.º — no município de **Tamboara**: o de São Carlos do Ivaí, com a divisa interdistrital com o distrito da sede seguinte: começa no cruzamento da linha sul da divisa da gleba "Ivaí" com a linha NS da Gleba da Cia. Melhoramento do Norte do Paraná, segue a linha de divisa da gleba "Ivaí" até o cruzamento com a divisa com o município de **Paraisópolis do Norte**;

§ 3.º — com o município de **Pinhalão**: o de Lavrinha, com a divisa interdistrital com o distrito da sede seguinte: começa no ribeirão da Anta na confluência das divisas atuais dos municípios de Tomazina e Pinhalão e segue em linha seca e retas até encontrar a cabeceira do ribeirão do Lagoado na junção das divisas dos municípios de Ibaiti e Pinhalão;

§ 4.º — no município de **Astorga**: o de Tupinambá, com a divisa interdistrital seguinte: partindo da barra do ribeirão Aurora, no rio Pirapó, sobe por este até a foz do ribeirão Astorga sobe por este ribeirão até a foz do córrego Tocina, sobe por este até a sua cabeceira mais alta, próxima à estrada geral daí em linha retas até a cabeceira mais alta do ribeirão Aurora, sempre à esquerda da estrada geral, que parte de Astorga, desta cabeceira desce pelo ribeirão Aurora até a sua foz no rio Pirapó;

Art. 3.º — As Câmaras dos Municípios criados por esta lei, serão compostas de 9 (nove) membros cada uma, realizando-se as primeiras eleições para Prefeito e Vereadores na data fixada para a renovação dos atuais mandatos legislativos do Estado.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1954.

Jacinto Munhoz — Presidente

## LEI N.º 2.256

Data: 30 de novembro de 1954.

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo a doar à Rádio Tinguy Limitada, uma área de 7.600 m2. de terreno no município de Piraquara.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Rádio Tinguy Limitada uma área de 7.600 m2 (sete mil e seiscentos metros quadrados) do terreno do Estado por Humberto Scarpa, no município de Piraquara, para ali ser instalada a estação transmissora e as torres distribuidoras.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 30 de novembro de 1954.

Ass. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO

Francisco de Paula Soares Neto

Ref. Prot. n.º 19.105-54-PG.

# Ato do Poder Executivo

## GOVERNO DO ESTADO

DECRETO N.º 14.210

DECRETO N.º 14.221

O Governador do Estado do Paraná resolve mandar contar, de acordo com o art. 158, § único, da Constituição Estadual, para todos os efeitos legais, em favor de Efigênio Torres de Oliveira, ocupante do cargo da classe K da carreira de Agente de Polícia, do Quadro Geral da Chefatura de Polícia, o tempo de 5 (cinco) meses e 23 (vinte e três) dias, compreendido entre 19 de agosto de 1914, em que o mesmo prestou serviços à Polícia Militar do Estado.

Curitiba, em 23 de agosto de 1954, 133.ª da Independência e 64.ª da República.  
(Ass.) Bento Munhoz da Rocha Neto  
Renato Curral do Amaral Valente  
Ref. Prot. n.º 5778-54-PG.  
(Reproduzido por ter saído com incorrecção)

O Governador do Estado do Paraná resolve mandar contar, de acordo com o art. 158, § único, da Constituição Estadual, para todos os efeitos legais, em favor de Alvaro Holzmann, ocupante do cargo de professor auxiliar, padrão C do Quadro do Ensino, com exercício no Colégio «Regente Feijó», de Ponta Grossa, o tempo de 4 (quatro) anos, compreendido entre 1.º de julho de 1933 e 31 de julho de 1936 e de 1.º de agosto de 1936 a 31 de julho de 1941, em que o mesmo prestou serviços como extramuralista.

Curitiba, em 23 de agosto de 1954, 135.ª da Independência e 66.ª da República.  
(Ass.) Bento Munhoz da Rocha Neto  
João de Matos Barreto  
Ref. Prot. n.º 1898-54-PG.  
(Reproduzido por ter saído com incorrecção)

(P. 34.229-IV)

"SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO"  
Secretaria de Fazenda  
Alameda Dr. Murilo, 91  
021X-CURITIBA



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

ANO LXXXII — N. 214

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1943

### ATOS DO GOVERNO

DECRETO-LEI N. 5.782 — DE 30 DE AGOSTO DE 1943

*Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional*

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — de 1-IX-1943)

## RETIFICAÇÃO

No art. 3.º, onde se lê:

"... benefícios de instruções de previdência..."

Leia-se:

"... benefícios de instituições de previdência..."

DECRETO-LEI N. 5.808 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

*Modifica o n.º 10 da tabela do imposto do selo*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O n.º 10 da tabela anexa ao decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, que dispõe sobre o imposto do selo, passa a vigorar com a seguinte redação:

"10. Autos e outros papéis forenses não especificados no Distrito Federal e nos Territórios, por folha ..... Cr\$ 1,00

Nota:

Estão intentas:

a) contra-fés de intimações;

b) notificação requerida por associado de cooperativa, nos termos do art. 18, parágrafo único, do decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932."

Art. 2.º O disposto nesta lei aplica-se desde a data em que foi publicado o citado decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.810 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

*Dispõe sobre a aposentadoria de José Medeiros Moura*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo nú-

mero 27.456, de 1941, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Artigo único. Fica aposentado, com provento integral, José Medeiros Moura, no cargo, em comissão, de Guarda de Armazem, padrão C, do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.811 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

*Autoriza o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado a assumir os direitos e obrigações dos contratos dos seguros de vida das companhias de seguros italianas, em liquidação, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado assumirá os direitos e obrigações decorrentes dos contratos dos seguros de vida das Companhias Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia e Adriatica de Seguros, cuja liquidação está confiada ao Instituto de Resseguros do Brasil (I. R. B.).

Art. 2.º Serão transferidos, para este fim, ao I. P. A. S. E., os bens necessários à cobertura das reservas matemáticas dos contratos calculadas na data da transferência, de acordo com as bases técnicas adotadas nas respectivas companhias.

Art. 3.º A avaliação dos bens a que se refere o artigo anterior será procedida por uma comissão composta de um representante do Ministério da Fazenda e outro do I. P. A. S. E., sob a presidência do Presidente do I. R. B.

Art. 4.º Os riscos que excederem os limites de retenção do I. P. A. S. E. serão ressegurados no I. R. B.

Art. 5.º Os segurados cujos contratos, em virtude deste decreto-lei, forem transferidos para o I. P. A. S. E. serão considerados como mutuários dessa instituição, para os efeitos do que dispõe o decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, ficando todas as operações que lhe forem referentes sujeitas às normas vigentes para os seguros privados e não se aplicando às mesmas as que disserem respeito à administração do seguro social.

Art. 6.º Cabe ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio resolver os casos omissos e as dúvidas que se suscitarem na execução do presente decreto-lei.

Art. 7.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Continúa na pág. 13731

## EXPEDIENTE

## IMPrensa NACIONAL

Diretor

RUBENS PORTO

Chefe S. Publicações

Chefe S. Redação

URILLO FERREIRA ALVES

EUCLYDES OESLANDES

## DIÁRIO OFICIAL

## SECÇÃO .

Impresso nas Oficinas da Imprensa Nacional

Avenida Rodrigues Alves n. 1

## EXPEDIENTE

A matéria destinada aos jornais deverá ser endereçada ao Serviço de Publicações (S. Pb.).

O disposto no decreto-lei n. 1.705, de 27 de outubro de 1939, deverá ser, na feitura do expediente das repartições públicas, invariavelmente observado.

As repartições públicas deverão remeter o expediente destinado aos jornais oficiais até às 15 horas e aos sábados até às 1 h e 30 m.

Os originais deverão ser devidamente autenticados.

As rasuras e emendas deverão ser sempre ressalvadas por sem de direito.

Os originais devem ser datilografados, evitando-se sempre escrever no verso.

A matéria paga deverá ser entregue de véspera; o seu recebimento é feito das 9 às 19 h e 30 m e, aos sábados, das 9 às 1 h e 30 m.

As reclamações, constatada a existência de erros ou omissões pertinentes à matéria retribuída, deverão ser formuladas à Seção e Redação, das 8 às 20 horas, e no máximo até 48 horas após saída dos órgãos oficiais.

## ASSINATURAS

Repartições e particulares:

Capital e Interior:

anual .....	Cr\$ 70,00
semestral .....	Cr\$ 35,00

Exterior:

anual .....	Cr\$ 110,00
-------------	-------------

Funcionários:

Capital e Interior:

anual .....	Cr\$ 56,00
semestre .....	Cr\$ 28,00

Exterior:

anual .....	Cr\$ 88,00
-------------	------------

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época, por semestre ou ano, terminando no último dia do mês em que se encerrem.

As repartições públicas se cingirão às assinaturas anuais, renovadas pelos órgãos competentes, até 28 de fevereiro de cada ano.

O registro da assinatura é feito à vista do comprovante de recolhimento.

O desconto para funcionários ou extranumerários, só é concedido aos que estiverem em pleno exercício de suas funções.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro da Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

Assinaturas:

CAPITAL — Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves n. 1.

INTERIOR — Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional — Alfândegas e Messas de Rendas — Coletorias Federais.

## SUMÁRIO

## ATOS DO GOVERNO

Páginas

DECRETO-LEI N. 5.782, de 30 de agosto de 1943 (S) .....	13729
DECRETO-LEI N. 5.808, de 13 de setembro de 1943 .....	13729
DECRETO-LEI N. 5.810, de 13 de setembro de 1943 .....	13729
DECRETO-LEI N. 5.811, de 13 de setembro de 1943 .....	13729
DECRETO-LEI N. 5.812, de 13 de setembro de 1943 .....	13731
DECRETO-LEI N. 5.809, de 13 de setembro de 1943 .....	13731
DECRETO N. 13.387, de 9 de setembro de 1943 .....	13734
DECRETO N. 13.393, de 9 de setembro de 1943 .....	13734
DECRETO N. 13.394, de 9 de setembro de 1943 .....	13734
DECRETO N. 13.395, de 9 de setembro de 1943 .....	13734
DECRETO N. 13.396, de 13 de setembro de 1943 .....	13734
DECRETO N. 12.397, de 13 de setembro de 1943 .....	13734
DECRETO N. 13.398, de 13 de setembro de 1943 .....	13734
DECRETO N. 13.399, de 13 de setembro de 1943 .....	13735
DECRETO N. 13.400, de 13 de setembro de 1943 .....	13735
MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decretos de 31 de agosto de 1943 .....	13735
MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decretos de 31 de agosto e 9 e 13 de setembro de 1943 .....	13735
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — Departamento Administrativo do Serviço Público — Exposições de motivos — Expediente da Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal, da Divisão de Seleção e da Divisão de Aperfeiçoamento .....	13736
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA — Por- tarias ns. 179 e 180 — Expediente .....	13735
CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO — Atas das 342. <sup>a</sup> e 343. <sup>a</sup> sessões .....	13738
COMISSÃO CENTRAL DE REQUISIÇÕES — Portaria n. 35 .....	13739
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Expediente do Gabinete do Sr. ministro, do Estado-Maior da Aeronáutica e da Escola de Especialistas de Aeronáutica .....	13739
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — Expediente do Departamen- to de Administração: Divisão do Pessoal, Divisão do Orga- nismo, do Departamento Nacional da Produção Animal: Divisão da Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Mi- neral e do Departamento Nacional da Produção Vegetal .....	13740
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — Expediente do Departamen- to de Administração: Divisão do Orçamento, Serviço de Comunicações, do Departamento Nacional de Educação: Divisão do Ensino Superior e do Departamento Nacional da Saúde .....	13741
MINISTÉRIO DA FAZENDA — Expediente do Gabinete do Sr. mi- nistro, da Câmara de Reajustamento Econômico, da Diretoria Geral da Fazenda Nacional: Diretoria da Despesa Pública, Dire- toria das Rendas Aduaneiras, Diretoria das Rendas Internas e da Diretoria do Tesouro: Alfândega do Rio de Janeiro, Divisão do Imposto de Renda .....	13743
MINISTÉRIO DA GUERRA — Expediente do Gabinete do Sr. mi- nistro e da Comissão de Orçamento .....	13749
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Expediente do Gabinete do Sr. ministro, da Comissão de Perma- nência de Estrangeiros, do Departamento de Administração: Serviço de Comunicações, do Departamento do Interior e da Justiça e da Imprensa Nacional .....	13752
MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Expediente do Departamento de Administração: Divisão do Pes- soal, Serviço de Comunicações, Comissão de Enquadramento Sin- dical, do Departamento Nacional de Imigração, do Departamen- to Nacional da Indústria e Comércio, do Departamento Nacio- nal do Trabalho e do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho .....	13754
MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Expediente do Departamento de Administração: Divisão do Orçamento e do Departamento dos Correios e Telégrafos .....	13765
TRIBUNAL DE CONTAS .....	13764
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SER- VIDORES DO ESTADO .....	13772
INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUS- TRIÁRIOS .....	13772
TÉRMINOS DE CONTRATO .....	13772
PARTE COMERCIAL .....	13774
EDITAIS E AVISOS .....	13775
SOCIEDADES .....	13783
ANÚNCIOS .....	12790



## Continuação da 1.ª pág.

## DECRETO-LEI N. 5.812 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

*Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos termos do art. 6.º da Constituição, decreta:

Art. 1.º São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

§ 1.º O Território do Amapá terá os seguintes limites:

- a Nordeste e Leste, com o Oceano Atlântico;
- a Sueste e Sul, o canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até à foz do rio Jari;
- a Sudoeste e Oeste, o rio Jari, da sua foz até às cabeceiras na Serra do Tumucumaque;
- a Noroeste, pela linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa.

§ 2.º O Território do Rio Branco terá os seguintes limites:

- a Noroeste, Norte e Nordeste, pelos limites com a República da Venezuela e Guiana Inglesa;
- a Sueste pelo rio Anauá, até sua foz no rio Branco, e por este à sua confluência com o rio Negro;
- a Sudoeste, subindo pelo rio Negro da foz do rio Branco até à foz do rio Paduari e por este até à foz do rio Marari e subindo às suas cabeceiras na Serra do Tapirapé.

§ 3.º O Território do Guaporé terá os seguintes limites:

- a Nordeste, Leste e Sueste, o rio Muquim, da sua foz no rio Purús até alcançar as cabeceiras do Igarapé Cunã, descendo por este até à sua confluência com o rio Madeira, e por este abaixo até à foz do rio Gi-Paraná (ou Machado) subindo até à foz do rio Comemoração Floriano, prossegue subindo por este até à sua nascente, daí segue pelo divisor de águas do planalto de Vilhena, contornando-o até à nascente do rio Cabixi e descendo pelo mesmo até à foz no rio Guaporé;
- ao Sul, Sudoeste e Oeste pelos limites com a República da Bolívia, desde à confluência do rio Cabixi no rio Guaporé, até a linha Geodésica Cunha Gomes, no limite com o Território do Acre, e por esta até encontrar a margem direita do rio Ituxi, ou Iquiri;
- a Noroeste, pelo rio Ituxi até à sua foz no rio Purús e por este descendo até à foz do rio Mucuna.

§ 4.º O Território de Ponta Porã terá os seguintes limites:

- a Nordeste, Leste e Sueste, pelo rio Miranda, desde à sua foz no Paraguai, até à foz do rio Nioaque, subindo por este até à foz do córrego Jacarézinho, segue subindo por este até à sua nascente e daí em linha reta e seca, atravessa o divisor de águas entre o Nioaque e Carandá até à nascente do córrego Laranjeira, desce por este até à sua foz no rio Carandá, continua descendo por este até à foz no rio Tequarussú, prossegue até à foz do ribeiro Corumbá, sobe por este até à foz do rio Cangaiha, subindo até à sua nascente, daí segue pelo divisor de águas até à nascente do rio Brilhante, desce por este até à sua foz no rio Ivinheima, continua por este abaixo até à sua foz no rio Paraná, descendo por este até à fronteira com o Paraguai, na Serra do Maracajú;
- ao Sul e Sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até à foz do rio Apa;
- ao Oeste e Noroeste, pelo rio Paraguai desde a foz do rio Apa até à foz do rio Miranda.

§ 5.º O Território do Iguassú terá os seguintes limites:

- ao Norte, Nordeste, Leste e Sueste, o rio Ivaí desde a sua foz no Paraná até à confluência do rio Tapiracui, subindo por este até à foz do arroio Sa'linho e por este até às suas cabeceiras, daí numa linha reta e seca até às nascentes do rio D'Areia descendo por este até sua foz no rio Pequiri, subindo por este até à foz do rio Cascudo e subindo por este até às suas nascentes e daí, por uma linha reta e seca até às cabeceiras do rio Guarani, descendo por este até à sua confluência no rio Iguassú, sobe por este até à foz do rio Butiá, sobe pelo rio Butiá até às suas nascentes, de onde segue em linha reta até às cabeceiras do lagoado Rancho Grande, descendo por este até à sua foz no rio Chopin, subindo até à foz do rio das Lontras e subindo por este até às suas nascentes no morro da Baliza, no divisor de águas, entre os rios Uruguai e Iguassú, pelo qual divisor prossegue até encontrar as nascentes do lagoado Santa Rosa, descendo por este até à sua foz no Chapocó, ainda descendo por este até à foz do lagoado Norte, e daí às cabeceiras do lagoado Tigre e por este abaixo até sua foz no rio Chapocórinho, descendo por este até à foz do lagoado Paulo e subindo pelo lagoado Paulo às suas cabeceiras, daí em linha reta às cabeceiras do lagoado Torto, por este até à confluência no rio Ressaca, descendo por este até à sua foz no Irani e descendo por este até sua foz no rio Uruguai;
- ao Sul o rio Uruguai, da foz do rio Irani até à foz do rio Papietiguassú, nos limites com a República Argentina;

— a Sudoeste, Oeste e Noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai.

Art. 2.º Passam para o Domínio da União os bens que, pertencendo aos Estados ou Municípios na forma da Constituição e das leis em vigor, se acham situados nos Territórios delimitados no artigo precedente.

Art. 3.º A administração dos Territórios federais, ora criados, será regulada por lei especial.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor a 1.º de outubro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

M. J. Pinto Guedes.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

## DECRETO-LEI N. 5.809 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

*Cria uma Companhia de Metralhadoras Motorizada na Polícia Militar do Distrito Federal*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É criada, para instalação imediata, na Polícia Militar do Distrito Federal, uma Companhia de Metralhadoras Motorizada.

Art. 2.º O efetivo da referida Corporação fica aumentado, em consequência, de mais um capitão, um primeiro tenente, quatro segundos tenentes, um primeiro sargento, um segundo sargento, dez terceiros sargentos, vinte e um cabos e cento e sessenta e um soldados, conforme quadro de organização e efetivo, anexo.

Art. 3.º Para atender, no corrente exercício, à despesa decorrente deste decreto-lei, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de quinhentos e treze mil oitocentos e um cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 513.801,90), de acordo com a discriminação anexa.

Art. 4.º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

## DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO SUPLEMENTAR A QUE SE REFERE O DECRETO-LEI N. 5.809, DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

## VERBA 1 — PESSOAL

## Consignação I — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Militar

30 — Polícia Militar do Distrito Federal..... Cr\$ 176.121,90

## Consignação IX — Etapas e Auxílios

35 — Etapas para alimentação

01 — Pessoal Militar ..... Cr\$ 71.392,00

Total da verba 1 ..... Cr\$ 247.513,90

## VERBA 2 — MATERIAL

## Consignação II — Material de Consumo

28 — Vestuários, Uniformes e Equipamento; Artigos e Peças; Acessórios; Roupas de Cama e Mesa; Tecidos e Artefatos

30 — Polícia Militar do Distrito Federal..... Cr\$ 255.255,00

Total do crédito ..... Cr\$ 513.801,90



# Diário Oficial

ESTADO DO PARANÁ

TAXA PAGA

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

N.º 274

CURITIBA, 3.ª FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 1961

ANO XLVIII

## Ato do Poder Executivo

### GOVERNO DO ESTADO

#### LEI N.º 4358

DATA: 25 de janeiro de 1961

SOMULA: Cria diversos municípios no território estadual e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica criado o município de Inajá, desmembrado do atual município de Paranacity, com as divisas seguintes:

começa no rio Parapanema, na foz do rio Pirapó; sobe por este até a foz do rio Branco; sobe por este até sua cabeceira e daí em reta leste-oeste até a Estrada Inglesa; segue por esta em direção a São Paulo, até encontrar a encruzilhada da estrada Nordeste, que liga a «Estrada Inglesa» à Inajá; da encruzilhada em reta até as nascentes do córrego Fonte Fria; desce por este até a sua foz no rio Branco ou São Francisco, descendo por este até sua foz no rio Parapanema e por este acima até a foz do rio Pirapó.

Art. 2.º — Fica criado o município de Gal Carneiro, desmembrado do município de Palmas, com sede na localidade de PASSO DA GALINHA e divisas seguintes:

I — Com o município de Bituruna: começa na foz do rio São Lourenço, no rio Iratim, sobe por este até a foz de um afluente da margem direita que é contra vertente das cabeceiras do rio Iratimzinho, sobe por este afluente até as suas cabeceiras, donde alcança o espigão divisor passando pelo Morro da Abelha até de encontro a cabeceira do rio das Antas, alcançando-a e descendo por este rio, até a sua foz do rio Jangada;

II — Com o município de União da Vitória: começa na foz do rio das Antas, no rio Jangada, sobe por este até o cruzamento com a rodovia União da Vitória-Palmas, que serve de divisa inter-estadual com o Estado de Santa Catarina;

III — Com o Estado de Santa Catarina: começa no rio Jangada, no ponto de cruzamento com a rodovia União da Vitória-Palmas divisa inter-estadual com Santa Catarina seguindo daí por esta divisa inter-estadual até encontrar a cabeceira mais alta do Lago dos Santos o qual desce até a sua foz do rio Chopim, donde em reta por uma linha seca no sentido Norte, alcança a cabeceira do Ribeirão Reum, descendo por este até a sua foz no rio São Lourenço, e este, até a sua foz no rio Iratim.

Art. 3.º — Fica criado o município de Mirador, desmembrado dos municípios de Nova Aliança do Ivaí, Jurema e Paraíso do Norte, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — Com o município de Nova Aliança do Ivaí: começa no ribeirão da Palção, no ponto de cruzamento com a estrada Jurema-Paranavai, segue por esta no sentido do Paranavai até a bifurcação com a estrada para Mirador, e esta, até encontrar o ribeirão Paranavai;

II — Com o município de Paraíso do Norte: começa no ribeirão Paranavai, no ponto de encontro com a estrada para Mirador, desce por este ribeirão até a foz da Água Fria que serve de divisa entre os lotes n.ºs. XIII e XIV, da gleba n.º 3 da Colônia Paranavai, a qual sobe até encontrar a linha seca de divisa, com lotes mencionados, seguindo por esta e depois pela dos lotes n.ºs. XVII e VIII, até alcançar a Água Fria, descendo por esta até a sua foz no rio Ivaí;

III — Com o município de Rondon: começa na foz da Água Fria, no rio Ivaí, desce por este até a foz do ribeirão do Lica;

IV — Com o município de Jurema: começa no rio Ivaí, na foz do ribeirão do Lica, sobe por este até encontrar a linha de divisa entre os lotes n.ºs. 164 e 165, seguindo daí por esta até encontrar a de divisa entre os lotes n.ºs. 168 e 167, e esta, até aos lotes n.ºs. 166 e 167, e ainda esta, até encontrar o ribeirão da Palção, o qual sobe até o ponto de cruzamento com a estrada Paranavai-Jurema.

Art. 4.º — Fica criado o município de São Miguel do Iguaçu, desmembrado dos municípios de Foz do Iguaçu e Medianeira, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — Com o município de Medianeira: começa no rio Paraná, na foz do rio São Vicente, sobe por este até a foz do arroio São João e este até a sua cabeceira, donde em reta, por uma linha seca, alcança a cabeceira de seu contra-afluente, o qual desce até a sua foz no rio Ocoi e este até a foz do arroio Laranjinha, o qual sobe até a sua cabeceira, donde em reta, por uma linha seca alcança a cabeceira do arroio Charrua, o qual desce até a sua foz no rio Represa Grande e este até a sua foz no rio Iguaçu;

II — Com a República Argentina: começa na foz do rio Represa Grande, no rio Iguaçu, desce por este até a foz do arroio Apepú;

III — Com o município de Foz do Iguaçu: começa no rio Iguaçu, na foz do arroio Apepú, sobe por este até a sua cabeceira, donde em reta, por uma linha seca alcança a cabeceira do arroio Benito, o qual desce até a sua foz no rio Porto Curi, donde em reta, também por uma linha seca alcança a cabeceira do arroio São Sebastião, descendo por este até a sua foz no rio Ocoi e este até a sua foz no rio Paraná;

IV — Com a República do Paraguai: começa na foz do rio Ocoi, na foz do rio Paraná, sobe por este até a foz do rio São Vicente.

Art. 5.º — Fica criado o município de ITAUNA DO SUL, com as atuais divisas do Centro administrativo e judiciário do mesmo nome.

Art. 6.º — Fica criado o município de GUAPORAMA, desmembrado dos municípios de Cidade Gaúcha e Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — Com o município de Jurema: começa na foz do ribeirão Itacoca, no rio Ivaí, sobe por este até a foz do ribeirão da Palção;

II — Com o município de Paraíso do Norte: começa na foz do ribeirão da Palção, no rio Ivaí, sobe por este até a foz do ribeirão do Rato;

III — Com o município de Rondon: começa na margem esquerda do rio Ivaí, na foz do ribeirão do Rato, sobe por este até a foz do arroio São Vicente e sobe por esta até sua nascente, daí pela divisa entre os lotes 30 e 40 da gleba 6 e 1.ª gleba da Colônia Tapejara, até encontrar a divisa entre os lotes 33 e 30, por esta divisa em direção sul, continuando pelas divisas dos lotes 30 e 33 com os

Travessa Grande; desce por este até encontrar a divisa entre os lotes 5 e 22 da gleba 6, 2ª seção da Col. Tapejara; daí segue pelas divisas entre os lotes 22 e 20-A, com os lotes 6, 5, 4 e 3 até encontrar o ribeirão Itacoca ou Pacu; desce por este até sua foz no rio Ivaí.

Art. 7.º — Fica criado o município de UNIFLOR, com sede na cidade do mesmo nome e compreendido nas divisas do atual distrito de Uniflor, desmembrado do município de Nova Esperança.

Art. 8.º — Fica criado o município de PALMITAL, com território desmembrado do município de Pitanga, sede na localidade do mesmo nome e com as divisas do atual Distrito.

Art. 9.º — Fica criado o município de CAMPO DO TENENTE, com território desmembrado do município de Rio Negro, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — Com o município da Lapa: começa no ponto de cruzamento da estrada municipal Lapa-Rio Negro, com o rio da Varzea, sobe por este até o ponto de cruzamento com a rodovia BR-2;

II — Com o município de Rio Negro: começa no rio da Varzea, no ponto de cruzamento com a rodovia BR-2, seguindo por esta no sentido de Rio Negro, até o cruzamento com o rio Vermelho, sobe por este até a foz do rio Branco e este, até a sua cabeceira mais alta, seguindo daí, no sentido Oeste, pela cumada do divisor de águas até alcançar a estrada municipal Rio-Lapa, nas proximidades da Nova Estação Ferroviária denominada Mesquita, seguindo daí por esta estrada no sentido da Lapa, até o ponto de cruzamento com o rio da Varzea.

Art. 10 — Fica criado o município de ERASTO GAERTNER, desmembrado do município de União da Vitória com as atuais divisas do distrito Administrativo e Judiciário de Porto Vitória.

Art. 11 — Fica criado o município de PIEN desmembrado do município de Rio Negro, mantendo suas atuais divisas distritais.

Art. 12 — Fica criado o município de «Vila Progresso», desmembrado do município de «Centenário do Sul», com sede na localidade do mesmo nome com as divisas do atual distrito de Vila Progresso.

Art. 13 — Fica criado o município de QUATRO BARRAS, com sede na localidade do mesmo nome e constituído de território desmembrado dos municípios de Campina Grande do Sul e Piraguara, compreendendo as divisas seguintes:

I — Com o município de Colombo: começa na ponte do Rio Canguçu na Estrada BR-2, desce pelo Rio Canguçu até atingir a ponte da Estrada da Graciosa;

II — Com o município de Piraguara: começa na ponte do Rio Canguçu na Estrada da Graciosa, desce pelo mesmo rio Canguçu até encontrar com o rio Currallino, sobe por este até atingir a sua nascente;

III — Com o município de Marretes: começa na nascente do rio Currallino, segue por uma linha seca até encontrar a Estrada da Graciosa, no alto da Serra;

IV — Com o município de Campina Grande do Sul: começa na Estrada da Graciosa, no entroncamento da variante que liga esta à Estrada Federal PR-2, segue por esta Estrada até atingir a ponte do Rio Canguçu, ponto de partida;

Art. 14 — Fica criado o município de SANTO ANTONIO DO CAUAI, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do município de São João do Ivaí, obcecando as seguintes divisas:

I — Tomando-se por ponto inicial o cruzamento da estrada de Santo Antônio do Cauai e S. João do Cauai com a de Cristo Rei, segue-se esta estrada até encontrar a ponte de madeira construída sobre o Ribeirão Camá. Continuando pela mesma mais ou menos 600 metros até encontrar-se o marco divisor das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná com a do Estado atualmente de propriedade do Sr. Reno Massi. Segue-se pela planície divisória até encontrar-se a desembocadura do Ribeirão do Diabo. Subindo Ribeirão acima, atinge-se o seu afluente Ribeirão Marabá e por este acima encontra-se o marco divisor dos lotes sob n.ºs. 471 e 472. Seguindo-se em linha reta espiral acima, atinge-se a estrada de Santo Antônio do Cauai a São João do Cauai. Continuando-se por esta estrada cerca de 200 metros à direita, encontra-se a estrada de Cristo Rei, onde de-se princípio e dá-se fim a esta demarcação.

Art. 15 — É criado o município de Bela Nova, com território desmembrado do de Campo Largo e sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I — Com o município de Campo Largo: começa na cabeceira do rio dos Papagaios, de onde alcança, em reta, o divisor de águas, entre os rios Iguaçu e Assungui; segue pelo divisor em sentido SE até de encontro a cabeceira do arroio da Cachoeira; daí alcança o referido arroio, desce por este, em seguida pelo arroio do Rincão até sua cabeceira, daí em reta até alcançar a cabeceira do arroio Passo do Graciano, pelo qual desce até sua foz no rio Verde;

II — Com o município de Araucária: começa na foz do arroio Passo do Graciano, no rio Verde, desce por este até sua foz no rio Iguaçu;

III — Com o município da Lapa: começa na foz do rio Verde no Iguaçu, desce por este até a foz do rio dos Papagaios;

IV — Com o município de Porto Amazonas: começa no rio Iguaçu, na foz do rio dos Papagaios, sobe por este até o cruzamento com a estrada Campo Largo-Palmeira;

V — Com o município de Palmeira: começa no cruzamento da estrada Campo Largo-Palmeira com o rio dos Papagaios sobe por este até sua cabeceira.

Art. 16.º — Fica criado o município de Santa Inês, desmembrado do município de Itaquaré, com as seguintes divisas:

I — Ao Norte: Rio Parapanema, desde o ponto em que termina a linha denominada linha seca do Governo do Estado, até a barra do Rio Água Clara, confrontando com o Estado de São Paulo.

II — A Leste: Ribeirão Água Clara, desde a sua barra no rio Parapanema até a sua cabeceira. Deste ponto linha seca Norte-Sul, até encontrar o rio Água Clara. Por toda esta divisa o município confronta com o município de Santo Inácio.

III — Ao Sul: Ribeirão Água Grande, confrontando com o município de Colombo. A divisa por este ribeirão termina no ponto em que parte uma linha seca Norte-Sul a qual vai atingir a cabeceira do Ribeirão Santa Inês.

IV — Ao Oeste: Ribeirão Santa Inês, até o ponto em que se inicia a linha denominada linha Porto Ceará. Segue por esta linha até o ponto situado na confrontação dos lotes 277, 280 e 290 da gleba 1, da Colônia Governador Luperon, onde foi criado um marco. A seguir, pela divisa do lote 280 até a divisa do lote n.º 272, da mesma gleba. Neste ponto o pelas divisas dos lotes n.ºs. 271, 272 e 273 com os lotes n.ºs. 271 e 276 até a divisa do lote n.º 269-A. Pior segue até a divisa do lote 284-C com o lote n.º 280. A seguir, pela linha denominada linha seca do Governo do Estado até encontrar novamente o ponto de partida situado na Col. Parapanema. A divisa Oeste acima descrita, separa o município de Santa Inês do município de Itaquaré.

Art. 17 — Fica criado o município de Santa Ana do Itararé, desmembrado do

de pedrão até a cabeceira do córrego Milton; daí descendo com o mesmo córrego até a barra com o ribeirão Marumbi; daí descendo com o ribeirão Marumbi até a barra com o Rio Boni dividindo com o município de Bororópolis até a barra com o ribeirão Cambará; daí subindo com o ribeirão Cambará dividindo com o distrito de Amambara até a barra com o ribeirão Maratá; daí subindo com o mesmo ribeirão até a cabeceira; daí segue com uma linha seca atravessando a estrada asfaltada até a estrada Benjoim; daí acompanhando a mesma estrada até a estrada de São Pedro; daí acompanhando a mesma estrada até o ribeirão dos Douros, ponto de partida.

Art. 19 — A alínea 1. do item III, do art. 1.º da Lei n.º 4.245, de 25 de julho de 1950, passa a ter a seguinte redação:

1.º — Com o município de Amambara: começa na cabeceira do ribeirão do 10, que é um dos formadores do ribeirão conhecido na região como sendo o ribeirão do Saito, desce por este, e em seguida pelo referido ribeirão conhecido como do Saito, até a sua foz no rio Congonhas.

Art. 20 — A alínea 6. do item LVII, da Lei n.º 4.245, de 27-7-60, passa a ter a seguinte redação:

Com o município de divisa de glebas conhecidas como estrada Doutor Salomão, no ponto de encontro da linha de divisa entre as glebas nrs. 3 e 4 do Núcleo Rio de Areia, segue por esta até encontrar a linha de divisa entre a mencionada gleba n.º 3 do Núcleo Rio de Areia, com a gleba n.º 3, do Núcleo São João, seguindo daí por esta linha de divisa até alcançar o ribeirão Peroba e qual desce até a sua foz no rio Xambioá.

Art. 21 — O número 3, do item XVIII, do art. 1.º, da Lei n.º 4.245, de 27-7-60, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — Com o município de São Thomé: começa na cabeceira do rio do Veado, sobe por este até a foz do córrego GUAIAQUI e este até a sua cabeceira, d'onde em retta, por uma linha seca no sentido Nordeste, alcança a cabeceira do córrego Palmital, descendo por este até a sua foz no córrego 215.

Art. 22 — O número 4, da alínea 1.º, do art. 1.º, da Lei n.º 4.245, de 25 de julho de 1950, passa a ter a seguinte redação:

1.º — São Thomé —

1.º — Com o município de Cianorte: começa no Rio Ligeiro na foz do córrego Antão, subindo por este até sua cabeceira, daí em retta alcança a barra do Córrego Philadelpho, no ribeirão Carandá, daí sobe o referido Carandá até encontrar a foz do córrego Caricu, e este até a foz do córrego Rodolfo e este até sua cabeceira, onde segue pelas divisas dos lotes nrs. 323 e 324, até encontrar a estrada, seguindo a referida estrada até a cabeceira do córrego Parapeta, descendo até sua foz no ribeirão São Thomé, onde segue pela linha de divisa dos lotes nrs. 1 e 400 e posteriormente, pela divisa dos lotes nrs. 319 e 320 até alcançar o córrego Translado e este até sua foz no Rio dos Índios.

Art. 21 — Os municípios criados até a data da presente Lei, ou que vierem a ser criados, serão instalados somente com a posse dos respectivos prefeitos e vereadores eleitos.

Parágrafo único — Enquanto não instalados, a área territorial constituinte de novo município continuará sujeita à administração de município do qual se tiver desmembrado.

Art. 35 — A gestão dos prefeitos nomeados para os municípios já criados cessará automaticamente, na data da vigência desta Lei, e sua prestação de contas será apreciada e julgada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 26 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Foi do Governo em Curitiba, em 25 de janeiro de 1961.

(aa) Ney Braga  
Luiz Américo Tetti

(41131 — 1 vez)

DECRETO N.º 181

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve dispensar, a pedido, de acordo com o art. 88, alínea a, da Lei n.º 293, de 21 de novembro de 1949, Ivo Antonio Costa, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Turismo, padrão X, do Quadro Geral do Departamento de Turismo e Divulgação do Estado, da função de Chefe da Divisão de Serviços Gerais, do referido Departamento.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Jucundino da Silva Furtado

(41118)

DECRETO N.º 182

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve designar, de acordo com o art. 78, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, Segismundo Charneski, ocupante do cargo de Paginador, padrão R, do Quadro Geral do Departamento de Turismo e Divulgação do Estado, para exercer a função de Chefe da Divisão de Serviços Gerais, do referido Departamento.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Jucundino da Silva Furtado

(41119)

DECRETO N.º 183

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Secretaria da Fazenda,  
Resolve designar, de acordo com o art. 79, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, os funcionários abaixo, para exercerem as funções que especifica, no Departamento da Fiscalização de Rendas, do Departamento da Fazenda:

Louival Lassere, Auxiliar de Rendas, classe L, para a função de Chefe da Divisão de Comunicação e Documentação, ficando dispensado o atual;

Milton de Almeida, Fiscal de Rendas,

virou de Coordenação Fiscal, ficando dispensado o atual;

Gil Fernando do Espírito Santo, Auxiliar Técnico de Administração, classe R, para a função de Chefe do Serviço de Impostos e Taxas, ficando dispensado o atual;

Pacifico Frederico Zattar, Fiscal de Rendas, classe O, para a função de Chefe do Serviço do Interior, ficando dispensado o atual; e

Alfonso Waldemar Barra, Fiscal de Rendas, classe P, para a função de Chefe do Serviço da Capital, ficando dispensado o atual.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Alcayr Guimarães

(4120)

DECRETO N.º 184

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve exonerar, a pedido, José da Cruz Machado Júnior, do cargo de 1.º Suplente do Delegado da 16.ª Região Policial, com sede no Município de Tibagi.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

(4121)

DECRETO N.º 185

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve exonerar os 1.ºs Tenentes da Polícia Militar do Estado, Afonso Ferreira Filho e João Guimarães Cordeiro, dos cargos de Delegado de Polícia e de Delegado Especial, respectivamente, do Município de Jussara.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

DECRETO N.º 186

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve nomear Risto Pavul, Antonio Maschio, Jerônimo Alberti e Santo Paschoal Franceschi, para exercerem, respectivamente, os cargos de Delegado de Polícia, 1.º, 2.º e 3.º Suplentes da mesma autoridade, no Município de Colombo, ficando exonerados os atuais.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

(4123)

DECRETO N.º 187

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve exonerar, a pedido, o 1.º Tenente da Polícia Militar do Estado, João Irany Vieira, do cargo de Subdelegado de Polícia, do Distrito de Alexandria, Município de Paranaguá.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

(4124)

DECRETO N.º 188

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve nomear o Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado, Ary Paulo dos Santos, para exercer, em comissão, o cargo de Delegado da 23.ª Região Policial, com sede no Município de Campo Mourão, ficando exonerado o atual, Tenente Coronel Alcebaldo Rodrigues da Costa.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

(4125)

DECRETO N.º 189

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve nomear Jonas Hoffmann, Sebastião Carlos dos Santos, José Cardoso e Alberto Francisco de Oliveira, para exercerem, respectivamente, os cargos de Subdelegado de Polícia, 1.º, 2.º e 3.º Suplentes da mesma autoridade, no Distrito de Varzeão, Município de Cêro Azul, ficando exonerados os atuais.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

(4126)

DECRETO N.º 190

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve nomear Luiz Sicuro Neto, Francisco Pereira Paulino, José Lopes Paria e José Mazzironi, para exercerem, respectivamente, os cargos de Delegado de Polícia, 1.º, 2.º e 3.º Suplentes da mesma autoridade, no Município de Flores, topópolis.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

(4127)

DECRETO N.º 191

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve nomear José Jesus Cavalcanti, Francisco Batista da Cunha, Ruzibio Ghiotto e Alcyr Araújo, para exercerem, respectivamente, os cargos de Delegado de Polícia, 1.º, 2.º e 3.º Suplentes da mesma autoridade, no Município de Goio-Ére, ficando exonerados os atuais.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

(4128)

DECRETO N.º 192

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve nomear Francisco Cropolato Costa, José Cropolato, José Lourenço Costa e Oswaldo Schneider, para exercerem, respectivamente, os cargos de Sub-

delegado de Polícia, 1.º, 2.º e 3.º Suplentes da mesma autoridade, do Distrito de São Sebastião, Município de Cêro Azul, ficando exonerados os atuais.

Curitiba, em 6 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) Ney Braga  
Rubens Requião

(4129)

DECRETO N.º 193

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve exonerar, a pedido, Zeterino Pianowski, Delbous Zola Leodoro da Silva e José Ferreira Leão Netto, o primeiro da função de Presidente e os dois últimos da função de Membros do Conselho Diretor da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural.

Curitiba, em 7 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) NEY BRAGA  
Jucundino da Silva Furtado

(4132)

DECRETO N.º 194

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve nomear Antonio José Queiroga, para exercer o cargo de 1.º Suplente do Delegado da 26.ª Região Policial, com sede no município de Porcatu, ficando exonerado o atual, Aurásil de Lima Rodini.

Curitiba, em 7 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) NEY BRAGA  
Rubens Requião

(4144)

DECRETO N.º 195

O Governador do Estado do Paraná  
Sob proposta da Chefatura de Polícia,  
Resolve nomear o Major da Polícia Militar do Estado, Octacílio Ferreira Branco, para exercer, em comissão, o cargo de Delegado da 26.ª Região Policial, com sede no município de Porcatu, ficando exonerado o cargo de Delegado de Polícia do município de Campo Largo.

Curitiba, em 7 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) NEY BRAGA  
Rubens Requião

(4145)

DECRETO N.º 196

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve dispensar, a pedido, Francisco Heitor Calle, da função de Diretor do Departamento Estadual de Estatística, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Curitiba, em 7 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) NEY BRAGA  
Felipe Aristides Simão

(Ref. Prot. n.º 4913-61 - PG. - 4146)

DECRETO N.º 197

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve revogar, a pedido, o decreto n.º 5.993, de 10 de outubro de 1956, que desmou Frederico Tamarindo Plaisant, para responder pelo expediente da Caixa de Seguro de Vida dos Funcionários Civis e Militares do Estado, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Curitiba, em 7 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) NEY BRAGA  
Felipe Aristides Simão

(Ref. Prot. n.º 4911-61 - PG. - 4147)

DECRETO N.º 198

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve exonerar, a pedido, Carlos Schraun, do cargo de 2.º Suplente de Juiz de Paz, do distrito de Guamirim, comarca de Irati.

Curitiba, em 7 de fevereiro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

(aa) NEY BRAGA  
Rubens Requião

(Ref. Prot. n.º 4403-61 - PG. - 4148)

DECRETO N.º 199

O Governador do Estado do Paraná  
Resolve designar Mário Augusto de

# DIÁRIO OFICIAL

## ESTADO DO PARANÁ

### ATOS DA INTERVEN- TORIA FEDERAL NO ESTADO

#### DECRETO-LEI Nº 533

Restabelece as Comarcas e municípios de Foz de Iguaçu e Clevelândia e da outras providências. Federal no Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o art. 5º, n.º VI, do decreto-lei federal n.º 1202, de 8 de abril de 1939, e

Considerando que, pelo art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado a 18 de setembro do corrente ano, foi extinto o Território do Iguaçu, e determinado o retorno da respectiva área aos Estados do onde foi desmembrada;

Considerando que o Estado do Paraná, para a constituição daquele Território, havia contribuído com as áreas correspondentes aos seus municípios de Foz de Iguaçu e Clevelândia e parte dos municípios de Guarapuava e Palmas;

Considerando que é de urgente necessidade de ordem pública organizar-se a administração do território ora reincorporado ao Estado;

Considerando a conveniência de ser mantida, no território desmembrado, a mesma divisão judiciária e administrativa existente no tempo da extinção daquele Território;

#### DECRETA:

Art. 1º — Ficam restabelecidos os municípios de Foz de Iguaçu e Clevelândia, bem como as Comarcas dos mesmos nomes, com a organização administrativa e judiciária que possuíam ao tempo da sua incorporação ao extinto Território do Iguaçu, excetuando os limites divisorios que serão os fixados pelo Decreto-lei Federal n.º 6550, de 31 de maio de 1944 e a jurisdição da Comarca de Clevelândia, que será estabelecida pelo Decreto-lei Federal n.º 6587, de 21 de setembro de 1944.

Art. 2º — Ficam criados os municípios de Iguaçu e Mangueirinha, com sede nas cidades dos mesmos nomes, e a Comarca de 1ª extrância de Iguaçu.

Único — A divisão administrativa e judiciária, e os limites divisorios dos municípios ora criados, serão os mesmos existentes ao tempo da extinção do Território do Iguaçu.

Art. 3º — Ficam desde já fixadas, para a solenidade da reinstalação dos municípios e comarcas de que trata este decreto-lei, as seguintes datas: Comarca e Município de Iguaçu — dia 30 do corrente; Comarca e Município de Foz de Iguaçu — dia 1º de dezembro próximo; Comarca e Município de Clevelândia — dia 30 do corrente; e Município de Mangueirinha — dia 30 do corrente.

§ 1º — A solenidade prevista neste artigo, a qual obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia, será presidida:

a) — sendo a cidade sede de Comarca, pelo Juiz de Direito;

b) — sendo a cidade sede de município sem sede, pelo Prefeito Municipal.

§ 2º — No caso de impedimento eventual, a autoridade referida no § anterior, a

impedimento de uma das autoridades

participante na seguinte ordem:

a) — a do Juiz de Direito por Juiz Substituto designado pelo Tribunal de Justiça do Estado;

b) — a do Juiz Substituto, pelo Prefeito Municipal;

c) — a do Prefeito Municipal, pelo Secretário da Prefeitura Municipal, cabendo a substituição deste, se também impedido, a autoridade policial que se encontrar na cidade.

§ 3º — Da ata da solenidade realizada em cada sede municipal, a autoridade que a houver presidido enviará duas cópias autenticadas ao Diretório Regional de Geografia, na Capital do Estado, destinando-se uma a figurar em arquivo próprio e a outra a ser enviada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cabendo a este Diretório Regional, a obrigação de providenciar a publicação de todas as atas no órgão oficial do Estado.

Art. 4º — O Departamento de Geografia, Terras e Colonização, do Secretário de Viação e Obras Públicas, procederá ao estudo da divisão territorial e dos limites divisorios inter-municipais e inter-distritais dos municípios restabelecidos ou criados por este Decreto-lei, propondo as modificações necessárias.

Art. 5º — As Comarcas de Foz de Iguaçu, Clevelândia e Iguaçu ficam mantidas, cada qual, dos cargos de Juiz de Direito, Juizes de Paz, Promotor Público e Oficial de Justiça, tudo na conformidade com os dispositivos correspondentes do Decreto-lei n.º 9855, de 18 de março de 1939 (Lei de Organização Judiciária do Estado), alterado pelo Decreto-Lei n.º 322, de 21 de março de 1945.

Único — Para o fim do disposto neste artigo, ficam criadas, na Tabela I, da Parte Permanente, do Quadro da Justiça, e 3 (três) cargos de Promotor Público de 1ª entrância, padrão "N".

Art. 6º — O grupo de Comarcas restabelecidas ou criadas por este Decreto-lei, constituirá um distrito judicial, onde haverá um Juiz Substituto com sede em Iguaçu. Na sua falta ou impedimento, este Juiz será substituído na forma prevista pela lei de Organização Judiciária do Estado, mediante designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º — Para o fim do disposto neste artigo fica criado, no quadro da Justiça, um cargo de Juiz Substituto, padrão "P".

§ 2º — Nas Comarcas de Iguaçu e Clevelândia, as férias correrão na época normal e na Comarca de Foz de Iguaçu no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro.

Art. 7º — As sedes das Comarcas referidas no artigo anterior ficam providas das seguintes serventias vitais: de Ofícios de Justiça (art. 6º, do Decreto-lei n.º 322 de 24-3-45):

a) — um Tabelionato de Notas acumulando, a título precário, o Ofício de Protestos de Títulos e Documentos;

b) — Um Ofício Privativo de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos;

c) — Uma Escrivania do Civil e Comércio, acumulando as Escrivânias de Orçãos, Menores, Ausentes, Interditos e Proveduras;

d) — Uma Escrivania do Crimi-

ne, acumulando, a título precário, a do Juiz de Execução Criminal e o Ofício do Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos;

e) — Uma Escrivania de Paz, acumulando a da Polícia.

Único — Fica criado, no quadro da Justiça, um cargo de Escrivão de Crim. padrão "C", lotado na Comarca de Iguaçu.

Art. 8º — Fica criado, em cada uma das sedes das Comarcas referidas no art. 5º, um cargo de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público (art. 6º, do Decreto-lei n.º 322, de 24-3-45).

Art. 9º — Fica criada, em cada distrito das Comarcas a que se refere este Decreto-lei, fora da sede do Juiz togado, uma Escrivania de Paz, acumulando, a título precário, o Tabelionato de Notas, os Ofícios do Registro Público do Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos e a Escrivania da Polícia.

Art. 10º — Os serventários e funcionários da Justiça que se achavam em exercício nas Comarcas referidas neste Decreto-lei, ao tempo da criação do Território do Iguaçu, e que nesse exercício permaneceram até a extinção do Território, são mantidos em seus cargos e funções, com a respectiva jurisdição e competência, e os demais são mantidos até que sejam aproveitados ou substituídos.

Art. 11º — O preenchimento dos cargos criados por este Decreto-lei será feito na forma da legislação vigente e depois de solucionados os casos de aproveitamento previstos no art. anterior e os de remoção e permuta.

Art. 12º — O Governo abrirá, oportunamente, os créditos que se fizerem necessários para a execução deste Decreto-lei, correndo, não obstante, as despesas respectivas, enquanto tais créditos não forem abertos, pelas verbas e dotação consignadas à Justiça do organismo em vigor.

Art. 13º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 21 de novembro de 1944, 125ª da Independência e 58ª da República.

(Ass.) Mario Gomes da Silva

Maj. Fernando Flores

Sec. do Int. Just. e Seg. Pública e respondendo pelo Sec. da Viação e Obras Públicas.

Rui P. Ribeiro da Cunha

Sec. da Fazenda e respondendo pelo Sec. da Agr., Indústria e Comércio.

—:—

#### DECRETO Nº 2383

Cria funções na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Departamento Estadual de Informações.

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 7º, n.º I, do decreto-lei federal n.º 1202, de 8 de abril de 1939,

#### DECRETA:

Art. 1º — Ficam criadas, na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Departamento Estadual de Informações, as seguintes funções:

1 de Relator, referência XII

1 de Chefe de Seção, refe-

rência XVIII

1 de Tesoureiro-auxiliar, referência XII

Art. 2º — A despesa com a execução do disposto neste decreto correrá a contar da verba 105, código 8-67-1, do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 22 de novembro de 1944, 125ª da Independência e 58ª da República.

(Ass.) Mario Gomes da Silva

Maj. Fernando Flores

—:—

#### Decreto n.º 2384

Dá nova redação ao decreto n.º 2001, de 18 de agosto de 1944.

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 7º, n.º I, do decreto-lei federal n.º 1202, de 8 de abril de 1939,

#### DECRETA:

Art. 1º — É ratificado o decreto n.º 2001, de 18 de agosto de 1944, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, de acordo com o art. 5º, alínea I do decreto-lei n.º 3368, de 21 de junho de 1941, uma área de terras com 2551 alqueires mais ou menos, sendo 1363 (mil e trezentos) alqueires, sitos na antiga Fazenda "Muriandia", hoje Terra Nova Garcia e 1600 (mil e seiscentos) alqueires na Fazenda Maracanã, pertencentes à sociedade ou Companhia Paranaense de Colonização Limitada, com Responsabilidade Limitada, ou Companhia Paranaense de Colonização Ltda. (Gesellschaft für Siedlung in Ausland), com sede em Berlim, e 202 (duzentos e dois) alqueires e 5124 m² (cinco mil cento e vinte e quatro metros quadrados), na mesma Fazenda Maracanã, pertencentes a Ludwig Aeldert, terras essas situadas no município e comarca de Castro, deste Estado, com as confrontações e divisas constantes das plantas anexas, que ficam fazendo parte integrante deste decreto".

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 22 de novembro de 1944, 125ª da Independência e 58ª da República.

(Ass.) Mario Gomes da Silva

Maj. Fernando Flores

—:—

#### SECRETARIA DO INTERIOR, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Decreto de 22 de Novembro de 1944.

O Interventor Federal no Estado do Paraná, resolve:

#### EXONERAR:

de acordo com o art. 2º, I, alínea a, do decreto-lei n.º 12115, de 28 de outubro de 1941,

— a pedido, tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Luro Wolf, Vinte e dois da classe I da carreira de Médico, do Quadro Geral, da Diretoria Geral de Saúde,

#### CONCEDER:

— tendo em vista o protocolo n.º 5264/46, do Estado do Paraná, Augusto Pereira de Moraes, ocupante do cargo de classe I da carreira do estatístico-auxiliar, do Quadro Geral, da Diretoria Geral de Saúde, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 9 de outubro último.

de acordo com o art. 141, item III, do decreto-lei n.º 12115, de 28 de outubro de 1941.

— tendo em vista o protocolo n.º 5264/46, do Estado do Paraná, Augusto Pereira de Moraes, ocupante do cargo de classe I da carreira do estatístico-auxiliar, do Quadro Geral, da Diretoria Geral de Saúde, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 11 de outubro p. findo.

de acordo com o art. 141, item III, do decreto-lei n.º 12115, de 28 de outubro de 1941.

— tendo em vista o protocolo n.º 5264/46, do Estado do Paraná, Augusto Pereira de Moraes, ocupante do cargo de classe I da carreira do estatístico-auxiliar, do Quadro Geral, da Diretoria Geral de Saúde, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 11 de outubro p. findo.

de acordo com o art. 141, item III, do decreto-lei n.º 12115, de 28 de outubro de 1941.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

— tendo em vista o protocolo n.º 5267/46, do Estado do Paraná, Esther Figueira Pereira, ocupante do cargo de professor, padrão E, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar "Manoel Barroso", da cidade de Piraquara, trinta e cinco dias de licença, em prerrogativa, para tratamento de sua saúde, a contar de 13 de outubro último.

Carta de lei pela qual vossa excellencia manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, fixando a força policial da provincia para o anno financeiro de 1855-1856.

Para v. exc. ver.

*Simão José Henriques Deslandes* a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da provincia do Paraná, em 28 de fevereiro de 1855.

*Augusto Frederico Colin,*

secretario do governo.

Registrada á f. do livro 1º de leis e resoluções da assembléa legislativa provincial.

Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 28 de fevereiro de 1855.

*Simão José Henriques Deslandes.*



Lei n. 21—de 28 de Fevereiro

Zacarias de Goes e Vasconcellos, presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º. Fica elevada á cathegoria de freguezia a capella curada de Nossa Senhora dos Remedios do Yguassú, municipio de Curityba.

Art. 2º. Seus limites serão: 1º, com a freguezia de N. S. da Luz de Curityba e N. S. da Piedade do Campo Largo os mesmos que actualmente se observão; 2º, com o municipio da villa do Principe, o ribeirão de Isabel Alves, desde a sua confluencia no Yguassú até o Morro-Grande, contiguo ás casas de Joaquim de Mello; deste ponto, em linha recta, ao ribeirão de S. Pedro, e por elle até o rio Varzea; 3º, com o municipio da villa de S. José, os rios Mauricio e Ganchinho, e ribeirão das Onças, desde a confluencia do primeiro no Yguassú até

as cabeceiras do ultimo, e, tirada uma linha recta deste ponto ao rio Cahy, seguirão por este ao rio Varzea.

Art. 3º. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da Paraná, vinte oito de fevereiro de mil oitocentos cincoenta e cinco, trigesimo quarto da independencia e do imperio.

ZACARIAS DE GOES E VASCONCELLOS.

Carta de lei, pela qual vossa excellencia manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial elevando á cathegoria de freguezia a capella curada de Nossa Senhora dos Remedios do Yguassú, como ácima se declara.

Para v. exc. ver.

*João Machado-Lima* a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da provincia do Paraná, em 28 de fevereiro de 1855.

*Augusto Frederico Colin,*

secretario do governo.

Registrada a f. do livro 1º de leis e resoluções da assembléa legislativa provincial.

Secretaria do governo do Paraná, em 28 de fevereiro de 1855.

*João Machado Lima.*

Lei n. 22—de 28 de Fevereiro

Zacarias de Goes e Vasconcellos, presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º. Fica elevada á cathegoria de freguezia a capella curada do Senhor Bom Jesus de Palmas, no municipio de Guarapuava.



Art. 2º. Para rocio da nova freguezia e sua respectiva povoação fará o governo da provincia a aquisição de um terreno, que comprehenda campos e matos.

Art. 3º. O rocio terá de extensão uma superficie equivalente a um quadrado que tenha quatro mil e quinhentas braças de lado, e será escolhida para elle a localidade mais aproximada á estrada de Missões, preferindo-se aquella que for atravessada pela mesma estrada.

Art. 4º. Uma parte desse rocio será exclusivamente destinada para uso-fructo dos aborígenes, que habitão actualmente o territorio de Palmas, e dos mais que se forem apresentando.

Art. 5º. O governo da provincia dará o plano da nova povoação e dos edificios publicos, quaes a igreja matriz, a casa do vigario, o cemiterio, a cadêa, o quartel da força policial, aldeamento dos aborígenes e pouxada dos viajantes.

Art. 6º. Fica o governo autorizado a alienar, pelo modo que mais conveniente lhe parecer aos interesses dos cofres provinciaes, o actual rocio da capella de Palmas.

Art. 7º. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo do Paraná, em vinte oito de fevereiro de mil oitocentos cincoenta e cinco, trigesimo quarto da independencia e do imperio.

ZACARIAS DE GOES E VASCONCELLOS.

Carta de lei, pela qual vossa excellencia manda executar o decreto da assemblea legislativa provincial, elevando á cathegoria de freguezia a capella curada do Senhor Bom Jesus de Palmas.

Para v. exc. ver.

*Simão José Henriques Deslandes* a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo do Paraná, em 28 de fevereiro de 1855.

*Augusto Frederico Colin,*  
secretario do governo.



Registrada á f. do livro 1º das leis e resoluções da assemblea legislativa provincial.

Secretaria do governo do Paraná, em 28 de fevereiro de 1855.

*Simão José Henriques Deslandes.*

### Decreto n. 23—de 28 de Fevereiro

Zacarias de Goes e Vasconcellos, presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assemblea legislativa provincial, sob proposta da camara municipal de S. Luiz de Guaratuba, decretou a resolução seguinte:

Art. unico. Fica revogado o artigo unico das posturas approvadas em 19 de outubro de 1854.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo do Paraná, em vinte oito de fevereiro de mil oitocentos cincoenta e cinco, trigesimo quarto da independencia e do imperio.

ZACARIAS DE GOES E VASCONCELLOS.

Lugar do sello.

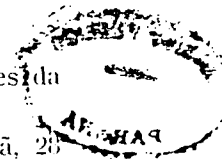
Sellado e publicado na secretaria do governo da provincia do Paraná, em 28 de fevereiro de 1855.

*Augusto Frederico Colin,*  
secretario do governo.

Registrada á f. do livro 1º das leis e resoluções da assemblea legislativa provincial.

Secretaria do governo da provincia do Paraná, 28 de fevereiro de 1855.

*Simão José Henriques Deslandes.*



cimento o execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da presidencia do Paraná, em 24 de Março de 1877, 56.º da independencia e do imperio.

ADOLPHO LAMENHA LINS.  
(L. S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial creando dous cartorios do publico, judicial e notas, um no termo do Votuverava e outro no do Arraial Queimado como acima se declara.

Para V. Ex. ver.

Ernesto de Moura e Brito a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia do Paraná, em 24 de Março de 1877.

*Justiniano de Mello e Silva,*  
Secretario da provincia.

Registrada no livro respectivo. 2.ª Secção da secretaria da presidencia do Paraná, em 24 de Março de 1877.

O chefe, *Ernesto de Moura e Brito.*



LEI N. 483 -- DE 9 DE ABRIL DE 1877.

Adolpho Laménha Lins, bacharel formado em direito, cavalleiro da imperial ordem da Rosa e presidente da provincia do Paraná

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Artigo unico. Fica restaurada a lei n. 231 de 11 de Abril de 1870, que determinou as divisas entre o municipio de Paranaguá e os de Morretes e Antonina, e os entre estes

dous ultimos; revogada para esse fim a lei n. 347 de 3 de Abril de 1873.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da presidencia do Paraná, em 9 de Abril de 1877, 56.º da independencia e do imperio.

ADOLPHO LAMENHA LINS.  
(L. S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial restaurando a lei n. 231 de 11 de Abril de 1870 que determina as divisas entre os municipios do Paranaguá, Morretes e Antonina, como acima se declara.

Para V. Ex. ver.

Ernesto de Moura e Brito a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia do Paraná, em 9 de Abril de 1877.

*Justiniano de Mello e Silva,*  
Secretario da provincia.

Registrada no livro respectivo. 2.ª Secção da secretaria da presidencia do Paraná, em 9 de Abril de 1877.

O chefe, *Ernesto de Moura e Brito.*

LEI N. 484 -- DE 13 DE ABRIL DE 1877.

Adolpho Laménha Lins, bacharel formado em direito, cavalleiro da imperial ordem da Rosa e presidente da provincia do Paraná

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º E' elevada á categoria de villa a sóde da freguezia de Palmas.

Art. 2.º O municipio terá a mesma circumscripção.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877, 56.º da independencia e do imperio.

ADOLPHO LAMENHA LINS.

(L. S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial elevando á categoria de villa a freguezia do Palmas, como ácima se declara.

Para V. Ex. ver.

Ernesto de Moura e Brito a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877.

*Justiniano de Mello e Silva,*

Secretario da provincia.

Registrada no livro respectivo. 2.ª Secção da secretaria da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877.

O chefe, *Ernesto de Moura e Brito*



LEI N. 485—DE 13 DE ABRIL DE 1877.

Adolpho Lamenna Lins, bacharel formado em direito, cavalleiro da imperial ordem da Rosa e presidente da provincia do Paraná

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Artigo unico. Só serão aceitas nos registros do Rio Negro,

Chapecó e Itararé letras de 200\$000 para cima, devendo ser feito a dinheiro o pagamento de quantias inferiores áquella: revogadas as disposições em contrario..

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877, 56.º da independencia e do imperio.

ADOLPHO LAMENHA LINS.

(L. S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial determinando que nos registros do Rio Negro, Chapecó e Itararé só serão aceitas letras de 200\$000 para mais, como á cima se declara.

Para V. Ex. ver.

Ernesto de Moura e Brito a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877.

*Justiniano de Mello e Silva,*

Secretario da provincia.

Registrada no livro respectivo. 2.ª Secção da secretaria da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877.

O chefe, *Ernesto de Moura e Brito*

LEI N. 486—DE 13 DE ABRIL DE 1877.

Adolpho Lamenna Lins, bacharel formado em direito, cavalleiro da imperial ordem da Rosa e presidente da provincia do Paraná

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:



Collecção de leis e decretos da Província do Paraná em 1888 - typ. Parifeneira - Curitiba, PARANÁ, 1912

### Decreto n. 54

Americo Lobo Leite Pereira, governador do Estado do Paraná :

Usando das attribuições que lhe são conferidas pelo decreto n. 7, de 20 de Novembro do anno findo, decreta:

Art. 1º Fica elevada á categoria de villa a freguezia da União da Victoria, com a mesma denominação.

Art. 2º. As divisas deste municipio serão: pelo rio Palmital acima até sua cabeceira, desta em linha recta á cabeceira do Rio Claro, por este até a barra e d'ahi pelas mesmas divisas do districto de paz.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado do Paraná, em 27 de Março de 1890, 2º da Republica.

AMERICO LOBO LEITE PEREIRA.



### Decreto n. 55

Americo Lobo Leite Pereira, governador do Estado do Paraná:

Usando das attribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 2º, do decreto n. 7, de 20 de Novembro do anno findo, decreta:

Art. 1º. É creada uma Intendencia Municipal na villa União da Victoria, que exercerá as attribuições conferidas pela lei de 1º de Outubro de 1828, as extintas comarcas municipaes, e se comporá de sete membros de livre nomeação e demissão do governo.

§ unico. São nomeados para a Intendencia acima os seguintes cidadãos:—Amazonas de Araujo Marcões, como presidente—José Mathias Müller, como vice-presidente, e como vogaes—Pedro Alexandrino Franklin, Irineu Thiago de Araujo, Frederico Teixeira Guimarães, Francisco Neumann e Serafim Affonso Martins.

Art. 2º. Ao governador do Estado fica reservado o direito de dissolver a Intendencia quando julgar conveniente.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado do Paraná, em 27 de Março de 1890, 2º da Republica.

AMERICO LOBO LEITE PEREIRA.

### Decreto n. 56

Americo Lobo Leite Pereira, governador do Estado do Paraná:

Considerando, á vista da representação da commissão encarregada das obras da igreja matriz desta Capital e attento o parecer do inspector do thesouro, que urge concluir as ditas obras, a que se obrigou o Estado do Paraná, e nas quaes já dispendeu cerca de 300.000\$000.

Considerando que pelas leis n. 897, de 11 de Abril de 1887, art. 1º, n. 940, de 28 de Julho de 1889, art. 2º, § 1º, e n. 962, de 31 de Outubro do mesmo anno, art. 3º § 4º, o poder legislativo provincial limitou expressamente toda e qualquer responsabilidade do Estado á construcção da dita matriz e determinou por meio de loterias a forma da obtenção do dinheiro preciso;

Considerando, porém, que haverá excesso de dinheiro para o implemento da obrigação do Estado, extrahirem-se todas as loterias concedidas á referida matriz pela citada lei n. 897, visto serem *prima facie* superabundantes, e porque o beneficio de cada uma dellas era apenas de 7.500\$000, conforme o plano approvado na data da lei de 11 de Abril de 1887, ao passo que ora é elevado á quantia de 24.000\$000, em conformidade do novo plano approvado a 15 de Fevereiro do corrente anno;

Considerando, finalmente, que em materia tão momentosa, não convem tamanha fluctuação no jogo de loterias por meio da arbitraria mudança de planos, decreta:

Art. 1º. Cada uma das loterias concedidas pela lei n. 897, de 11 de Abril de 1887, tem o beneficio maximo de 7.500\$000.

§ unico. A alteração do plano approvado na data da dita lei augmenta ou diminue proporcionalmente a





— 90 —

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução, a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 28 de Junho de 1892, 4º da Republica.  
(L. S.)

FRANCISCO XAVIER DA SILVA.

Carta de lei pela qual o cidadão Governador do Estado manda executar o decreto do Congresso Legislativo concedendo ao cidadão Antonio Manoel de Quadros, tabellião, escrivão do civil, e official do registro de hypothecas da comarca de S. José dos Pinhães, um anno de licença para tratar de seus interesses fóra do Estado.

*João de Deus Ferraz* a fez.

Sellada e publicada. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução em 20 de Maio de 1892.

O Secretario, *João Ferreira Leite*.

### Lei n. 28 de 28 de Junho de 1892

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sancção a lei seguinte:

Art. 1.º E' elevado á categoria de villa, com a denominação de Bella Vista, o povoado de Palmas do Sul.

Art. 2.º Os limites da nova villa ficam sendo os mesmos do districto policial existente.

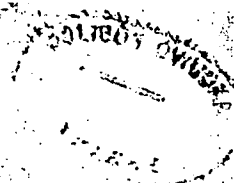
Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 28 de Junho de 1892, 4º da Republica.  
(L. S.)

FRANCISCO XAVIER DA SILVA.

Carta de lei pela qual o cidadão Governador do Estado, manda executar o decreto do Congresso Legislativo, elevando á categoria de villa, com a denominação de Bella Vista—o povoado de Palmas do Sul.



— 91 —

Sellada e publicada. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, Instrução e Justiça, em 28 de Junho de 1892.

O Secretario, *João Ferreira Leite*.

### Lei n. 29 de 30 de Junho de 1892

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sancção a lei seguinte:

#### DESPESA

Art. 1.º Fica o poder executivo autorisado a despendar com os serviços que correm pelas Secretarias de Estado do Interior, Justiça e Instrução Publica, Finanças, Commercio e Industrias, e Obras Publicas e Colonização, a quantia de 1.576:649\$938.

Art. 2.º Fica orçada na quantia de 896:027\$144 a despesa com os serviços designados sob as rubricas seguintes e a cargo da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica.

#### § 1º Palacio do Governo

Subsidio do Governador . . .	12:000\$000	
Gratificação ao official de gabinete . . .	2:400.000	
Decoração, luzes, etc., etc. . .	2:000.000	16:400\$000

#### § 2º Secretaria de Estado

Secretario do Estado . . .	6:000\$000	
Director . . .	4:000.000	
2 Chefes de Secção a 3:600\$000 . . .	7:200.000	
3 1º Officiaes a 2:400.000 . . .	7:200.000	
3 2º Officiaes a 1:800.000 . . .	5:400.000	
1 Archivista . . .	1:800.000	
1 Porteiro . . .	1:200.000	
1 Continuo . . .	800.000	
1 Expediente . . .	1:000.000	
Publicações de actos officiaes . . .	8:000.000	42:600\$000



**ANEXO VIII**

**ESTATUTO E ATA DAS SOCIEDADES ORGANIZADAS PARA  
EFETIVAR A OCUPAÇÃO E POVOAR OS CAMPOS DE  
PALMAS (1839)**

**Estatutos e regulamentos da “Sociedade particular dos primeiros povoadores palmenses” organizados na Freguezia do Belem, em Guarapuava, a 1.º de Março de 1839. (\*)**

11 Estatutos e regulamentos endentes Sociedade Particular dos primeiros Povoadores dos Campos de Palmas Art 1.º Haverá uma Sociedade, que terá a seguinte Inscrição Sociedade particular dos primeiros Povoadores Palmenses esta será organizada dos Cidadãos q. pr. combinações de seus agentes p.º isso congregados osq.s neste espontaneamente se assignarão sujeitando-se assim a cumprirem as condições abaixo-declaradas Art 2.º esta Sociedade, se entenderá erigida a o momento q.e tenha obtido as assignaturas de deus socios osq. dali em diante já poderão manter os trabalhos p.º q. ella se destina a promoverem todos os meios qe estiverem a seus alcances oporelle progressar Art 3.º Terá esta Sociedade, pr. unico e importante objecto povoar os campos de Palmas em massa pa. . aparte oriental abrangendo nelle em terreno sufficiente pa. cada um socio estabelecer sua fazenda servindo-se neste contorno unicamente, uma sorte de campos p.º a servidão commum e nella fundar-se uma Povoação Art.º 4.º Cada Socio prestará nesta Sociedade, dois mercenários ou Escr.ºs de trabalho osq.s, se empregarão pr.º na exploração dos Portos do Rio do Iguassu e em opique na matta pa. Palmas, segd.º na construção de canoas necesrs. p.º a factura da estrada 3.º qe. transportar as criações de seus amos em olugr. em qe. se destinar sua parada 4.º em todo ou mais servisso ordin.º q.

---

(\*) Deste documento existe no Archivo do Circulo de Estudos Bandeirantes uma copia manuscrita da epoca, em papel Almasso azulado, com marca d'agua Ancora.

Esta preciosa copia, que pertenceu a um dos componentes da Sociedade, foi generosamente ofertada ao nosso Archivo pelo illustre guarapuavano Sr. Alexandre Cleve. Na reprodução do texto conservamos a orthographia e abreviação do original. (L. F.)

for abenef.<sup>o</sup> das fazendas de seus amos 5.<sup>o</sup> Commulativamente guarnecerão a nova Povoação fazendo as guardas edeliga.<sup>as</sup> precisas. Art. 5.<sup>o</sup> As explorações, piques facturas de estradas, canoas, pontes aterrados e pórtos tendo de fazer-se abenefi. geral da Suciede. ep.<sup>a</sup> um livre tranzito serão administrados por aq.les socios q. aisso puderem ou quizerem encarregar-se mas cada um socio osdeverá auxiliar com seu contingente de trabalhadores provizoens deboca emunições de guerra Art. 6.<sup>o</sup> preenxidas as tarefas declaradas no art. 5.<sup>o</sup> e reunidos os socios cada um apresentará acontas das despesas pr. elle feitas e se indinizará pr. uma rata o excesso dellas aos q. ostiverem excedido dos seus contingentes enfora um orçamt.<sup>o</sup> do total. Art. 7.<sup>o</sup> Feitas as dilig.<sup>as</sup> supradecaradas a Suciede. aprovará em breve tempo em q. os novos povoadores conseguintene. deverão encaminhar-se p. os campos explorados com as suas Praças de trabalhos e defeza transportando cada um socio p.<sup>a</sup> aq.les campos plo. menos trinta animaes de produção em praso de um anno o total dese e aquelle q. não ofizer obterá sua posse proporcionada a seu contingente ficando responçavel a Suciede. pello damno q. cauzar-lhe essa falta Art. 8.<sup>o</sup> Ficarà a arbitrio dos socios que naq.les campos primeiram.e entrarem com suas criações afim de Povoados pr. estes de commum acordo escolherem o lug.r q. lhes parecer mais apropriado p.<sup>a</sup> fundar-se uma Povoação e ali a Suciede. estabelecerá seus Predios Urbanos arruados e intrinxeirados deman.<sup>a</sup> q. q. facillite a defeza de q. lq.r aggressão q. possa ocorrer as fazendas e omals comodo possivel sefarão asprim.<sup>as</sup> lavouras Art. 9.<sup>o</sup> Novam.e recolhido p.<sup>a</sup> aq.les campos os anim.s pertencentes a Suciede. e poderão ser conservados promiscoalme onde mais comodo for lhe the q. cada um conheça consignada e demarcada sua pocsessão, e dali em diante só o poderão conservar assim com o consentim.<sup>o</sup> do Proprieta. Art. 10.<sup>o</sup> A Suciede. será obrigada a defender todo o terreno q. abranger uma posse na massa p.r todos os meios q. estiverem a seu alcance the o tp.<sup>o</sup> em q. e cada um conheça demarcada a sua pocsessão Art. 11.<sup>o</sup> Cada um socio obterá uma Seismaria ou Pocsessão p.<sup>a</sup> mandar seg.e medida e demarcada q. seja aprimr.<sup>a</sup> pocsessão entrará na sorte e escrotinio secreto e aq. le socio q. atirar ficarà de posse della e assim se observara the a ultima. Art. 12.<sup>o</sup> Serão som.e admitidos a rata e lançados neste orçamt.<sup>o</sup> dasdesp.<sup>as</sup> desta Suciede. as q. se fizerem abenef. geral dos socios. Art. 13.<sup>o</sup> Não será contemplado nesta Suciede. aq.les q. p.r si ou seus Procuradores neste senão tenha assignado cuja assignatura só poderá conseguir com consentim.<sup>o</sup> dos açossiaados Art. 14.<sup>o</sup> Esta Suciede. tera principio pela forma declarada no Art. 2.<sup>o</sup> e se dissolverá qd.<sup>o</sup> convenha a todos, e ou más dametade dos socios. Freg.<sup>a</sup> do Bellem em Guarapuava aol.<sup>o</sup> de M.<sup>o</sup> 1839.

Mel. Teixr.<sup>a</sup> de Freitas. Cypriano José da Silva. Mel. Dom.es de Andre.e. José Mathias de Freitas. Je. Joqm. de Alm.<sup>a</sup>. Como procurador de Candido Je. dos Stos., Je. Joqm. de Alm.<sup>a</sup>. Como procurador de Mel. Mel. Leirias de Alm.<sup>a</sup>, Je. Joqm. de Alm.<sup>a</sup>. Lucio Irias de Ar.<sup>o</sup> Como procurador de Mel. Mds. S. Paio José Joqm. de Alm.<sup>a</sup> Lucidoro José de Farias. Como procurador de Mel. Narcizo Bello, Lucio Dias de Araujo. Joqm. Mds. S. . . . Candido Cordr.<sup>o</sup> de Paula. Como procurador de Fran.<sup>o</sup> Ferr.<sup>a</sup> da Roxa Loures, Je. Mathias de Freitas. Pe. Ponciano Je. de Ar.<sup>o</sup> Penna. Mel. José Teixeira. Como procurador de Mel. Ferr.<sup>a</sup> dos Stos., Pe. Ponciano Je. de Ar.<sup>o</sup>. Severo Tristão Roiz. Por si e como Procurador de José Caet.<sup>o</sup> de Oliv.<sup>a</sup>, e Joqm. Mel. de Oliv.<sup>a</sup> Ribas, Antonio de Sá e Camg.<sup>o</sup> Ant.<sup>o</sup> de Sá e Camarg.<sup>o</sup>. Como procurador de Maria Ritta Brandina de Alm.<sup>a</sup>, Cypriano José da Silv. Jacob dias de Siqua., Roberto José de D.<sup>os</sup>. São socios — 25. **n**

Lançado em notta a 4 de 9br.<sup>o</sup> 1839.

**Acta de entendimento assignada entre os pretendentes ao povoamento dos campos de Palmas chefiados por Pedro de Siquera Cortes. (\*)**

Nós abaixo assignado pertendente na Povoação dos Campos de Palmas temos ade Clarar as Condição segintes 1.º q. sigimos a pr. em pratica noças pertençaõs enois sobbmetemos acompanhar o Sr. Pedro de Siquera Cortes e marxar p.r. debaxo de suas de-reiçoins Como pratico qe he domin...nado Campo 2.º e Com ele forniamos nosas poças onde melhor aele com vier e Somos obrigados amorar naquelles terrenos 3.º todos os planos serão dados pelo d.º Cortes oque Somos obrigado asseitar eobedeçer os seus mandados enão podemos em tempo algum Contra fazer os çeos mandados ou feitos. 4.º Cul tivados que sejão aquelles terrenos em maça a sortes de Campos que deverã tocar acada hum de nos abaixo assignado será de vidido pelo mesmo Cortes e pagado do Cumento pella ao tu ridade que compitir. 5.º e a sim mais declaramos que depois de dividas noças propriedades se algum de nois tiver de as vender noças poças Somos obrigado a vender ao mesmo Cortes 6.º declaramos que no cazo de morte não perderemos os direitos de noças poças e ficará a q.m direito pertencerer q.m ficar so-

(\*) O original deste documento, lavrado em papel "Al Masso" marca d'agua "Gior Magnani", foi doado ao Archivo do Circulo pelo eminente historiador paranaense Romario Martins.

Sobre este documento foi affixada posteriormente (1874) uma estampilha do imperio com duas assignaturas.

Conservamos, na reprodução deste documento, a orthographia e as abreviações do original. (L. F.)

jeito a comprir noços tratos. 7.º Se algum de nois abaixo assignado em todo q.ºq.r tempo ou vermos de não Concigir as Com di soins neste declaradas Somos obrigados a perder noços trabalhos e nada temos de a ver na quellas poças ea este artigo em virtude de noços trato p.º cons tar... e noças mu lher se igizir Somos obrigados no Juizo competente Lavrar mos termos de desis tençia . . . . . tratos ficamos obrigados acomprimos tanto em Juizo como fora dele e pr. firmeza de tudo Mandamos paçar o presente por hum de nois etodos ovindomos lere pr. axarmos Com forme de no-sas Livre vontade assignamos. Garapoava 28 de Abril de 1839. Pedro de Siq.ª Cortes. João Joze Mendes. Jose Antonio de Lima Paxeco. Hermenegildo Als. deAr.º. Francisco Antonio de Araujo. asino a rogo de Salvador do Rozario Jose Antonio de Lima Paxeco. Assigno a Rogo de Jeronimo Roiz Fernandes Francisco Antonio de Ar.º aRogo de Benedito Pires... Hermenegildo Alz. de Ar.º. Açeno aRogo de Francº. Antonio deolivr.ª João Jozé Mendes. Asino arogo de Tobias Arves do Santo Francisco de Siquera. Francisco de Siquera. João Card.º Munteiro. Pedro Je. Per.ª. Franc.º Ign.ço de Ar.º Pimpão. Luis Alves Correia. Joaqm.... Pedro Rib.º de Souza. Assigno arogo de Joaqm José Pedroso p.r. não saber escrever Severo Trit.m Roiz. Domingos de Siq.ª Cortes Assigno a rogo de João Lustosa Dom.ºs de Siqr.ª Cortes. Antonio de Siq.ª Cortes.

Estão fóra da Sociedade pr. não me acompanharem, as peçoas segtes

João Je. Mendes. Hermenegildo Alves de Ar.º Salvador do Rozario. Tobias Alves Santos. João Cardoso Montr.º.

Cortes.

**ANEXO IX**

**CÓDIGOS DE POSTURA MUNICIPAIS ACERCA DAS CARTAS  
DE DATA E DE FORO, DA VILA DE PALMAS DE 1879**

**E 1883**

## CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DA VILA DE PALMAS-1879

### Capítulo 1º: Da Renda

§ 22 - sobre cartas de datas de terrenos para edificação no quadro urbano, por metro de frente e de fundo , \$100;

§ 23 - sobre terrenos do rocio dados de aforamento por metro de frente e fundo por ano , \$020.

### Capítulo : Do quadro urbano e rocio

Art. 11 - constitui o quadro urbano da Vila o círculo com raio de 500 metros tendo por centro a porta principal da nova igreja matriz;

Artº 12 - ninguém poderá edificar em terrenos do quadro urbano sem obtê-los por carta de data: o contraven-  
incorrerá na multa de 30\$000 além do imposto que trata o § 22 do artº 1º e será obrigado a demolição se a edificação estiver fora do alinhamento;

Artº 13 - as cartas de datas serão lidas a Câmara em sessão, e por ela concedida uma vez que se convença por qualquer modo de que o terreno requerido é devoluto, ou não esta destinado a algum uso municipal;

Artº 14 - concedidas as cartas de datas, serão elas passadas pelo secretário da Câmara em vista do conhecimento de haver sido pago ao procurador o imposto do § 22 do artº 1º;

Artº 15 - os concessionários de cartas de data serão obrigados a dar coço a edificação dentro do prazo de 1 ano sob pena de considerar-se devoluto o terreno;

Artº 16 - os mesmos concessionários serão obrigados a concluir a edificação dentro do prazo de 3 anos sob a multa de 10\$000 por ano até a conclusão da obra, salvo se perante a Câmara fizer desistência do terreno concedido, ou provar caso de força maior;

Artº 17 - considera-se concluída a edificação quando estiver coberta de telha, as portas e janelas assentadas, e levantadas as paredes da frente e laterais;

Artº 18 - as cartas de data poderão ser transferidas mediante o pagamento do imposto que trata o § 22 do artº 1º, o concessionário transgressor incorrerá na multa de 10\$000 além do imposto;

Artº 19 - o secretário da Câmara Municipal perceberá 2\$000 por carta que passar;

Artº 20 - a construção dentro do quadro urbano da Vila ou das povoações do município serão feitas em alinhamento determinado por um arruador de nomeação da Câmara e pelo fiscal;

Artº 21 - em cada povoação do município haverá um arruador nomeado da Câmara Municipal para o serviço designado no artigo antecedente auxiliado pelo agente fiscal. Os infratores do artigo 20 pagarão em dobro ao arruador a quantia declarada no artigo seguinte;

Artº 22 - o arruador perceberá 2\$000 por alinhamento.



## Capítulo 4º : Do Rocio

Artº 23 - os matos do rocio ficarão destinados exclusivamente ao logradouro público, não poderão ser roçados ou cercadas, e ninguém poderá se estabelecer: os contraventores incorrerão a multa de 20\$000 e serão despejados;

Artº 24 - fica proibido tirar casca de pinheiro no rocio, derrubá-los assim como quaisquer árvores, a não ser para aproveitar-lhes a madeira: o contraventor incorrerá na multa de 5\$000 tantas vezes repetidas as infrações;

Artº 25 - os campos do rocio serão dados de aforamento mediante o imposto do § 27 do artº 1º nunca compreendido área maior de um quadrado de 220 metros para cada concessionário;

Artº 26 - concedido o aforamento, o arruador e fiscal poderão proceder a demarcação do terreno de que lavrarão termo em livro para isso destinando pagando o concessionário 40 réis por metro linear que se repartirão pelo encarregado da deligência;

Artº 27 - Dar-se-á ao concessionário um título passado pelo secretário assinado pelo presidente da Câmara, declarando onde é situado o terreno, qual sua extensão e importância do foro;

Artº 28 - cada morador do município pagará anualmente por cabeça de gado vacum, muar e cavalar, que conservar no rocio o imposto do § 21 do artigo 1º, a importância de \$200 por ano;

Artº 29 - em cada ano, com antecedência de 30 dias, o procurador da Câmara anunciará por editais que nos dias 1,2,3 do mês de novembro fará reunir os gados do rocio e convidará os seus donos para assistirem a contagem;

Artº 30 - os gados cujos donos não forem conhecidos, serão considerados e entregues a juízo competente;

Artº 31 - com o serviço do artº antecedente poderá o procurador dispendar até a quantia de 30\$000 anualmente;

Artº 32 - os campos do rocio só poderão ser queimados de 1º de setembro a 1º de dezembro: os contraventores incorrerão na multa de 5\$000 repetidas tantas vezes quantas as infrações

CODIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DA VILA DE PALMAS-1883

Título 1º - Sobre impostos municipais

§ 26 - de cada metro com fundo correspondente de terrenos concedidos no quadro urbano \$ 500;

§ 27 - de cada 100 metros para edificação no quadro do rocio 1\$000.

Título 3º - Da edificação Urbana

Artº 13 - é proibida a edificação dentro do circulo urbano sem carta de data que será concedida quando os terrenos requeridos estiverem devolutos e a requerimento do interessado;

Artº 14 - a ninguém poderá ser concedido segundo carta de data para edificação em terreno urbano sem que o primeiro concedido esteja com edificação completa;

Artº 15 - as petições serão dirigidas ao presidente da Câmara que as mandará ao fiscal para informar a as despachará na 1ª reunião da Câmara, com a provação e conhecimento desta;

Artº 16 - depois do despacho de concessão dos terrenos urbanos e feita a respectiva medição será o requerimento apresentado ao procurador para este efetuar a cobrança dos direitos e emolumentos e voltará ao secretário para a expedição da competente carta, percebendo este 2\$000;

Artº 17 - as datas de terreno urbano serão concedidas debaixo das condições seguintes:

§ 1º - de não impedir a servidão pública ou lugar conveniente para formar alguma obra pública;

§ 2º - deve ser o requerente pessoa que tenha possibilidade para edificar;

§ 3º - em concorrência de mais de um pretendente será preferido aquele que não possuir casas ou terrenos na Vila salvo se este terreno for anexo ao seu;

§ 4º - impor a obrigação de edificar casa em toda a frente do terreno reque<sup>re</sup>rido no prazo de 2 anos, sob pena de perder o direito aos ditos terrenos os quais serão considerados devolutos se nenhuma benfeitoria houver feita , e no caso contrário pagará multa de 5\$000 por mes que exceder o prazo acima citado;

Artº 18 - todos os edifícios que se construíram dentro do quadro urbano terão 4 metros e 40 centímetros de pé direito, às portas 2 metros e 86 centímetros, as janelas 1 metro e 70 centímetros de vão; podendo estas dimensões ser alteradas para mais a vontade do proprietário. O contraventor pagará 30\$000 além de ser obrigado a demolir a obra a sua custa;

Artº 19 - são totalmente proibidas as meias-águas com frente nas ruas. Aos contraventores: multa de 20\$000 e obrigação de demolir a obra a sua custa;

Artº 20 - as funções do arruador serão exercidas conjuntamente com o fiscal que serão acompanhados pelo secretário, sempre que tiverem que fazer os alinhamentos observando o seguinte:

§ 1º - Dará ~~as~~ ruas e travessas novas que se abrirem a largura de 15,40 metros e a direção que a Câmara escolher;

§ 2º - Fará o alinhamento nas ruas existentes seguindo o atual, e sempre procurando indireitá-la tanto quanto possível;

Artº 21 - ninguém poderá construir casa, muro, ou qualquer outro edificio em frente beco, pátio, ou travessa sem que tenha procedido o alinhamento respectivo, laurando o secretário o competente termo. O contraventor pagará multa de 30\$000 além de demolir a obra por sua conta;

Artº 22 - a disposição do artigo anterior é também aplicável ao caso de reedificação;

Artº 23 - as concessões de terrenos serão feitas compreendendo só metade dos fundos de rua a rua.

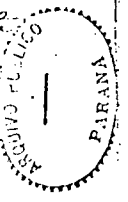
**ANEXO X**

**DECLARAÇÕES DE POSSE DE TERRAS DO "REGISTRO DO**

**VIGÁRIO" DE PALMAS, 1855-57**



que tem do lagoão Bonito. Limita-se com Dona Anna Terrreira de  
Lima do arroio, que tem do lagoão Bonito, por elle acima  
até o mesmo lagoão, e depois pelo lagoão ao mesmo lagoão,  
onde tem um marco, e dali pelo arroio abaixo até um ponto  
à um marco em uma Coxilha, e pelo marco um rio à  
procurar uma vertente, que passa ao pé da Sogra de bi-  
griano Brasil, e pelo arroio acima até o lagoão ao pé  
da mesma Sogra, onde tem um marco, e depois em ruínas do  
lagoão procura uma vertente no lagoão, pela vertente abaixo a-  
té o rio Chopim, e por este abaixo com Francisco de Paula Camargo  
até a barra do segundo arroio abaixo da cara do mesmo, e por esta  
vertente acima até sua nascente ao pé de um cerro grande, e depois  
pelo rio abaixo do morro que forma lagoão com uma outra  
vertente, e por esta abaixo até uma Cambada, e dali um rio à uma  
Lagão, onde tem um marco, e depois por uma Cambada, e por elle a-  
diante um rio ao rio Traty, onde funda-se os limites com Francisco  
de Paula Camargo, pelo Traty abaixo até onde elle entra no rio Traty,  
limita-se depois com o rio Nacional até ao pé da rocha de Francisco  
de Paula Camargo, e dali um rio à sair na estrada que vai à mi-  
nhu rocha, e da estrada um rio à Capivara do Gracatinga limita-se  
com José Terrreira dos Santos, e do Gracatinga pelo centro de uma res-  
tinga até uma vertente, que nasce ao pé do morro da Boa Vista, e  
pela vertente acima até onde forma lagoão com outra vertente  
na mesma restinga, e por elle abaixo até juntar-se com o lagoão  
do Salto, e por este abaixo até o rio Chopim, e por este acima até  
a barra do lagoão, que faz tocar o meu marjolo, e por este acima e de-  
pois por uma vertente que vai ao lagoão do Salto, e depois pelo  
mesmo rio que se chama minha Terramada dos Portellos da do Terrai-  
ra, e depois pelo arroio abaixo um que funda o rio até o Lagoão  
dos Bandeiras. Limita-se com Joaquim José Pinto Bandeira pelo mesmo  
lagoão de Bandeiras acima, e depois pelo mesmo lagoão com Tomaz  
Ferreira de Ligeira, até que vai formar o lagoão, onde começa



PARANA

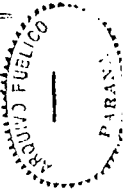
que se passava para ir para os Campos e fazendas de latifundios de  
da Ronda, e por este lugar se abria até o lago de do Salto, de  
de onde até aqui, com o nome de Domingos Pinto Bandeira, e se chamava  
do qual se abria do Salto acima, prometendo de onde se com o nome  
de onde de Oliveira Ribas, e depois onde encontra o mato, com o  
a de onde se com o nome de José Pinto Bandeira, onde encontra o mato,  
e pela linha de latifundios de onde se com o nome de Campos e fazendas de latifundios  
até o Caminho de onde se com o nome de Bandeira com o nome de  
Campos, e voltando pelo Caminho de onde se com o nome de Bandeira até o  
rio da Ronda, e daqui até linha de onde se com o nome de Bandeira, onde  
construiu a cidade, salvando algumas partes de Campos, ou fazendas  
de onde se com o nome de Bandeira e depois também no lugar chamado de Bandeira de onde se  
até algumas de Capoeira, que dividem com José Bandeira de Oliveira  
Antonio Bandeira de Oliveira e Henrique, e Francisco de Paula Bandeira,  
até tendo e adquirida por posse a mais de onde se com o nome de Bandeira  
naturalmente por posse umas terras latifundios no lugar denominado São Lourenço  
no mesmo Distrito de Palmas, correspondentes à quatro aldeias  
de planta de milho, as quais dividem com José Bandeira de Oliveira, Antonio  
Bandeira de Oliveira e Henrique, e Francisco de Paula Bandeira, e  
com o Distrito, digo, com o mato Nacional. Do que para constar,  
mandei passar a presente declaração em duplicata por José Antonio  
Alexandre Vieira, que assigna por mim, neste mas saber em esta  
cidade de Villa de Guarapiranga, (22 de janeiro de 1856. A cargo do Sr.  
Joaquim Francisco de Guimaraes - José Antonio Alexandre Vieira, Al.  
da mais consta da supra dita declaração original, assignada por  
José Antonio Alexandre Vieira, a cargo do apresentante, a qual depois  
de conferida aqui registrei in ipsius verbis. Villa de Guarapiranga,  
25 de janeiro de 1856.



Delegado Antonio Braga e o traço  
Com jurisdição de Villa na Villa de Palmas.  
Ass. cinco de mil e trezentos e seis, nesta Villa de Guarapiranga da Província de Paraná

1113

que foi apresentada por escrito em dois exemplares para ser regis-  
trada a doação das terras, que em sociedade têm o Sr. José  
Bastano de Oliveira, e seu filho Antonio Bastano de Oliveira e ho-  
mão, cuja declaração é contida nos termos seguintes = José Bas-  
tano de Oliveira, e Antonio Bastano de Oliveira e ho-  
mão possuem no Districto de Palmas uma Fazenda de eucat, comprehendendo  
campos e matos, com o nome de Santa Bárbara, tendo na mes-  
ma Fazenda tres pontos, sendo = Freguesia Velha, São Jerônimo,  
e São Lourenço, e casas nas terras lavradas nos matos de São  
Lourenço. José Bastano de Oliveira adquiriu esta Fazenda por  
compra, e uma parte della por posse a mais de sessenta annos,  
e pertence hoje a Fazenda a ambos por sociedade que nella têm,  
sendo os limites da Fazenda com Ignacio Fernandes de Siqueira  
por um boqueirão, onde existe um marcos, e dali seguindo por  
um banhado, que forma-se no mesmo boqueirão, uma das Ca-  
baciras do Jacupij, e por elle abaixo vai dividindo os meus campos  
da Freguesia Velha, e por outro rio, com Ignacio Fernandes, e no  
fundo do mesmo poço pela mesmo arroyo Jacupij divide  
com Joaquin Manoel de Oliveira Ribas até a barra de uma  
vertente, que nasce no boqueirão da Fazenda de Antonio de  
Oliveira Ribas, e por esta vertente acima até o valle do Boquei-  
rão da Fazenda do mesmo Antonio Ribas vai limitando com elle,  
e depois pela vertente em que fôr o valle, por ella abaixo até onde  
ella junta-se com uma vertente, que nasce ao pé do morro de S. J. da,  
e seguindo por esta acima até abaixo de um boqueirão ao pé de S. J. da,  
e dali corta um rio por um banhado à procurar um valle em  
um boqueirão; e do fim do valle corta um rio por um marcos  
à um banhado abaixo de um pequeno Capãozinho, e pelo banhado  
abaixo até onde fôr barra em uma vertente, que nasce em uma  
lagoa, e por ella acima até a lagoa, ficando a lagoa para dentro,  
e da lagoa corta um rio por um marcos à procurar uma  
vertente, e por elle abaixo até onde fôr barra em um arroyo;





1856

60

Hoje são dias do mês de Junho de anno de mil oitocentos e cinquenta e seis, nesta Villa de Guarapuá da Província do Paraná me foi entregue por scripto um dous exemplares, para ser registrada, a declaração de Bento José d'Araújo sobre seus terrenos, concedida nos termos seguintes: O abaisso assignado é possuidor de umas terras de cultura e lavoura no Districto da Freguesia de Palmas, no lugar denominado do Tratado, cujos limites são os seguintes: principia-se de um sarro em frente à Cabeceira de um arroio intitulado Bararimbo, seguindo-se a sarro atravessando a estrada, que segue à Palmas, dirigindo-se com os terrenos de Dona Anna Ferreira de Taria, e com as Caposiras do Affonso José Cantano de Oliveira, seguindo dirigindo com os terrenos de Francisco de Paula Camargo até encontrar com as pontas de uma sarra intitulada Boa Vista, e por ella seguindo dirigindo com o Antonio Joaquim Abgarus, à encontrar com as Cabeceiras de um arroio intitulado Passo do Inferno, e por elle abaisso atravessando a estrada da Nacão até o rio Jangada, e por elle acima confrontando com os terrenos nacionais até a fronteira do dito sarro do Bararimbo. Tenho mais umas terras de agricultura, e praiol, nas margens do rio Jangada, com Caposiras em diversos lugares, confrontando com os terrenos nacionais. E por esta forma dou por feitas as confrontações dos meus terrenos. Palmeira, 28 de Maio de 1856  
Bento José d'Araújo, Eis tudo quanto consta da referida declaração, feita e assignada pelo proprietario dos terrenos, a qual depois de conferida, aqui registrei in ipsius verbis. Villa de Guarapuá, 12 de Junho de 1856

O Vigario Antonio Braga d'Araújo -

Com Jurisdição d'Intella na Freg. de Palmas.



Nº 11 Aos dez dias do mez de Setembro de mil oitocentos e cinquenta  
(61) e seis nesta Freguezia de Palmas da Provincia do Paraná me  
foi apresentada por escripto com duas exemplares para ser regis-  
trada a declaração de Manoel Jose Teixeira sobre seus terrenos con-  
cebida nos termos seguintes: = Eu abaixo assignado declaro  
pello presente, que no Districto de Palmas da Provincia do Paraná  
no lugar denominado Kopirri possuo uns terrenos que tem mais  
ou menos legoa e meia de comprimento, e meia legoa de largo dividin-  
do pello Leste com Antonio Ferreira dos Santos e Maria Augusta d'Ara-  
ujo, e pello Norte com Benedicto de tal, e com Pedro de Albuquerque, e por  
esta divisa a ruma do Sul. the o Rio Kopirri, e por este affirma divisa-  
do com Francisco Ignacio d'Araujo, e Francisco Antonio d'Araujo the  
encontrar com a divisa affirma declarada com Antonio Ferrei-  
ra dos Santos, do que para constar mandei fazer a presentes  
que somente assigno, que sera lançada no livro competente.  
Povoação de Palmas 9 de Setembro de 1856 = Manoel Jose Teixeira  
Nada mais consta da supradicta declaração assignada pello Pro-  
prietario dos terrenos, aqual depois de conferida aqui registrei = In ip-  
sibus = Palmas 10 de Setembro de 1856 = Vigario.

Francisco Xavier Perreira



**ANEXO XI**

**TRANSLADO DO REGISTRO DE TERRAS DA FAZENDA DO  
"NORTE" DE PROPRIEDADE DO ALFERES JOAQUIM  
MANOEL D'OLIVEIRA RIBAS**

Translado do registro de terras do Alferes Joaquim  
Manoel d'Oliveira Ribas - nº 11. Apresentado em 22  
de junho de 1856.

*Vigário Braga - Terras que possui Joaquim Manoel d'Oliveira Ribas na Freguesia de Palmas Termo da Vila de Guarapuava: Eu abaixo assinado sou Senhor e possuidor das terras seguintes. Uma fazenda de criar denominada "Norte" a qual limita com os terrenos dos senhores Teodoro Ferreira Maciel, Antonio d'Oliveira Ribas, Inácio Fernandes de Siqueira e Manoel Domingos Pinto Bandeira. E para outro lado do rio Chapecó estão os logradouros do campo da dita fazenda com terrenos das Roças unido a estes é a invernada de nome Jardim e seus logradouros, os terrenos d'esta invernada e aqueles logradouros da fazenda, limita em cima com terrenos do mesmo Maciel, e em baixo com os rios Chapecó e Chapecozinho. Além do mesmo rio Chapecozinho é as Invernadas e seus logradouros, denominadas Xanxêre e Ressaca que limita em cima com terrenos de José Joaquim d'Almeida e Cândido de Almeida e em baixo com os terrenos de Joaquim Garcia, e pelo dito Chapecozinho e rio do Mato e para o lado do rio Goioên com o sertão inculto cujos terrenos é havido por posse. Unido a sobre dita fazenda - Norte - é os terrenos no lugar de nome Curral de Pedra comprados a Cândido Cordeiro a Freguesia Velha que limita com terrenos do mesmo Antonio d'Oliveira Ribas, José Caetano d'Oliveira e Inácio Fernandes de Siqueira, os quais tenho conservado efetiva e constante ocupação e aproveitamento. E para que seja cumprido o preceito da Lei das Terras faço esta declaração. Palmas, 15 de janeiro de 1856 - Joaquim Manoel d'Oliveira Ribas - Conferido Braga. Registrado af. 7v. até 8 do Livro competente. Vila de Guarapuava, 23 de janeiro de 1856. O vigário Antonio Braga d'Araújo com jurisdição d'estolla na Freguesia de Palmas. Reg. 2\$512 Braga.*

*Nada mais consta no referido registro de terras que fielmente transcrevi.*

Palmas, 9 de janeiro de 1900

Vigário Achilles Saporiti

**ANEXO XII**

**FICHAS COMPLETAS DO AUTO CIVIL DE INVENTÁRIO**

**DOS BENS DE DONA MARIA FERREIRA**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ARQUIVO: Cartório Cível do Comércio de Palmas

DATA DO INVENTÁRIO: 1862

TÍTULO: Auto Civil de Inventário Bens MAÇO Nº: 01

PROCESSO Nº: s/n

INVENTARIADO: Maria Ferreira SEXO: F ESTADO CIVIL: casada

IDADE 48 DATA DO FALECIMENTO: 15/12/1861 LOCAL: Freguesia de Palmas

RESIDÊNCIA: Fazenda do Norte

CONJUGE Joaquim INVENTARIANTE: Alferes Joaquim

NÚMERO DE FILHOS: VIVOS

09

FALECIDOS

-

TESTAMENTO: sem

HERDEIROS: ASCENDENTES

DESCENDENTES

X

COLATERAIS

HERDEIROS:

	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL / CONJUGE	RELAÇÃO COM O INVENTARIADO
1. <u>Joaquim</u>	M	52	<u>Casado com a inventariada</u>	<u>viúvo meeiro</u>
2. <u>João Maria</u>	M	34	<u>solteiros</u>	<u>filho</u>
3. <u>José</u>	M	32	<u>"</u>	<u>"</u>
4. <u>Simplicio</u>	M	28	<u>"</u>	<u>"</u>
5. <u>Antonio</u>	M	25	<u>"</u>	<u>"</u>
6. <u>Rufino</u>	M	16	<u>"</u>	<u>"</u>
7. <u>Francisco</u>	M	14	<u>"</u>	<u>"</u>
8. <u>Paulino</u>	M	12	<u>"</u>	<u>"</u>
9. <u>Anna</u>	F	10	<u>"</u>	<u>"</u>
10. <u>Josino</u>	M	06	<u>"</u>	<u>"</u>
11. _____				

INFORMAÇÕES

COMPLEMENTARES

Bens de Raiz

47:500\$000

Escravos

20:400\$000

Semoventes

15:845\$500

Bens Móveis

89\$300

Prataria

242\$400

Ativo

7:557\$350

Passivo

980\$260

Monte-mor

90:739\$970

INVENTARIADO: Maria Ferreira  
1862

**BENS**

**BENS DE RAIZ:**

	QUANTI- DADE	LOCALIZAÇÃO		VALOR	ORIGEM	
		RURAL	URBANO		AQUISIÇÃO	HERANÇA
- TERRAS DE CULTIVO						
- ERVAL						
- TERRAS MISTAS	01	x		3:000\$000		
- CAIVA						
- CAMPO	03	x		38:500\$000		
- MATA						
- BENFEITORIAS						
- CASA		x		9:000\$000		
- OUTROS						
- TOTAIS .....				50:500\$000		

**- BENS SEMOVENTES:**

	GRANÇAS	JOVENS	ADULTOS	VELHOS	TOTAIS
- ESORAVOS:					
HOMENS	01	02	06		09
MULHERES	06	01	02		09
PREÇO	5:000\$	3:600\$	11:800\$		20:400\$000

**- ANIMAIS:**

	BOVINO	EQUINO	MUAR	OVINO	SUINO	TOTAIS
NÚMERO	691	936	316			1.943
VALOR	5:923\$	5:054\$	4:868\$			15:845\$500

**BENS MÓVEIS:**

	QUANTIDADE	VALOR
-MOBILIÁRIO	25	53\$200
-VESTUÁRIO		
-PRATARIA	06	242\$400
-BIJUTEIRIA		
-ART. COZINHA	15	39\$000
-MERCADORIAS		
-COLHEITAS		
-INSTR. TRAB.	12	55\$100
-OUTROS		
TOTAIS.....		389\$700

**DIVIDAS E VALORES MOBILIÁRIOS:**

**-DIVIDAS ATIVAS:**

	VALOR
- COMERCIAIS	
- DIVERSAS	7:643\$030
- FAMILIARES	

**-VALORES MOBILIÁRIOS:** sem

**DIVIDAS PASSIVAS:**

TIPO	VALOR
por documento	980\$260

**TOTAL DOS BENS**

94:778\$230

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**INVENTARIADO:** Maria Ferreira  
1862

## BENS DE RAIZ - DISCRIMINAÇÃO DAS PROPRIEDADES

[illegible]



NOME	COR	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	VALOR	DATA DA AQUISIÇÃO
- Domingos	mulato	M	40	S	desconhecida	1:600\$000	
- Bento	"	M	35	S	"	1:600\$000	
- Benedito	"	M	35	S	"	1:900\$000	
- Simão	"	M	33	S	"	1:000\$000	
- Antonio	"	M	22	S	"	1:200\$000	
- Cândido	"	M	21	S	"	1:100\$000	
- Joaquim	"	M	13	S	"	1:400\$000	
- Theodoro	"	M	11	S	"	1:000\$000	
- Pedro	"	M	10	S	"	400\$000	
- Maria	"	F	26	S	"	1:800\$000	
- Antonia	"	F	24	S	"	1:600\$000	
- Benedita	"	F	10	S	"	1:200\$000	
- Felícia	"	F	19	S	"	1:200\$000	
- Rosa	"	F	7	S	"	900\$000	
- Rita	"	F	6	S	"	800\$000	
- Firmina	"	F	6	S	"	800\$000	
- Joana	"	F	5	S	"	700\$000	
- Maria	"	F	08 mês	S	"	200\$000	

**BENS SEMOVENTES - DISCRIMINAÇÃO DOS ANIMAIS**

TIPO	QUANTIDADE NA DECLARAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Bois de 03 anos	185	11\$500	2:127\$500	
- Bois de 02 anos	20	6\$000	120\$000	
- Bois de 01 ano	22	4\$000	88\$000	
- Mulas mansas velhas	10	16\$000	160\$000	
- Mulas mansas arreadas	24	40\$000	960\$000	
- Bestas chucras 03 anos	40	16\$000	640\$000	
- Bestas chucras 02 anos	38	12\$000	456\$000	
- Bestas chucras 01 anos	45	8\$000	360\$000	
- Bestas chucras 03 anos	30	14\$000	420\$000	
- Bestas chucras 02 anos	25	10\$000	250\$000	
- Bestas chucras 01 anos	30	6\$000	180\$000	
- Pastores	15	20\$000	300\$000	
- Éguas de manada 03 anos	400	4\$000	1:600\$000	
- Éguas de manada 02 anos	40	3\$000	120\$000	
- Éguas de manada 01 ano	30	2\$000	60\$000	
- Vacas de 03 anos acima	200	10\$000	2:000\$000	
- Vacas de 02 anos acima	20	6\$000	120\$000	
- Vacas de 01 ano acima	22	3\$000	66\$000	
- Burros criados	15	50\$000	750\$000	
- Burros de 02 anos	3	25\$000	75\$000	
- Burros de 01 ano	1	12\$000	12\$000	
- Mulas de 01 ano	24	4\$000	96\$000	
- Cavalos mansos idosos	18	10\$000	180\$000	

**BENS SEMOVENTES - DISCRIMINAÇÃO DOS ANIMAIS**

TIPO	QUANTIDADE NA DECLARAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Cavalos mansos novos	14	20\$000	280\$000	- Besta mansa defeit - 02- 32\$000
- Pastor Pampa	1	60\$000	60\$000	- Besta chucra - 06 - 96\$000
- Bois de 03 anos	26	11\$500	299\$000	- Besta defeit. 09 - 90\$000
- Bois de 02 anos	47	6\$000	282\$000	- Cavalos Mansos - 17 - 340\$000
- Bois de 01 ano	30	4\$000	120\$000	- Équa nova - 01 - 10\$000
- Vacas de 03 anos	8	10\$000	80\$000	- Équa nova - 01 - 8\$000
- Vacas de 02 anos	75	6\$000	450\$000	- Éguas velhas - 02 - 8\$000
- Terneiras de 01 ano	30	3\$000	90\$000	
- Bois carreiros	01 junta	36\$000	36\$000	
- Bois carreiros velhos	01 junta	20\$000	20\$000	
- Bois carreiros novos	01 junta	25\$000	25\$000	
- Potros de 03 anos	30	14\$000	420\$000	
- Potros defeituosos	9	8\$000	72\$000	
- Potros de 02 anos	26	10\$000	260\$000	
- Potros de 01 ano	15	6\$000	90\$000	
- Éguas de manada	271	4\$000	1.084\$000	
- Éguas de manada 02anos	12	3\$000	36\$000	
- Éguas de manada de 01ano	28	2\$000	56\$000	
- Pastor	01	20\$000	20\$000	
- Retalhados	05	10\$000	50\$000	
- Burros criados	05	50\$000	250\$000	
- Mulas Velhas	08	2\$000	16\$000	
- Burro de manada	01	25\$000	25\$000	

**BENS MÓVEIS DIVERSOS - DISCRIMINAÇÃO**

TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ORIGEM	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Formas de lata	04	\$400	1\$600		
- Banco	01	1\$000	1\$000		
- Cadeira Velha	01	\$400	\$400		
- Catres	09	2\$000	18\$000		
- Armário	01	8\$000	8\$000		
- Estrado	01	2\$000	2\$000		
- Caixa grande	01	4\$000	4\$000		
- Caixa pequena	01	1\$600	1\$600		
- Canastras	02	1\$050	3\$000		
- Mesa grande	01	4\$000	4\$000		
- Mesa pequena	01	1\$600	1\$600		
- Mesa com gaveta	01	2\$000	2\$000		
- Tacho	01	6\$000	6\$000		
- Bacia de cobre	01	6\$000	6\$000		
- Bacias pequenas	02	1\$000	2\$000		
- Formas de cobre	02	6\$000	12\$000		
- Forho pequeno	01	4\$000	4\$000		
- Bandeja	01	1\$000	1\$000		
- Libras de prata	512 oitavas	\$200 à oitav.	102\$400		
- Peitoral de prata	01	20\$000	20\$000		
- Freios de prata	02	24\$000	48\$000		
- Cabeçada de prata	01	12\$000	12\$000		
- Rabixo de prata	01	12\$000	12\$000		

[illegible]

1862

**DIVIDAS ATIVAS— DISCRIMINAÇÃO**

TIPO	VALOR	DEVEDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Obrigação de Capital	178\$040	Jerônimo	
- " " "	483\$500	Joaquim	
- " " "	3:844\$800	Cap. João	
- " " "	608\$000	" "	
- " " "	486\$000	José	
- " " "	101\$700	"	
- " " "	150\$000	Antônio	vcto. só no casamento
- " " "	61\$600	Gorge	
- " " "	37\$560	Jácinto José Ferreira	
- " " "	55\$580	Benedito	
- " " "	290\$000	Romualdo	
- " " "	34\$440	Antonio	
- Contas de assentos de livro	17\$300	José Antonio Rodrigues	
- " " " " "	18\$000	Antonio	
- " " " " "	17\$000	João	
- " " " " "	15\$000	José	
- " " " " "	18\$000	Antonio	
- " " " " "	205\$000	Felisberto	
- " " " " "	748\$780	José	
- " " " " "	10\$000	Domingos	
- " " " " "	177\$000	Manoel	

**INVENTARIADO:** Maria Ferreira  
1862

**DIVIDAS PASSIVAS - DISCRIMINAÇÃO**

[illegible]

**ANEXO XIII**

**FICHAS COMPLETAS DO AUTO CIVIL DE INVENTÁRIO**

**DOS BENS DO ALFERES JOAQUIM MANOEL**

**1875**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ARQUIVO: Cartório Cível e do Comércio de Palmas

DATA DO INVENTÁRIO: 1875

TÍTULO: Auto Civil de Inventário Bens MAÇO Nº: 02 PROCESSO Nº: s/n

INVENTARIADO: Major Joaquim Manoel SEXO: M ESTADO CIVIL: viúvo

IDADE 65 DATA DO FALECIMENTO: 21/12/1874 LOCAL: Vila de Palmas

RESIDÊNCIA: Distrito de Palmas

CONJUGE Maria INVENTARIANTE: José

NÚMERO DE FILHOS: VIVOS 08 FALECIDOS 01

TESTAMENTO: sem

HERDEIROS: ASCENDENTES ☐ DESCENDENTES ☒ COLATERAIS ☐

HERDEIROS:	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL/CONJUGE	RELAÇÃO COM O INVENTARIADO
1. <u>Joaquim</u>	<u>M</u>	<u>45</u>	<u>viúvo</u>	<u>filho</u>
2. <u>José</u>	<u>M</u>	<u>43</u>	<u>solteiro</u>	<u>"</u>
3. <u>Simplicio</u>	<u>M</u>	<u>41</u>	<u>"</u>	<u>"</u>
4. <u>Antonio</u>	<u>M</u>	<u>38</u>	<u>"</u>	<u>"</u>
5. <u>Rufino</u>	<u>M</u>	<u>35</u>	<u>"</u>	<u>"</u>
6. <u>Francisco</u>	<u>M</u>	<u>28</u>	<u>"</u>	<u>"</u>
7. <u>D. Anna</u>	<u>F</u>	<u>25</u>	<u>cas.c/Pedro</u>	<u>filha</u>
8. <u>Josino</u>	<u>M</u>	<u>20</u>		<u>filho</u>
9. _____				
10. _____				
11. _____				

INFORMAÇÕES  
COMPLEMENTARES

Bens de Raiz

54:200\$000

Escravos

10:400\$000

Semoventes

9:477\$000

Bens Móveis

460\$000

Ativo

7:930\$775

Passivo

900\$000

Monte-Mor

32:468\$275

INVENTARIADO: Joaquim Manoel  
1875

**BENS**

**BENS DE RAIZ:**

	QUANTI- DADE	LOCALIZAÇÃO		VALOR	ORIGEM	
		RURAL	URBANO		AQUISIÇÃO	HERANÇA
- TERRAS DE CULTIVO						
- ERVAL						
- TERRAS MISTAS	09	x		51:400\$000		
- CAIVA						
- CAMPO						
- MATA						
- BENFEITORIAS						
- CASA	02	x		2:350\$000		
- OUTROS casa	01		x	450\$000		
- TOTAIS .....				54:200\$000		

**- BENS SEMOVENTES:**

		CRIANÇAS	JOVENS	ADULTOS	VELHOS	TOTAIS
- ESCRAVOS:	HOMENS	05	01	04		10
	MULHERES	01		03		04
	PREÇO	3:750\$	1:100\$	5:550\$		10:400\$000

**- ANIMAIS:**

	BOVINO	EQUINO	MUAR	OVINO	SUINO	TOTAIS
NÚMERO	211	401	135			747
VALOR	2:975\$	3:373\$	3:129\$			9:477\$000

**BENS MÓVEIS:**

	QUANTIDADE	VALOR
-MOBILIÁRIO	18	111\$500
-VESTUÁRIO		
-PRATARIA		
-BIJUTEIRIA		
-ART.COZINHA	28	14\$000
-MERCADORIAS	22	180\$000
-COLHEITAS		
-INSTR.TRAB.	06	105\$000
-OUTROS livros	18	50\$000
TOTAIS.....		460\$500

**DIVIDAS E VALORES MOBILIÁRIOS:**

**-DIVIDAS ATIVAS:**

	VALOR
- COMERCIAIS	
- DIVERSAS	7:930\$775
- FAMILIARES	

**-VALORES MOBILIÁRIOS:**

TIPO	VALOR
Obras Igreja Palmas	700\$000
Catacumba cemitério	180\$000
Obras Igreja Curitiba	20\$000
total	900\$000

**TOTAL DOS BENS**

82:468\$275

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Constavam no inventário três escravos que foram libertos, portanto não foram avaliados.

## ANEXO 1

[illegible]

1875

**BENS SEMOVENTES - DISCRIMINAÇÃO DOS ESCRAVOS**

NOME	COOR	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	VALOR	DATA DA AQUISIÇÃO
- Bento ( aleijado )	pardo	M	50	S	tropeiro	350\$000	
- Domingos	preto	M	51	S	roceiro	500\$000	
- Joaquim	pardo	M	22	S	domador	1:400\$000	
- Venancio	pardo	M	21	S	todo trabalho	1:200\$000	
- Manoel	pardo	M	13	S	campeiro	1:100\$000	
- Henrique	preto	M	11	S	campeiro	1:000\$000	filho de Maria
-Estevão	pardo	M	08	S	-	350\$000	
- José	preto	M	05	S	-	500\$000	
- Felipe	pardo	M	05	S	-	500\$000	filho de Felicia
- Manoel	preto	M	06	S	-	300\$000	filho de Maria
- Constantino	preto	M	14	S	-	1:100\$000	
- Maria	preta	F	43	S	cozinheira	400\$000	
- Felicia	parda	F	21	S	costureira	900\$000	
- Rosa	parda	F	21	S	costureira	800\$000	
OBSERVAÇÃO: OS ESCRAVOS ABAIXO RELACIONADOS NÃO FORAM AVALIADOS NO INVENTÁRIO							
PORQUE FORAM LIBERTOS:							
- Antonio	preto	M	32	S	cozinheiro		
- Benedita	parda	F	23	S	costureira		
- Joana	parda	F	16	S	costureira		

**BENS SEMOVENTES - DISCRIMINAÇÃO DOS ANIMAIS**

TIPO	QUANTIDADE NA DECLARAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Bestas mansas arreadas	18	45\$000	810\$000	
- Bestas velhas e arreadas	08	30\$000	240\$000	
- Bestas soltas	09	33\$000	297\$000	
- Bestas mansas defeituosas	05	16\$000	80\$000	
- Bestas chucras de 03 anos	17	24\$000	408\$000	
- Bestas chucras de 02 anos	34	16\$000	544\$000	
- Bestas chucras de 01 ano	31	10\$000	310\$000	
- Bestas de 01 ano defeito	02	5\$000	10\$000	
- Cavalos mansos novos	05	40\$000	200\$000	
- Cavalo manso trocho	01	35\$000	35\$000	
- Cavalos velhos defeituosos	14	10\$000	140\$000	
- Potros de 02 anos	09	20\$000	180\$000	
- Potros de 01 ano	09	12\$000	108\$000	
- Pastores velhos	07	20\$000	140\$000	
- Jumentos	07	50\$000	350\$000	
- Jumentos ruins	04	20\$000	80\$000	
- Éguas de 03 anos acima	325	7\$500	2.437\$500	
- Éguas de 02 anos	16	5\$000	80\$000	
- Éguas de 01 ano	15	3\$500	52\$500	
- Vacas de 03 anos acima	107	16\$000	1.712\$000	
- Vacas de 02 anos	17	10\$000	170\$000	
- Vacas de 01 ano	26	6\$500	169\$000	
- Bois de 03 anos	26	15\$000	390\$000	

[illegible]

**BENS MÓVEIS DIVERSOS - DISCRIMINAÇÃO**

TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ORIGEM	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Catres meio usados	06	5\$000	30\$000		
- Mesa boa	01	12\$000	12\$000		
- Mesas meio usadas	02	6\$000	12\$000		
- Bancos compridos	03	1\$000	3\$000		
- Tamboretas	02	\$750	1\$500		
- Livros em bom est.c/capas	18	-	50\$000		
- Facas e garfos	12	-	10\$000		
- Colheres de metal	06	\$300	2\$000		
- Tigelas de louça ordinária	10	-	2\$000		
- Serra braçal	01	14\$000	14\$000		
- Armário em bom estado	01	10\$000	10\$000		
- Caixa	01	5\$000	5\$000		
- Espada de oficial da G. Nac	01	35\$000	35\$000		
- Alavanca	01	6\$000	6\$000		
- Machados bons	02	3\$000	6\$000		
- Facas boas	02	2\$000	4\$000		
- Camas	08	4\$500	36\$000		
- Selim c/estribos de metal	01	40\$000	40\$000		
- Cargas de sal	20	8\$500	170\$000		
- Peles de lobo	02	5\$000	10\$000		
- Orinóis de ferro batido	02	1\$000	2\$000		

## ANEXO 5



**ANEXO 6**

[illegible]